



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



MARCELLO SOLDAN GARBELIM

# OS SUJEITOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

GOIÂNIA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação  Tese  Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

### 2. Nome completo do autor

Marcello Soldan Garbelim

### 3. Título do trabalho

OS SUJEITOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM  NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Celene Cunha Monteiro A Barreira, Usuário Externo**, em 09/09/2024, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcello Soldan Garbelim, Discente**, em 25/05/2026, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4808744** e o código CRC **62AA14BF**.



MARCELLO SOLDAN GARBELIM

## OS SUJEITOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Socioespaciais

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira

GOIÂNIA

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Garbelim, Marcello Soldan  
OS SUJEITOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA [Manuscrito]  
/ Marcello Soldan Garbelim. - 2023.  
CLXXXVI, 186 f.: il. 2023

Orientadora: Prof(a). Dra. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2023.

Ilustrações.  
Anexo.  
Bibliografia.  
Inclui: siglas, lista de tabelas.

1. Sujeitos. 2. Planejamento Metropolitano. 3. Governança Metropolitana.  
4. Participação Política. 5. Região Metropolitana Goiânia.

I. Barreira, Celene Cunha Monteiro Antunes, orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

**ATA DE DEFESA DE TESE**

Ata Nº 54 da sessão de Defesa de Tese de **Marcello Soldan Garbelim** que confere o título de Doutor em **Geografia**, na área de concentração em **Natureza e Produção do Espaço**.

Aos vinte dias do mês setembro do ano de dois mil e vinte e três, a partir das 14:00 horas, no Auditório Maria Geralda/IESA, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “**OS SUJEITOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA**”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira (IESA/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Érika Cristine Kneib (FAV/UFG), membro titular externo; Professor Doutor Adão Francisco de Oliveira (UFT), membro titular externo; Professor Doutor Pedro Célio Alves Borges (FCS/UFG), membro titular externo; Professor Doutor João Batista de Deus (IESA/UFG), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte dias do mês setembro do ano de dois mil e vinte e três.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Celene Cunha Monteiro A Barreira, Usuário Externo**, em 09/09/2024, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adão Francisco de Oliveira, Usuário Externo**, em 09/09/2024, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Cristine Kneib, Professora do Magistério Superior**, em 09/09/2024, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronan Eustaquio Borges, Coordenador de Pós-Graduação**, em 08/10/2024, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Batista De Deus, Professor do Magistério Superior**, em 08/10/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4808725** e o código CRC **0B210066**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.046855/2023-53

SEI nº 4808725



## RESUMO

O século XXI demarca momento em que a maioria da população mundial passa a viver em espaços urbanos. A urbanização planetária ocorre concomitante metropolização. Apesar dos desafios associadas às metrópoles, a agenda política brasileira nunca deu destaque devido para o tema das regiões metropolitanas. É relevante o objetivo de compreender a produção do objeto, a região metropolitana, de modo indissociável daqueles sujeitos que lhe produzem enquanto um ente em particular. Ao considerar a Região Metropolitana de Goiânia percebem-se lacunas nos aparatos jurídico-administrativos com limitações no âmbito de ação de agentes públicos e os atores políticos mais proeminentes em geral dão pouco peso às institucionalidades atinentes ao tema. A ampliação da participação social possibilita a emergência de sujeitos autores e reflexivos em campos temáticos, causas e centralidades, que podem contribuir com as mudanças de agenda política, governamental e decisória em favor do planejamento e da governança metropolitana democrática.

Palavras-chave: sujeitos, planejamento metropolitano, governança metropolitana, participação política, Região Metropolitana Goiânia.

## ABSTRACT

The 21st century marks the moment when the majority of the world's population begins to live in urban spaces. Planetary urbanization occurs concomitantly with metropolization. Despite the challenges associated with metropolises, the Brazilian political agenda has never given due prominence to the issue of metropolitan regions. It is relevant the objective of understanding the production of the object, the metropolitan region, in an inseparable way from those subjects that produce it as a particular entity. When considering the *Região Metropolitana de Goiânia*, gaps in the legal-administrative apparatus are perceived, with limitations on the scope of action of public agents and the most prominent political actors, in general, give little weight to the institutions related to the theme. The expansion of social participation enables the emergence of authors and reflective subjects in thematic fields, causes and centralities, which can contribute to changes in the political, governmental and decision-making agenda in favor of planning and democratic metropolitan governance.

Keywords: subjects, metropolitan planning, metropolitan governance, political participation, Região Metropolitana de Goiânia.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONU – Organização das Nações Unidas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OM – Observatório das Metrôpoles

FPIC – Funções Públicas de Interesse Comum

PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado

IMB – Instituto Mauro Borges

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEPLAM – Secretaria de Planejamento Urbano de Goiânia

SEPLANH – Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação de Goiânia

PDIG – Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Goiânia

BNH-SNH-COHAB – Banco Nacional de Habitação-Sistema Nacional de Habitação-  
Companhia de Habitação Popular

AGLURB-G – Aglomerado Urbano de Goiânia

INDUR – Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional

RMG – Região Metropolitana de Goiânia

RMTC – Rede Metropolitana de Transporte Coletivo

CDTC – Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos

CMTC – Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos

PDs – Planos Diretores Municipais

PD 2007 – Plano Diretor de Goiânia 2007

APA – Área de Preservação Ambiental

Codemetro – Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia

Secima – Superintendência a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura,  
Cidades e Assuntos Metropolitanos



UFG – Universidade Federal de Goiás

PDI-RMG – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia

Alego – Assembleia Legislativa de Goiás

RDIG – Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia

LOA – Lei Orçamentária Anual

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

PPA – Plano Plurianual

VLT – Veículo Leve Sobre Trilhos VLT

Metrobus – Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo

Agehab – Agência Goiana de Habitação

Fundemetro – Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia

Munic – Perfil dos Municípios IBGE

GCM – Guarda Civil Metropolitana

SANESC – Companhia de Saneamento de Senador Canedo

AMMA – Agência Municipal de Meio Ambiente

COMURG – Companhia de Urbanização de Goiânia

CODAP – Companhia de Desenvolvimento de Aparecida

BRT – *Bus Rapid Transit*

LGBTQIAP+ – Lésbicas, Gay, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e demais orientações sexuais e de gênero não binários

PT – Partido dos Trabalhadores

(P)MDB – (Partido) Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PR – Partido da República

PMN – Partido da Mobilização Nacional



PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PRTB – Partido Republicano Trabalhista Brasileiro

DEM – Democratas

PSD – Partido Social Democrático

PSL – Partido Social Liberal

PRP – Partido Republicano Progressista

DC – Democracia Cristã

PPS – Partido Popular Socialista

PP – Partido Progressista

DivulgaCand – Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais

PGs – Planos de Governos

GYN - Goiânia

APG – Aparecida de Goiânia

FUNAPE – Fundo de Amparo à Pesquisa da UFG

IESA – Instituto de Estudos Socioambientais

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – CONCETRAÇÃO DA POPULAÇÃO MUNDIAL EM ÁREAS METROPOLITANAS COM MAIS DE 300MIL HABITANTES – ONU-HABITAT, 2020 .....	p. 20
FIGURA 2 – FLUXOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL POR PAÍS, 2013 .....	p. 21
FIGURA 3 – CONECTIVIDADE GLOBAL DAS ÁREAS URBANAS BRASILEIRAS – IBGE, 2018 .....	p. 23
FIGURA 3b – CONECTIVIDADE GLOBAL DAS ÁREAS URBANAS BRASILEIRAS – IBGE, 2018 .....	p. 24
FIGURA 4 – REDE E HIERARQUIA URBANA BRASILEIRA – REGIC-IBGE, 2018..	p.26
FIGURA 5 – REGIÕES METROPOLITANAS E CAPITAIS DE REGIÕES URBANAS AMPLIADAS – DIVISÃO URBANO REGIONAL-IBGE, 2021 .....	p. 29
FIGURA 6 – MODELO DE KINGDON PARA MUDANÇAS NA AGENDA .....	p. 31
FIGURA 7 – REGIÃO DE INFLUÊNCIA DIRETA E SECUNDÁRIA DA RMG – REGIC-IBGE, 2018 .....	p. 40
FIGURA 8 – CONEXÕES DA RMG COM METRÓPOLES E CAPITAIS REGIONAIS – REGIC-IBGE, 2018. ....	p. 41
FIGURA 9 – VANTAGENS E DESIGUALDADES NA METRÓPOLE GOIANIENSE – 2020 .....	p. 42
FIGURA 10 – PLANO ORIGINAL DE GOIÂNIA DE ATILIO CORREA LIMA .....	p. 44
FIGURA 11 – PLANO ORIGINAL DE GOIÂNIA DE ARMANDO GODOY .....	p. 44
FIGURA 12 – PLANTA DE OCUPAÇÃO DE GOIÂNIA 1947 .....	p. 45
FIGURA 13 – ÁREA PARCELADA DE GOIÂNIA 1933-1939 .....	p. 47
FIGURA 13a – AREA PARCELADA DE GOIÂNIA DE 1940-1951 .....	p. 47
FIGURA 13b – ÁREA PARCELADA DE GOIÂNIA EM 1959 .....	p. 48
FIGURA 14 – MORADIAS DE ALTO PADRÃO EM GOIÂNIA (Anos 1970) – Círculo de Hoyt .....	p. 49
FIGURA 15 – MORADIAS DE ALTO PADRÃO EM GOIÂNIA (Anos 1990) – Círculo de Hoyt .....	p. 51



FIGURA 16 – TECIDO URBANO: MANCHA E USO DO SOLO METRÓPOLE GOIANIENSE – 2020 .....	p. 56
FIGURA 17 – TECIDO URBANO: MANCHA E REDE RODOVIÁRIA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA – 2020 .....	p. 57
FIGURA 18 – DISPERSÃO E FRAGMENTAÇÃO DO TECIDO URBANO RMG .....	p. 58
FIGURA 19 – DIAGRAMA DA SEGREGAÇÃO NA RMG (Anos 2010) .....	p. 59
FIGURA 20 – GOIÂNIA: ESPAÇO URBANO, HISTÓRIA, FATOS, AÇÕES E SUJEITOS .....	p. 60
DIAGRAMA – SUJEITOS DA REGIÃO METROPOLITANA E ESPAÇOS DE AÇÃO .	p. 64
FIGURA 21 – AÇÕES PREVISTAS PROGRAMA “CIDADES INTELIGENTES E MOBILIDADE URBANA EFICIENTE” DO GOVERNO DE GOIÁS .....	p. 74
FIGURA 22 – PPA GOIÂNIA 2018-2021 POR FUNÇÃO DE GOVERNO .....	p. 93
FIGURA 23 – PPA GOIÂNIA 2022-2025 POR FUNÇÃO DE GOVERNO .....	p. 93
FIGURA 24 – FICHA DE COLETA DE INFORMAÇÕES DAS OFICINAS DO PDI-RMG .....	p. 130
FIGURA 25 – RESULTADO GERAL DAS INFORMAÇÕES COLETADAS NAS OFICINAS: Potencialidades .....	p. 131
FIGURA 26 – RESULTADO GERAL DAS INFORMAÇÕES COLETADAS NAS OFICINAS: Fragilidades .....	p. 132
FIGURA 27 – RESULTADO GERAL DAS INFORMAÇÕES COLETADAS NAS OFICINAS: Perspectivas .....	p. 132



## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – SUJEITOS E AÇÃO .....	p. 36
QUADRO 2 – APROVAÇÃO DE LOTEAMENTOS NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA 1930-2020 .....	p. 46
QUADRO 3 – DADOS GERAIS DE PERFIL DOS MUNICÍPIOS DA RMG .....	p. 55
QUADRO 4 – MUNICÍPIOS DA RMG – LEI DE CRIAÇÃO E LEI DE INCORPORAÇÃO À RMG .....	p. 68
QUADRO 5 – COMPOSIÇÃO E PODER DE VOTO NO CODEMETRO .....	p. 71
QUADRO 6 – A RMG NAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS ESTADUAIS .....	p. 73
QUADRO 7 – PROPOSTAS DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA A RMG NO ORÇAMENTO GERAL ANUAL DO ESTADO DE GOIÁS .....	p. 76
QUADRO 8 – INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO NOS MUNICÍPIOS DA RMG 2021 .....	p. 83
QUADRO 9 – INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO NOS MUNICÍPIOS DA RMG (Composição 2010-17) - MUNIC, 2015: PDI-RMG (2017) .....	p. 84
QUADRO 10 – INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO: MUNICÍPIOS DA RMG, MUNIC, 2018 .....	p. 86
QUADRO 11 – AÇÕES PROPOSTAS PARA A RMG NOS PDs MUNICIPAIS .....	p. 88
QUADRO 12 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS E AS DESIGNAÇÕES DE PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA DA RMG – 2022 .....	p. 90
QUADRO 13 – CONSÓRCIOS PÚBLICOS E APARATOS DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL – Municípios RMG 2019 .....	p. 95
QUADRO 14 – CONSÓRCIOS PÚBLICOS E APARATOS DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL – Municípios RMG 2015 .....	p. 96
QUADRO 15 – VOTO METROPOLITANO GOVERNADOR DE GOIÁS ELEIÇÕES 2010 (1º Turno) .....	p. 99
QUADRO 16 – VOTO METROPOLITANO GOVERNADOR DE GOIÁS ELEIÇÕES 2014 (1º Turno) .....	p. 99
QUADRO 17 – VOTO METROPOLITANO GOVERNADOR DE GOIÁS ELEIÇÕES 2018 (1º Turno) .....	p. 100



QUADRO 18 – VOTO METROPOLITANO GOVERNADOR DE GOIÁS ELEIÇÕES 2022 (1º Turno) .....	p. 100
QUADRO 19 – A RMG NOS PLANOS DE GOVERNO DAS CANDIDATURAS AO GOVERNO DE GOIÁS - ELEIÇÕES 2010 .....	p. 102
QUADRO 20 – A RMG NOS PLANOS DE GOVERNO DAS CANDIDATURAS AO GOVERNO DE GOIÁS - ELEIÇÕES 2014 .....	p. 102
QUADRO 21 – A RMG NOS PLANOS DE GOVERNO DAS CANDIDATURAS AO GOVERNO DE GOIÁS - ELEIÇÃO 2018 .....	p. 103
QUADRO 22 – A RMG NOS PLANOS DE GOVERNO DAS CANDIDATURAS AO GOVERNO DE GOIÁS - ELEIÇÃO – 2022 .....	p. 104
QUADRO 23 – DEPUTADOS ESTADUAIS E A RMG – (2006, 2010, 2014 e 2018) ..	p. 106
QUADRO 24 – VOTO METROPOLITANO NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM GOIÁS (2006, 2010, 2014 e 2018) .....	p. 106
QUADRO 25 – VOTAÇÃO DEPUTADOS-REPRESENTANTES DA RMG (2011 a 2014) .....	p. 107
QUADRO 26 – DESEMPENHO PARLAMENTAR DE DEPUTADOS REPRESENTANTES DA RMG – Proposições Legislativas 2011 a 2014.....	p. 108
QUADRO 27 – VOTAÇÃO DEPUTADOS-REPRESENTANTES DA RMG (2015 a 2018) .....	p. 109
QUADRO 28 – DESEMPENHO PARLAMENTAR DE DEPUTADOS-REPRESENTANTES DA RMG – Proposições Legislativas 2015 a 2018 .....	p. 110
QUADRO 29 – VOTAÇÃO DEPUTADOS-REPRESENTANTES DA RMG (2019 a 2022) .....	p. 111
QUADRO 30 –DESEMPENHO PARLAMENTAR DE DEPUTADOS-REPRESENTANTES DA RMG – Proposições Legislativas 2019 a 2022 .....	p. 112
QUADRO 31 – CANDIDATURAS E A RMG NAS ELEIÇÕES 2020 .....	p. 115
QUADRO 32 – A RMG NOS PLANOS DE GOVERNOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020 .....	p. 116
QUADRO 33 – CANDIDATURAS ELEITAS E A RMG NOS PLANOS DE GOVERNO .....	p. 120
QUADRO 34 – A RMG NOS PLANOS DE GOVERNOS DE ELEITOS - Cidades pequenas .....	p. 122



QUADRO 35 – ENFOQUE METROPOLITANO NOS PLANOS DE GOVERNO DOS ELEITOS EM 2016 – Diagnóstico PDI-RMG .....	p. 123
QUADRO 36 – PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PDI-RMG (2016-2017) ...	p. 126
QUADRO 37 – OFICINAS PDI-RMG .....	p. 127
QUADRO 38 – NÚMERO DE PARTICIPAÇÃO NAS OFICINAS DO PDI-RMG .....	p. 128
QUADRO 39 – TEMAS CITADOS NAS OFICINAS DO PDI-RMG (1º, 2º, 3º mais citados em cada município, menos Goiânia) .....	p. 133
QUADRO 40 – TEMAS E ASSUNTOS CITADOS NAS OFICINAS DO PDI-RMG ...	p. 136
QUADRO 41 – PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NAS OFICINAS DO PDI-RMG .p.	140
QUADRO 42 – SUJEITOS NAS OFICINAS DE ELABORAÇÃO DO PDI-RMG .....	p. 141
QUADRO 43 – SUJEITOS NAS OFICINAS DO PDI-RMG .....	p. 142
QUADRO 44 – SUJEITOS E TEMAS MAIS CITADOS PDI-RMG .....	p. 144
QUADRO 45 – O TEMA DA PARTICIPAÇÃO E OS SUJEITOS DA RMG.....	p. 145

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....p. 14

## **PARTE I – FUNDAMENTOS DE ESTUDO, DEMARCAÇÕES NO DEBATE POLÍTICO E DELIMITAÇÕES DE PESQUISA**

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAIS E DEFINIÇÕES ..... p. 18  
1.1. CONTEXTOS E CONCEITOS..... p. 18  
1.2. PROBLEMA TEÓRICO-POLÍTICO, CONTORNOS DE PESQUISA E  
ABORDAGEM METODOLÓGICA ..... p. 30

CAPÍTULO 2 – OBJETO E INDICAÇÕES DE ANÁLISE .....p. 39  
2.1 GOIÂNIA: CIDADE, REDE URBANA E METRÓPOLE ..... p. 39  
2.2 GOIÂNIA: TECIDO, GOVERNO E REGIÃO METROPOLITANA  
..... p. 54

## **PARTE II – SUJEITOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA: AGENTES, ATORES E AUTORES-REFLEXIVOS**

CAPÍTULO 3 – AGENTES E AGÊNCIAS DA RMG ..... p. 67  
3.1 AGENTES PÚBLICOS DO PODER ESTADUAL E A RMG: APARATO  
JURÍDICO-ADMINISTRATIVO E AGENDA GOVERNAMENTAL ..... p. 67  
3.2 AGENTES PÚBLICOS DOS PODERES MUNICIPAIS:  
PLANEJAMENTO URBANO E COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL ....p. 82

CAPÍTULO 4 – ATORES E ARENAS POLÍTICAS DA RMG .. p. 98  
4.1 ATORES E ARENAS POLÍTICAS DO PODER ESTADUAL E A RMG:  
VOTO METROPOLITANO E AGENDA DECISÓRIA ..... p. 98  
4.2 ATORES E ARENAS POLÍTICAS DOS PODERES MUNICIPAIS E A  
RMG: TEMAS METROPOLITANOS NAS ELEIÇÕES ..... P. 114



CAPÍTULO 5 – AUTORES-REFLEXIVOS DO PDI-RMG .....	p. 125
5.1 TEMAS METROPOLITANOS NAS OFICINAS COMUNITÁRIAS DO PDI .....	p. 127
5.2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA METROPOLITANA NAS OFICINAS COMUNITÁRIAS DO PDI-RMG .....	p. 139
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	p. 148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	p. 150
ANEXOS.....	p. 167

## INTRODUÇÃO

O início do século XXI marca momento em que a maioria da população mundial passa a viver em espaços urbanos. A urbanização evoca desafios para as sociedades assegurarem o bem-estar e a vida digna de bilhões de pessoas. Ao mesmo tempo há a metropolização das principais cidades junto a uma organização social mais fragmentada, hierarquizada e heterogênea das sociedades. Concentrada e difusa, a vida metropolitana tende a estruturas de dinâmicas socioespaciais articuladas por redes e tecidos urbanos.

Uma metrópole ou a metropolização não se confunde com uma região metropolitana, institucionalidade que exige ato de poder para o reconhecimento de um ente político em um território. Apesar dos desafios, problemas e potencialidades, a agenda política brasileira nunca deu destaque devido ao tema das regiões metropolitanas. A partir da sanção do “Estatuto da Metrópole”, Lei Federal nº 13.089, de 12 de Janeiro de 2015, as lacunas prometem ser preenchidas. No entanto, a lei pouco foi aplicada e já revista até anos iniciais de 2020.

Como o tema metropolitano em si é relegado secundário na agenda de governos, governantes e sociedade torna-se relevante o objetivo de compreender os sujeitos, múltiplos e emergentes capazes de agir em âmbito das regiões metropolitanas. Projeta-se a hipótese de que sujeitos dispostos a dar relevância ao tema metropolitano são essenciais para promover mudanças na agenda, assim contribuir com a efetivamente de diagnósticos e na proposição de alternativas para o planejamento e a governança interfederativa.

Se de interesse, não se pode deixar de questionar quem são os sujeitos dispostos a agir em nome de uma região metropolitana? Como atuam nos campos políticos correlatos? Por que se definem como atuantes dessa região? Quais as principais motivações movimentam tais sujeitos nas institucionalidades correlatas?

De início considera-se que sujeito é aquele cuja ação está em relação a um objeto, que ao agir por sentido e necessidade se afirma existente. Os sujeitos agem no tempo vivido, portam o histórico e o futuro possível, nas práticas espaciais delineiam as representações dos espaços e os espaços de representação. Nas infinitudes do social, indivíduos e grupos agem no tempo e o espaço é condição da ação, a historicidade do ato atrela-se às estruturas socioespaciais das sociedades como um todo.

Nas sociedades contemporâneas os sujeitos podem ser tipificados como agentes, atores e autores-reflexivos. Uma tipologia vista mais pelo princípio da ação do que da identidade. Ou seja, os sujeitos estão imbricados uns aos outros e se relacionam aos contextos.

É de interesse compreender a produção do objeto, a região metropolitana, de modo indissociável daqueles tipos de sujeitos que a produzem, nela são produzidos e onde adquirem sentido. Os atores políticos atuam nas arenas e nos processos atinentes às institucionalidades metropolitanas. O agente corresponde aos que desempenham papéis na mobilização de recursos dos aparatos jurídico-administrativos da região. O autor-reflexivo é sujeito de ação possível de acordo com o valor cultural, a autonomia, a experiência da vida metropolitana.

Marginal na agenda política, governamental e decisória, a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) é objeto privilegiado para compreender os tipos de sujeitos que lhe produzem inicialmente como cidade planejada e depois derivada em metrópole carente de governo metropolitano. A acelerada urbanização conformou longa extensão da rede da urbana a partir do centro do Brasil e um tecido urbano cada vez mais disperso, fragmentado e heterogêneo. Contudo, as institucionalidades metropolitanas não foram objeto de ações contundentes e permanentes, mesmo após o Estatuto da Metrópole em 2015.

Os desafios diante da metropolização recente sugerem o uso de recurso metodológico regressivo-progressivo para a construção do conhecimento. Um raciocínio que por transdução visa apreender o objeto como provisório e relativo aos sujeitos. Procede da descrição do momento presente em regressão histórico-analítica para identificar as gêneses do objeto teórico e em progressão espaço-temporal almeja reconstituir o real para projetar o político.

Consta que no âmbito das ações de atores, agentes e, ainda, dos autores-reflexivos, os sujeitos só podem ser apreensíveis com vasto material empírico de pesquisa. Na RMG os dados informam as lacunas nos aparatos jurídico-administrativos nas operações de agentes públicos e o pouco peso dado por atores políticos na agenda decisória. Porém, com maiores possibilidades de participação social emergem sujeitos de atuações centradas em campos temáticos, causas e centralidades, que apresentam potencial de contribuir de modo autoral e reflexivo no planejamento e na governança metropolitana.

Por um lado, os planos e as execuções orçamentárias dos governos executivos estaduais e municipais reforçam as tendências de baixa efetividade dos instrumentos operacionais de Política Urbana e da cooperação jurídico-administrativas ou técnicas com intuito de fortalecer o planejamento metropolitano. Por outro lado, a ampliação de participação social no levantamento de problemas, alternativas e desafios foram vantajosas para o ordenamento territorial durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da RMG (PDI-RMG).

Nas eleições estaduais e municipais há pouco peso do tema metropolitano por parte das candidaturas ao Governo de Goiás e de prefeituras dos municípios pertencentes à RMG. O que contrasta com a importância dos votos metropolitanos na política goiana. No legislativo estadual predomina o paroquialismo, o localismo de atuação marca o comportamento de vereadores e prefeitos. Contudo, os dados quantitativos e a observação participante nas atividades de maior participação do PDI-RMG revelaram sujeitos autores-reflexivos da sociedade portadores de uma profusão de narrativas relacionados à política metropolitana.

A fim de orientar a exposição o texto está organizado em duas partes. Na primeira são detalhados fundamentos, demarcações e delimitações, como os referenciais e as definições de pesquisa e o objeto e os indicativos de análise. Na segunda parte estão expostos os resultados dos levantamentos de informações empíricas acerca das ações de agentes públicos, atores políticos e potenciais autores-reflexivos, ou seja, da relação dos sujeitos com a produção dos âmbitos de atuação atinentes à RMG.

# PARTE I – FUNDAMENTOS DE ESTUDO, DEMARCAÇÕES NO DEBATE POLÍTICO E DELIMITAÇÕES DE PESQUISA

# CAPÍTULO 1 – REFERENCIAIS E DEFINIÇÕES

## 1.1. CONTEXTOS E CONCEITOS

O século XXI deflagrou o urbano como principal referencial espacial e modo de vida humano. Em 2007, momento primeiro na história, metade da população mundial já habitava espaços considerados urbanizados (ONU, 2008). No Brasil, no início dos anos 2020, mais de 80% das pessoas residem em zonas urbanas (IBGE, 2022). A urbanização de tendência planetária impõe desafios únicos ao bem-estar nas sociedades contemporâneas.

Junto à urbanização se observa a metropolização. Por volta de 60% da população urbana do planeta vive em áreas metropolitanas (ONU, 2020). Acima de 40% dos brasileiros moram em uma das quinze principais regiões metropolitanas do país (IBGE, 2022). Dados que questionam opiniões corriqueiras cujas metrópoles são inviáveis, insustentáveis, entraves ao desenvolvimento, apenas um caos de problemas, distúrbios e prejuízos. Se existem descompassos, a vida metropolitana concentra vantagens econômicas, políticas, culturais, técnicas, de pessoas e potenciais criativos para mudanças sociais.

A metropolização contraria os conhecimentos centrados na oposição cidade-campo. Mas, mesmo considerada uma aglomeração urbana diferente, não há metrópole a qual prescindir da existência da “cidade”.

Max Weber (1967 [1911], p. 81) constata distintos tipos de cidade em diferentes civilizações. A cidade moderna é singular por ser uma associação política autônoma. Um ente público cujas diversas instituições convivem sem serem donas. Marx e Engels (2007 [1846], p.52) afirmam que a cidade se dá concomitante à crescente “concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades”. O que faz surgir a “necessidade da administração, da polícia, dos impostos, em uma palavra, a necessidade da organização comunitária e, desse modo, da política em geral”.

A cidade institui e concentra ao mesmo tempo expande o urbano em urbanização, uma transcendência maior do que a aglomeração em si. A fim de designar critérios de hierarquia de influência das cidades, os gregos antigos diziam *metropolis*, a cidade-mãe, a cidade que gera cidades, aquela de poder político e de dominância na oferta de produtos ou ideias para colônias (FIRKOWSKI, 2013). Ainda na antiguidade, a expressão indicou a subordinação da capital de província a Roma e nas igrejas cristãs os templos responsáveis por mais de uma seção eclesiástica. Nos prelúdios modernos metrópole foi país europeu dominante além-mar.

No início do século XX, Simmel (1967 [1902], p. 19-20) conceituou metrópole como um tipo de aglomeração urbana, a “sede da economia monetária”, da “mais alta divisão do trabalho” e cuja “vida interior transborda para uma vasta área nacional ou internacional”. Uma extensão funcional da cidade, mas não só, pois a metrópole detém um tipo de “caráter” abundante de “estímulos mentais” que “se nutrem” os indivíduos (*Idem*, p. 23). A multidão é retrato privilegiado da forma única de independência individual na vida metropolitana, que forja associações, indiferenças e distanciamentos nas interações sociais.

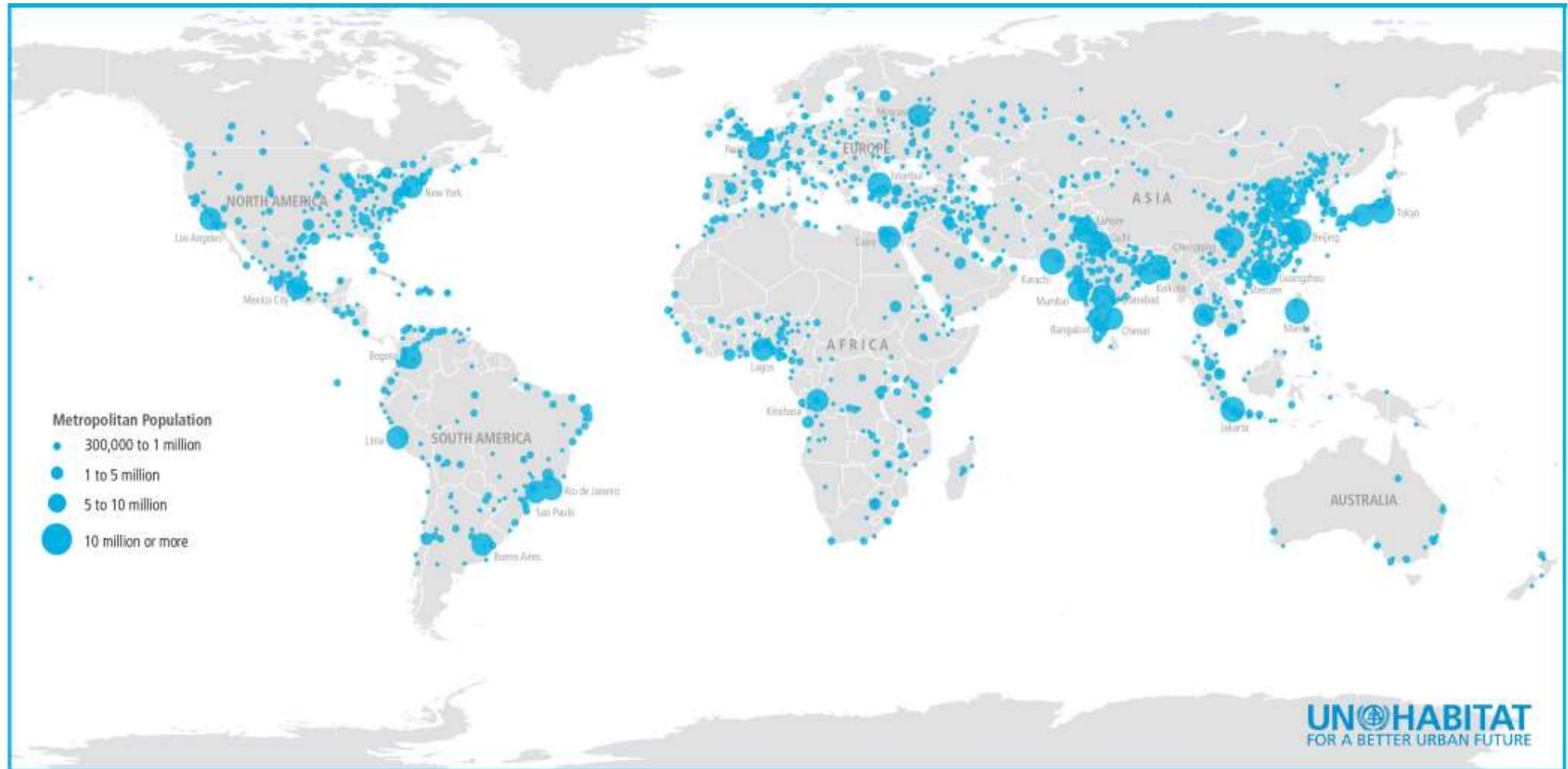
Junto ao indivíduo autônomo, a emergência das metrópoles reverbera tendências associativas e de comportamentos, com ampla influência cultural e política. Park (1967 [1916] p.26) expõe que os grupos sociais nessas aglomerações urbanas interagem em uma “espécie de mecanismo psicofísico”, onde “interesses políticos e articulares [dos indivíduos] encontram expressão não só coletiva [nos grupos sociais], mas também incorporada [à cidade]”. Os diversos “modos de vida” observados moldam “várias cidades em uma só”, com solidariedades e “lugares” próprios de pertencimento.

Engels (2010 [1845] p.67-9; p.160-1) pondera que nascida na expansão do capitalismo industrial, a metrópole desnuda de modo único desigualdades e contradições sociais. Nela convivem próximas e separadas as maravilhas e as misérias modernas, os palácios suntuosos e as engenhosidades das tecnologias, ao mesmo tempo, a fome, a falta de moradia e a carência básica de reprodução da vida. Com a concentração desigual, os conflitos decorrentes nas aglomerações são consequentes no reconhecimento de classes, lutas e mudanças sociais.

Grande, influente, rica e poderosa, de vida diversificada, individualizada e integrada, contraditória, desigual e conflituosa. No século XXI metrópole designa um tipo de aglomeração urbana superior à cidade. Aquela que concentra relações sociais com difusão econômica, cultural e política para amplas áreas regionais, nacionais e internacionais.

A organização de formas espaciais não conhecidas antes da metrópole reverberam diversos conceitos associadas à metropolização das cidades. Conurbação, fusão de distintas cidades em única área ou mancha urbana (GEDDS, 2022 [1915]). Cidade-região, (SCOTT et al., 2001 [1999]), região urbanizada. Megacidade, a de mais de oito milhões de habitantes (DAVIS, 2015 [2006]). Megalópole (GOTTMANN, 1970 [1961]) ou Megarregião (SASSEN, 2007), complexo urbano-regional de metrópoles. Esses e outros termos são úteis, mas possuem limites de consensos e de divulgação científica.

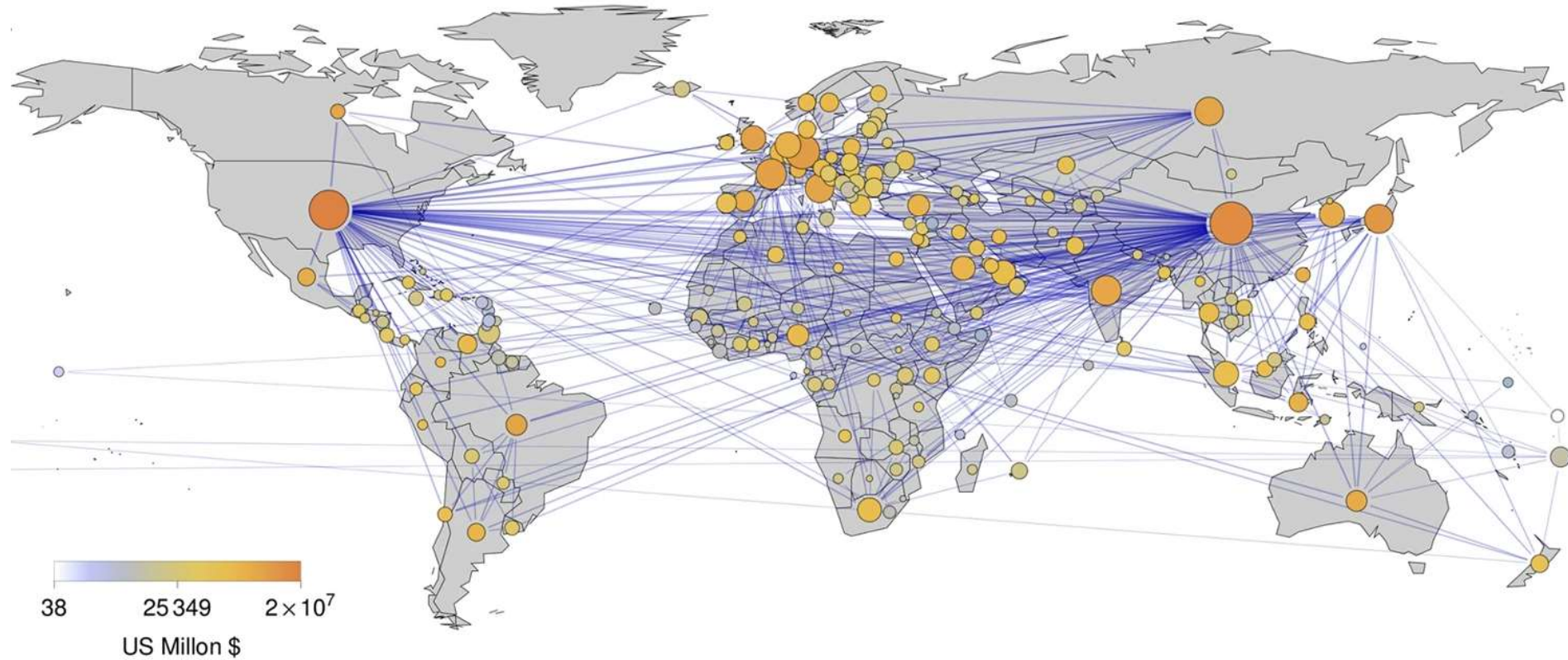
FIGURA 1 – CONCETRAÇÃO DA POPULAÇÃO MUNDIAL EM ÁREAS METROPOLITANAS COM MAIS DE 300MIL HABITANTES – ONU-HABITAT, 2020.



Fonte: ONU, 2020.

Legenda: pontos azuis – áreas metropolitanas no mundo.

FIGURA 2 – FLUXOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL POR PAÍS, 2013.



Fonte: García-Pérez, G., Boguñá, M., Allard, A. et al., 2016.

Legenda: Fluxo e pontos do movimento do comércio exterior com base em cruzamento de informações de comércio internacional.

Para Lefebvre (2009 [1968] p.18-9), a urbanização contemporânea expressa menos uma expansão e mais uma “implosão-explosão” da cidade, a qual não desaparece, se modifica em meio a múltiplos “espaços urbanos”. O urbano por interação ou por retroação muda e intervêm em distintas qualidades, propriedades e épocas. O espaço em si, ao penetrar nas relações sociais não é mais isolável ou mantido estático, incide na sociedade como um todo. Um produto social produzido como única possibilidade de estar no mundo.

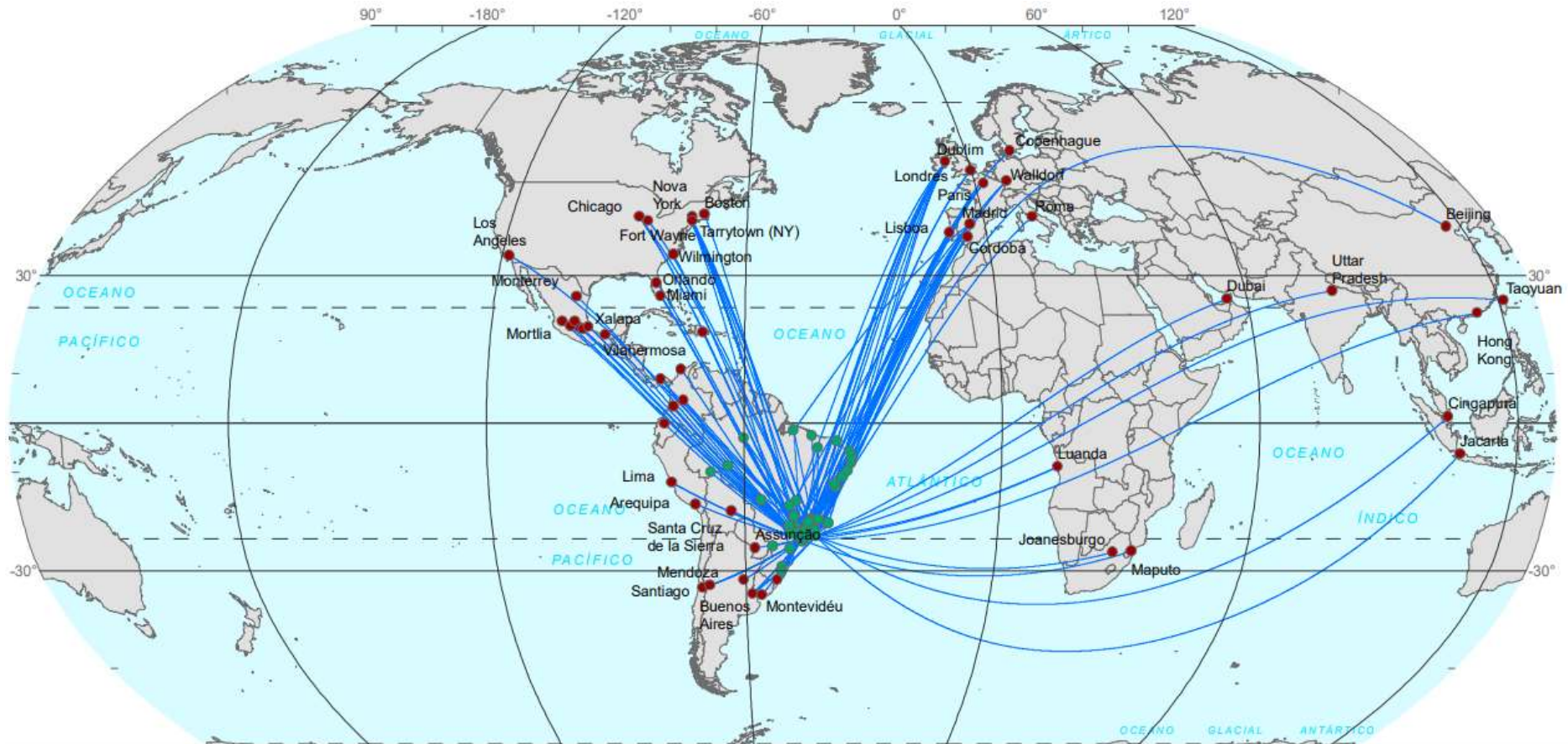
Segundo Lefebvre (2006 [1974], p. 54-8) a produção dos espaços urbanos possui conteúdo dinamizador associado à hegemonia da economia capitalista. A urbanização é vista em “escalas muito mais vastas” e nos “espaços já urbanizados” há um “aburguesamento ao segundo grau” (*Idem*, p. 59-60). A tentativa de homogeneização sob o domínio da ordem econômica gera o efeito nem sempre premeditado da fragmentação dos espaços. Junto ao fracionamento concomitante das classes sociais emerge uma organização espacial de “tecido urbano” com conteúdo “hierarquizado” e “heterogêneo” e em “forma” de “rede” (*Idem*, p.77).

Rede deriva de palavra latina para nomear um instrumento de caça feito do entrelaçamento de fios (DIAS, 2005). Nas ciências sociais, segundo Musso (2005 [1997], p.22-7), o termo foi primeiro conceituado por Saint-Simon como associação de pessoas em um espaço, com comunicação e objetivos próprios. Latour (1994 [1991], p.114-20) lembra que as redes são mais ou menos longas e conectadas e conexões de diferentes pontos. É distinta, por conseguinte, do tecido, mais denso e compacto.

Castells (2005 [1996], p. 512-5) entende que ao redor dos pontos da rede urbana há um contraste entre os espaços de fluxos, aqueles ligados aos conteúdos da ordem capitalista, com os espaços de lugares, próprios do pertencimento à vida comunitária. As formas espaciais projetadas para ligar ao mundo nas áreas metropolitanas convivem e conflitam com maneiras de viver antes existentes na cidade. Na relação entre rede de espaços urbanos e a concentração na cidade, a urbanização dá sentido à produção de áreas metropolitanas heterogêneas, segregadas e em permanente difusão do tecido urbano.

Conforme Mark Gottdiener (1997 [1985], p.14-9), o tecido urbano metropolitano tende à “desconcentração”, uma forma-processo, produto-produtor, da dispersão regional da urbanização com a articulação de múltiplas centralidades urbanas. A produção desse tipo de espaço tem como motriz a atuação local associada de capitais diversos, do circuito imobiliário-financeiro e de setores de Estado. O objetivo de obter vantagens econômicas e se prevenir dos efeitos das crises do capitalismo. O resultado são áreas metropolitanas com “design espacial” tecido “amorfo”, “maciço” e “hierarquizado” (*Idem*, p. 226).

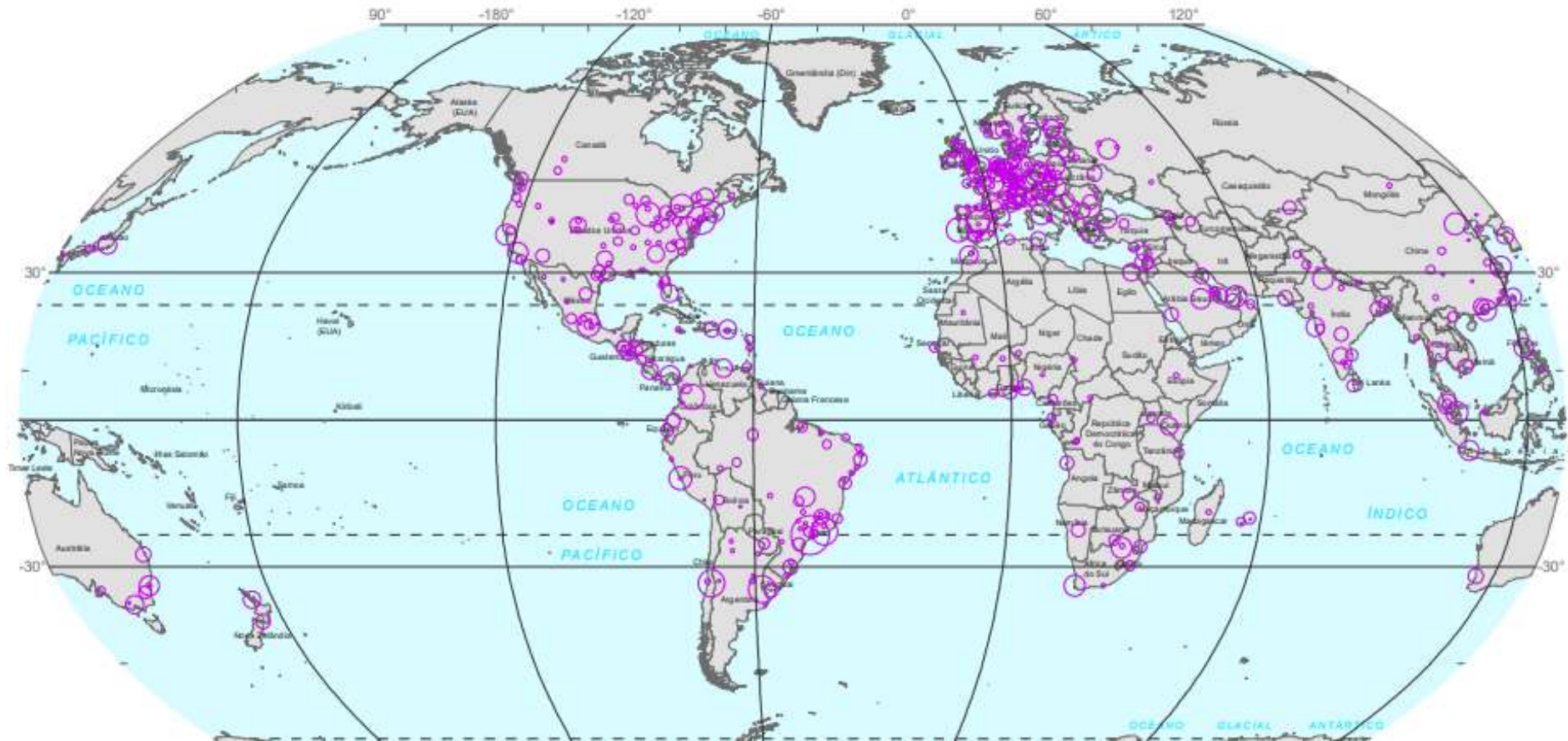
FIGURA 3 – CONECTIVIDADE GLOBAL DAS ÁREAS URBANAS BRASILEIRAS – Regic-IBGE, 2018.



Fonte: IBGE, 2018.

Legenda: ligação das principais empresas de serviços avançados atuantes nas áreas urbanas brasileiras e com sedes internacionais.

FIGURA 3a – CONECTIVIDADE GLOBAL DAS ÁREAS URBANAS BRASILEIRAS – Regic-IBGE, 2018.



Fonte: IBGE, 2018.

Legenda: concentração de conexões com áreas urbanas internacionais.

Harvey (2005 [1982], p. 583; 617-9) analisa que a reestruturação dos espaços urbanos está enraizada na organização financeira global desregulada. Com a finalidade de assegurar maneiras de lucrar diante de crises, agentes econômicos poderosos se associam a poderes locais para promover o descolamento acelerado de capitais, sem controle, flexível e por todo o planeta. Apropriam e desapropriam em favor de mercados globalizados, retalham os lugares, muitas vezes à revelia da geração de empregos, de proteção ambiental, de respeito à vida comunitária e com tendências a acentuar desigualdades sociais.

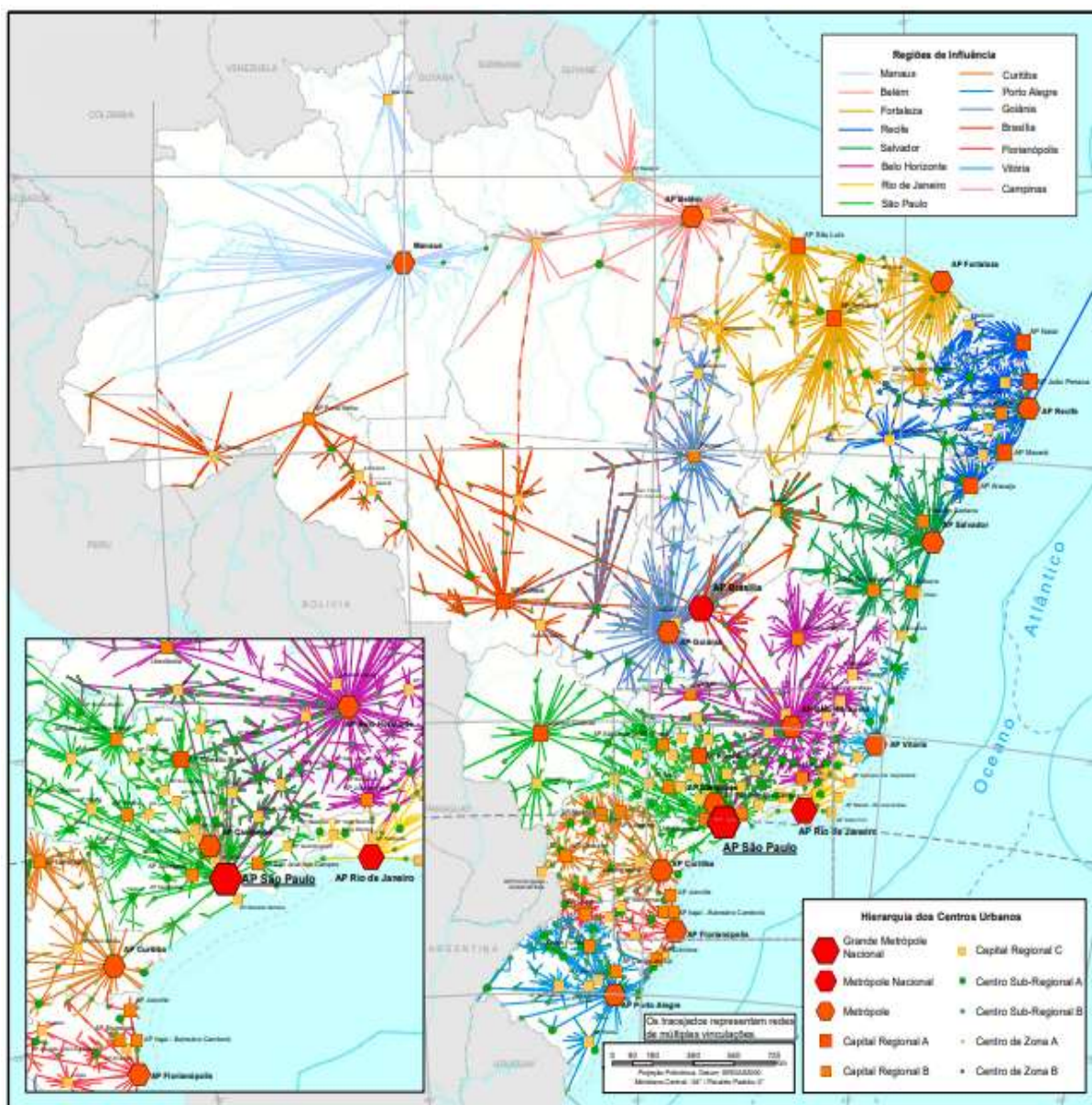
Rede, conexões flexíveis e desconcentração urbano-metropolitana, segundo Ana Clara Ribeiro (1998, p. 94), nas metrópoles periféricas, como no Brasil, as formas, os conteúdos e os processos socioespaciais contemporâneos aprofundam as já muito desiguais relações sociais no país. Nos termos de Ana Fani Carlos (2012, p. 45), ao integrar ou excluir, os capitais se alimentam da competitividade entre lugares, o que mascara ou normaliza as informalidades, as precariedades e a violência nas metrópoles. O que resulta em poucos pontos dos espaços urbanos que concentram vantagens e áreas imensas desprivilegiadas.

Caldeira (2000, p.257-9) analisa os “enclaves fortificados” como recortes desiguais dos tecidos urbanos nas metrópoles. Legitimados em razão do medo da violência, tal modelo espacial é mediado por muros e tecnologias da segurança, como *shoppings*, condomínios e arranha-céus. Tornam-se espaço urbano referencial por serem forjados em separações físicas, sociais e simbólicas, que ao sobrepor trajetos, hábitos e gestos diários contribuem com a segregação de quem vive “lado a lado” e “dentro e fora”.

Os “enclaves” antes restritos às principais metrópoles e às camadas mais abastadas se proliferaram rápido em áreas interioranas e se difundiram entre as classes populares. São apresentados como exemplo de modernidade e metropolização. Um símbolo de ligação do local aos “fluxos” econômicos, tecnológicos e culturais da rede urbana. Mas, que exprimem o avanço de desigualdades com um progressivo esvaziamento dos espaços públicos em favor de locais privatizados, vigiados e sem livre circulação de pessoas (*Idem*, p. 301-2).

O processo de reestruturação do tecido urbano como concomitante aos fluxos globais é observado por Lencioni (2013 p.18-9), que entende a metropolização brasileira derivada da rede urbana de metrópoles mais estabelecidas, notadamente São Paulo, centro de um arranjo econômico-financeiro com influência internacional. Contudo, a rede de cidades do país apresenta grande complexidade regional em razão do crescimento populacional, do desenvolvimento produtivo e da diversificação social a partir de áreas metropolitanas em todas as grandes regiões do Brasil (Regic-IBGE, 2018)

FIGURA 4 – REDE E HIERARQUIA URBANA BRASILEIRA – REGIC-IBGE, 2018.



Fonte: IBGE, 2018.

Lembra-se que na esteira da industrialização, com políticas de desenvolvimento e diante êxodo rural massivo, a maioria da população brasileira passou a viver em aglomerações urbanas entre 1930 e 1970 (FERNANDES, 2006 [1974]). Nas grandes cidades de estados do litoral do país, as mudanças econômicas, políticas e culturais evidenciaram a formação de áreas metropolitanas desde a década de 1970 (SANTOS, 2013 [1993]). Nos anos 1990, mesmo na Amazônia e no Cerrado, Manaus, Brasília ou Goiânia, já concentravam relações de caráter metropolitano com influência em vasta porção do território nacional (OM, 2008).

Vale ressaltar que a afirmação de uma metrópole ou a deflagração da metropolização não se confunde com governar ou com instituir um governo metropolitano. Para tal exige-se reconhecer um tipo de ente político, que em determinada área metropolitana será considerado legítimo e munido de aparato decisório, jurídico e administrativo próprio. Portanto, um ato de vontade de poder com decorrências práticas.

Duverger (1984 [1959], p. 12-3) aprecia que o poder, apesar de representar a ameaça da força, se repousa largamente na cultura, pois depende da legitimidade de consensos no quadro social. Ao contrário das relações de dominação, o poder não é apenas obediência às ordens, pois tem caráter organizado e estrutural, aceito, consentido, político. A política como atividade em si é congregação, disputa de força e expressão de conflito, cooperação e contradição, as versões que confrontam ou convergem ao tomar decisões para o futuro.

A política ganha relevância e unanimidade no âmbito de Estado, o centro do poder. É a instituição que detém o monopólio da violência, a qual contém as principais representatividades, as ideologias de maior influência e os posicionamentos mais contundentes. O poder estatal é legitimado e legitima o campo político, onde há lutas por hegemonia (GRAMSCI, 1978 [1932]) para controlar meios legítimos de força (WEBER, 1968 [1919]), instrumentos de poder simbólico (BOURDIEU, 1989 [1973]) e no intuito de incidir deliberações na agenda pública de uma sociedade (HABERMAS, 1984 [1962]).

O campo político imbrica-se ao território, o espaço limite de uma relação de poder (RAFFESTIN, 1993) e o limite de poder de uma sociedade (SOUZA, 2013). Os poderes se afirmam circunscritos entre fronteiras territoriais, ao mesmo tempo em que delimitam o âmbito de ação política. Contudo, conforme Castells (2000 [1972], p. 53-6), não raro perpetuam inadequações entre unidades reais de organização dos espaços e unidades territoriais de gestão administrativa. Assim, por vezes as ações em um território estão em nítido descompasso com os desafios, os problemas e as possibilidades de governar a região.

Região advém do latim *regere*, palavra designada para demarcar autoridade de Roma no estabelecimento de critérios para organização de um governo local. Nas ciências sociais foi utilizada de início com intenção de demarcar bacias hidrográficas, biomas ou unidades do saber geográfico. Nos conhecimentos contemporâneos Gomes (1995, p.51) indica que região é, sobretudo, um quadro intelectual de referência espacial. Bourdieu (1989 [1980], p.113-18) adverte que, se são observações e abstrações, as regiões advêm das lutas, inclusive simbólicas, dos grupos para dominar e administrar o território.

No Brasil, região metropolitana é hipótese do conhecimento que identifica em um quadro territorial mais ou menos definido (metropolização da cidade, Estado ou município) a necessidade propor instâncias políticas (instrumentos e capacidades de governo). As primeiras regiões metropolitanas foram instituídas pela União em 1973 – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. Segundo Celina Souza (2003, p. 137), o Estado prometia o planejamento integrado e a prestação de serviços comuns, mas quase nada avançou por uma estrutura institucional muito centralizada.

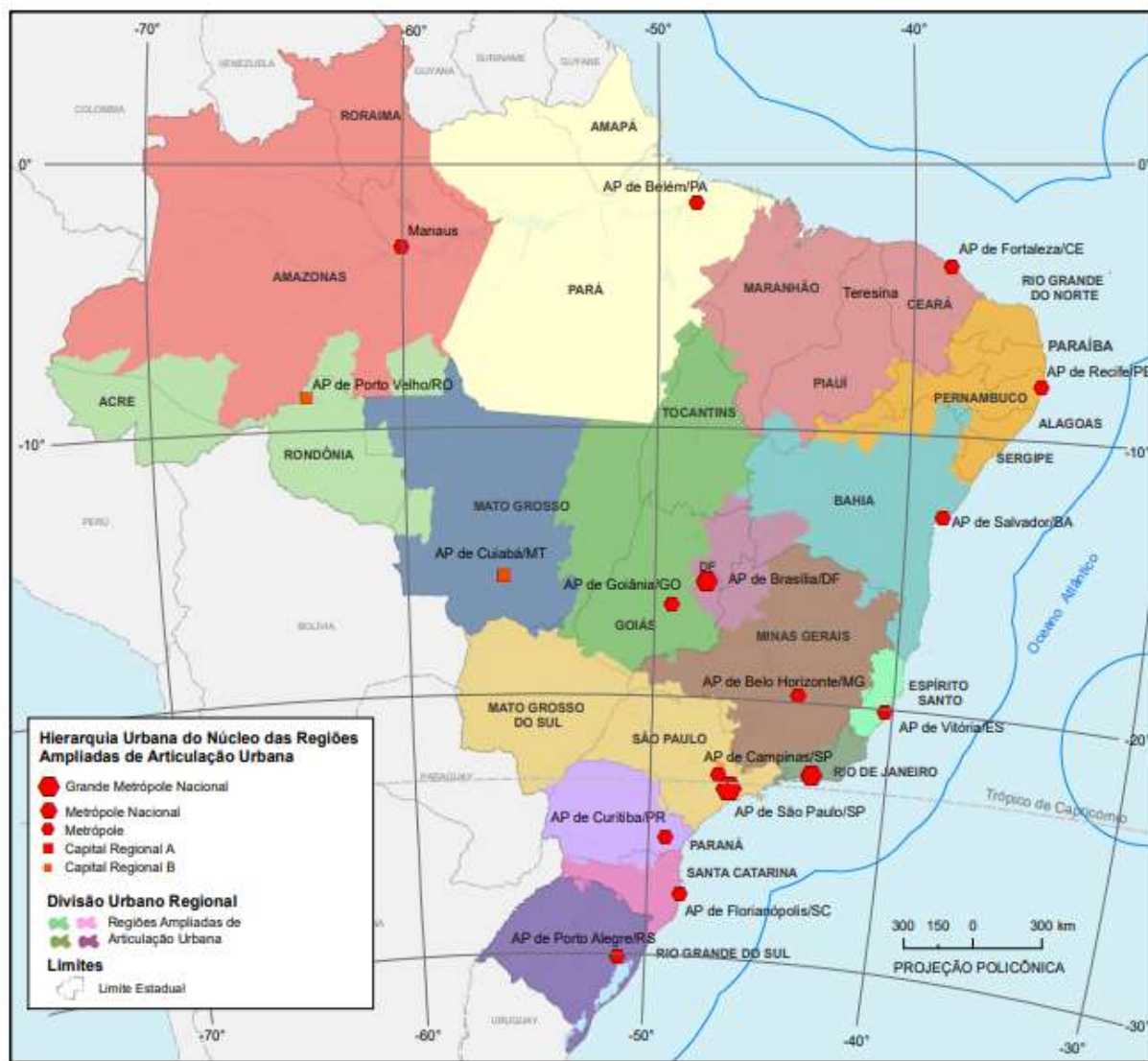
Com a Constituição Federal de 1988, a criação de uma região metropolitana passa a ser de reponsabilidade dos poderes estaduais e não mais da União. A proliferação dessas institucionalidades nem sempre correspondeu à efetividade de planejamento ou mesmo a percepção conceitual da metropolização de determinada área. Na maioria das vezes ocorreu reconhecimento formal sem haver vida metropolitana ou, ainda, não se reconhecia uma efetiva área metropolitana.

Desde 2015, um novo marco institucional passa a interagir com a metropolização brasileira, o Estatuto da MetrÓpole (Lei Federal nº 13.089). A Lei normatiza que, para acessar recursos federais, o termo região metropolitana é indicado apenas às metrÓpoles apontadas nas pesquisas do IBGE – São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Fortaleza, Recife, Salvador, Goiânia, Belém, Manaus, Florianópolis, Vitória e Campinas. Apesar de acanhada, tal regra visa mitigar o pouco dos problemas de indefinição conceitual, de critérios e de classificação territorial entre entes federados no Brasil.

Ainda para amortizar polêmicas, tensões e conflitos, como caso fosse proposto à criação de nova unidade federativa, o Estatuto da MetrÓpole preconiza um modelo de governança interfederativa. Segundo Fábio W. Reis (1994, p.198), governança é palavra traduzida do inglês *governance*, que significa a capacidade da sociedade e dos governos proporem, articularem e executarem efetiva agenda política. Diniz (1997, p. 38-9) pontua que a governança é possível com a construção de meios para ampliar a capacidade governativa. Difere e abarca a governabilidade, as condições institucionais de exercício dos governos.

A noção de governança evoca decisões tomadas de acordo com desígnios coletivos e objetivos políticos pactuados. Já que, como lembram Clementino e Almeida (2015, p.218), a governança é possibilidade de descentralização de poder estatal, pois movimentada entre poderes e junto à sociedade civil, com a ampliação da opinião pública, das pressões e da adesão de interesses sociais. Por exemplo, na elaboração participativa do planejamento e na efetividade da gestão metropolitana de Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC).

FIGURA 5 – REGIÕES METROPOLITANAS E CAPITAIS DE REGIÕES URBANAS AMPLIADAS – DIVISÃO URBANO REGIONAL-IBGE, 2021.



Fonte: IBGE, 2021.

O Estatuto da Metrópole é explícito em promulgar que a governança interfederativa das regiões metropolitanas deve envolver, além de poderes estaduais e municípios, a sociedade civil ou qualquer pessoa interessada. Em consonância com a Carta Magna e o Estatuto da Cidade, ao prometer partilhar deliberações se soma a outros instrumentos de participação social, como leis de iniciativa popular, conselhos, conferências, comitês e fóruns, planos, programas e políticas públicas. Uma garantia legal de que as temáticas de interesse coletivo podem vir a potencializar ações com intuito de “governar” as metrópoles brasileiras.

## 1.2 PROBLEMA TEÓRICO-POLÍTICO, CONTORNOS DE PESQUISA E ABORDAGEM METODOLÓGICA.

Após quase uma década o advento do Estatuto da Metrópole não reverteu à continuidade de precário governo metropolitano no Brasil. Prova é que em 2018 alterações na Lei quase desobrigam os governos estaduais a elaborar um PDI (Plano de Desenvolvimento Integrado). Documento basilar de planejamento das FPIC, cujo descumprimento antes poderia penalizar o(a) Governador(a) por improbidade administrativa.

Apesar de algum fortalecimento institucional pouco se avançou na prática. O cenário se agravou com as crises políticas, econômicas e epidemiológicas nos anos iniciais de 2020. Os governos no Brasil praticamente se ausentaram de ações contundentes em favor de políticas públicas, inclusive durante a pandemia de Covid-19. As mudanças nas correlações de forças políticas em larga medida também vedaram processos institucionais participativos, motivo somado para não aplicação do Estatuto da Metrópole. Diante das indefinições as normas pouco ganharam força junto a poderes de Estados e municípios.

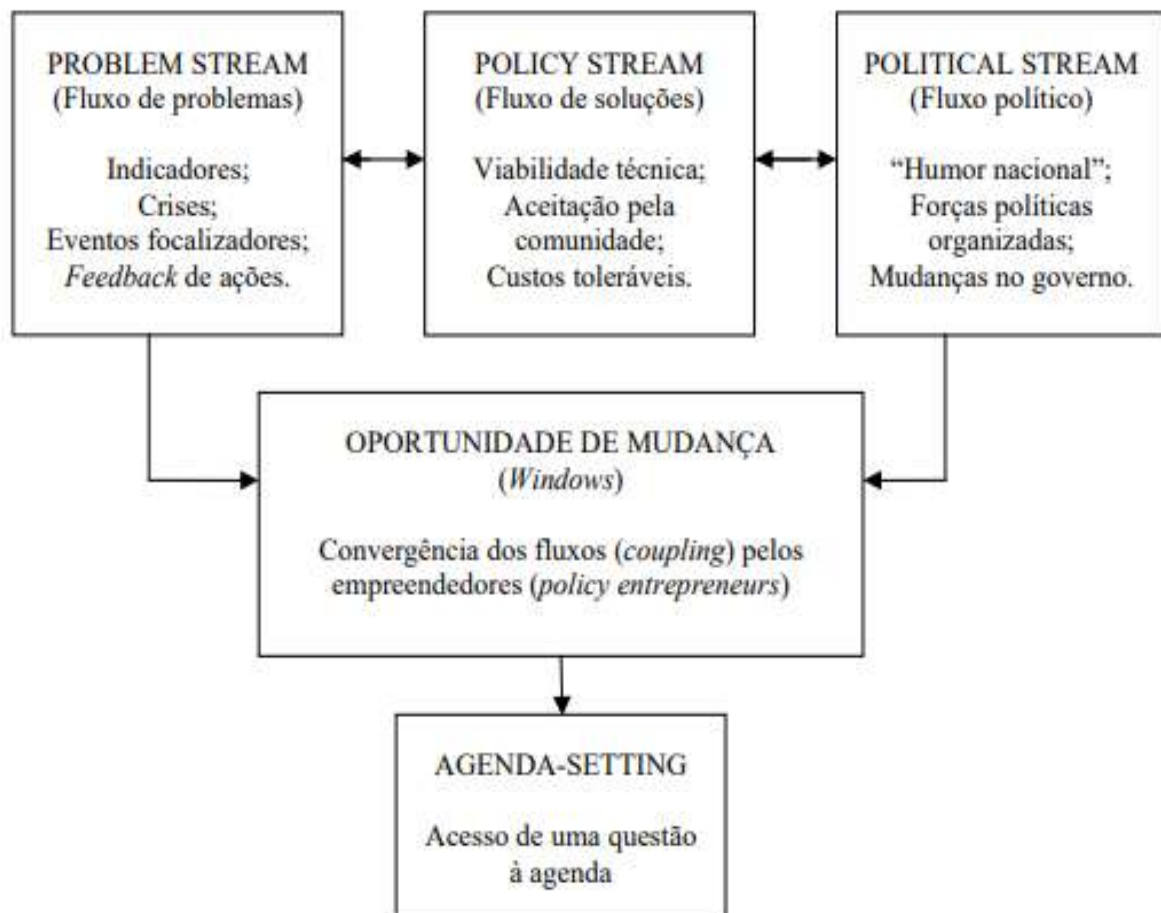
O fato é que em geral a agenda política brasileira nunca deu devido destaque à efetiva institucionalização das regiões metropolitanas. Agenda são temas, que em conjunto mobilizam opiniões e os posicionamentos com intensão de governo. A presença ou a ausência de temas na agenda evidenciam na ordem-do-dia dos acontecimentos valores e as prioridades das escolhas nas instituições. Pondera-se que um tema para estar na agenda política deve ter densidade suficiente, pois há competição mordaz para despertar o interesse público.

Capella (2005) sinaliza que a temática está na agenda quando chama atenção contínua da opinião pública (agenda midiática, intelectual, formadores de opinião), de políticos (agenda política, governamental, decisória) e da sociedade civil (agenda pública, individual, coletiva). Ao estar posicionado na agenda da sociedade em geral um tema pode se transformar em prioridade e, conseqüentemente, se desdobrar em estratégias de agendas decisórias, momento político de desenlace para o governo.

É importante distinguir a agenda decisória dos governos da agenda simbólica dos governantes. Para Capella e Brasil (2022), no primeiro caso os assuntos estão maturados em projetos de Lei, nos planos de ação ou nas medidas ordinárias, ou seja, em processo ativo de decisão e prontos a se tornar ação governamental. Já o segundo caso é rudimento da inserção de um assunto no radar das decisões possíveis, se manifesta sem muitos custos políticos, como em discursos eleitorais ou nos posicionamentos livres de um líder sobre tema polêmico.

Conforme Kingdon (2007 [1995], p.236), na agenda decisória a tomada de decisão acontece na convergência das atuações políticas em momentos críticos. Momento cuja são aferidos diagnósticos rápidos dos problemas e com proposições precisas para avançar em soluções. Assim, uma dada temática agita o campo político, a opinião pública e os elementos interessados da sociedade.

FIGURA 6 – MODELO DE KINGDON PARA MUDANÇAS NA AGENDA



Fonte: CAPELLA, 2005.

No caso da governança das regiões metropolitanas, antes da possibilidade de qualquer decisão ser tomada, a flagrante ausência do tema na agenda política deve ser revertida. A necessidade de mudar a agenda política para abarcar os temas metropolitanos exige ampliar significativamente as discussões na agenda pública e da sociedade civil. Não só nas esferas federais de poder, mas, sobretudo, em nível da metrópole, de estados e municípios, junto à participação da sociedade, de governadores, prefeitos, deputados estaduais e vereadores.

Segundo Kingdon (2007 [1995], p.236) para mudar a agenda deve-se aproveitar as “janelas de oportunidade”, que são temporárias, intermitentes e muitas vezes imperceptíveis. Exige-se nesses momentos a pose de estratégias diante dos problemas e das soluções disponíveis, para oportunamente incidir nas tomadas de decisões. Tais intenções se manifestam nas ações de sujeitos com peso, relevância, densidade, de opiniões e posicionamentos acerca do futuro frente a um tema ou fato político novo.

Ao se vislumbrar mudar a agenda, conforme Luiz Cesar Ribeiro (2007) as regiões metropolitanas como estratégia de promoção do bem-estar e da cidadania convivem diante interesses dos principais agentes econômicos, a qual tomam decisões fora dos meios de cooperação e participação, a fim de viabilizar vontades corporativas e com a colaboração do alto escalão dos poderes públicos. Klink (2010) lembra ainda das fragilidades dos sistemas operacionais de governança, com sobreposição de arranjos pouco efetivos, como desafios a serem enfrentados nas metrópoles. Reproduzem-se as lacunas de governos metropolitanas.

As metrópoles carecem de representatividade, em especial se considerada a extensão e o potencial do eleitorado. Carvalho (2009) diagnostica que os eleitos, ao invés de assuntos públicos, não raro atuam voltados aos interesses paroquialistas, com atualização de práticas de dependência de favores pessoais e uso privado da coisa pública. Moura (2004) percebe a prevalência de políticas localistas que acentuam as lacunas e ausências do te metropolitano. Há pouca preocupação com as regiões metropolitanas nas instâncias decisivas de poder.

Diante da passividade dos poderes em colocar as regiões metropolitanas na agenda política-decisória é pertinente o objetivo de compreender os possíveis sujeitos, múltiplos e emergentes capazes de reivindicar estratégias práticas em nome das regiões metropolitanas. Como hipótese considera-se que esses sujeitos são essenciais para ajudar a mudar a agenda política ao dar relevância para o tema das regiões metropolitanas, tal qual podem dar contribuições frutíferas nas discussões, em diagnósticos e na proposição de alternativas, na efetividade do planejamento de FPIC e nos mecanismos de governança interfederativa.

Mas quem são os sujeitos dispostos em agir no âmbito de uma região metropolitana? Como caracteriza-los por estabelecimento de elos territoriais? Por que se afirmam politicamente limitantes e limitados ao metropolitano? Quais motivações em potencial movimentam tais sujeitos? Diante do desafio teórico de delimitação considera-se antes de qualquer coisa que sujeito se refere notadamente àquele em ação relacionada a um objeto também dinâmico. A ação é condição essencial da vida, das relações sociais e princípio norteador das ciências humanas.

Weber (1991 [1922], p.139-41) conceitua ação social como conduta dotada de sentido para indivíduo ou grupo. Uma maneira racional e afetiva de um sujeito agir para si em relação ao outro. Tem intenção de atingir fim, valor ou costume. Na leitura de Marx e Engels (2007 [1846], p. 33) a ação é objetiva e subjetiva, produção e reprodução, possibilidade do sujeito individual-coletivo saciar infinitas e transitórias necessidades humanas. Relaciona-se com a práxis, a ação prática consciente de mudança do real.

Se a ação do sujeito é a expressão de grupos e de indivíduos em movimento de sentidos e em razão de necessidades, não se pode desconsiderar que estruturas, ordens, ordenamentos, regularidades, continuidades, organizações sociais ora parecem prevalentes em relação às vontades, práticas, movimentos, agitações, descontinuidades e dinâmicas. Dilema que implica em considerar se os sujeitos a todo o tempo produzem o real ou a realidade ao se autonomizar dá sentido às ações. Ou, como implicação da pesquisa, se são os sujeitos que produzem a metrópole ou se a metropolização determina a ação dos sujeitos metropolitanos.

Acerca das determinações da ação e da teoria, Alves (2010) analisa que tal dilema marca uma inflexão nas ciências sociais. O que levou ao consenso de entendimento, de acordo com Ianni (1990), de a realidade ser essencialmente dotada de “historicidade”. Noção cujo ser humano deve assumir a ação no tempo, pois estruturas e lógicas duradouras são produção histórica, feitas e refeitas, em mudanças constantes, por cada sujeito e diante de possibilidades de viver e se organizar em sociedade.

Na perspectiva de Martins (1996, p.21-3), indivíduos e grupos agem imersos no vivido, momento em que os tempos sociais se apresentam caóticos, fragmentados e muitas vezes imperceptíveis no cotidiano. Esse momento de tempo-presente porta o tempo-histórico, que é expressão e contradição de estruturações concebidas, regulares, orgânicas e funcionais. No encontro cotidiano entre o ocorrido no passado com a ocorrência do presente, os sujeitos percebem as possibilidades de mudanças, o tempo-possível. O tempo cujo produz, muda e transforma, a si, a sociedade e o futuro.

Se existe um consenso acerca das imbricações da ação com o tempo, com maiores discussões também uma afirmação é quase irrefutável: o espaço é produto social, produzido socialmente, que interage na produção das sociedades. Contudo, o princípio da produção do espaço não se afirma sem se defrontar com as dicotomias das teorias sociais, pois seria a ação que ativa a produção do espaço ou ao incorporar a história os espaços instigam os sujeitos? Dois enfoques teóricos distintos podem auxiliar na questão ao partilhar a ideia principal.

Representante do primeiro enfoque, para Castells (2000 [1972], p.181) o espaço é produto material, organizado e organizável por elementos dominantes que exprimem determinismos sociais. A produção do espaço ocorre na ação de “agentes-suportes” derivados de três sistemas sociais, “econômico”, “ideológico” e “político-jurídico” (*Idem*, p.201). Sem muita motivação ou poder de iniciativa os sujeitos agenciam posições e papéis mais ou menos autônomos ao serem codificados para reproduzir lógicas ordinárias em um “sistema espacial”.

O segundo enfoque representado por Lefebvre (2006 [1974], p.5) entende o espaço por *status* ontológico, produto e produtor, relacional às vivências, contradições e representações sociais. O sujeito ao agir afirma existência na produção do tempo, analogamente de um espaço. Há aí a mediação entre objetivo e subjetivo, concreto e representado, prático e raciocinado, formal e informal, linguagem e comunicação. O espaço assim não é natural e nem só dominado, mas o social que aflui dos sujeitos.

Em termos teóricos, a leitura de Lefebvre (2006 [1974], p. 20) sugere que ao agir os sujeitos unificam as “práticas espaciais” no cotidiano, a qual comporta o concebido, as “representações do espaço”, expressão abstrata, escrita em estratégias históricas de ação. As concepções percebidas também são possíveis por produzir “espaços de representação”, das subjetividades, dos lugares singulares dos sujeitos. Na trinca ações, temporalidades e espacialidades, os sujeitos passam a elaborar dentre as infinitas possibilidades humanas, as linguagens, que permitem maneiras complexas de comunicar.

Conforme Dubar (2004), em perspectiva das linguagens a literatura das Ciências Sociais situa os “sujeitos” como “agentes”, “atores” e “autores-reflexivos”. O sujeito agente está imerso na vida prática, mais ou menos age para solucionar demandas diárias. O ator é capaz de atuar não só por interesse ou necessidade psicológica, mas para oportunizar estratégias. O autor-reflexivo, ao agir descobre-se a si mesmo, a reagir, a orientar a existência.

O enquadramento de Dubar (*Idem*) é útil para apreender características sobressalentes, imbricadas e convergentes das ações a depender das linguagens. Porém, ao contrário da relevância dada as individualidades os sujeitos coletivos não são devidamente tratados e, ademais, nota-se que quase se desconsidera a conexão dos tipos de ações com o espaço.

No esquema proposto as teorias dos movimentos sociais preenchem lacunas acerca das especificidades da ação coletiva. A revisão bibliográfica de Alonso (2009) sugere que os agentes aluem-se a mobilização de recursos (OLSON, 1999 [1971]), o ator representa em processos políticos (TILLY, 2010 [1979]) e o autor-reflexivo projeta a cultura (TOURAINÉ, 1997), experiência (HABERMAS, 1987 [1985]) e autonomia (MELUCCI, 1989 [1983]).

Em relação à ação conectada os espaços, uma interpretação de Lefebvre (2006[1974], p. 36) sugere o ator político como mediador e representante, mobilizador e formulador de estratégias, os representantes das “representações dos espaços”. Por conflitos e consensos, esses sujeitos impõem as ordens dos sistemas quando usam conhecimentos, signos, leis e códigos (*Idem*, p.259). Ao mesmo tempo, também elaboram criativamente as utopias e as inventividades para solucionar desventuras em arenas ou centralidades políticas.

Nas arenas políticas há o encontro simultâneo das ações, um clímax, uma inflexão, uma janela de oportunidade cujos atores concebem e decidem acerca dos usos legítimos e das ordenações dos espaços. Na medida em que essas arenas são agitadas, a palavra, a escrita, a concepção é tão poderosa quanto às ações desencadeadas. Por exemplo, quando os sujeitos usam, ou não, no momento de tomada de decisão termos como metrópole, região metropolitana ou outro relacionado à metropolização.

Os sujeitos das “representações do espaço” também estão em ação nos sistemas sociais. Nos termos de Lefebvre é a operação do “espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas ‘retalhadores’ e ‘agenciadores’” (*Idem*, p. 40). Contudo, cada agente suscetível de intervir teria influência e contradições ao defrontar-se com as atividades separadas de modo tão sistemático (*Idem*, p.19). Não sem conflitos os sujeitos-agentes agem no espaço referenciado por práticas repetitivas, local de ocorrência dos eventos, com roupagem jurídico-administrativa dos aparatos operacionais das decisões do poder.

Se os atores agem circunscritos em arenas políticas e os agentes nos aparatos jurídico-administrativos, como de uma região metropolitana, na conexão espaço-sujeito também há a insinuação de um potencial sujeito autor-reflexivo. Com base nas contribuições de Lefebvre (*Idem*, p. 18-25-37) considera-se, ante o “assujeitamento” político da sociedade ao espaço, que “cada ‘sujeito’ se situa em um lugar onde se reconhece ou então se perde, do qual usufrui ou modifica.”. Logo, nas ações estabelecem uma relação prática e uma interação que produz e é produto o espaço como uma obra autoral e reflexiva, um “espaço de representação”.

O “espaço de representação” retratado por imagens, sentimentos e sensações é um espaço dominado, suportado, que a imaginação visa mudar (*Idem*, p. 40). Os sujeitos são autores nesses espaços, pois nascem e agem, existem e padecem na subjetividade dos lugares de pertencimento. Nos lugares as reflexividades se fundem aos conteúdos das experiências relatadas. Por conseguinte, ao agir autores-reflexivos são capazes de sensibilizar a sociedade de modo amplo, de organizar mobilizações sociais e de elaborar conhecimentos coletivos.

### QUADRO 1 – SUJEITOS – CONDIÇÕES, EXPRESSÕES E TIPOS

SUJEITOS				
		Tipos de Sujeitos		
Condição	Expressão	Agente	Ator	Autor-Reflexivo
Ação	Sentido	Racional	Valorativo	Afetivo
	Necessidade	Objetiva	Possibilidade	Subjetiva
	Relações	Reprodução	Práxis	Produção
Tempo	Presente	Cotidianidade	Momento	Cotidiano
	Histórico	Ordenado	Estruturado	Imaginado
	Possível	Homogêneo	Fragmentado	Heterogêneo
Espaço	Vivido	Práticas Espaciais Representadas	Espaço de Representação da Prática	Representação do Espaço Prático
	Concebido	Instrumental	Institucional	Emocional
	Percebido	Aparato Jurídico-administrativo	Arena	Sociedade Civil
Social	Relação	Integração	Conflito	Cooperação
	Condição	Sobrevivência	Mudança	Vivência
	Interação	Regularidade	Mediação	Dinâmica
Individual	Singular	Problema	Alternativa	Experiência
	Particular	Diagnóstico	Solução	Sensação
	Geral	Demanda	Oportunidade	Sensível
Coletivo	Pessoa	Papel	Processo	Identidade
	Grupo	Posição	Estratégia	Compartilhamento
	Sociedade	Sistema	Estrutura	Pertencimento
Linguagem	Comum	Operacional	Engajada	Biográfica
	Abstrata	Comando	Referencial	Narrativa
	Elaborada	Normativo	Posicionamento	Relato
Política	Atividade	Mobilização de Recursos	Articulação Institucional	Mobilização Social
	Meio	Agenda Governamental	Agenda Decisória	Agenda Pública
	Objetivo	Governabilidade	Governo	Governança

Fonte: Elaboração do autor.

Lembra-se que uma eventual utilização tipológica dessa leitura requer considerar os sujeitos mais em razão da ação do que da identidade, pois nas práticas espaciais se encontram imbricados uns aos outros. Um ator pode apenas agenciar funções protocolares ou se comportar como autor de um espaço de representação. O agente pode ser ator político até aonde lhe cabe nos regulamentos e reflexivo quando oferece diagnósticos de problemas. Os autores-reflexivos da sociedade serão atores ao politizar um tema da experiência vivida ou mesmo agentes se submeter-se aos comandos de sistemas sociais mais amplos.

Não custa notar ainda, a partir da leitura de Neil Brenner (2013), que há sobreposições de escalas entre as ações sociais e os territórios. Por exemplo, é difícil escalonar o sujeito de uma região metropolitana e não da classe, da comunidade, da cultura, do estrato social, de uma identidade, do país, da cidade, do bairro ou da região. Não obstante, ao observar as metrópoles não é muito dizer que há um potencial enorme de sujeitos próprios, em um espaço circunscrito metropolitano e com algum poder delimitado de atuação.

Ao levar em conta à produção de um espaço abstrato, no caso, uma região metropolitana, as instâncias escalares de ação evocam indivíduos e grupos que se proclamam políticos de um espaço político. Dizer sujeitos da região metropolitana evita-se assim uma delimitação estreita a ponto de restringir ações às agências com nomenclatura jurídico-administrativa e, ao contrário, uma concepção muito generalista não traria vantagens práticas para o conhecimento em virtude da profusão da vida metropolitana. O sujeito da região metropolitana, agente, ator, autor, está em relação a um objeto a instituição metropolitana.

A articulação dos sujeitos em uma institucionalidade política escalonada no território como denominada região metropolitana dá-se maior destaque aos atores, pois são nas arenas políticas os tomadores de decisão no clímax dos acontecimentos. Mas, em alguma medida todos podem ser atores, agentes e autores a depender das ações de momento. Assim também está imbrica nas operações dos agentes em sistemas atinentes à metropolização e de autores-reflexivos cuja imaginação visa mudanças possíveis no quadro da vida na metrópole.

Compreende-se que os atores políticos de uma região metropolitana são os que atuam com incisão nas arenas próprias. Aqueles que agem no momento exato das tomadas de decisão e cuja atuação é marcante em instâncias de deliberação. Por exemplo, durante a elaboração do planejamento e no exercício da governança metropolitana, nas eleições ou em fóruns, conselhos e comitês público-institucionais relacionados ao tema. Mais do que ocupar determinado cargo, para os atores é importante uma contínua atividade político-decisória.

O sujeito agente da região metropolitana corresponde aos que em posse dos regulamentos institucionais desempenham posições e papéis bem delineados ao serem os responsáveis por executar ordenamentos jurídico-administrativos. Na escala espacial e no quadro social da política metropolitana são os agentes públicos que exercem funções na gestão técnico-burocrática do sistema político, como nos aparatos e no organograma estatal. No âmbito de poderes executivos e legislativos estaduais e municipais destacam-se ao agir acionados de acordo com a agenda governamental.

O autor-reflexivo é virtual sujeito político de uma região metropolitana, pois remete a uma ação possível de acordo com as apreensões subjetivas da experiência. Nos espaços de representação tal sujeito, individual, por movimentos ou coletivos percebe a vida metropolitana nos campos temáticos do cotidiano. Imagina-se que ao agir no seio da sociedade civil emergem sugestões profícuas sobre mobilidade, habitação, meio ambiente, desenvolvimento, entre outros assuntos de interesse comum metropolitano.

A abordagem teórica aqui apresentada subsidia possibilidades de construção de mecanismos úteis à compreensão dos sujeitos na produção das regiões metropolitanas. Por caminho próprio, se aproxima da literatura brasileira sobre o tema metropolitano, uma vez que alguns dos principais e atuais estudos acadêmicos demonstram interesse direto ou indireto, amplo ou restrito, nos sujeitos (LUI e COSTA, 2021; SILVA, CLEMENTINO e ALMEIDA, 2018; PDI-RMG, 2018; CARVALHO 2017; UFMG, 2012; CHAVEIRO, 2012). Contudo, mesmo com delimitação teórica, cada contexto é singular e considerado em particular.

Com vistas a acompanhar os desdobramentos pós-Estatuto da MetrÓpole, Goiânia é caso curioso, pois representada nos primórdios como cidade planejada está no rol das metrÓpoles brasileiras que carecem de governo metropolitano. A acelerada urbanização que derivou uma metropolização ainda mais veloz não viabilizou a ocorrência de efetividade da Região Metropolitana de Goiânia. Os descompassos de ritmos concretos e políticos coadunam com problemas e desafios essenciais ao futuro no século XXI.

## CAPÍTULO 2 – OBJETO E INDICAÇÕES DE ANÁLISE

### 2.1. GOIÂNIA: CIDADE, REDE URBANA E METRÓPOLE.

Ao tomar Goiânia como objeto percebe-se que com menos de 90 anos a cidade planejada para ser Capital do Estado de Goiás derivou uma metrópole sem planejamento e frágil governo metropolitano. Se os desafios colocados são crescentes, os problemas se avolumam na medida em que é acelerada a metropolização. No centro do Brasil, a influência goianiense recobre vasta rede de cidades com a estruturação de uma região metropolitana de tecido urbano disperso, fragmentado e heterogêneo.

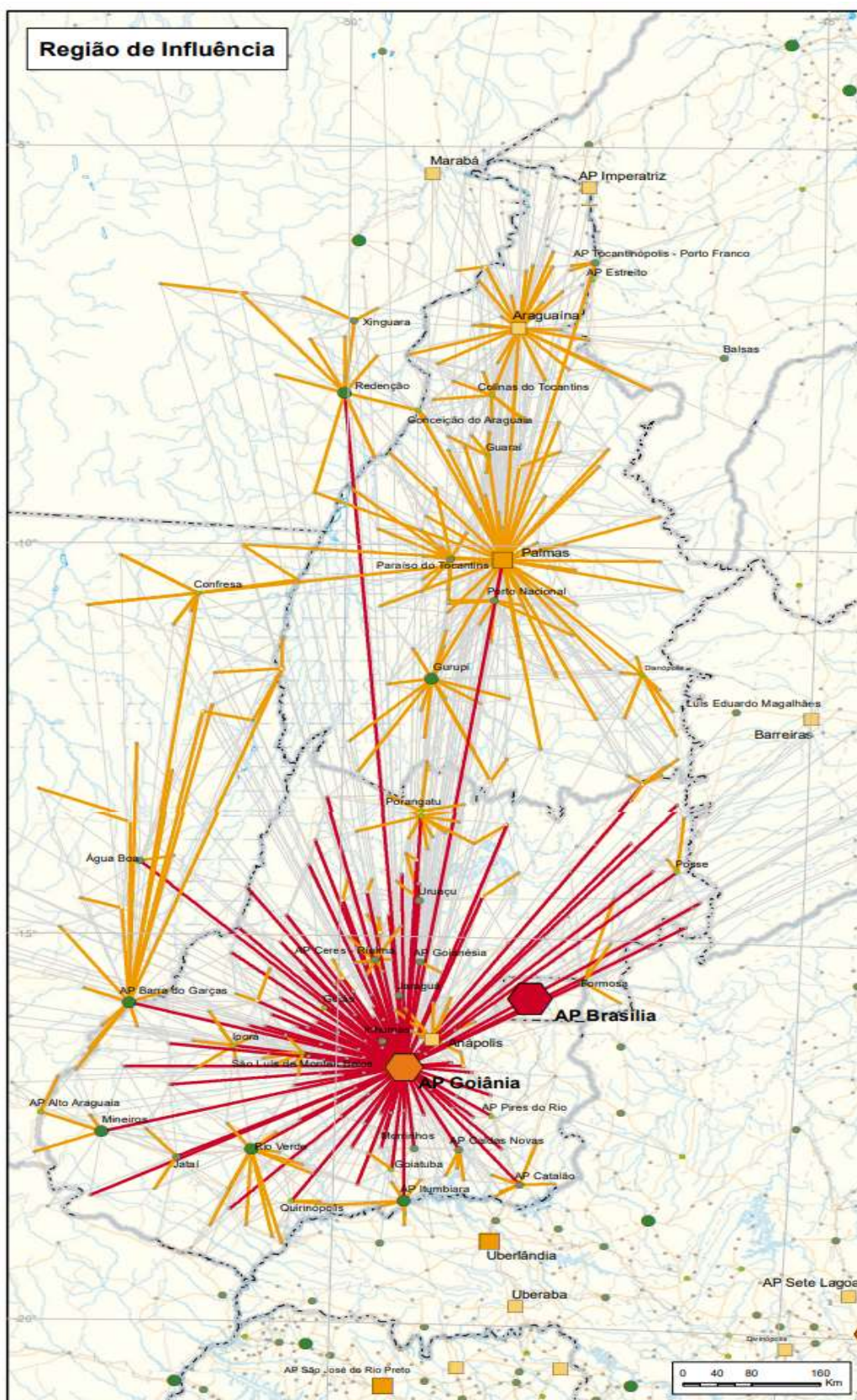
No que tange à rede urbana, segundo a Regic-IBGE (2018), Goiânia abrange região de 8,2 milhões de pessoas. Hierarquiza 364 cidades de Goiás, Tocantins, Vale do Araguaia mato-grossense e Sul do Pará. É com Brasília uma das duas metrópoles do Centro-Oeste brasileiro, que somadas à Anápolis-GO projetam virtual desconcentração regional urbano-metropolitana nas margens das rodovias BR-060 e BR-153. A localização central favorece conexões Sul-Norte com São Paulo até Araguaína no Tocantins daí à Amazônia, antes Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Piauí e Maranhão.

A longa extensão da rede da urbana de Goiânia centraliza o maior número de cidades no Brasil em saúde (ANEXO 1) e vestuário e calçados (ANEXO 2) (IBGE, 2018). Destaca-se por atrair fluxos de pessoas de lugares distantes com intuito de cursar o ensino superior (ANEXO 3) e que visam feiras, shoppings e compras me geral (ANEXO 4). É ainda influente na oferta de serviços atacadistas, administração pública, finanças, comunicações, lazer, esporte e turismo, na indústria da construção, alimentos, logística e fármacos.

Goiânia é uma das cinco principais aglomerações urbanas brasileiras no fornecimento de insumos, maquinários e assistência técnica para produção rural (ANEXOS 5, 6, 7). Indício de que a ascensão do agronegócio do país no mercado mundial de *commodities* de alguma maneira impactou na metropolização, pois desde os anos 1970 já incidia no incremento produtivo do interior goiano. Vide a indústria cultural dos símbolos do “orgulho rural”, como a música sertaneja, que dinamiza na Capital circuito de profissionais, eventos e fãs.

Lembra-se que Goiânia e região concentram mais de um terço da população e do PIB goiano. Além da sede metropolitana, Aparecida, Trindade e Senador Canedo são cidades de destaque em Goiás (IMB, 2020). Em conjunto, a metrópole é a que oferece as melhores condições de estrutura e de pessoas no Estado e uma das mais vantajosas no Brasil.

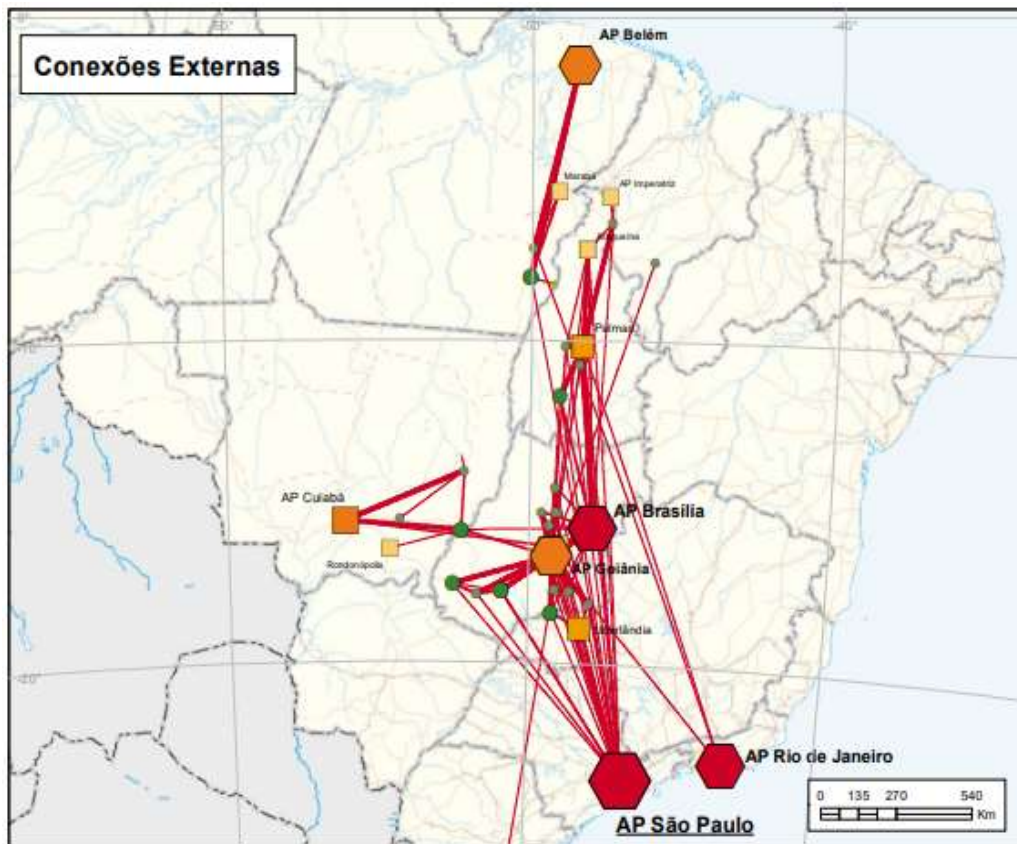
FIGURA 7 – REGIÃO DE INFLUÊNCIA DIRETA E SECUNDÁRIA DA RMG – REGIC-IBGE, 2018.



Fonte: IBGE, 2018.

Leg.: Linha vermelha influência direta; linha laranja influência intermediária, linha cinza indireta.

FIGURA 8 – CONEXÕES DA RMG COM METRÓPOLES E CAPITALS REGIONAIS – REGIC-IBGE, 2018.



Fonte: IBGE, 2018

Leg.: Linhas vermelhas: Principais ligações com outras metrópoles e capitais regionais.

Os discursos publicitários sobre a metrópole goianiense lhe dá *status* de “porta de entrada” do Cerrado brasileiro, “sustentável” ou “ecológica” (PREFEITURA, 2023). Uma das mais arborizadas do país e do mundo (IBGE, 2010; GOIÁS, 2014). Proporciona aos habitantes número significativo de parques, bosques e áreas verdes (PREFEITURA, 2023). O Índice de Desenvolvimento Humano lhe confere a oitava posição metropolitana em qualidade de vida no Brasil (PNUD, 2021). Faces que estimulam um mercado imobiliário expansivo visto na opulência de arranha-céus e condomínios de luxo (O POPULAR, 2022).

Contudo, se há dinamismo econômico, qualidade de vida e alguma preocupação ecológica, Goiânia está entre as áreas metropolitanas de maior desigualdade social na América e no planeta (ONU, 2008; 2009; 2016). Apresenta disparidade de renda similar às aglomerações sul-africanas, as mais desiguais do mundo e herdeiras do regime de *apartheid*. Entre as quinze metrópoles brasileiras possui menor número de aglomerados subnormais (IBGE, 2019), mas as periferias concentram vastas áreas de pobreza (OM, 2020). Apresenta trânsito ruim, transporte deficitário, especulação imobiliária, poluição sonora e das águas.

FIGURA 9 – VANTAGENS E DESIGUALDADES NA METRÓPOLE GOIANIENSE – 2020



Fonte: Vista do Parque Areião (Goiás, 2017); Residencial Paula Pacheco (Google Earth, 2021); Trânsito (Goiás Notícias, 2022); Complexo Órion (G1, 2022); Mercado Imobiliário (O Popular, 2022); Pobreza e Desigualdade (O Popular, 2019).

A rede urbana e a metrópole são derivadas da cidade. A gênese de Goiânia remete a uma estratégia de poder de Estado. As primeiras discussões sobre a criação de uma nova Capital goiana são do final do século XIX, mas prosperam somente nos anos 1930 com a Marcha para o Oeste na era Vargas (CAMPOS, 2002). Sob o comando do interventor federal Pedro Ludovico, a construção de uma “cidade planejada” projetava no plano simbólico a modernidade nos “sertões”, como símbolo de “integração nacional” e a fim de romper estigmas de “atraso” ou “isolamento” a qual recaiam sobre Goiás (CHAUL, 1988).

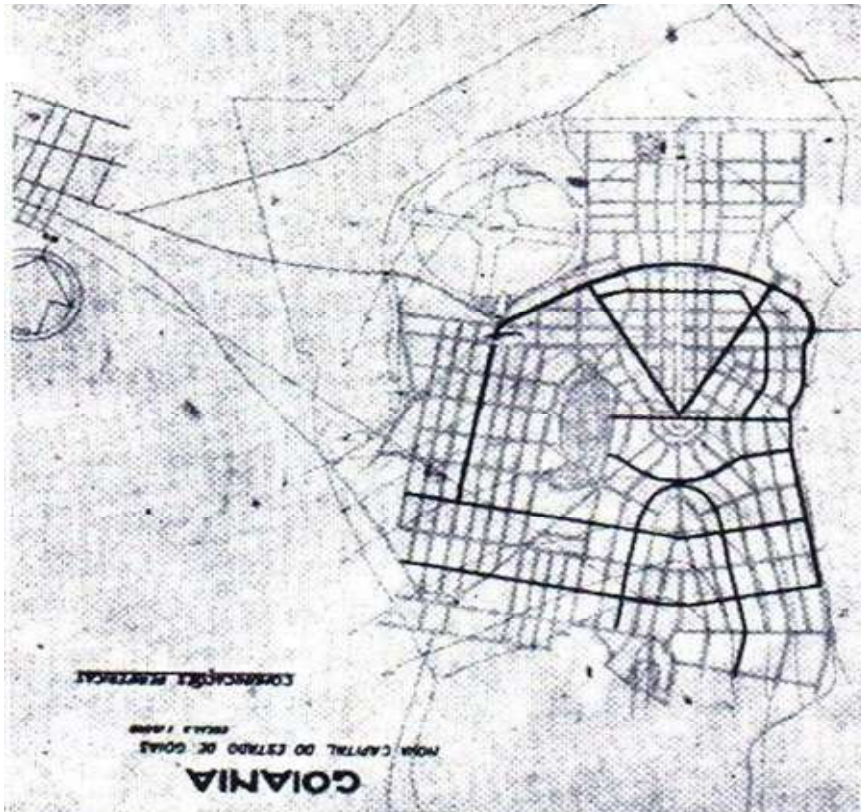
Goiânia foi construída na Bacia do Rio Meia Ponte, no Mato Grosso Goiano, no então sul de Goiás e que corresponde hoje, após criação do Distrito Federal (1960) e do Tocantins (1989), ao Centro Goiano (BARREIRA, 2017). As terras ficavam em Campinas, município (1914-35) depois bairro goianiense (GOMES, 2007). Trindade (1927-38, 1943) e Hidrolândia (1930-35, 1948) viraram distritos logo restauraram autonomia. Bela Vista (1896) e Inhumas (1931) eram as outras cidades prévias ao lançamento da pedra fundamental de 1933.

Como uma cidade planejada Goiânia foi artefato modernista estranho ao mundo rural goiano de então, uma criação em flagrante contradição com a sociedade da época (LEVI-STRAUSS, 1981 [1955]). Até 1920 a única conexão moderna de Goiás com o restante do país era uma curta ferrovia no extremo sudeste do Estado (BORGES, 1990). A obra *Art Déco*, de várias maneiras inspirou mudanças econômicas, políticas, nos comportamentos e na vida social (LIMA FILHO, 2006). Entre críticos e entusiastas é inegável que a modernização prosperou junto com a cidade e se afirmou importante aglomeração urbana brasileira.

As dualidades “cidade planejada” e “vivida” marcam a consolidação e a expansão inicial de Goiânia (BERNARDES, 1999). De 1933 e 1950, os planos de Atílio Correa Lima e de Armando de Godoy orientaram a construção do Setor Central para até 50 mil habitantes. Mas, a ocupação foi mais acelerada do que preverá o planejamento. Operários rapidamente se estabeleceram a Norte e a Leste, tal qual ao sul-sudoeste surgiram os primeiros loteamentos privados realizados por ação dos irmãos Coimbra Bueno, construtores e políticos goianos.

No pós-Segunda Guerra e com a democratização no Brasil, Jerônimo Coimbra Bueno, antes aliado depois opositor de Pedro Ludovico, se elege ao Governo de Goiás. Momento com regularização de bairros e da permissão de loteamentos privados (MEDEIROS, 2010). Em 1947, o Estado libera parcelamentos desde que providos de infraestrutura. O que beneficia donos de terra e os que receberam glebas por serviços prestados (GONÇALVES, 2002). Em 1949, o primeiro prefeito eleito e aliado de Ludovico, Eurico Viana, sanciona Lei que desobriga provimento de infraestrutura de bairros, uma ação favorável aos demais loteadores.

FIGURA 10 – PLANO ORIGINAL DE GOIÂNIA DE ATILIO CORREA LIMA



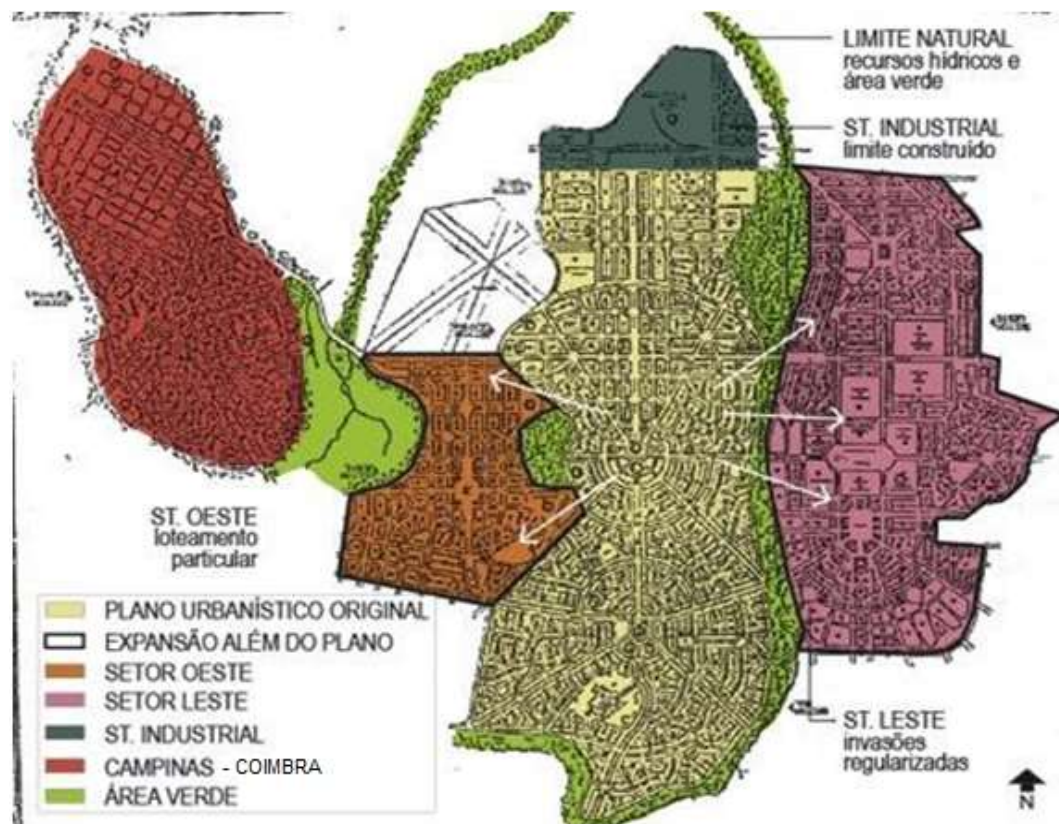
Fonte: MANSO, 2004

FIGURA 11 – PLANO ORIGINAL DE GOIÂNIA DE ARMANDO GODOY



Fonte: MANSO, 2004.

FIGURA 12 – PLANTA DE OCUPAÇÃO DE GOIÂNIA 1947



Fonte: RIBEIRO, 2004.

Diante das alterações, se 1947 Goiânia possuía oito bairros, entre 1951 e 1959 foram autorizados 132 novos loteamentos (SEPLAM, 2012). Parcelamento desordenado mesmo com Pedro Ludovico ou coligados no Governo de Goiás e a Prefeitura comandada ou por Venerando Borges, “ludoviquista” e primeiro prefeito nomeado depois eleito, ou por João de Paula Teixeira (Parateca), do Partido Trabalhista e entusiasta dos distritos de Aparecida, Senador Canedo e Goianira (ROCHA, 2008). Portanto, mais do que só proprietários de terra, a deflagração da expansão da cidade também aliou o Poder Público.

Concomitante ao parcelamento desordenado há um salto demográfico em Goiânia com a acentuada migração rural, a chegada da Estrada de Ferro (1951), a retomada de políticas de interiorização (1951-54) e a construção de Brasília (1957-60) (AMARAL et al, 2002). A população em 1960 já era de 150 mil habitantes, o triplo de 1950 (IBGE, 1960). Em âmbito regional, de 1948 a 1963, a urbanização no Mato Grosso Goiano incluiu o surgimento de 10 municípios ao redor da Capital. Guapó e Nerópolis (1948), Aragoiânia, Brazabrantes, Caturai, Goianópolis, Goianira e Nova Veneza (1958), Aparecida e Santa Bárbara (1963).

QUADRO 2 – APROVAÇÃO DE LOTEAMENTOS NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA 1930-2020

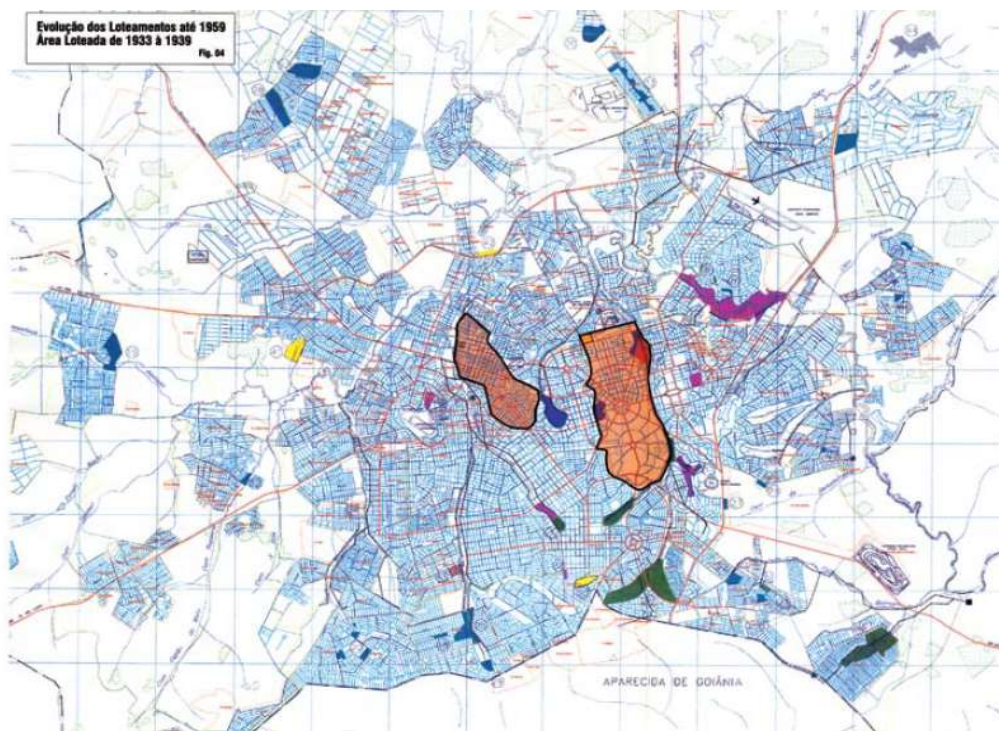
DÉCADA / ANO	SITUAÇÃO									Total
	Aprovados pela Prefeitura de Goiânia			Aprovado pelo Estado	Aprovado pelo INCRA	Irregular	Clandestino	Outros*	Em Aprovação	
	Situados em Goiânia	Situados em Senador Canedo	Distrito de Vila Rica							
1930	8	-	-	-	1	-	-	-	-	9
1940	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
1950	125	-	-	1	4	1	-	1	-	132
1960	26	-	-	-	2	-	-	4	-	32
1970	22	-	-	-	1	-	-	2	-	25
1980	29	-	-	-	-	-	-	1	-	30
1990	106	-	-	-	1	1	-	-	-	108
2000	216	-	-	-	-	-	-	-	-	216
2010/2020	78	-	-	-	-	2	-	-	-	80
Sem Data	14	4	1	-	30	43	27	56	5	180
<b>TOTAL</b>	<b>624</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>40</b>	<b>45</b>	<b>27</b>	<b>64</b>	<b>5</b>	<b>813</b>

Fonte: SEPLAM, 2012; SEPLANH, 2020.

\* fazendas, chácaras, registros cartoriais por edital.

Obs.: Senador Canedo foi emancipado em 09/01/1988 (Lei Estadual 10.435). Abadia de Goiás foi emancipada em 27/12/1995 (Lei Estadual 12.799)

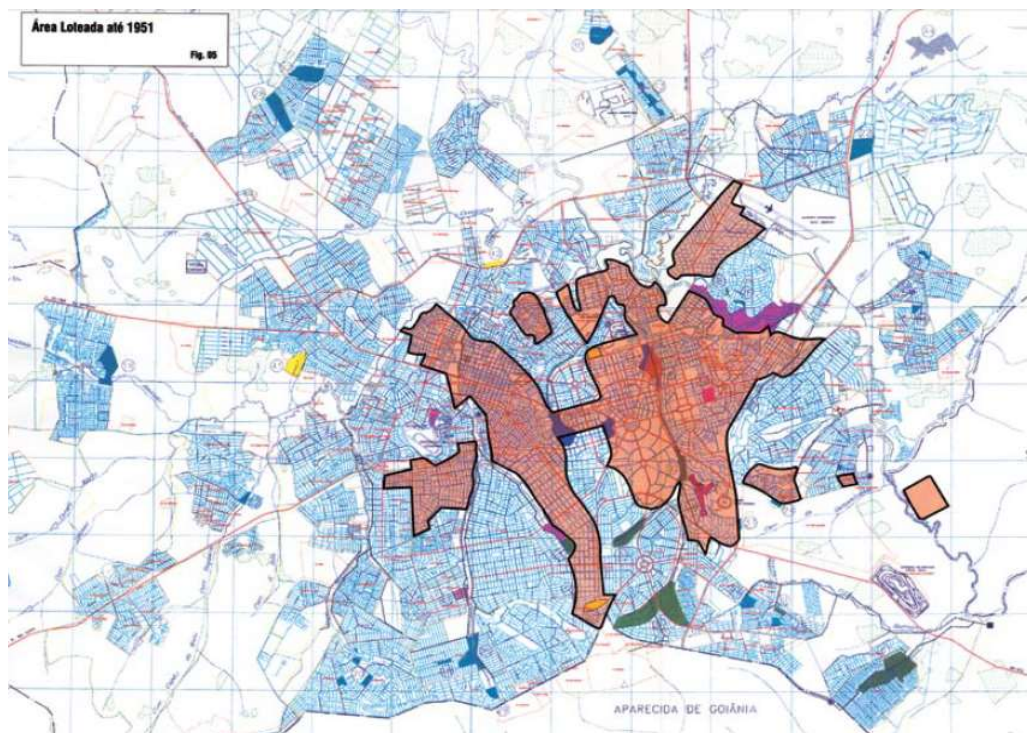
FIGURA 13 – ÁREA PARCELADA DE GOIÂNIA 1933-1939



Fonte: RIBEIRO, 2004.

Legenda.: em laranja Setor Central e Setor Sul; Campinas.

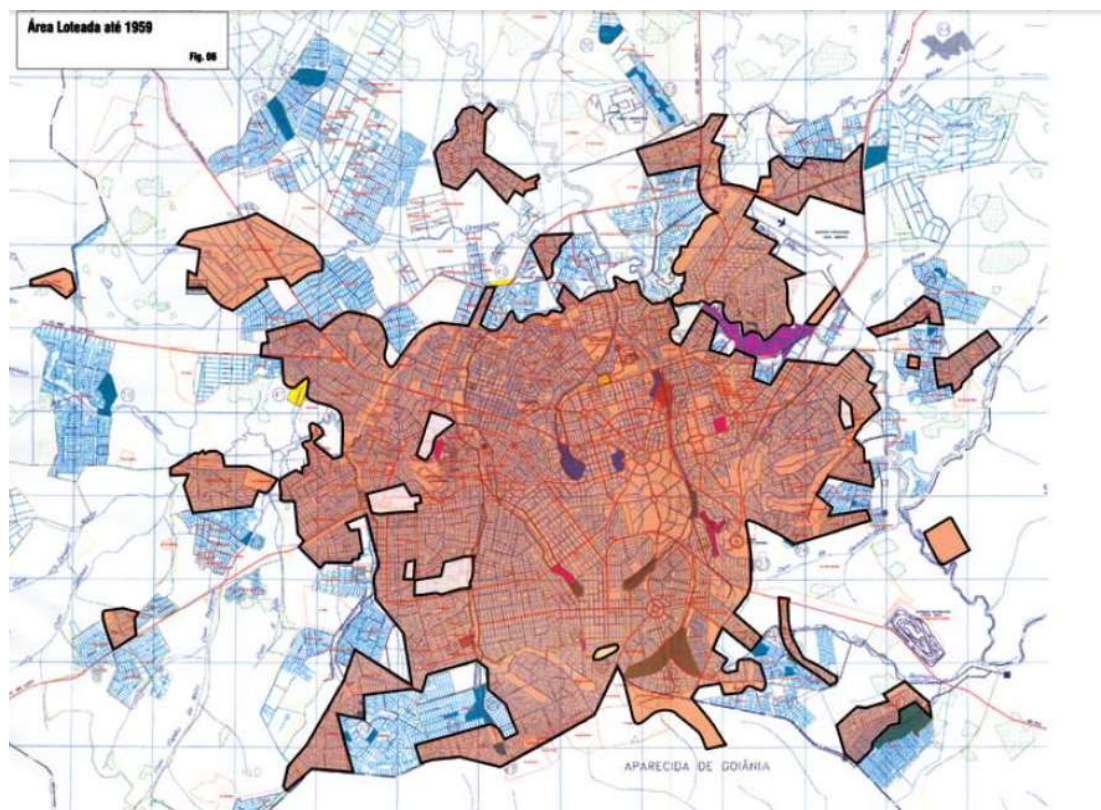
FIGURA 13a – AREA PARCELADA DE GOIÂNIA DE 1940-1951



Fonte: RIBEIRO, 2004.

Legenda.: em laranja setores Central e Sul; Leste-Vila Nova e Leste-Univeritário; Norte-Ferrováriro e Jaó; Campinas, Coimbra e Bueno.

FIGURA 13b – ÁREA PARCELADA DE GOIÂNIA EM 1959



Fonte: RIBEIRO. 2004.

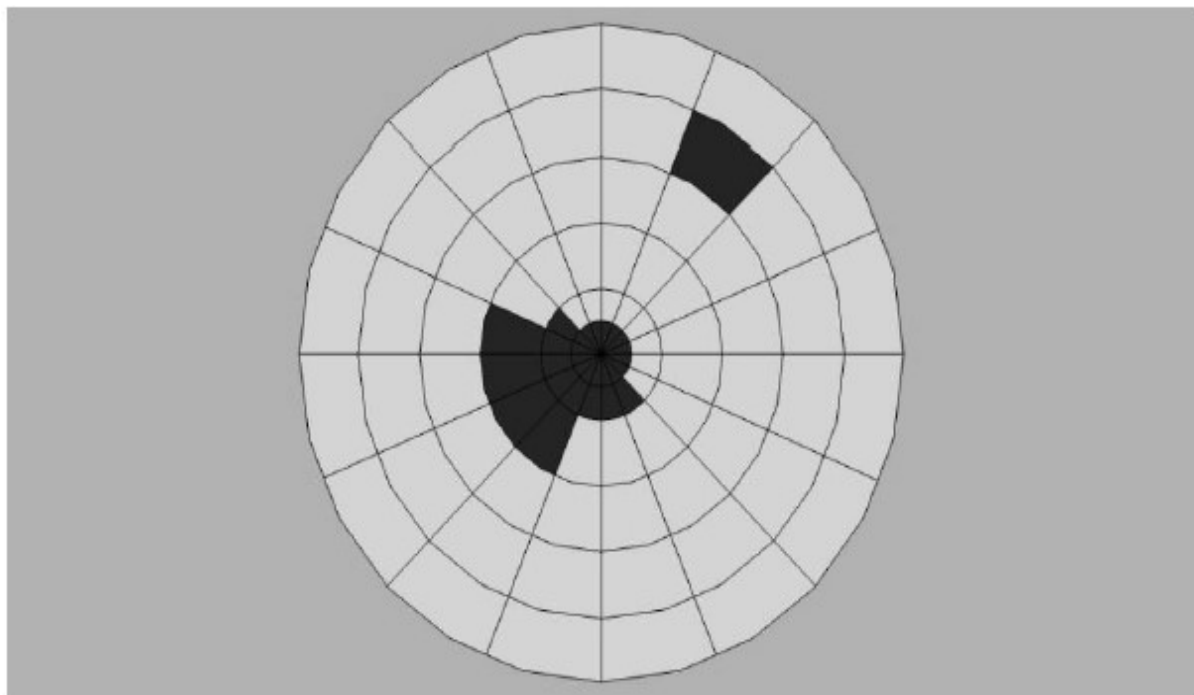
Legenda.: em laranja a parte Sul, Oeste e Leste são praticamente toda parcelada.

No curso dos anos 1960 o crescimento da população impactou sobremaneira a demanda por moradias em Goiânia. Ao mesmo tempo a industrialização da construção se expandiu e a terra efetivamente se tornou mercadoria capitalista (MOYSÉS, 2005), bem como, os primeiros edifícios de dez pavimentos são construídos (ROMUALDO, 2018). Mas, o preço dos lotes e apartamentos induziu a alocação dos mais pobres em casas de terrenos mais baratos distantes do centro. A dualidade cidade planejada-vivida deu forma a um padrão de segregação socioespacial centro-periferia semelhante a outras cidades do país.

Nota-se que, com o protagonismo da Prefeitura em detrimento do Poder Estadual, um novo Plano Diretor foi elaborado pelo arquiteto Luís Saia entre 1959 e 1962 (MOTA, 2004). Após 30 anos essa foi à primeira tentativa de instituir um planejamento da cidade, então chefiada por Hélio de Brito, opositor de Ludovico, ainda hegemônico no Estado. A proposta regionalizava a cidade para ser densa e policêntrica (ANEXO 8) (MEDEIROS, 2010). Mas, com o golpe de 1964, o plano não foi instituído e a Capital permaneceu sem ordenamento.

No ano de 1970, Goiânia com menos de 40 anos era uma importante cidade de quase 400 mil habitantes (IBGE, 1970). Em 1971 foram acatadas já no período de autoritarismo as regulamentações do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDIG), o primeiro oficial desde a construção da Capital (MOTA, 2004). O plano foi formulado sob a coordenação do arquiteto Jorge Wilhelm e a elaboração foi iniciada ainda na prefeitura de Íris Rezende (1968-9), que posteriormente foi cassado junto com governador Mauro Borges (MEDEIROS, 2010).

FIGURA 14 – MORADIAS DE ALTO PADRÃO EM GOIÂNIA (Anos 1970) – Círculo de Hoyt



Fonte: MARQUES, 2012.

Legenda: Concentração de moradias de alto padrão nos setores Central, Oeste, Sul e, ao norte, o Jaó. Nas demais áreas prevalecem residências de médio e baixo padrão.

O PDIG sugeriu adensamento de lotes desocupados, a expansão urbana foi delimitada e o provimento de infraestrutura de loteamentos tornou-se obrigatória. Políticas habitacionais (BNH-SNH-COHAB) incidiram na construção de apartamentos para as camadas médias no Centro-Sul e de casas populares nas regiões Sudoeste, Oeste e Leste (RODOVALHO, 2008). O aumento do preço da terra em áreas mais distantes do centro deslocou a especulação para cidades circunvizinhas (RASSI, 1985). A recém-emancipada Aparecida foi inteira loteada sem ser planejada (PINTO, 2009). Indício forte da emergência da metropolização goianiense.

Os indícios das formas e dos conteúdos urbanos associados à metropolização eram percebidos em Goiânia desde meados de 1960. Prova que, mesmo sem ser área metropolitana, o IBGE já considerava a Capital goiana “cabeça da rede urbana brasileira” (ANEXO 9) (IBGE, 1972). Se nos anos 1970 há aceleração da expansão urbana ao mesmo tempo ocorrem importantes reestruturações econômicas e políticas no país e no mundo. Contexto que vai impulsionar a emergência de uma urbanização mais avançada no Brasil e a conformação da metrópole goianiense nas décadas subsequentes.

A primeira ação mais significativa de governo diante da metropolização foi à criação do Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLURB-G) (ANEXO 10) (BARREIRA, 2017). Instituído em 1980 por iniciativa do Poder Estadual, o AGLURB-G almejava o parcelamento de solo e a gestão colegiada. Assim, motivou a criação do INDUR (Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional), órgão que realizou o estudo pioneiro “Região de Expansão de Goiânia” de 1981. O diagnóstico sugeriu reverter às ausências de políticas urbano-regionais para contornar a dependência excessiva e concentrada na Capital.

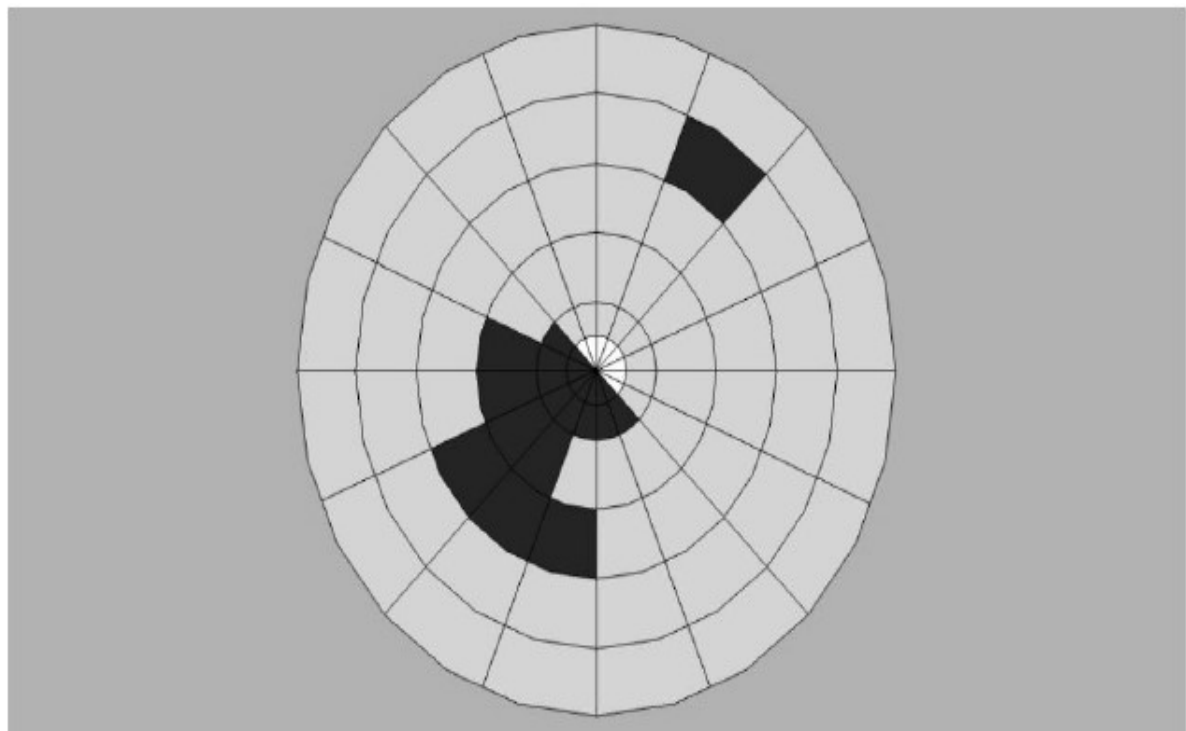
Apesar de produzir estudos e se reunir em conselho, a efetividade do AGLURB-G muito se resumia a acrescentar municípios e no interesse quase exclusivo na gestão do transporte público (RESENDE, 2017). Como no Corredor Eixo-Anhanguera que funciona desde 1976 e na elaboração do Plano Diretor de Transportes Urbanos de 1984 (CUNHA, 2017). Ademais a metropolização se desenvolveu de início sem maiores planejamentos e *pari passu* expansão urbana desordenada nas cidades do entorno (MOYSÉS, 2004). Um contrassenso com a narrativa que orientou a fundação de Goiânia como cidade planejada.

Ressalta-se que graves problemas fundiários afligiram a Capital de fins de 1970 e nos anos 1980, o que reverberou em carências de moradias (PASTORE, 1984). No bojo da redemocratização do país, uma intensa luta por reforma urbana e direito à cidade produziu inclusive bairros de iniciativa de movimentos sociais (OLIVEIRA, 2002). Na primeira metade dos anos 1980, com Íris eleito governador, o Poder Estadual incide no espaço goianiense ao construir em velocidade admirável e com pomposo marketing milhares de casas populares de qualidade duvidosa e alocadas sem planejamento urbano (MARICATO e MORAES 1986).

É fato que o ordenamento de fins de 1960 não era suficiente, efetivo ou adequado para a metropolização. A regularização fundiária com a construção de moradias resolveu muito dos parcelamentos irregulares ditos “invasões” (MOYSÉS, 2005). Mas contribuiu, em seguida, para formação de bolsões de pobreza, de baixa qualidade urbanística, em terrenos de rede hidrográfica e mais de 20 km das áreas centrais, como na Região Noroeste.

A segunda metade dos anos 1980 um conjunto de crises, desregulações e ausências recentes marcou a memória goianiense (VIEIRA, 2013). Com as primeiras eleições livres e diretas depois de quase 20 anos no Brasil, em Goiânia, Daniel Antônio, o prefeito eleito foi afastado e depois reassumiu no fim de mandato. O acidente radiológico com Césio-137 infligiu enorme trauma em 1987, com a perda de credibilidade do governador Henrique Santillo. Lembra-se ainda a promulgação da Constituição Federal em 1988, na sequência ocorre o pleito presidencial, depois o primeiro impeachment.

FIGURA 15 – MORADIAS DE ALTO PADRÃO EM GOIÂNIA (Anos 1990) – Círculo de Hoyt



Fonte: MARQUES, 2012.

Legenda: Setor Jaó no extremo norte de Goiânia, Setor Central, Sul, Marista, Bueno e Oeste.

As crises dos anos 1980 sinalizam a implosão-explosão da cidade nos 1990. Assiste-se maior verticalização, menor concentração nos centros tradicionais e a emergência de novas centralidades (CORREA, 2010). Há dispersão da mancha urbana para áreas ambientais frágeis ao norte (GARBELIM, 2015). A conurbação acarreta problemas de indefinições territoriais associados à metropolização (CHAVEIRO, et al 2007). A criação de novos municípios realça a expansão urbana entorno – Bonfinópolis e Senador Canedo (1988), Santo Antônio de Goiás (1990), Caldazinha e Terezópolis de Goiás (1992), Abadia de Goiás (1995).

Junto à progressiva condição de metrópole regional (ANEXOS 11 e 12) (IBGE, 1987; 1993), Goiânia instituiu o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDIG-92), que foi produzido entre 1990 e 1992 na gestão municipal de Nion Albernaz pela Engevix Engenharia (RIBEIRO, 2004). Adequa-se aos artigos da política urbana 182 e 183 da Carta Magna ao prometer aplicar a “função social da propriedade”, além de delimitar a expansão urbana, a regionalização e, por fim, de prometer criar uma cidade sustentável (ANEXO 13).

O PDIG-92 adotou tímida metodologia participativa (MOYSÉS, 2004). Tal qual, pouco ou quase nada de conteúdo aparece sobre a metropolização. Contudo, não se desconsidera a tentativa de resgate de planejamento urbano após 20 anos em Goiânia.

As representações discursivas de potencial “metrópole ecológica” adquirem força na Capital ao atingir 1 milhão de habitantes em 1996. Desse período e por todos os anos 2000 são construídas inúmeras praças, parques e áreas verdes (RIBEIRO, 2010). O tema do meio ambiente permeou as agendas simbólicas mesmo com linhas políticas distintas na chefia da Prefeitura (OLIVEIRA, 2011). Darci Accorsi e Pedro Wilson, entusiastas de mecanismos participativos de gestão urbana e dos quadros do PT, Nion Albernaz, ligado depois rompido com o MDB de Íris Rezende em seguida ingresso no PSDB de Marconi Perillo.

Ressalta-se da parte do Governo de Goiás, por força da Lei Complementar nº 27 de 1999, então chefiado por Perillo, a criação da Região Metropolitana de Goiânia (RMG). Herdeira da AGLURB-G, a fundamentação da RMG já estava inscrita na Constituição do Estado de Goiás de 1989. Criada dez anos após a previsão, as ações de ordenamento territorial ou de gestão da RMG nos anos seguintes foram parcas, pouco significativas e esparsas no tempo. Exceção desde meados de 1970 é o sistema de ônibus com integração metropolitana.

Nos anos 2000 Estado e municípios criam o Plano Diretor de Transporte Coletivo. Logo a RMTc (Rede Metropolitana de Transporte Coletivo), a CDTC (Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos) e a CMTC (Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos) (CUNHA, 2017). Há ampliações e melhorias, mas o serviço é objeto de críticas da população.

Como elemento externo e que incide aos poderes municipais e estaduais há aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, para regulamentar a Política Urbana da Constituição Federal. Os Planos Diretores Municipais (PD) tornam-se obrigatórios para os municípios pertencentes a uma região metropolitana, com mais de 20 mil habitantes, propensos a impactos ambientais, a desastres naturais ou de potencial turístico. Processo que adquire ritmos distintos nas cidades da RMG compelidas a elaborar um PD ao longo dos anos 2000 a 2020.

A aplicação do Estatuto da Cidade no Brasil é visto com otimismo no quantitativo de Planos Diretores Municipais (SANTOS JR. e MONTANDON, 2011), porém com pessimismo quanto à efetividade da legislação (MARICATO, 2011). Se desempenhar algum papel socioeducativo (AVRITZER, 2008), também pode reforçar antagonismo entre decisões técnicas e ações políticas (VILLAÇA, 2005). Conta aí à cultura cívica e o governo da ocasião.

O Estatuto foi aplicado em Goiânia com o Plano Diretor de 2007 (PD 2007), o primeiro produzido exclusivamente por órgãos da Prefeitura, na época comandada por Íris Resende. A elaboração iniciada em 2005 contou com participação social e propôs nova regionalização municipal (ANEXO 14). Dentre os objetivos do documento está a de reprodução goianiense como metrópole regional. Projeta estratégias com incidência metropolitana para ordenamento territorial, desenvolvimento econômico, gestão urbana, diretrizes urbanísticas, recursos hídricos, disposição viária e de transporte.

O PD 2007 no correr dos anos foi esvaziado de participação, os conteúdos descaracterizados e as legislações incompletas. O comprometimento da efetividade foi nítido primeiramente nas tentativas de revisão em 2013 (BORGES et al., 2016). Após abriu-se para revisão geral entre 2016 e 2022 (BARREIRA et al., 2022). Portanto, a crescente importância de Goiânia como metrópole se confirma menos em virtude do planejamento e mais por incremento na rede urbana da região metropolitana (ANEXO 15) (IBGE, 2008).

Não custa advertir que a segunda metade dos 2000 pode ser entendida na esteira dos efeitos da crise financeira mundial desencadeada dos EUA em 2008. No Brasil o momento foi enfrentado com políticas econômicas anticíclicas, que pactuavam financiamentos públicos, demandas sociais reprimidas, interesses financeiro-imobiliários e da indústria (SINGER, 2009). O crescimento econômico do país se associou com aceleração da produção de espaços urbanos e incipiência dos governos metropolitanos (OM, 2008). Os impactos foram visíveis na metrópole goianiense.

Delimita-se o incremento das conurbações de Goiânia e Aparecida, Trindade, Senador Canedo e Goianira. De modo pertinente ou por interesses não explícitos, em 2010, no governo de Alcides Rodrigues, a instituição metropolitana sofre notadamente alterações normativas de composição (ANEXO 16). Desde 2019 a RMG é formada por 21 municípios, que somados possuem 2,6 milhões de habitantes. Contudo, a aparente mancha não esconde a notória dispersão dos recortes tecidos no espaço, fragmentados cada vez mais distantes e heterogêneos fora de centros tradicionais das cidades.

## 2.2 GOIÂNIA: TECIDO, GOVERNO E REGIÃO METROPOLITANA

O urbano tecido disperso da RMG costura cidades distantes mais de 50 km dos pontos centrais de Goiânia, como Santa Bárbara e Bela Vista de Goiás. A título de comparação, a RMG possui área similar às regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, as duas mais populosas do Brasil (IBGE, 2019b). Dentre as quinze principais metrópoles brasileiras possui área igual ou maior e população igual ou menor que Fortaleza, Campinas, Belém, Salvador e Recife. É a quinta menos adensada, com 357 hab./km<sup>2</sup> somente detém mais habitantes por km<sup>2</sup> do que Brasília, Manaus, Belém e Florianópolis.

Concomitante à dispersão, a RMG apresenta tecido fragmentado por periferias e vazios, regiões e centralidades, cidades de perfis distintos e espaços urbanos segregados. Dentre os municípios circunvizinhos, Aparecida é o segundo mais importante de Goiás, com quase 600 mil habitantes e forte industrialização (IMB, 2020). Senador Canedo e Trindade também possuem dinâmica econômica própria. Nerópolis, Terezópolis e Goianópolis convivem com a APA do Ribeirão João Leite e o reservatório de água da RMG (ANEXO 17). Goianira desdobra periferia conurbada a noroeste e Abadia ao sudoeste.

No limite, dispersa e fragmentada, a RMG revela espaços urbanos de maior heterogeneidade social, com a sobreposição de padrões de segregação socioespaciais. No que diz respeito à segregação há o reforço de antigos e a imposição de novos modos de separações físicas, sociais e simbólicas. Uma hierarquização complexa, mas visível ou sabida por aqueles indivíduos e grupos que transitam entre a integração e o conflito da metrópole.

Na área metropolitana da Goiânia coexistem extensas periferias e áreas privilegiadas menores, como partes ao Sul que concentra serviços sofisticados e moradias luxuosas (PAULA, 2003). A Região Central reúne as melhores opções de transporte e da economia popular, como em Campinas e no centro de comércio de vestuário da Rua 44 (GARBELIM et al. 2020). A Região Norte apesar da necessária preservação convive com interesses dispostos em converter espaços ambientalmente frágeis em rendimentos econômicos. As regiões periféricas Leste, Oeste, Noroeste e Sudoeste possuem grandes populações e poucos centros.

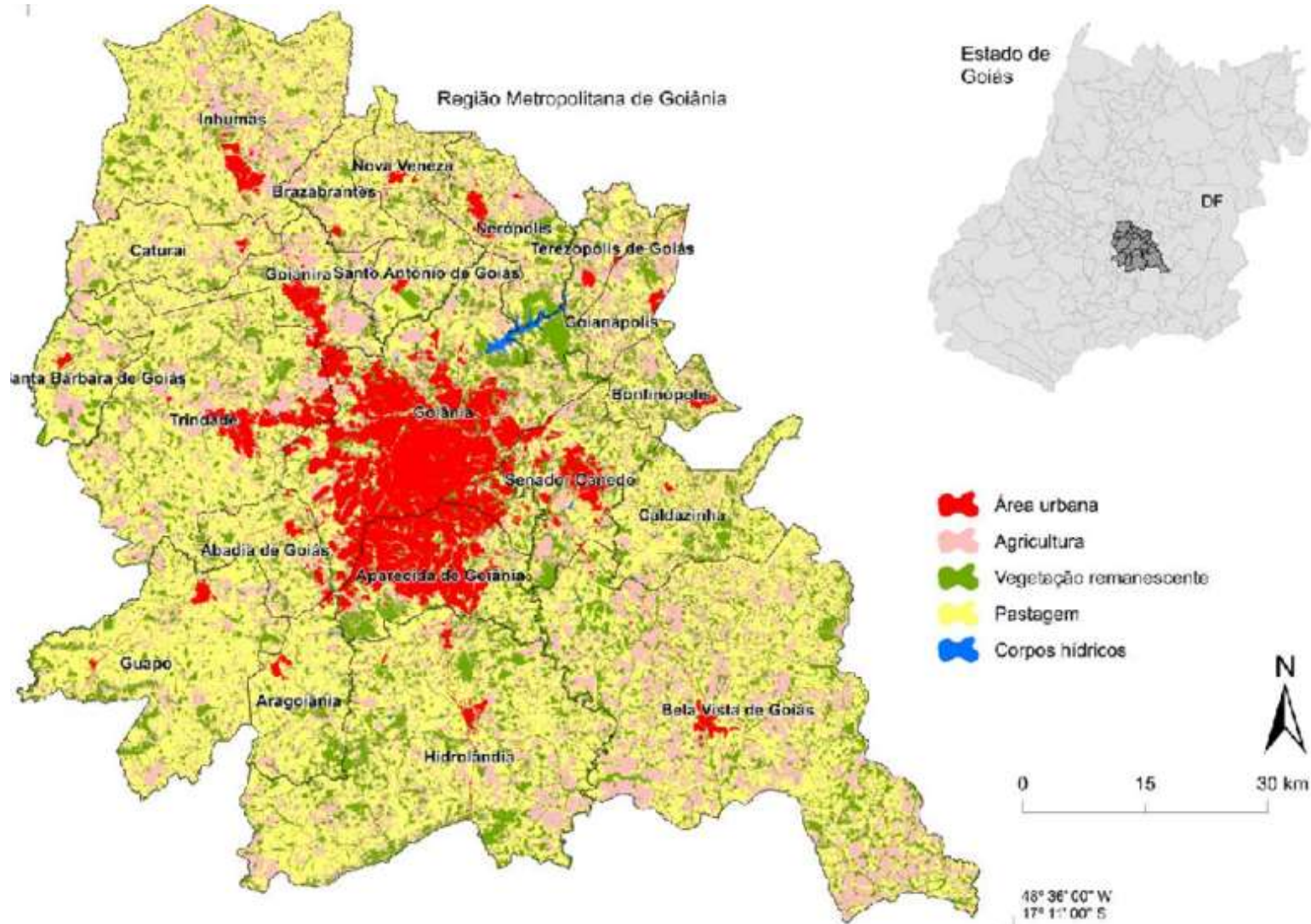
Os principais municípios da região metropolitana, que antes se configuravam como dormitórios, agora concentram relações e dinâmicas atrativas para empreendimentos imobiliários e comerciais mais diversificados. Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade são os casos notórios, mas mesmo Bela Vista e Santo Antônio de Goiás conflagram o metropolitano articulado por condomínios residenciais e de chácaras. Uma heterogeneidade difusa que não deixa de lançar mão de novos padrões de segregação.

QUADRO 3 – DADOS GERAIS DE PERFIL DOS MUNICÍPIOS DA RMG

PERFIL DOS MUNICÍPIOS DA RMG																
MUNICÍPIOS	População		Área		Densidade Demográfica		Taxa De Crescimento		Renda Média		PIB		Gini		IDH	
	2020	2010	2022	2012	2022	2012	2022	2012	2021	2012	2020	2010	2010	2000	2010	2000
Abadia de Goiás	8.958	6.876	143,36	146,78	133,52	48,81	10,78	2,84	2.792,06	1.165,80	244.157	54.853	0,43	0,53	0,708	0,569
Aparecida de Goiânia	590.146	455.657	279,95	288,34	1.788,75	1.644,65	0,95	2,52	2.311,19	1.330,92	12.775.626	5.091.755	0,49	0,47	0,718	0,582
Aragoiânia	10.496	8.365	218,13	219,55	53,24	39,44	3,34	2,46	2.118,89	1.080,49	137.178	54.767	0,47	0,51	0,684	0,562
Bela Vista de Goiás	30.492	24.554	1.274,03	1.255,42	26,62	20,2	3,28	2,4	2.216,50	1.360,46	1.182.357	349.353	0,52	0,46	0,716	0,56
Bonfinópolis	9.919	7.536	121,92	122,29	84,48	64,32	3,17	3,13	1.782,67	1.074,76	98.578	45.485	0,45	0,52	0,683	0,548
Brazabranes	3.746	3.232	125,33	123,07	31,76	26,83	2,11	1,43	1.841,87	1.042,43	76.705	35.692	0,41	0,48	0,701	0,538
Caldazinha	3.848	3.325	251,72	250,89	17,68	13,54	2,96	1,07	1.893,06	1.091,23	69.196	25.493	0,47	0,55	0,685	0,542
Caturai	5.101	4.686	205,07	207,26	25,64	22,87	1,16	0,81	2.145,86	1.286,21	72.259	34.650	0,44	0,5	0,664	0,527
Goianápolis	11.224	10.695	166,64	162,44	84,23	65,86	2,76	-0,63	2.104,80	1.158,61	222.747	78.150	0,53	0,48	0,703	0,507
Goiânia	1.536.097	1.302.001	729,3	732,8	1.939,51	1.820,10	0,83	1,68	3.760,95	2.097,83	44.877.927	25.118.556	0,59	0,46	0,799	0,715
Goianira	45.296	34.060	213,77	209,04	325,17	170,38	7,39	5,75	2.408,21	1.363,50	850.873	294.774	0,41	0,66	0,694	0,566
Guapó	14.207	13.976	514,18	516,84	33,96	27,08	2,25	-0,22	2.089,31	1.148,61	239.674	107.871	0,56	0,51	0,697	0,538
Hidrolândia	22.124	17.398	952,12	943,9	28,91	19,12	4,7	2,81	2.303,43	1.223,24	983.302	226.605	0,47	0,52	0,706	0,566
Inhumas	53.259	48.246	614,89	613,23	86,71	79,75	1	0,82	2.007,84	1.161,27	1.153.850	532.411	0,47	0,57	0,72	0,616
Nerópolis	30.395	24.210	204,71	204,22	165,59	122,72	3,42	2,41	2.058,00	1.215,39	835.287	340.549	0,43	0,54	0,721	0,616
Nova Veneza	10.018	8.129	122,35	123,38	74,8	67,99	1,19	2,26	1.959,90	1.183,40	154.595	72.013	0,43	0,5	0,718	0,549
Santa Barbara de Goiás	6.634	5.751	140,96	139,6	43,86	42,05	0,73	1,25	2.425,18	1.114,45	106.778	69.153	0,39	0,52	0,706	0,54
S. Antônio de Goiás	6.440	4.703	135,02	132,81	55,16	37,23	4,7	4	4.242,44	3.007,04	134.611	49.701	0,44	0,52	0,723	0,619
Senador Canedo	118.451	84.443	247,01	245,28	621,52	363,57	6,16	4,17	2.611,81	1.432,86	3.239.232	902.041	0,44	0,46	0,701	0,505
Terezópolis de Goiás	8.186	6.561	107,41	106,91	73,01	63,46	1,8	2,27	2.080,87	1.089,97	156.980	76.449	0,44	0,53	0,685	0,535
Trindade	129.823	104.488	712,69	710,71	209,3	151,91	3,62	2,13	2.470,23	1.284,65	2.121.619	939.356	0,43	0,5	0,699	0,568

Fonte: Elaborado pelo Autor com informações disponíveis no Banco de Dados de Séries Históricas de Estatísticas Municipais do IMB.

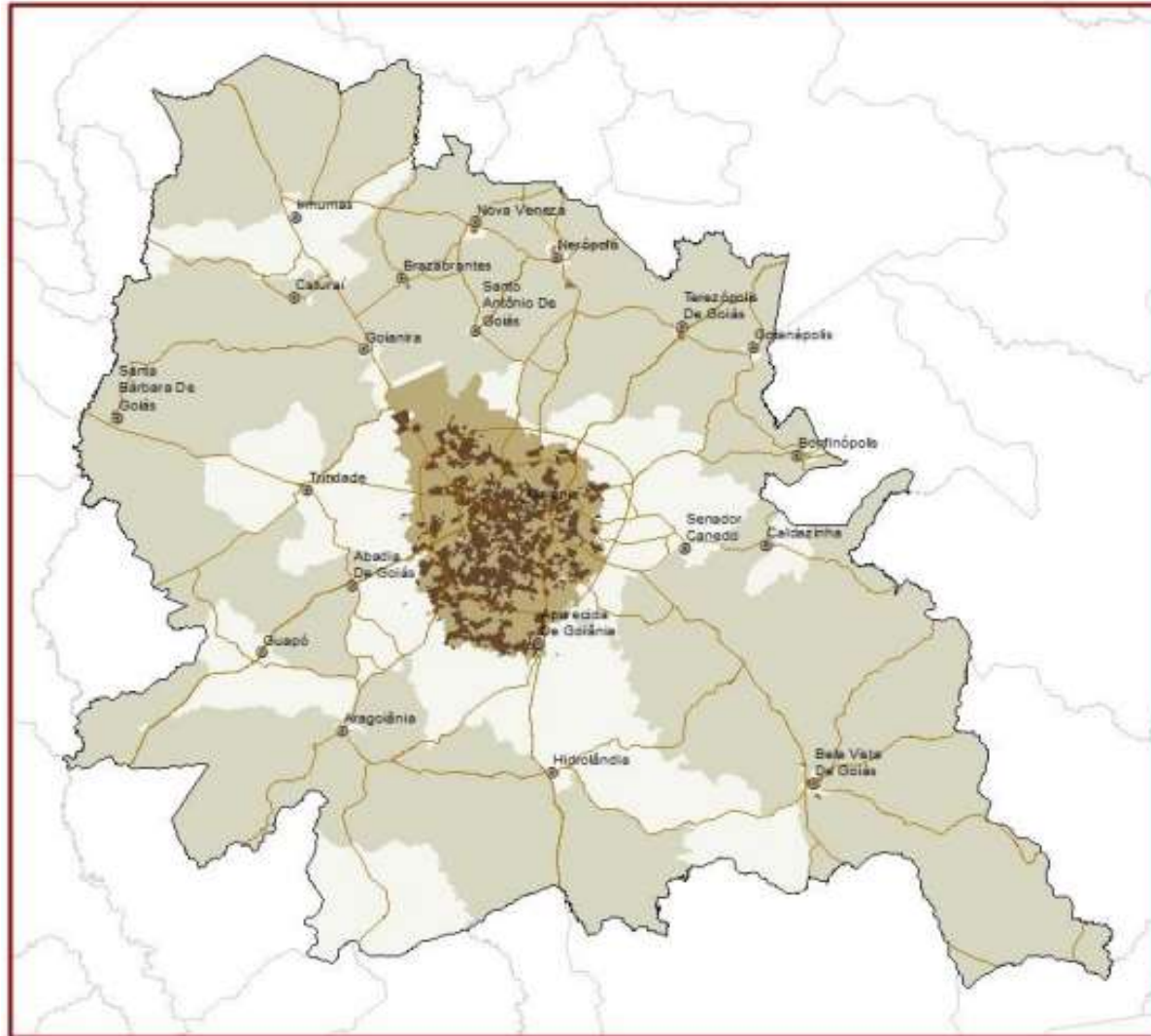
FIGURA 16 – TECIDO URBANO: MANCHA E USO DO SOLO METRÓPOLE GOIANIENSE – 2020



Fonte: FERREIRA, 2020.



FIGURA 18 – DISPERSÃO E FRAGMENTAÇÃO DO TECIDO URBANO RMG

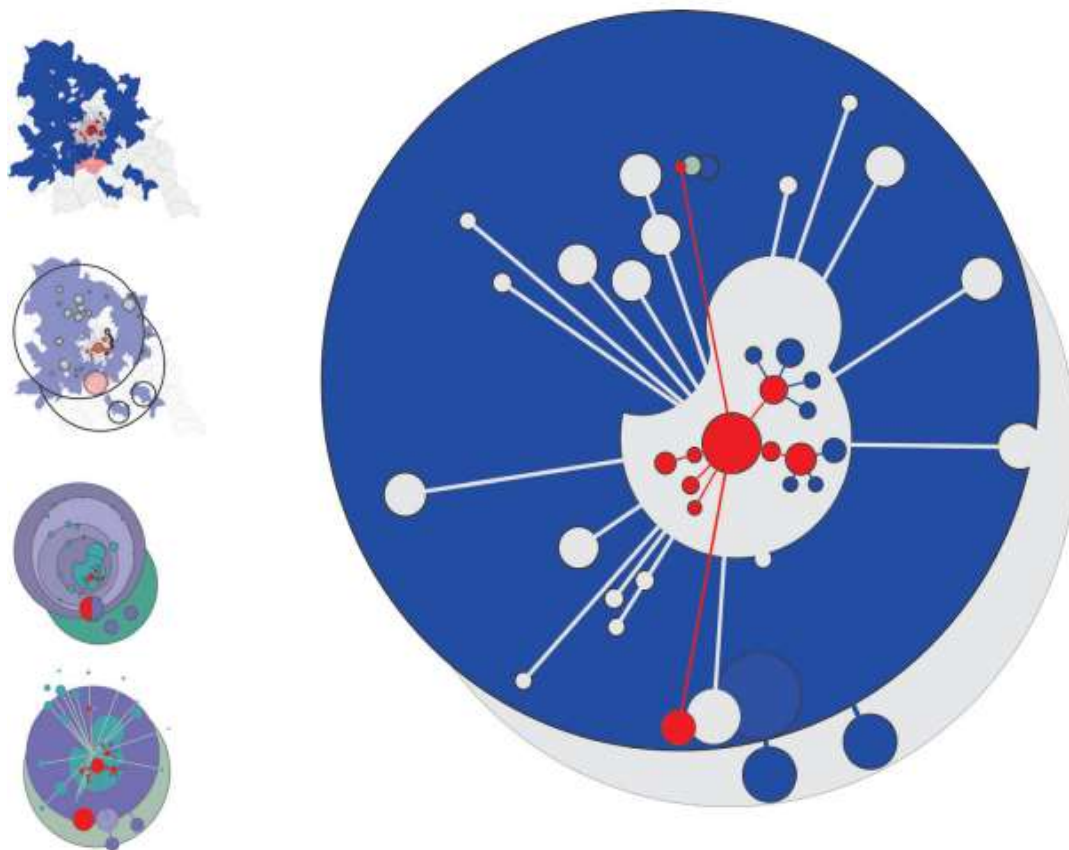


Fonte: NACIFF, 2020.

Legenda: mancha urbana - marrom escuro; influência urbano-metropolitana - marrom claro.

Os espaços segregados sobrepostos também são visíveis com a difusão dos recortes e enclaves. Os condomínios horizontais e os *shoppings centers* se espalham por regiões urbanas e cidades da RMG (ANEXO 18). O programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV) contribui com provimento de investimentos em moradia popular, mas impactou no alargamento de periferias nas bordas metropolitanas (BARREIRA et. al., 2023). Outros empreendimentos ligados às demandas da vida metropolitana coexistem com dinâmicas de ocupação inclusive em cidades tipicamente rurais, como Brazabrantes e Caturai.

FIGURA 19 – DIAGRAMA DA SEGREGAÇÃO NA RMG (Anos 2010).



Fonte: AMARAL e AMARAL, 2019.

Legenda: Círculos vermelhos: áreas ricas na região central de Goiânia e em municípios da RMG; Círculos azuis: periferias pobres metropolitanas; Círculos cinza: mancha urbana e centros periféricos.

Nota-se que os padrões sobrepostos de segregação corroboram a heterogeneidade hierarquizada dos espaços urbanos. Tende a se formar uma área metropolitana com múltiplas centralidades e que envolva núcleos urbanos mais distantes. Indicativo forte em Goiânia são a proximidade e a articulação regional com Brasília e a costura do tecido urbano com a região de Anápolis, importante cidade do centro Goiano.

**FIGURA 20 – GOIÂNIA: ESPAÇO URBANO, HISTÓRIA, FATOS, AÇÕES E SUJEITOS.**

QUADRO E MOSAÍCO URBANO-HISTÓRICO DE GOIÂNIA E REGIÃO											
ESPAÇO/TEMPO	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2020	Tendência Futura
<b>FENÔMENO URBANO</b>	Urbanização (1932-1975)				Momento Crítico (1976-1982)	Metropolização (1983-2020')				Momento Crítico (2020-Hoje)	Megarregionalização
<b>FORMA CONTEÚDO PROCESSO URBANO</b>	Criação da Cidade (1932-1946)	Momento Crítico (1947-1949)	Expansão da Cidade (1950-1965)	Momento Crítico (1966-1969)	Expansão Urbana (1970-1982)	Momento Crítico (1983-1989)	Implosão-Explosão Urbana (1990-2007)	Momento Crítico (2008-2014)	Dispersão-Fragmentação Urbana (2015-Atual)		Desconcentração regional urbano-metropolitana
<b>TIPO DE AGLOMERAÇÃO URBANA</b>	Cidade (1933-1982)				Momento Crítico (1983-1989)	Metrópole (1990-Hoje)				Megalópole	
<b>INTEGRAÇÃO-SEGREGAÇÃO URBANA</b>	Dualidade Planejado-Vivido		Centro-Periferia		Regiões Urbanas		Mancha Urbano-Metropolitana		Sobreposição de Espaço Urbanos		Reestruturação Urbana
<b>INFLUÊNCIA E HIERARQUIA URBANA</b>	Cidade-Capital		Média Cidade		Grande Cidade		Metrópole Regional		Metrópole		Metrópole "nível B"
<b>EVENTO/FATO/CONTEXTO</b>	Revolução de 1930	Marcha p/ o Oeste (1937-1945)	Parcelamento desordenado (1951-1959)	Planejamento e 1º Conjuntos pop. (1962-1969)	PDIG (1971)	Crise Fundiária	Novos Municípios	Crise Pq. Oeste	Secretaria Estadual RMG e Secima (2011-18)	Elaboração PDI-RMG (2016-2018)	Incremento Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília
	P. Fundamental (1932)	Batismo Cultural (1942)			Goiânia "cabeça de rede" (1972)	Crise de Moradia	PDIG-92	PD 2007			
	Início das Obras (1933)	Democratização/ 1ª Eleição (1945-7)	Estrada de Ferro (1951)	Formação ind. construção e mercado de terras	Reestruturações produtivas (1970)	AGLURB-G (1980)	Imi hab. (1996)	Crise Mundial e anticíclico Brasil	PDs cidades RMG	Crises políticas	Polinucleamento disperso do tecido urbano
	Criação do Município (1935)	Código de Edificações (1947)	Interiorização Vargas (1951-54)	Golpe 1964 e destituição prefeito/governador (1969)	Eixo Anhanguera (1976)	1ª Eleições e Constituição (1982-85-86-88-89)	Criação PDT, RMT, CDTC, CMT	MCMV (2009)	Estatuto da Metrópole (2015)	Crises econômicas cotidianas	Incorporação na RMG de cidades de mais de 100km
	Transferência da Capital (1937)	Lei Municipal 176 (1949)	Plano Luis Saia (1959-62)		Agropecuária goiana (1970)	Césio 137 (1987)	Estatuto das Cidades (2001)	Baixa efetividade PD 2007 (2010)	"Onda" Extremadireita (2015-2022)	Plano Diretor Cyn (2022)	
<b>AÇÃO/MOVIMENTO/CONFLITOS</b>	Aplicação Planos Urbanísticos	Ocupação popular fora dos limites dos planos	Aprovação de 132 loteamentos privados	Tentativa de retomada do planejamento	Adensamento e limites à expansão urbana	"Invasões"	Conurbação Sul	Participação social e Política Urbana	Conurbações Oeste, Leste, Noroeste	Periferização metropolitana	Conurbações Norte
	Contratação/Rompimento Atilio Correa	Loteamento privado não adequado	Aceleração da migração e da população	Ocupação de baixa renda em lotes periféricos	Const. Apart. Região Centro-Sul x casas populares regiões Sudoeste, Oeste, Leste	Constr. de casas populares Noroeste	Verticalização	"Enclaves"	Aranha-céus	Conurbação Sudoeste	Crescente influência rede urbana nacional
	Contratação de Armando Godoy	Liberação de parcelamentos e loteamentos	Criação de Municípios	Infraestruturação no Centro	Especação cidades ao redor	Pol.Hab.Estaduais	Relevância APG/Trindade/Canedo	RMG com 20 cidades	Costura de cidades distantes	Pressão Imob. norte RMG	Carência de efetividade do planej. e governança metropolitana
	Ludovico x Coimbra Bueno	Valorização terra	Const. 1º Edifícios	Governo Estadual Cívico-militar	Técnicos Urbanos	PT	Nexo financeiro-incorporação imobiliária-Estado	Coexistência de regiões, centros, periferias, recortes	Lacunas governança e planej. RMG	Protag. Pref. RMG	
<b>SUJEITOS INDIVIDUAIS/COLETIVOS</b>	Pedro Ludovico "Era Vargas"	Construtora Coimbra Bueno	"Ludoviquistas" Pedro Ludovico	Indústria da Construção Civil	"Caiadismo"	"Irisismo"	PSDB	Mov. sociais 2013	Fragment. Mov. sociais/soc. Civil	Entid. Técnico Científicas Profissionais	Multiplicidade de escalas urbanas de atuação dos Sujeitos
	Governo de Goiás	Proprietários de Glebas	Venerando Borges	Especuladores Imobiliários	Prefeitos nomeados por "governador biônico"	"Mutirão"	Marconi Perillo	Dep. Estaduais	Veredores	Fragilidade de Representação	
	Atilio Correa Lima	Jerônimo Coimbra Bueno	Oposição ao Ludoviquismo	Agentes de Planejamento	Agentes Públicos P. Habitacionais	Mov. Sociais, Luta por Moradia e Reforma Urbana	Nion Albernaz	Alego	Técnicos RMG	Representação	Sujeitos da Metrópole
	Operários	Eurico Viana	Parateca	Luis Saia			Pedro Wilson	Câmaras Munic.	"Marconismo"		
	Construtores	Prefeitura de Goiânia	Hélio de Brito	Jorge Willheim			Darci Accorsi	Agentes Políticas Habitacionais	Alcides Rodrigues	Mercado imobiliário de luxo	Sujeitos RMG
	Loteadores		Íris Rezende	Demanda moradia			Íris Rezende	Prefeitura Goiânia	José Elton	Temas metrop.	
							Governo de Goiás		Íris e Caiado		

Fonte: Elaboração do Autor.

Com o tecido disperso, fragmentado e heterogêneo, rede urbana difusa, extensa e influente, não seria exagero vislumbrar iniciais indicativos de tendências de formas, conteúdos e processos de desconcentração regional urbano-metropolitana goianiense. As cidades metropolitanas compõem as múltiplas centralidades da metrópole. Os municípios do interior em raio próximo à Capital exibem crescente expansão urbana e da população. Vistos no presente, desde a história e em perspectiva futura, os sinais são a abrangência de áreas mais vastas do que à atual metrópole.

A projeção de uma megarregião com Brasília no Centro do Brasil não chega a ser um absurdo ficcional. Basta dizer que em 2021, pouco mais duzentos quilômetros de distância por rede rodoviária (BR-060-BR-153) estão concentradas aproximadamente oito milhões de pessoas somadas a RMG, a Região de Influência Imediata de Anápolis e a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE-DF). A localização privilegia de Goiânia nessa metropolização urbano-regional lhe confere potencial de consolidar influência direta sobre outras metrópoles brasileiras.

A articulação de tecido urbano com Anápolis pode significar a abrangência de cidades outras pequenas cidades em um raio de mais de cem quilômetros de Goiânia. O que somados com a atual RMG ultrapassa três milhões de habitantes. A ligação do ambiente construído ao norte da Capital pode ser ameaça do ponto de vista para a preservação dos recursos naturais, pois circunscreve a APA do Ribeirão João Leite. Aparecida de Goiânia já é fora as capitais a cidade de maior industrialização no Centro-Oeste.

As mudanças, os problemas e os desafios futuros exigem ações contundentes, mas a RMG sofre no presente com ausências de governo. Desde a deflagração da metropolização as institucionalidade metropolitanas pouco foram efetivas e governantes estaduais ou municipais não foram capazes de aglutinar forças em nome de um projeto metropolitano sólido. O que perdurou sem grandes fatos novos até entremeados da década de 2010.

A promulgação do Estatuto da Metrópole em 2015 criou expectativas de viabilizar a governança participativa nas regiões metropolitanas no Brasil. Contudo, a Lei não obteve consolidação até os primeiros anos de 2020. A abstenção em governar coaduna efeitos devastadores nas metrópoles e a carência de ação conjunta aprofunda os problemas estruturantes do país. Na RMG são nítidas a pobreza, o desemprego, as degradações ambientais, a criminalidade, o déficit de mobilidade, a privatização de espaços públicos e a disseminação de doenças (BARREIRA et al, 2022b).

Do ponto de vista da governança destacam-se algumas iniciativas de maior relevância. Concomitante a criação da RMG se deu a proposição do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia (Codemetro). Instância que deve possuir caráter deliberativo acerca de interesses, mecanismos e políticas públicas relacionadas às FPICs, com previsão de gestão compartilhada entre os entes federativos e a sociedade. Porém, na imprensa noticia-se que tal conselho se reuniu uma única vez, em 2018, no governo do antes vice-governador José Eliton e depois não foi mais empossado (OPÇÃO, 2017; OPÇÃO, 2018; ALEGO, 2020).

Em 2011 foi criada pelo Governo Estadual a Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, com o intuito de viabilizar mecanismos institucionais e técnicos de governo metropolitano. O que deu perspectiva de construção de planejamento para a RMG e de instituição do Codemetro. Em 2014, o órgão passou a integrar como Superintendência a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima). Mas, desde 2020 o tema perde status e os assuntos metropolitanos são diluídos no organograma abrangente de uma Secretaria Geral de Governo.

Com a promulgação do Estatuto da MetrÓpole em 2015, uma rápida análise de opinião pública evidencia 2016 e 2018 como momento intenso de discussões sobre a RMG. Diga-se, muito em razão da formulação do Plano de Desenvolvimento Integrado da RMG (PDI-RMG) (GOIÁS, 2017; OPÇÃO, 2017; O POPULAR, 2019). Com estímulo a debates amplos sobre temas associados à metropolização (ALEGO, 2017; O POPULAR, 2022).

A articulação para a elaboração do PDI-RMG coube a Secima e a Universidade Federal de Goiás (UFG) executou estudo técnico por convênio. Ambos ocorreram junto à realização de oficinas, reuniões técnicas, audiências públicas, seminários, participações via *internet* por *site* e redes sociais. Ocorreu também alguma participação de representantes de instituições de Estado de níveis estaduais, municipais e da sociedade. Já o estudo realizado e denominado Diagnóstico baseou-se em informações primárias e na seleção de dados secundários, nas interações e nas discussões públicas conforme objetivos e campos temáticos.

O relatório final com o Diagnóstico do PDI-RMG foi apresentado ao público em 2018. Na sequência as articulações para discussões seguiram com intenção de aprovação do plano, que não prosperaram na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego). Menos ainda avançou a efetivação do Codemetro ou de outros instrumentos ou institucionalidades de planejamento e governança metropolitana. Novamente as exceções mais substanciais são as mudanças de composição da RMG e a nova Lei de regulação do transporte coletivo (2022).

O quadro sugere pouco otimismo de que serão facilmente superadas as disjunções entre a metropolização e a efetividade das institucionalidades metropolitanas. Como a RMG está fora da agenda pública, governamental e decisória em Goiás, a premissa de ampliar a participação é possibilidade essencial para mudar os rumos de carência de governo, governança e governabilidade metropolitana. A preocupação em compreender os sujeitos, em múltiplas facetas, não deixa de ser objetivo válido para compor eventuais estratégias pertinentes de mobilizações, articulações e lutas com intenção de reverter o cenário atual.

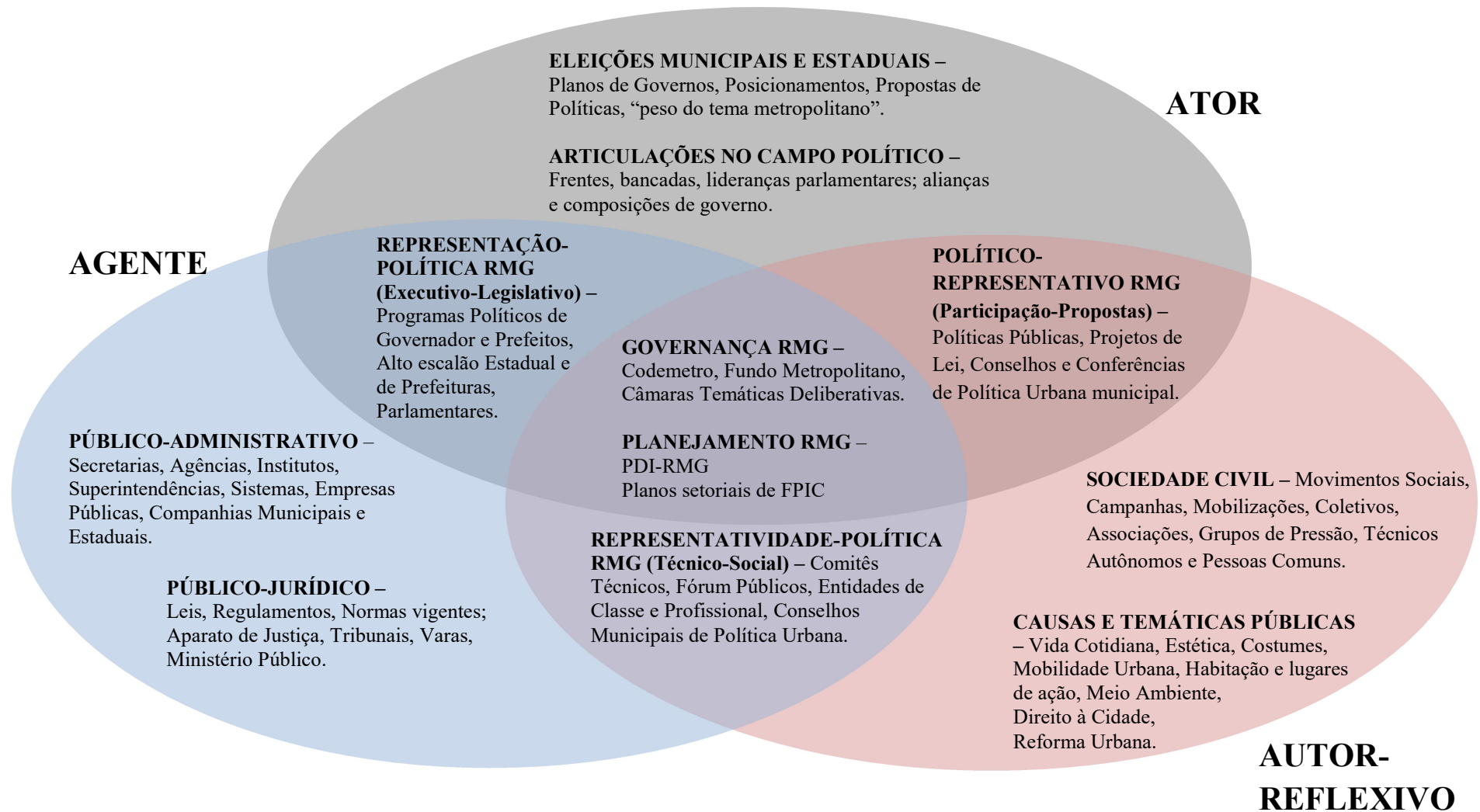
A mudança de agenda é temporária e disputada entre assuntos impactantes e sujeitos influentes. A empreitada deve envolver a compreensão da metropolização e de momentos dos fluxos de decisão com base nos problemas e nas soluções ditas em momentos certos. Para sensibilizar políticos eminentes, o tema ser tratado nas eleições e nas discussões de formação da opinião pública, de ser motivação à ação dos funcionários do Estado, de pesquisadores e estudiosos, dos movimentos sociais, profissionais e pessoas comuns.

Vale ponderar que apesar de apresentar regularidades e continuidades, os sujeitos de uma região metropolitana somente são apreensíveis com respaldo de um vasto material empírico-político de pesquisa contextualizadas das ações. Nas inconstâncias e nas indeterminações do campo político há a pertinência em identificar, analisar e classificar indivíduos e grupos, o que acaba por exigir vigilância e rigor de conhecimento construído. Tipificar as ações dos sujeitos abre uma possibilidade de compreensão mais segura.

No âmbito de ação dos atores da RMG as eleições municipais e estaduais são possibilidade de analisar a importância do tema frente o peso do voto metropolitano. Atores também vistos nas articulações políticas de governos ou legislativos. Já agentes movem-se entre papéis e posições nos aparatos administrativo-jurídicos estaduais e das prefeituras. Operam sistemas técnico-burocráticos provocados por decisões dos governantes. Os autores-reflexivos podem emanar de uma consciência da experiência na vida metropolitana e da sociedade civil emergir a partir de temáticas reivindicatórias com potencial político.

Não custa notar a fluidez de grupos e indivíduos em âmbitos imbricados e sobrepostos de ação próprios da RMG. O Codemetro, o PDI-RMG e as Câmeras Temáticas agregam a necessária participação dos diferentes sujeitos. Tal qual em Comitês Temáticos, Políticas Públicas e nos Projetos de Lei mais bem sucedidos, que simultaneamente articulam atores, agentes ou autores-reflexivos.

DIAGRAMA – SUJEITOS DA REGIÃO METROPOLITANA E ESPAÇOS DE AÇÃO



Fonte: Elaboração do autor.

De acordo com os objetivos e ao considerar referenciais teóricos, delimitações do problema, abordagem teórico-metodológica, demarcações no debate político e circunscrição do objeto, os capítulos a seguir sustentam três argumentos analíticos relacionados às ações dos sujeitos da RMG. Os três argumentos desenvolvidos podem oferecer uma compreensão a partir das Ciências Sociais, para que de algum modo sirva nos esforços de fortalecimento da governança democrática, participativa, eficiente e comprometida com o bem-estar social.

O primeiro argumento postula que há lacunas nos aparatos jurídico-administrativos, pouca efetividade dos instrumentos de gestão urbana e baixa disposição em cooperação dos agentes públicos proeminentes. Não obstante há ainda perda de prestígio do tema na agenda dos governos, o que reforça lacunas. As ações dos poderes Executivo e Legislativo em nível estadual e municipal revelam fragilidades vistas em legislações, políticas públicas, no orçamento e na organização do Governo Estadual ou de prefeituras.

O segundo argumento sugere que os atores políticos dão pouca importância à RMG. O cenário contrasta com o peso da população metropolitana na política goiana. Nas eleições, momento chave de mudanças na agenda decisória, pleiteantes ao governo estadual, apesar do voto metropolitano ser determinante, as institucionalidades metropolitanas quase não são citadas. Deputados estaduais apresentam interesses paroquialistas e corporativistas em detrimento de visão regional dos desafios colocados. Futuros prefeitos esboçam apenas interesses localistas, imediatos e isolados da metrópole.

Para reverter o quadro, o terceiro argumento de análise defende que a RMG comporta sujeitos em variados campos temáticos, causas e centralidades, com enorme potencial para contribuir na governança metropolitana. A observação em oficinas e audiências públicas durante elaboração do Diagnóstico do PDI-RMG evidenciaram que quanto mais participação, maior é a lista de sugestões pertinentes para resolução de problemas. Nesses momentos os sujeitos são autores-reflexivos portadores de narrativas que fogem aos discursos e comandos mais típicos dos ambientes institucionais e operativos das políticas de Estado.

Possíveis autores-reflexivos podem se revelar sujeitos interessados nas institucionalidades da RMG. Apesar da baixa densidade de participação social e pendente cultura cívica acerca do tema, a elaboração do PDI-RMG abriu perspectiva para momentos profícuos de discussão sobre mobilidade, meio ambiente, condições socioeconômicas e governança. Portanto, a participação da sociedade civil reverbera processo de aprendizagem em interação que são muito proveitosos se articulados em estratégias de mudança de agenda e também podem ser decisivos se mobilizados nas arenas políticas.

## PARTE II – SUJEITOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA: AGENTES, ATORES E AUTORES-REFLEXIVOS.

## CAPÍTULO 3 – AGENTES E AGÊNCIAS DA RMG

### 3.1 AGENTES PÚBLICOS DO PODER ESTADUAL E A RMG: APARATO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO E AGENDA GOVERNAMENTAL

Os agentes são os sujeitos que operam das “representações do espaço”. Nas metrópoles atuam em uma multiplicidade de sistemas influentes para além da aglomeração urbana em si. Quando se fala em genérico “o sistema” refere-se aos sistemas econômico-políticos e ideológico. Contudo, as organizações sistêmicas permeiam as sociedades. Desde as micro-relações de interação e sociabilidade, a existência de contradições e de fraturas não esconde imposições de um sistema sobre o outro. É notória, por exemplo, a proeminência dos agentes econômicos na iniciativa de produção do espaço urbanos.

Se há uma multiplicidade de sistemas em uma metrópole, a instituição de uma região metropolitana é uma iniciativa política em âmbito do sistema público de Estado. Alerta-se, segundo Luiz Cesar Queiroz Ribeiro (2020), que os agentes econômicos mais poderosos tomam a iniciativa sobre usos dos espaços metropolitanos muitas vezes com contribuições dos principais agentes públicos, que normalizam privilégios e vantagens privados. Realidade que reforça a percepção da orfandade intencionada de institucionalidades voltadas para regulação, financiamento, planejamento e governança das áreas metropolitanas brasileiras.

O Diagnóstico do PDI-RMG (2018) sinaliza lacunas de planejamento. O Relatório do Ipea “Identificação e caracterização das relações interfederativas na Região Metropolitana de Goiânia” (2021) defende que os instrumentos carecem de efetividade. Borges et al (2018) analisa que fora o transporte coletivo os mecanismos não são operacionalizados em meios eficazes de gestão. Ao considerar os agentes públicos estaduais tornam-se visíveis lacunas jurídico-administrativos e a perda de prestígio na agenda governamental em anos recentes.

A primeira ação para a criação da RMG se deu com o projeto de Lei apresentado na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), em 11 de agosto de 1999, de autoria do então Governador Marconi Perillo. Após discussão na Casa é promulgada a Lei Complementar nº 27, em 30 de dezembro de 1999. Além de criar a RMG, com onze cidades da “Grande Goiânia”, de início fica instituída também a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (RDIG), com sete municípios. A legislação ainda autoriza o Poder Executivo Estadual a constituir o Codemetro e o Fundo de Desenvolvimento da RMG.

No curso dos anos a Lei inicial é completamente refeita por ações do próprio Governo Estadual e com aprovação da Alego. Até 2003 mantém-se a composição dos municípios pertencentes à Região Metropolitana e à Região de Desenvolvimento Integrado. Em 2004 e 2005 são acrescentadas novas cidades nas duas institucionalidades. Desde 2010 a regulamentação extingue o ente chamado Região de Desenvolvimento Integrado para incorporar todos os municípios à RMG. Em 2018 altera a composição de municípios e acaba por abrir mão da denominação “Grande Goiânia”.

QUADRO 4 – MUNICÍPIOS DA RMG – LEI DE CRIAÇÃO E LEI DE INCORPORAÇÃO À RMG

COMPOSIÇÃO MUNICÍPIOS DA RMG			
MUNICÍPIOS	LEI DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO	LEI DE INCORPORAÇÃO À RMG	RDIG
Abadia de Goiás	Lei nº12.799 de 27/12/1995	Lei nº 27 de 30/12/1999	—
Aparecida de Goiânia	Lei nº4.927 de 14/11/1963	Lei nº 27 de 30/12/1999	—
Aragoiânia	Lei nº2.141 de 14/11/1958	Lei nº 27 de 30/12/1999	Sim
Bela Vista de Goiás	Lei nº100 de 05/06/1896	Lei nº 48 de 09/12/2004	Sim
Bonfinópolis	Lei nº10.408 de 27/01/1988	Lei nº 78 de 25/03/2010	Sim
Brazabrantes	Lei nº2.090 de 14/11/1958	Lei nº 78 de 25/03/2010	Sim
Caldazinha	Lei nº11.699 de 29/04/1992	Lei nº 78 de 25/03/2010	Sim
Caturai	Lei nº2.132 de 14/11/1958	Lei nº 78 de 25/03/2010	Sim
Goianápolis	Lei nº2.142 de 14/11/1958	Lei nº 27 de 30/12/1998	Sim
Goiânia	Decreto nº327 de 02/08/1935	Lei nº 27 de 30/12/1999	—
Goianira	Lei nº2.363 de 09/12/1958	Lei nº 27 de 30/12/1999	—
Guapó	Lei nº171 de 08/10/1948	Lei nº 54 de 23/05/2005	—
Hidrolândia	Lei nº223 de 05/11/1948	Lei nº 27 de 30/12/1999	—
Inhumas	Decreto nº602 de 19/01/1931	Lei nº 78 de 25/03/2010 (Saiu: Lei nº 78 de 22/02/2018) (Entrou: Lei nº 149 de 15/05/2019)	Sim
Nerópolis	Lei nº104 de 03/08/1948	Lei nº 27 de 30/12/1999	—
Nova Veneza	Lei nº2.095 de 14/11/1958	Lei nº 78 de 25/03/2010	Sim
S. Barbara de Goiás	Lei nº4.710 de 23/10/1963	Lei nº 78 de 22/02/2018	—
S. Antônio de Goiás	Lei nº11.360 de 05/12/1990	Lei nº 27 de 30/12/1999	—
Senador Canedo	Lei nº10.435 de 28/01/1988	Lei nº 27 de 30/12/1999	—
Terezópolis de Goiás	Lei nº11.704 de 29/04/1992	Lei nº 78 de 25/03/2010	Sim
Trindade	Decreto nº8.305 de 31/12/1943	Lei nº 27 de 30/12/1999	—

Fonte: Banco de Dados de Séries Históricas de Estatísticas Municipais do IMB; Elaboração do autor.

A inclusão e a exclusão de municípios na RMG devem obedecer ao Art. 91 da Constituição do Estado de Goiás. No documento fica indicado que eventuais mudanças de composição devem seguir critérios demográficos, o grau de conurbação, de fluxos migratórios, a atividade econômica e a deficiência dos serviços públicos municipais. Incorporado à RMG, tal municipalidade deve exercer os direitos e as responsabilidades de planejamento metropolitano.

Em relação às inconstâncias na definição de conteúdo e dos municípios pertencentes o caso de Inhumas é exemplar, pois ora esteve dentro, ora fora, do rol de cidades da RMG. No ano de criação, 1999, o município era listado na Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, o que perdurou até 2010, quando tal classificação foi abolida e a cidade passa a integrar à RMG. No bojo das discussões pós-elaboração do PDI-RMG, em 2018, a municipalidade não mais constava na Lei como membro da região. No ano de 2019, com nova edição legal, por ação parlamentar, novamente passa a fazer parte da região de Goiânia.

A Lei Complementar nº 139, de 22 de janeiro de 2018, (LC139-2018), do Poder Estadual é a primeira como resultado de ações que visam adequar o arcabouço jurídico pós-Estatuto da Metrópole. Os termos, os assuntos e as definições de prioridades a partir das FPIC são sinais de que em alguma medida à Lei Federal impactou nas ações dos governos e de legisladores. Destaca-se que a LC139-2018 foi alterada substancialmente na Alego no ano de 2019 e em 2020 o Governo revoga a previsão do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano.

Mesmo com alterações, a LC139-2018 é ainda a mais significativa legislação no que tange à RMG. O Art. 2º da Lei define Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC), com os temas de mobilidade, saneamento básico, desenvolvimento urbano e serviços ambientais. O âmbito de incidência e a territorialização de cada FPIC deverá ser especificado no plano de desenvolvimento integrado. O tema da mobilidade e transporte público deve ser regulado por lei específica do Executivo. Em 2023 o Governo de Goiás revogou o saneamento básico dentre as já diminutas FPIC previstas na legislação.

Em 2021 foi aprovada a Lei Complementar nº 169, que reformula e disciplina a RMTc e reestrutura a Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos (CDTC) e a Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC). Nova regulamentação que anula aspectos antes colocados de modo provisório na LC139-2018. Mais do que um exame detido das leis, aqui cabe mencionar a maior atenção dada à gestão do transporte coletivo da RMG, tradição desde os anos de 1970.

Menos do que as possibilidades legais, fora a regulação do transporte coletivo, os sistemas de planejamento e gestão capengam na metrópole goianiense. Vide o PDI-RMG que não foi aprovado na Alego mesmo após quase uma década de promulgação do Estatuto da Metrópole. A falta de disposição dos governos de Goiás em buscar a aprovação do plano já seria por si um indicativo significativo da carência de ações dos agentes governamentais estaduais. O que fragiliza os sujeitos representantes e perpetua as lacunas vinculadas à RMG.

Na LC139-2018, de acordo com o Capítulo II, a governança deve ocorrer com compartilhamento de responsabilidade entre entes federados, em termos de organização, planejamento e execução de FPIC. Os princípios visam respeito à autonomia municipal, a cogestão entre poderes públicos e a sociedade civil, a prevalência do interesse comum, o desenvolvimento urbano integrado, a efetividade dos recursos e a sustentabilidade. É sugerida gestão que evoca articulação entre representações e desígnios coletivos.

Em relação à estrutura da governança interfederativa, o Art. 5º da LC139-2018 autoriza a criação do Codemetro, que deve delegar atribuições de Câmaras Técnicas Setoriais, Conselhos Consultivos Setoriais e de órgãos públicos ou entidades públicas estaduais, municipais ou metropolitanas. Destaca-se que a prerrogativa de instituir o Fundo de Desenvolvimento da RMG, como dito antes, foi revogada em 2020 por Lei Complementar.

A Lei define que o Codemetro é um órgão colegiado de caráter normativo e deliberativo, no qual participam o Estado de Goiás, os Municípios integrantes da RMG, os representantes legislativos e a sociedade civil. Os membros deverão deliberar por maioria simples sobre a integração, a organização, o planejamento e a execução das FPICs. O Conselho deve ser formado por vinte e nove titulares. Nota-se que a Lei não atualiza o número de cadeiras em razão da inclusão de Inhumas na região em 2019, o que de imediato cria a necessidade de recalcular os pesos dos votos das representações municipais.

As diferenças na composição e no peso de decisão do Codemetro perpetram polêmicas e movimentos de atores em nível municipal e estadual. Ao analisar reportagens e estudos do período de aprovação da Lei, os representantes da Prefeitura e os vereadores da Câmara Municipal de Goiânia argumentam uma sub-representação da capital na composição do conselho (ALEGO, 2017; OPÇÃO, 2017). Legisladores das cidades maiores também apresentam temores de que a institucionalidade metropolitana incida na perda de autonomia frente às competências municipais.

### QUADRO 5 – COMPOSIÇÃO E PODER DE VOTO NO CODEMETRO.

COMPOSIÇÃO E PESO DO VOTO CODEMETRO		
COMPOSIÇÃO		PESO DO VOTO
<b>EXECUTIVO ESTADUAL</b>	Governador de Goiás (1)	15% do total de votos
<b>EXECUTIVO MUNICIPAL</b>	Prefeito de Goiânia (1)	35% do total de votos
	Prefeito de Aparecida de Goiânia (1)	8% do total de votos
	Prefeito de Senador Canedo (1)	7% do total de votos
	Demais Prefeitos dos municípios pertencentes (18)	20% do total de votos de acordo com a proporção populacional
<b>LEGISLATIVO ESTADUAL E MUNICIPAL</b>	Deputado Estadual Alego (1)	10% do total de votos
	Vereador Câmara Municipal de Goiânia (1)	
	Vereador Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia (1)	
	Vereador indicado por demais Câmaras Municipais (1)	
<b>SOCIEDADE CIVIL</b>	Representante Federação do Setor Produtivo (1)	5% do total de votos
	Representante Entidade de Ensino Superior de Goiás (1)	
	Representante Conselho Profissional (1)	
	Representante de organização ou movimento social indicado pelo Conselho Municipal de Política Urbana de Goiânia- COMPUR (1)	

Fonte: LC139-2018; Elaboração do autor.

Mais nítida do que a ausência de legisladores, a sub-representação da sociedade civil é flagrante no desenho do Codemetro. A LC139-2018 reserva vaga para um ente representativo de mercado, uma organização ou movimento social indicado pelo conselho urbano de Goiânia, uma Instituição de Ensino Superior e uma entidade de classe. Além dos quatro instituídos por Lei, na ausência de outros conselheiros, os movimentos sociais, as entidades técnicas, as representações empresariais e os profissionais chegarão a sete membros.

Ampliar a participação social diante da enormidade de entidades representativas pode ser positivo para elencar problemas e alternativas dos sistemas de planejamento e gestão em uma metrópole. Os temas, os assuntos e as questões cujos movimentos sociais se movem, por exemplo, na luta por direito à cidade, lhe credenciam a serem relevantes nos espaços urbanos. Para além de um rito protocolar, o estímulo à participação pode fazer emergir compromissos favoráveis à maior efetividade da RMG.

Ademais segundo posições noticiadas na imprensa, o Codemetro não se reúne desde fins de 2018 (ALEGO, 2020). O que é denunciada por deputados estaduais, tal qual entidades da sociedade e pesquisadores cobram maior possibilidade de participação e de ampliação das pautas de discussão (PREFEITURA, 2017; DIÁRIO DE GOIÁS, 2017). Um cenário de ausência cuja lacuna dificulta a participação social que poderia fortalecer a os aparatos jurídico-administrativos da RMG.

É importante ressaltar o potencial do Governo Estadual em desempenhar papel ativo como agente da promoção da governança e do planejamento metropolitano. Se até meados dos anos 2010 ocorre preocupação mínima em avançar no preenchimento de lacunas acerca do tema, em anos recentes pode-se dizer que há perda de prestígio das ações voltadas à RMG. Tanto que em 2014 a metrópole possui secretaria específica no organograma do governo, nos anos seguintes o aparato administrativo ficou resumido a Superintendência e não ocorrerá a instituição do Codemetro, de câmeras técnicas ou deliberativas ou dos sistemas de FPICs.

Em detrimento da menor relevância dada ao planejamento e à governança da RMG, a região goiana do Entorno caracterizada por imbricações a RIDE-DF em 2023 passou a ser municada com legislação metropolitana. O Governo Estadual não atua com incisão no fortalecimento da RMG, que ainda não possui um PDI, ao mesmo tempo instituiu uma nova “região metropolitana” em Goiás e a “metrópole” está localizada em Brasília.

A RMG é citada poucas vezes na Lei Orçamentária Anual (LOA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e em decretos, atualizações e complementos diversos do orçamento do Governo de Goiás. Essas legislações são importantes para avaliar a disposição efetiva dada ao tema metropolitano por governos de ocasião. A ausência frequente sinaliza que as institucionalidade metropolitanas não estão entre os temas de maior prestígio no orçamento. Nos Planos Plurianuais (PPAs), com duração de quatro anos e que são mais bem destrinchados no Orçamento Geral Anual do Estado, o cenário também não é diferente.

No PPA 2016-2019 do Governo de Goiás, com elaboração no governo de Marconi Perillo, a RMG é especificamente mencionada na leitura de conjuntura de problemas e de desafios nas áreas de segurança pública, educação, mobilidade urbana e drogas. Ademais as perspectivas de ações são apresentadas de modo regionalizado. Há previsão de medidas próprias específicas à região metropolitana em educação, saúde, segurança pública, direitos humanos, grupos vulneráveis, desenvolvimento socioeconômico, sistema penitenciário, pesquisa científica, cultura, internet, governança e, sobretudo, mobilidade urbana.

### QUADRO 6 – A RMG NAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS ESTADUAIS

CITAÇÃO RMG LEIS E OUTRAS LEGALIDADES ORÇAMENTÁRIAS ESTADUAIS (cita, sim ou não, a Região Metropolitana de Goiânia?)														
LEI/ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Lei Orçamentária Anual (LOA)</b>	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Atualização, Instrução, Normativa, Decretos, Complementos.</b>	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
<b>Destinação para Emenda Parlamentar</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: LOA (2010-2023); LDO (2010-2023); Elaboração do autor.

Ainda no PPA 2016-2019 a RMG alcança algum destaque nos orçamentos da Secima (governança e mobilidade), da Secretaria de Governo (juventude e penitenciária) e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (conectividade e mobilidade). Em relação ao preenchimento de lacunas institucionais, o documento prevê a Elaboração do PDI e subsídios ao Eixo Anhanguera.

Nota-se que sobram ações não realizadas, como a promessa de construção de um Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) em substituição ao sistema de corredor exclusivo de ônibus no Eixo Anhanguera ou a construção de um trem de alta velocidade Goiânia-Brasília. Em maioria as medidas são pontuais, apenas um programa cita à RMG, “Infraestrutura Urbana, Social e Turística”, e a Secima foi à secretaria de menor orçamento entre as existentes.

Em relação ao PPA 2020-2023, já elaborado no Governo de Ronaldo Caiado, o Relatório de Assessoramento Técnico sugere, para além da regionalização, o levantamento de dados do transporte como único objetivo para a RMG. Sinal da pequena importância dos orçamentos estaduais. O que é atestado quando apenas 1 programa de governo foi destinado à metrópole goianiense (transporte, conectividade e infraestrutura).

As ações do PPA 2020-2023 mais contundentes destinadas à RMG se alocam de modo específico no programa “Cidades Inteligentes e Mobilidade Urbana Eficiente”. Amparados por tal programa, as promessas se concentram em melhorias no serviço prestado e na promoção de conexões de internet no Eixo Anhanguera. Com execução da Metrobus, da Agência de Infraestrutura e da Secretaria Geral de Governo, apesar de relevantes, a proposta não foge a quase exclusiva preocupação com a mobilidade urbana dentre os inúmeros problemas e desafios de governo da RMG.

FIGURA 21 – AÇÕES PREVISTAS PROGRAMA “CIDADES INTELIGENTES E MOBILIDADE URBANA EFICIENTE” DO GOVERNO DE GOIÁS.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	NOME PRODUTO
SGG	SUBSÍDIO FINANCEIRO AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE SEMIURBANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA
SGG	TERMINAL RODOVIÁRIO DOADO
SGG	PRÉDIO PÚBLICO EFICIENTIZADO
SGG	TERMINAL RODOVIÁRIO GERIDO
SGG	ESTUDO DE VIABILIDADE PARA A IMPLANTAÇÃO DE ANÉIS VIÁRIOS ELABORADO
SGG	PONTO DE WI-FI IMPLANTADO
SEDI	ESTUDO DE LOGÍSTICA MULTIMODAL ESTADUAL ELABORADO
METROBUS	ESTUDOS TÉCNICOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SONORA/VISUAL ADEQUADA AOS USUÁRIOS DO EIXO ANHANGUERA COM ACESSIBILIDADE REDUZIDA REALIZADO
METROBUS	ESTAÇÃO DO EIXO ANHANGUERA REFORMADA
METROBUS	GUARDA-CORPO NAS RAMPAS DE ACESSO ÀS ESTAÇÕES DE EMBARQUE DO EIXO ANHANGUERA IMPLANTADO
METROBUS	ESTRUTURA DOS TERMINAIS E DAS PLATAFORMAS MANTIDA
METROBUS	ESTRUTURA DE SEGREGAÇÃO DA VIA EXCLUSIVA DE ÔNIBUS REFORMADA
METROBUS	ESTUDOS TÉCNICOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE CONECTIVIDADE SEM FIO REALIZADO
METROBUS	ÔNIBUS ELÉTRICO ARTICULADO DISPONIBILIZADO
METROBUS	ÔNIBUS À COMBUSTÃO ARTICULADO DISPONIBILIZADO
METROBUS	ÔNIBUS À COMBUSTÃO BIARTICULADO DISPONIBILIZADO
GOINFRA	PRÓPRIO PÚBLICO REFORMADO
GOINFRA	OBRA CIVIL GERENCIADA

Fonte: PPA Goiás 2020-2023.

O PPA 2020-2023 orça recursos do “Conselho de Habitação de Interesse Social para Vulneráveis da Região Metropolitana de Goiânia, Oeste e Centro Goiano”. O conselho possui inclusive previsão de receitas oriundas da Agência Goiana de Habitação (Agehab), que dentre outras é responsável por implantação de medidas necessárias a construção de moradias na RMG. De criação recente (2021), tal conselho ainda deve ser mais bem avaliado por pesquisas futuras quanto à efetividade prática.

Nos conteúdos do “Orçamento Anual Geral do Estado de Goiás”, documento que prevê a execução do PPA, a cada ano, independente do governo de momento, as sinalizações ficam nítidas de ausências da RMG. Notam-se descontinuidades de programas com objetivos metropolitanos e no máximo há a prevalência de ações voltadas à mobilidade. O orçamento das institucionalidades de governança é restrito e mesmo as propostas de mobilidade muito se conformam nos subsídio de passagem do Eixo Anhanguera. Decantados assuntos como saneamento, habitação e cultura foram pouco abordados por um prisma metropolitano.

No que tange ao Codemetro, o órgão não possui orçamento próprio, o que reforça os indícios da insuficiência de esforço dos governos em agenciar a efetivação daquele que seria pretensa “arena” política da RMG. O Fundemetro esteve entre fundos públicos de menor orçamento no Estado, com recursos apenas para oferecer modestas contribuições ao próprio Codemetro e na elaboração do PDI-RMG. Lembra-se que o fundo foi revogado em 2021.

A Superintendência de Assuntos Metropolitanos deixou de existir em 2020. Enquanto fazia parte do organograma do Poder Estadual constava previsão de recursos orçamentários. Porém, entre 2015 e 2017 os orçamentos previstos para o órgão eram destinados à construção do VLT no Eixo Anhanguera, projeto que não saiu do papel, e para elaboração do PDI-RMG.

Entre 2015 e 2019 o Orçamento Geral menciona ações exclusivas para a RMG nos programas “Infraestrutura de Transportes e Mobilidade Urbana”, “Desenvolvimento Regional”, “Valorização da Juventude”, “Implantação do VLT”, “Transporte e Mobilidade da RMG” e “Desenvolvimento da RMG”. Nesses seis programas predominam intenções voltadas à mobilidade, sobretudo, incentivos de passagens e melhorias no Eixo Anhanguera. Em menor medida são citadas destinações orçamentarias para abastecimento de água e saneamento, governança e planejamento, cultura e patrimônio, conectividade e *internet*.

QUADRO 7 – PROPOSTAS DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA A RMG NO ORÇAMENTO GERAL ANUAL DO ESTADO DE GOIÁS

ORÇAMENTO GERAL ESTADO DE GOIÁS									
Institucionalidade	Ação	Orçamento Geral Anual (\$)							
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Codemetro</b>		-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Fundemetro</b>	Apoio ao Funcionamento Codemetro	50.000	-	-	-	-	-	-	-
	Elaboração PDI-RMG	-	150.000	110.000	300.000	210.000	-	-	-
	Programas de Infraestrutura de transporte, telecomunicações e mobilidade urbana.	-	-	-	-	-	50.000	-	-
<b>Superintendência de Assuntos Metropolitanos</b>	Elaboração PDI-RMG; Projetos VLT; Renovação Frota Metrobus; Subsídio Passagem Eixo Anhanguera e Linhas Semiurbanas; Estudo VLT.	508.752.000	-	-	-	-	-	-	-
	Elaboração PDI-RMG; Projeto de Arquitetura para Memorial Art Déco; BRT Novo Mundo-Canedo; Modernização p/ VLT; Transporte Cidadão; Subsídio Passagem; Melhoramento Estação Eixo Anhanguera.	-	119.640.000	74.240.000	514.000	620.000	-	-	-

Fonte: Orçamento Geral Anual Governo de Goiás (2015 a 2022); Elaboração do Autor.

QUADRO 7 (Continuação) – PROPOSTAS DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA A RMG NO ORÇAMENTO GERAL ANUAL DO ESTADO DE GOIÁS

ORÇAMENTO GERAL ESTADO DE GOIÁS										
Institucionalidade	Ação	Órgão Proponente	Orçamento Geral Anual (\$)							
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Programa de Desenvolvimento da RMG	Infraestrutura, Projetos, PDI, Codemetro	Superintendência. Exec. de Assuntos Metropolitanos	62.000	-	-	-	-	-	-	-
	Abastecimento de Água RMG	Saneago	104.433.000							
Programa de Transporte e Mobilidade da RMG	Frota, Corredor, Controle, Expansão Eixo Anhanguera.	Metrobus	71.018.000							
	Subsídio passagem de ônibus semiurbano e Eixo Anhanguera; Cartão Cidadão e gratuidades, Renovação frota Metrobus	Superintendência. Exec. de Cidades	55.450.000	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Implantação do VLT	Estudos e Projeto de Viabilidade Técnica VLT	Superintendência. Exec. de Assuntos Metropolitanos	-	518.511.000	-	-	-	-	-	-
Fundo Especial de Implantação do VLT	Apoio Administrativo, Estudo e Implementação	Recursos Próprios	10.251.000	80.000	122.000	180.000	40.000	40.000	-	-
METROBUS	Estrutura, Frota, Terminais	Recursos Próprios	71.018.000	34.900.000	34.200.000	18.500.000	17.000.000	11.610.000	83.486.000	87.379.000

Fonte: Orçamento Geral Anual Governo de Goiás (2015 a 2022); Elaboração do Autor.

QUADRO 7 (Continuação) – PROPOSTAS DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA A RMG NO ORÇAMENTO GERAL ANUAL DO ESTADO DE GOIÁS

ORÇAMENTO GERAL ESTADO DE GOIÁS										
Institucionalidade	Ação	Órgão Proponente	Orçamento Geral Anual (\$)							
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Programa de Valorização da Juventude	Passe Livre Estudantil	Sec. De Governo	-	25.010.000	39.000.000	-	-	-	-	-
		Protege Goiás	-	-	-	45.010.000	67.500.000	-	-	-
Programa de Desenvolvimento Regional	Elaboração PDI-RMG	Gabinete do Sec. de Governo	-	4.370.000	-	-	-	-	-	-
		Funproduzir	-	-	330.000	-	-	-	-	-
		Sup. Exec. Assuntos Metropolitanos + Fundemetro	-	-	-	380.000	320.000	-	-	-
Programa Infraestrutura de Transportes e Mobilidade Urbana	Cartão Cidadão; Subsídio Passagem Eixo e Linhas; BRT; Ferrovia GYN/BSB; Extensão Eixo Anhanguera; Mobilidade Sustentável; VLT	Fundo Esp. de Implantação do VLT	-	174.730.000	123.782.000	-	-	-	-	-
	Aquisição de Frota; Melhoria Estrutura Eixo	Metrobus	-	34.900.000	34.200.000	18.500.000	17.000.000	-	-	-
	Cartão Cidadão; Subsídio Passagem Eixo e Linhas; BRT; Ferrovia GYN/BSB; Extensão Eixo Anhanguera; Mobilidade Sustentável; VLT	Protege Goiás; Sup. Exec. de Infra.; Sup. Exec. De Assuntos Metropolitanos; Superintendência Exec de Cidades; Fundo Esp. Implantação do Prog. Veíc. Leve S/Trilhos	-	-	-	55.931.000	118.730.000	-	-	-

Fonte: Orçamento Geral Anual Governo de Goiás (2015 a 2022); Elaboração do Autor.

QUADRO 7 (Continuação) – PROPOSTAS DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA A RMG NO ORÇAMENTO GERAL ANUAL DO ESTADO DE GOIÁS

ORÇAMENTO GERAL ESTADO DE GOIÁS										
Institucionalidade	Ação	Órgão Proponente	Orçamento Geral Anual (\$)							
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Programa Preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial</b>	Elaboração do Projeto de Arquitetura para Memorial Art Déco	Secretaria da Fazenda; Seduce; Sup. de Assuntos Metropolitanos; Fundo de Cultura.	–	1.020.000	2.020.000	70.000	40.000	–	–	–
<b>Programa Goiás Conectado</b>	Ampliação metropolitana de conexão de alta velocidade	Secretaria de Des. Eco. Cient. Tecn. Agri. Pec. E Irrigação (Superintendência de Ciência e Tecnologia + Fundo Ciência e Tecnologia) + Educação + Goiás Parcerias.	–	9.750.470	6.812.000	140.000	1.300.000	–	–	–
	Estrutura óptica e equipamentos	CELG TELECOM	–	2.500.000	2.500.000	2.500.000	–	–	–	–

Fonte: Orçamento Geral Anual Governo de Goiás (2015 a 2022); Elaboração do Autor.

QUADRO 7 (Continuação) – PROPOSTAS DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA A RMG NO ORÇAMENTO GERAL ANUAL DO ESTADO DE GOIÁS

ORÇAMENTO GERAL ESTADO DE GOIÁS										
Institucionalidade	Ação	Órgão Proponente	Orçamento Geral Anual (\$)							
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Programa Cidades Inteligentes e Mobilidade Urbana Eficiente</b>	Subsídio passagem de ônibus semiurbano e Eixo Anhanguera; Cartão Cidadão e gratuidades, Renovação frota Metrobus	Agência Goiana Infraestrutura e Transportes; Metrobus Transporte Coletivo S/A; Secretaria de Desenvolvimento e Inovação; Agência Goiana Infraestrutura e Transportes; Goiás Telecom; Gabinete do Secretário Do Governo	-	-	-	-	-	13.410.000	31.050.000	8.952.000
<b>Conselho de Habitações de Interesse Social Para Vulneráveis nos Municípios da Região Metropolitana de Goiânia, Oeste e Centro.</b>	Agehab	Agehab	-	-	-	-	-	-	-	27.100.000

Fonte: Orçamento Geral Anual Governo de Goiás (2015 a 2022); Elaboração do Autor.

No período de execução do PPA 2019-2023, o Orçamento Geral Anual do Estado de Goiás menciona de alcance metropolitano apenas o programa “Cidades Inteligentes e Mobilidade Urbana Eficiente”. Ação que descarta outras áreas para focar somente nas propostas de transporte e em conectividade de internet. Mais ainda, a ausência do tema é percebida quando muitos dos projetos orçados sofrem descontinuidade de ações.

Tal qual aparelhos de justiça, um adendo relevante é que deputados estaduais na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) poderiam desempenhar papel contundente na gestão metropolitana, mas não se comportam como agentes efetivos. Em projetos de lei, moções, requerimentos, recursos, pareceres, a RMG pouco é citada e a maioria das proposições não prosperam em decisões assertivas. Indicativo de que o tema metropolitano passa ao largo do acompanhamento sistêmico por parte de legisladores goianos.

De acordo com dados publicados no Portal da Transparência, de 2015, ano de aprovação do Estatuto da MetrÓpole, até 2022, ao todo foram protocoladas 9.505 proposições de deputados, Governo Estadual e iniciativas populares na Alego. Apenas 24 ações faziam referência direta em assuntos exclusivos da RMG. O que representa apenas 0,25% da movimentação realizada, em oito anos, na principal Casa Legislativa de Goiás.

Se examinadas as 24 proposições destinadas à RMG, a maior parte (5 ou 20,83%) foi protocolada como Lei Ordinária ou Complementar do Governo de Goiás. O deputado Allyson Lima apresentou 4 projetos e Marlúcio Pereira 3 proposições. Henrique Arantes, e Lucas Kalil apresentaram 2 projetos. O restante das proposições foram formuladas por mais 8 deputados(as). Do universo de menções administrativas, institucionais, econômicas e sociais para a RMG, apenas 15 ou estão aprovadas ou ainda tramitam na casa em 2023.

Ainda sobre as referidas proposições destinadas à RMG, 16 delas abarcam assuntos relacionados à mobilidade urbana e a RMTC. Os outros oito projetos tratam de planejamento metropolitano. A maior parte é ação do governo estadual. O conteúdo mais frequente destina-se a incluir município na região. Destaque para o fato de que nem com a pandemia de Covid-19 a RMG mereceu mais atenção da Alego, apenas uma citação relaciona os dois temas.

Considera-se, portanto, que a pouca importância dada ao tema metropolitano é elemento nítido entre os principais agentes públicos. Tal quais ausências, fragilidades e descontinuidades reforçam as lacunas jurídico-administrativas de planejamento e gestão. A persistência das lacunas nos aparatos em nível estadual está imbricada também a perda de prestígio da RMG na agenda governamental. Mais ainda, desde fins dos anos 2010 os governos contribuíram com o desmantelamento organizativo e operacional metropolitano.

### 3.2 AGENTES PÚBLICOS DOS PODERES MUNICIPAIS: PLANEJAMENTO URBANO E COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL

Os agentes públicos atinentes à produção do espaço da RMG adquirem feições com as tendências das ações para as regiões metropolitanas no âmbito da Política Urbana e de cooperações intermunicipais. Klink (2010) aponta a predominância de “vácuos” e “fragilidades” institucionais no Brasil, com sobreposição de arranjos municipalistas pouco efetivos. Em relatório do IPEA (2021), os municípios da RMG não fogem às “lacunas” de gestão e as ausências de planejamento urbano com articulação metropolitana.

A predominância de intenções de ação da Política Urbana municipal conflagra pouca efetividade ao planejamento urbano, com reforço de uma cultura de baixa cooperação institucional. Elementos indicativos da ausência do tema na formação das agendas governamentais vistos na gestão e no planejamento das prefeituras.

Os problemas entre o ordenamento territorial e a instrumentalização dão sinais de entraves que envolvem as cidades da RMG. O planejamento tende à baixa efetividade, pois governar exige compromissos de amplos investimentos permanentes e de recursos técnicos rigorosos. Uma cultura de baixa cooperação é produto e reproduz a pouca disposição em estabelecer convênios, consórcios e parcerias entre os municípios da RMG.

A falta de acúmulo, experiências e expectativas de planejamento efetivo e de vínculos cooperativos entre municípios metropolitanos dificulta, por exemplo, a instituição do PDI-RMG. Já fora sinalizado no Capítulo 8 do Diagnóstico do plano (2018), denominado “Análise de Aspectos Institucionais de Gestão, Planejamento e Governança”, que a difusão dos instrumentos de planejamento urbano nos distintos municípios da metrópole goianiense acompanha persistência de lacunas e de ritmos diferenciados de criação.

O Diagnóstico utiliza dados de 2015 da Munic – Perfil dos Municípios, base do IBGE, para demonstrar que maioria das municipalidades metropolitanas apresenta lacunas de aparato jurídico-administrativo atinente ao cumprimento do Estatuto da Cidade. Em uma perspectiva comparativa, as informações da Munic-IBGE de 2021 sugerem avanço na propagação do instrumental de planejamento urbano nos municípios da RMG.

Em 2021, das 21 cidades da RMG, nove possuem todos os principais e mais comuns aparelhos de planejamento ou gestão urbana. Goiânia não possui, segundo consta na base de dados, “Zoneamento Econômico-Ecológico” e “Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança”. Mais chamativo de um ponto de vista negativo é Nova Veneza, Brazabrantes e Santa Bárbara de Goiás, que não possuem até mesmo o Plano Diretor.

### QUADRO 8 – INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO NOS MUNICÍPIOS DA RMG 2021

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA MUNICÍPIOS RMG [Possui? (S) Sim; (SPD) Sim, no Plano Diretor; (SLE) Sim, em Legislação Específica, (N) Não.]												
MUNICÍPIO	Plano Diretor	Legislação ZEIS	Perímetro Urbano	Parcelam. do Solo	Zoneam. / Uso do solo	Solo Criado / Outorga Onerosa	Impacto de Vizinhança	Código de Obras	Zoneamento Ambiental / Ecológico Econômico	Concessão Especial p/ Moradia	Regulariz. Fundiária	Estudo Prévio de Impacto Ambiental
Abadia de Goiás	S	SPD	SLE	SLE	SPD	SPD	SPD	SLE	SPD	SLE	SLE	SLE
Aparecida de Goiânia	S	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD	SLE	SPD	N	N	N
Aragoiânia	S	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD	SLE	SPD	SPD	SPD	SPD
Bela Vista de Goiás	S	SLE	SLE	SPD	SPD	SPD	SPD	SLE	SPD	SLE	SPD	SLE
Bonfinópolis	S	SPD	SLE	SLE	SLE	SLE	SPD	SLE	SLE	SPD	SLE	N
Brazabrantes	N	N	SLE	N	N	N	N	N	N	N	SLE	N
Caldazinha	S	SPD	SLE	SLE	SLE	SPD	SLE	SLE	SLE	SPD	SLE	SLE
Caturai	S	SPD	SLE	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD
Goianópolis	S	SPD	SLE	SLE	SLE	SPD	N	SPD	SPD	SPD	SLE	SLE
Goiânia	S	SLE	SPD	SPD	SLE	SLE	SLE	SLE	N	SLE	SLE	N
Goianira	S	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE	SPD	N	SLE	SLE
Guapó	S	N	SLE	SLE	SLE	N	N	SLE	N	N	N	N
Hidrolândia	S	SLE	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD	SLE	SPD	SLE	SLE	SPD
Inhumas	S	SPD	SLE	SLE	SPD	SLE	SLE	SLE	SPD	SPD	N	SPD
Nerópolis	S	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE	SPD	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE
Nova Veneza	N	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE	N	SLE	SLE	N	SLE	SLE
Sta Bárbara de Goiás	N	N	SLE	SLE	N	N	N	N	N	N	SLE	N
St. Antônio de Goiás	S	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE	N	SPD	SLE
Senador Canedo	S	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE	SPD	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE
Terezópolis de Goiás	S	SPD	SLE	SLE	SPD	SPD	N	SPD	SPD	SLE	SLE	SPD
Trindade	S	SPD	SLE	SPD	SPD	SLE	SPD	SLE	SPD	SPD	SPD	SPD

Fonte: MUNIC-IBGE, 2021

QUADRO 9 – INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO NOS MUNICÍPIOS DA RMG (Composição 2010-17) - MUNIC, 2015: PDI-RMG (2018)

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA MUNICÍPIOS RMG [Possui? (S) Sim; (SPD) Sim, no Plano Diretor; (SLE) Sim, em Legislação Específica, (N) Não.]												
MUNICÍPIO	Plano Diretor	Legislação ZEIS	Perímetro Urbano	Parcelam. do Solo	Zoneam / Uso do solo	Solo Criado / Outorga Onerosa	Impacto de Vizinhança	Código de Obras	Zoneamento Ambiental / Ecológico Econômico	Concessão Especial p/ Moradia	Regulariz. Fundiária	Estudo Prévio de Impacto Ambiental
Abadia de Goiás	S	SLE	SLE	N	SPD	N	N	SLE	N	SLE	SPD	SLE
Aparecida de Goiânia	S	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD	SLE	N	N	SLE	N
Aragoiânia	S	SPD	SPD	SPD	SPD	N	SPD	SLE	SPD	SLE	SPD	SPD
Bela Vista de Goiás	S	SLE	SLE	SPD	SPD	SPD	SPD	SLE	SPD	N	SPD	SLE
Bonfinópolis	S	SPD	SLE	SLE	SLE	SPD	SPD	SLE	SPD	SPD	SPD	N
Brazabrantes	N	N	SLE	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Caldazinha	S	SPD	SPD	SPD	SLE	SPD	SPD	SLE	SPD	SPD	SLE	SLE
Caturai	N	N	SLE	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Goianópolis	S	SPD	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE	N	SPD	SLE	SLE	SPD
Goiânia	S	SLE	SPD	SPD	SLE	SLE	SLE	SLE	N	SLE	SLE	N
Goianira	S	SLE	SLE	SLE	SLE	SPD	SLE	SLE	SLE	N	SLE	SLE
Guapó	S	SPD	SPD	SLE	SLE	N	SPD	SLE	N	N	N	N
Hidrolândia	S	SLE	SLE	SPD	SPD	N	N	SLE	N	N	N	N
Inhumas	S	SPD	SLE	SPD	N	N	N	SPD	SPD	N	N	N
Nerópolis	S	SLE	SLE	SLE	SLE	SPD	SPD	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE
Nova Veneza	N	SLE	SLE	SLE	SLE	N	N	SLE	N	N	SLE	N
St. Antônio de Goiás	S	SLE	SLE	SLE	N	N	N	SLE	N	N	SLE	SPD
Senador Canedo	S	SLE	SLE	SLE	SLE	SPD	N	SLE	SPD	SPD	SPD	N
Terezópolis de Goiás	N	N	SLE	N	SLE	N	N	N	N	N	N	N
Trindade	S	SPD	SLE	SPD	SPD	N	SLE	N	N	N	N	N

Fonte: PDI-RMG, 2018; MUNIC-IBGE, 2015.

Legendas: S Sim; N: Não Possui; SLE Sim, com legislação específica; SPD Sim, como parte integrante do Plano Diretor.

Em 2015, apenas duas cidades apresentavam todos os instrumentos essenciais, assim, sete municípios completaram legislação de Política Urbana até 2021. Entre fins dos anos 2010, Caturai não tinha nenhum dos instrumentos analisados na Munic-IBGE e em anos mais recentes instituiu todos. Trindade e Hidrolândia completaram as lacunas institucionais, tal qual avançaram Terezópolis, Santo Antônio, Inhumas, Aragoiânia e Abadia de Goiás.

Destaque para Nerópolis e Caldazinha que mantiveram completos os documentos atinentes ao planejamento urbanístico. Já Brazabrantes e Santa Barbara de Goiás são as cidades com mais lacunas nos aparatos jurídico-administrativos. Em relação à última, a municipalidade é a de mais recente adesão à RMG, em 2018, sem ter, contudo, instituído os mecanismos de Política Urbana regulamentados no Estatuto da Cidade. Se o ingresso em uma região metropolitana pode ser oportunidade de planejamento dos espaços urbanos municipais, em alguma medida tais espaços deveriam ser metropolitanos de modo planejado.

Aparecida de Goiânia, segundo município mais importante de Goiás, não avançou em concessão de áreas para moradia de interesse social e nos parâmetros de instituição de Estudo Prévio de Impacto ambiental. Cidade de quase 600 mil pessoas, com industrialização crescente e desdobrada na esteira da Capital. A ausência de tais instrumentos pode agravar problemas urbanos existentes, além de reforçar tendência, como anunciado no Diagnóstico do PDI-RMG (2018), de isolamento e autossuficiência da cidade, com implicações na disposição de cooperação com outros municípios da metrópole.

Os demais municípios da RMG apresentam continuidades entre 2015 e 2021. Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Goianópolis, Goianira e Senador Canedo já constavam com quase todos os instrumentos urbanísticos de política urbana instituídos no início do período. Guapó, ao contrário, o cenário se manteve estável em relação às lacunas de aparato jurídico-administrativo. Município cuja eram existentes menos da metade dos instrumentos mais comuns de planejamento urbano em 2021.

Apesar de casos de descompassos, o balanço geral é positivo no que tange a instituição da Política Urbana na RMG. Ao acurar o período entre 2015 e 2021 postula-se que em alguma medida a elaboração do Diagnóstico do PDI-RMG influenciou no preenchimento de lacunas de aparatos jurídico-administrativos das prefeituras municipais. As atividades nos anos de 2016 e 2017 foram mais entusiasmadas nas menores cidades e ajudaram a difundir entendimentos importantes sobre o tema metropolitano.

QUADRO 10 - INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO: MUNICÍPIOS DA RMG, MUNIC, 2018

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA MUNICÍPIOS RMG [Possui? (S) Sim; (SPD) Sim, no Plano Diretor; (SLE) Sim, em Legislação Específica, (N) Não.]												
MUNICÍPIO	Plano Diretor	Legislação ZEIS	Perímetro Urbano	Parcelam. do Solo	Zoneam. / Uso do solo	Solo Criado / Outorga Onerosa	Impacto de Vizinhança	Código de Obras	Zoneamento Ambiental / Ecológico Econômico	Concessão Especial p/ Moradia	Regulariz. Fundiária	Estudo Prévio de Impacto Ambiental
Abadia de Goiás	S	SPD	SLE	SPD	SPD	SPD	SPD	SLE	SPD	SPD	SLE	SLE
Aparecida de Goiânia	S	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD	SLE	SPD	N	N	N
Aragoiânia	S	SPD	SLE	N	SPD	N	N	SLE	SPD	N	N	N
Bela Vista de Goiás	S	SLE	SLE	SPD	SPD	SPD	SPD	SLE	SPD	SLE	SPD	SLE
Bonfinópolis	S	SPD	SLE	SLE	SLE	SPD	SPD	SLE	SPD	SPD	SPD	N
Brazabrantes	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Caldazinha	S	SPD	SPD	SPD	SLE	SPD	SPD	SLE	SPD	SPD	SPD	SLE
Caturai	S	SPD	SLE	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD	SPD
Goianápolis	S	N	SLE	SLE	SLE	N	N	N	N	N	SLE	N
Goiânia	S	SLE	SPD	SPD	SLE	SLE	SLE	SLE	N	SLE	SLE	N
Goianira	S	SLE	SLE	SLE	SLE	N	SLE	SLE	N	N	SLE	SLE
Guapó	S	N	SLE	SLE	SLE	N	N	SLE	N	N	N	N
Hidrolândia	N	N	SLE	N	N	N	N	SLE	N	N	N	N
Inhumas	S	SPD	SLE	SPD	N	N	N	SPD	SPD	N	N	N
Nerópolis	S	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE	SPD	SLE	SLE	SLE	SPD	SLE
Nova Veneza	N	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE	N	SLE	N	N	SLE	N
Sta Barbara de Goiás	N	N	SLE	SLE	N	N	N	N	N	N	SLE	N
St. Antônio de Goiás	S	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE	N	SLE	SLE	N	SPD	SLE
Senador Canedo	S	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE	SPD	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE
Terezópolis de Goiás	S	SPD	SLE	SLE	SPD	N	N	SPD	SPD	SLE	SLE	SPD
Trindade	S	SPD	SLE	SPD	SPD	SLE	SPD	SLE	SLE	SLE	SLE	SLE

Fonte: MUNIC-IBGE, 2018.

Legendas: S Sim; N: Não Possui; SLE Sim, com legislação específica; SPD Sim, como parte integrante do Plano Diretor.

Em 2018, após a realização do processo de elaboração do PDI-RMG em 2017, além de Nerópolis e Caldazinha, cinco municípios completaram as principais lacunas no que tange aos mecanismos de planejamento urbanístico. Abadia, Bela Vista, Caturai, Senador Canedo e Trindade. Além dessas cidades constam ainda avanços na instituição de aparatos jurídico-administrativos em Aragoiânia, Bonfinópolis, Santo Antônio, Terezópolis. Já Brazabranes, Guapó, e Nova Veneza permaneceram sem alterar as lacunas de Política Urbana em 2015, 2018 e 2021. Hidrolândia e Inhumas avançaram a partir do meio desse período.

Considera-se, portanto, que durante e na imediata sequência da elaboração do PDI-RMG, entre 2015 e 2018, doze cidade avançaram na criação de mecanismos de Política Urbana. Se somados Goiânia, Aparecida e Goianira que já possuíam arcabouço praticamente completo, não menos de 75% dos municípios da RMG estão municiados de instrumental urbanístico desde a elaboração do plano. Apesar de numeroso, para fazer cumprir o Estatuto da Cidade é preciso com que os 25% avancem no preenchimento dessas lacunas. Mais ainda, a cidades devem possuir meios de efetivar os mecanismos e de inserir escala metropolitana.

Uma ponderação acerca da base de dados da Munic-IBGE que ela é preenchida por agentes administrativos das prefeituras municipais. Não seria de mais imaginar que a troca de governos, os momentos de atualização de legislação ou a incongruências das documentações afetam o fornecimento de informações para o IBGE. Cabe aos estudos específicos nos municípios sobre a construção da Política Urbana dar respostas a tais indefinições.

As inconsistências nas bases de dados não são suficientes para negar o essencial, de que ocorreu avanço da Política Urbana nas cidades da RMG entre 2015 e 2018. Mas, a criação dos mecanismos urbanísticos não significa garantia de efetividade de que temas metropolitanos serão abordados. Para examinar de modo mais cuidadoso aprecia-se os enfoques dos PDs municipais, em seguida, a estrutura organizacional das prefeituras, para depois avaliar os conteúdos do Plano Plurianual e a existência de Consórcios Intermunicipais.

O PD como instrumento basilar orienta a elaboração do planejamento, da gestão e que dá provisão aos instrumentos de Política Urbana. A maioria dos planos ao menos cita o pertencimento municipal à RMG, as temáticas mais frequentes dizem respeito a possibilidades de construção de mecanismos urbanísticos e administrativos, tal qual de transporte e mobilidade. Já à previsão de ações favoráveis aos Consórcios Intermunicipais é mais frequente, por exemplo, com a preocupação com o meio ambiente.

### QUADRO 11 – AÇÕES PROPOSTAS PARA A RMG NOS PDs MUNICIPAIS

PLANOS DIRETORES E A RMG		
MUNICÍPIO	Citação RMG no Plano Diretor	Cooperação Intermunicipal no Plano Diretor
Abadia de Goiás	Objetivos Gerais (Integração RMG); Habitação; Mobilidade	Planejamento e Gestão; Integração Regional; Estradas; Zona Industrial
Aparecida de Goiânia	Ordenamento Territorial; Mobilidade; Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo	Ordenamento Territorial; Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo
Aragoiânia	Não cita e não aborda a RMG	Atribuição do Conselho e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial
Bela Vista de Goiás	Pertencimento, problemas, oportunidades e desafios metropolitanos; Resíduos Sólidos; Mobilidade	Aterro Sanitário; Transporte Coletivo; Parcelamento do Solo; Estradas
Bonfinópolis	Não cita e não aborda a RMG	Mobilidade; Rodovia e Ferrovia; Proteção Ambiental
Brazabrantes	Não possui PD	Não Possui PD
Caldazinha	Integração Municipal na RMG; Planejamento Urbano	Objetiva parcerias e consórcios com outros municípios; Desenvolvimento Sustentável, Econômico e Social; Ordenamento Territorial; Transporte Coletivo e Sistema Viário; Meio Ambiente
Caturaiá	Não foi localizado online	Não foi localizado online
Goianápolis	Mobilidade; Produção Rural; Integração RMG	Transporte Coletivo; Alimentos Orgânicos; Produção Agropecuária, da Agroindústria e da Agricultura Familiar; Patrimônio e Memória; Cooperação e Consórcios; Saneamento; Sistema Viário
Goiânia	Desenvolvimento Urbano; Ordenamento Territorial; Sustentabilidade Socioambiental; Rede Viária; Transporte Coletivo; Gestão Urbana; Planejamento	Integração entre os municípios da RMG; Consolidação do cinturão verde e da produção agropecuária ao redor da metrópole; Consolidação da identidade goiana e das atividades turísticas da RMG; Apoio às atividades Econômicas metropolitanas; Segurança Alimentar e Nutricional na RMG.
Goianira	Integração e Cooperação, Desenvolvimento Socioeconômico	Planejamento e Gestão de FPIC, Desenvolvimento Socioeconômico
Guapó	Mobilidade	Mobilidade; Consórcios

Fonte: Planos Diretores Municipais dos Municípios da RMG; Elaboração do autor.

**QUADRO 11 (Continuação) - AÇÕES PROPOSTAS PARA A RMG NOS PDs MUNICIPAIS**

<b>PLANOS DIRETORES E A RMG</b>		
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Citação RMG no Plano Diretor</b>	<b>Cooperação Intermunicipal no Plano Diretor</b>
<b>Hidrolândia</b>	Meio Ambiente; Desenvolvimento Social e Econômico.	Recursos Hídricos; Violência e Criminalidade; Vulnerabilidade Ambiental; Consórcios; Saneamento; Empregos; Limites Territoriais; Gestão Urbana.
<b>Inhumas</b>	Não cita e não aborda a RMG	Malha Viária; Desenvolvimento Econômico; Planejamento e Gestão Urbana; Polo local.
<b>Nerópolis</b>	Planejamento e Gestão transporte coletivo RMG e FPIC	Transporte Coletivo; Controle de Zoonose; Segurança Pública; Rodovias.
<b>Nova Veneza</b>	Não possui PD	Não Possui PD
<b>Santa Barbara de Goiás</b>	Não possui PD	Não Possui PD
<b>St. Antônio de Goiás</b>	Não cita e não aborda a RMG	Não cita ações de cooperação intermunicipal
<b>Senador Canedo</b>	Mananciais da RMG; Planejamento e Gestão FPIC	Limites Territoriais; Mobilidade; Violência e Criminalidade.
<b>Terezópolis de Goiás</b>	Integração e Cooperação regional	Plano de Manejo APA do João Leite; Sistema Viário, de Circulação e Trânsito; Compensação Preservação Ambiental; Comitê de Bacia APA do João Leite; Desenvolvimento Sustentável; Planejamento e Gestão Urbana; Consórcios Intermunicipais.
<b>Trindade</b>	Desenvolvimento urbano; Planejamento e Gestão FPIC	Rodovias; Desenvolvimento Econômico; Turismo; Migração; Bacias Hidrográficas; Licenciamento Ambiental; Comitês, Consórcios, Associações.

Fonte: Planos Diretores Municipais dos Municípios da RMG; Elaboração do autor.

As diretrizes, os objetivos, as projeções presentes nos PDs revelam aproximações de terminologias mais flagrantes do que originalidades. Medidas especificamente voltadas à RMG remetem uma cópia de boas intenções genéricas no universo de objetivos colocados por diversas áreas de interesse social. Os planos de Goiânia e Aparecida são os mais preocupados em citar a metrópole como objeto direto. Os PDs de Goiânia, Terezópolis, Goianápolis e Caldazinha apresentam maior disposição em criar consórcios intermunicipais.

Na perspectiva de avaliar a efetividade dos PDs e da presença do tema metropolitano na gestão municipal atenta-se para o fato de que nenhuma prefeitura possui órgão de alto escalão voltado à coordenar ações de ao planejamento e gestão da RMG, exceção é Aparecida de Goiânia. A organização da estrutura organizacional dos municípios da RMG no máximo sinaliza intenções metropolitanas genéricas, em especial de iniciativa do Gabinete do Prefeito.

QUADRO 12 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS E AS DESIGNAÇÕES DE PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA DA RMG – 2022.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS PREFEITURAS RMG		
MUNICÍPIO	Responsável por Planejamento e Gestão Urbana na Estrutura Organizacional das Prefeituras Municipais RMG	Secretárias, Agências, Autarquias e Companhias na Estrutura Organizacional das Prefeituras Municipais RMG com atribuições de ações nominadas metropolitanas.
Abadia de Goiás	Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.	Sec. Mun. de Administração; Sec. Mun. de M. Ambiente, Ind. e Comércio; de Transporte e Estradas.
Aparecida de Goiânia	Sec. Mun. da Fazenda; Sec. Mun. de Planej. e Regulação Urbana; Sec. Mun. de Articulação Metropolitana.	Sec. Mun. de Meio Ambiente e Sustentabilidade; Sec. Mun. de Desenvolvimento Urbano; Sec. Mun. de Infraestrutura; CODAP.
Aragoiânia	Gabinete do Prefeito; Secretaria de Adm. e Planejamento	Sec. de Desenvolvimento Urbano, Sec. de Obras e Serviços Urbanos.
Bela Vista de Goiás	Gabinete da Prefeita	Sec. Obras e Manutenção.
Bonfinópolis	Gabinete do Prefeito; Sec. Mun. de Governo e Planejamento.	Sec. de Ação Urbana, Obras, Trânsito e Transportes.
Brazabrantes	Secretaria de Obras e Urbanismo	Secretaria de Meio Ambiente
Caldazinha	Gabinete da Prefeita	Sec. Mun. de Gov., Adm. e Planej.; Sec. de Rec. Nat. e Meio Ambiente
Caturai	Gabinete da Prefeita	Secretaria de Administração
Goianópolis	Secretaria de Administração e Planejamento	Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Rurais.
Goiânia	Sec. Mun. de Planejamento Urbano e Hab.; Sec. Mun. de Infra. Urbana	Amma; Sec. Mun. de Mobilidade; Guarda C. Metropolitana; CMTG; COMURG.
Goianira	Gabinete do Prefeito	Secretaria Municipal de Administração e Finanças; Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Secretaria de Infraestrutura e Transporte.
Guaporé	Secretaria de Infraestrutura	Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Fonte: Estrutura Organizacional das Prefeituras da RMG (disponível online em site oficial; acessos: 22 a 30 de maio de 2022); Elaboração do autor.

QUADRO 12 (Continuação) – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS E AS DESIGNAÇÕES DE PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA DA RMG – 2022.

MUNICÍPIO	Planejamento e Gestão Urbana no Organograma/Estrutura Organizacional das Prefeituras Municipais RMG	Secretárias, Agências, Autarquias e Companhias afins ao tema metropolitano no Organograma/Estrutura Organizacional das Prefeituras Municipais RMG.
Hidrolândia	Sec. Mun. de Planej. Desen., Indústria e Comércio; Secretaria Municipal de Administração e Finanças.	Sec. Mun. de Transporte e Obras; Sec. Mun. de Serviços Urbanos, Iluminação. Pública, Parques e Jardins.
Inhumas	Gabinete do Prefeito; Sec. de Planejamento e Cadastro Imobiliário; Sec. de Obras e Serv. Públicos.	Sec. de Serviços Urbanos
Nerópolis	Gabinete do Prefeito; Secretaria de Planejamento e Regulação Urbana.	Sec. de Turismo e Relações Metropolitanas; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
Nova Veneza	Secretaria de Finanças	Secretaria de Transportes e Obras
Sta Barbara de Goiás	Gabinete do Prefeito; Sec. Mun. de Finanças.	Sec. Mun. de Transporte; Obras e Serviços Urbanos; Sec. Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Agricultura e Pecuária.
St. Antônio de Goiás	Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento	Sec. Mun. de Infraestrutura e Transportes; Sec. Mun. do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
Senador Canedo	Gabinete do Prefeito; Sec. Mun. de Planejamento e Desenvolvimento; Sec. Mun. de Governança, Gestão e Planejamento.	Sec. Mun. de Finanças e Planejamento Governamental; Sec. Mun. de Infraestrutura e Obras; SANESC; AMMA; Sec. Mun. de Segurança Pública e Mobilidade; Sec. Mun. de Assuntos Comunitários.
Terezópolis de Goiás	Gabinete do Prefeito	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Trindade	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Habitação e Regularização Fundiária.	Sec. Mun. de Relações Institucionais; Sec. Mun. de Infraestrutura.

Fonte: Estrutura Organizacional das Prefeituras da RMG (disponível online em site oficial); Elaboração do autor.

O papel centralizado de iniciativa no Gabinete da Prefeitura é indicativo da ausência de maior autonomia do aparato administrativo frente aos governos, agentes proeminentes. Os regulamentos das secretarias municipais tratam de modo breve temas que citam a RMG, como Obras e Infraestrutura, Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Desenvolvimento Urbano e Socioeconômico, Mobilidade e Transporte, Finanças e Turismo.

Os Planos Plurianuais (PPA) municipais fornecem indícios da ausência da destinação de recursos para as múltiplas possibilidades de atuação das prefeituras em âmbito metropolitano. Os PPAs na maioria dos casos são pouco elucidativos e as ações com potencial metropolitano se circunscrevem em temas setoriais e nas cidades mais influentes.

Os PPAs de 2018-2021 e de 2022-2025 de Goiânia citam o termo metropolitano somente para a Guarda Civil, com atuação circunscrita ao território do município. Das 29 áreas por função de governo com previsão de recursos, transporte e saneamento são os com maior destinação de verbas no primeiro período analisado. No segundo quadriênio mantém-se o cenário com inversão de posição entre as duas primeiras funções.

Há prevalência de baixos investimentos nas áreas de Gestão Ambiental e Habitação no PPA 2018-2021 goianiense. O tema Urbanismo foi o nono com maior recurso, contudo, a abrangência das institucionalidades e as ações que envolvem secretarias de planejamento, obras, finanças e outras desautorizam dizer que as receitas foram volumosas no período. No PPA 2022-2025, o cenário se repete, com o Urbanismo posicionado entre as dez principais funções da prefeitura. Eleva-se a perspectiva de receita para Habitação e Meio Ambiente.

Destacam-se nos PPAs da Capital, os programas “Implementação do PD” e “Planejamento Urbano”, que são os principais a aglutinar objetivos de planejamento e de gestão com potencial efetivo de implicação metropolitana. Dentre as ações dos programas destacam-se as voltadas ao transporte coletivo, que prevê recursos para a construção e a estruturação de um BRT (*Bus Rapid Transit*) desde as regiões Norte e Noroeste até Aparecida.

Se Goiânia nos PPAs 2018-2021 e 2022-2025 não registra menções explícitas à Região Metropolitana. As leis orçamentárias dos respectivos períodos em Aparecida, Goianira, Senador Canedo e Trindade também deixam de registrar medidas diretamente denominadas de metropolitana. Um cenário em que reforça a perspectiva de baixa efetividade da política urbana e de ausência da RMG em programas e políticas públicas específicas.

FIGURA 22 – PPA GOIÂNIA 2018-2021 POR FUNÇÃO DE GOVERNO

DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Código	Descrição	2018	2019	2020	2021	Total
1	LEGISLATVA	118.000.000,00	125.080.000,00	132.860.000,00	139.808.000,00	515.748.000,00
2	JUDICIARIA	10.702.000,00	11.344.000,00	12.050.000,00	12.680.000,00	46.776.000,00
3	ESSENCIAL A JUSTICA	276.000,00	295.000,00	313.000,00	330.000,00	1.214.000,00
4	ADMINISTRACAO	921.404.000,00	976.666.000,00	1.037.362.000,00	1.091.671.000,00	4.027.103.000,00
6	SEGURANCA PUBLICA	4.154.000,00	4.403.000,00	4.677.000,00	4.922.000,00	18.158.000,00
8	ASSISTENCIA SOCIAL	64.016.000,00	67.825.000,00	72.063.000,00	75.825.000,00	279.729.000,00
9	PREVIDENCIA SOCIAL	463.659.000,00	491.477.000,00	522.046.000,00	549.353.000,00	2.026.535.000,00
10	SAUDE	1.269.731.000,00	1.345.914.000,00	1.429.631.000,00	1.504.401.000,00	5.549.677.000,00
11	TRABALHO	1.231.000,00	1.302.000,00	1.383.000,00	1.455.000,00	5.371.000,00
12	EDUCACAO	1.054.721.000,00	1.117.996.000,00	1.187.536.000,00	1.249.642.000,00	4.609.895.000,00
13	CULTURA	9.052.000,00	9.591.000,00	10.191.000,00	10.725.000,00	39.559.000,00
14	DIREITOS DA CIDADANIA	4.672.000,00	4.946.000,00	5.257.000,00	5.531.000,00	20.408.000,00
15	URBANISMO	86.962.000,00	92.177.000,00	97.916.000,00	103.030.000,00	380.085.000,00
16	HABITACAO	20.651.000,00	21.899.000,00	23.259.000,00	24.483.000,00	90.292.000,00
17	SANEAMENTO	360.002.000,00	381.447.000,00	405.069.000,00	426.116.000,00	1.572.634.000,00
18	GESTAO AMBIENTAL	13.891.000,00	14.721.000,00	15.636.000,00	16.454.000,00	60.702.000,00
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	12.327.000,00	13.068.000,00	13.881.000,00	14.607.000,00	53.883.000,00
20	AGRICULTURA	28.000,00	30.000,00	31.000,00	33.000,00	122.000,00
23	COMERCIO E SERVICOS	12.169.000,00	12.898.000,00	13.702.000,00	14.418.000,00	53.187.000,00
26	TRANSPORTE	381.427.000,00	404.306.000,00	429.451.000,00	451.914.000,00	1.667.098.000,00
27	DESPORTO E LAZER	16.637.000,00	17.634.000,00	18.731.000,00	19.709.000,00	72.711.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	128.142.000,00	135.878.000,00	144.277.000,00	151.821.000,00	560.118.000,00
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	80.504.000,00	85.334.000,00	90.642.000,00	95.383.000,00	351.863.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>5.034.358.000,00</b>	<b>5.336.231.000,00</b>	<b>5.667.964.000,00</b>	<b>5.964.311.000,00</b>	<b>22.002.864.000,00</b>

Fonte: PPA Goiânia (2018-2021)

FIGURA 23 – PPA GOIÂNIA 2022-2025 POR FUNÇÃO DE GOVERNO

DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Código	Descrição	2022	2023	2024	2025	Total
1	LEGISLATIVA	161.096.435,70	168.697.717,63	176.546.148,05	184.214.682,38	690.554.983,76
3	ESSENCIAL A JUSTICA	6.131.585,45	7.638.542,82	8.231.030,90	8.231.030,90	30.232.190,07
4	ADMINISTRACAO	1.213.041.547,86	1.276.048.371,64	1.355.986.004,21	1.417.462.919,03	5.262.538.842,74
6	SEGURANCA PUBLICA	17.158.585,68	17.265.124,46	17.078.040,70	17.281.584,77	68.783.335,61
8	ASSISTENCIA SOCIAL	20.766.502,90	21.878.682,15	21.522.510,83	23.158.158,18	87.325.854,06
9	PREVIDENCIA SOCIAL	678.606.151,88	706.856.288,28	744.010.599,83	781.265.549,01	2.910.738.589,00
10	SAUDE	1.604.690.416,98	1.718.063.740,52	1.747.402.364,86	1.849.050.311,52	6.919.206.833,88
11	TRABALHO	323.168,64	387.948,73	500.825,55	458.766,49	1.670.709,41
12	EDUCACAO	1.276.411.072,81	1.352.891.507,23	1.442.269.686,43	1.534.080.328,96	5.605.652.595,43
13	CULTURA	8.119.978,32	8.144.703,57	8.662.871,21	8.592.617,74	33.520.170,84
14	DIREITOS DA CIDADANIA	4.695.153,84	4.005.383,76	4.345.865,67	4.199.005,03	17.245.408,30
15	URBANISMO	100.486.689,49	103.074.858,27	102.987.978,37	101.446.912,68	407.996.438,81
16	HABITACAO	59.615.549,91	49.362.021,45	49.714.688,80	51.252.444,47	209.944.704,63
17	SANEAMENTO	444.702.360,32	457.137.411,09	473.784.822,48	478.908.988,57	1.854.533.582,46
18	GESTAO AMBIENTAL	12.976.974,28	13.695.077,15	14.620.524,98	14.548.759,49	55.841.335,90
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	54.500.000,00	55.500.000,00	55.400.000,00	54.420.000,00	219.820.000,00
23	COMERCIO E SERVICOS	3.523.019,32	3.418.918,88	3.143.859,26	3.422.190,46	13.507.987,92
26	TRANSPORTE	368.817.753,96	380.446.795,04	398.457.331,00	393.782.402,42	1.541.504.282,42
27	DESPORTO E LAZER	7.852.666,70	6.438.393,56	6.777.792,91	6.600.284,92	27.669.138,09
28	ENCARGOS ESPECIAIS	278.636.327,19	277.982.264,08	249.208.780,80	246.972.295,33	1.052.799.667,40
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>6.322.151.941,23</b>	<b>6.628.933.750,31</b>	<b>6.880.651.726,84</b>	<b>7.179.349.232,35</b>	<b>27.011.086.650,73</b>

Fonte: PPA Goiânia (2022-2025)

Para uma noção de como são pontuais as medidas nos PPAs, Aparecida de Goiânia possui um programa denominado “Cidades Inteligentes”, que promete investir em gestão informatizada da prefeitura em parceria com outras cidades da RMG. Os PPAs de Senador Canedo apresentam melhor detalhamento do tema metropolitano, mas somente com previsão de medidas pontuais em urbanismo, meio ambiente, saneamento, resíduos sólidos, moradia, mobilidade. Nos PPAs mais recentes de Trindade e Goianira ou não há ações com implicações metropolitanas ou as propostas são tão pouco específicas que versam mais retóricas.

Outro ponto de interesse que se afirma na leitura da Política Urbana diz respeito aos Consórcios Intermunicipais. Muito citados nos PDs e nas atribuições da estrutura organizacional do Poder Municipal, tais consórcios são escassos ou inexistentes na maioria dos municípios da RMG. A cultura de baixa cooperação se reproduz concomitantemente as tendências de baixa efetividade do planejamento e da gestão participativa das cidades.

A falta soluções com cooperação foi demonstrada nos dados apresentados no Capítulo 8 do Diagnóstico do PDI-RMG (2018) e no Relatório do Ipea (2021). Dados de 2015 já evidenciavam a tendência à baixa cooperação entre os municípios metropolitanos. O que se confirma nas informações para o ano de 2019, na base de dados da Munic-IBGE. Dos 21 municípios da RMG apenas cinco possuem qualquer tipo de Consórcio. Um contrassenso com as promessas dos PDs, que em geral citam essa modalidade de cooperação dentre os principais objetivos e metas.

O tema de Resíduos Sólidos é o mais lembrado e a cidade de Caldazinha a que mais efetivamente apresentou disposição para cooperação. Temas como transporte e mobilidade ou gestão das águas e o desenvolvimento social não apresentam consórcio em nenhum dos municípios metropolitanos. Goiânia, Aparecida, Trindade e Senador Canedo, as mais importantes cidades da RMG, nenhum consórcio foi registrado na Munic-IBGE.

Mesmo após a elaboração do PDI-RMG, não se verificou um avanço na instituição de Consórcios Públicos nos municípios metropolitanos. Ao contrário, de acordo com os dados da Munic-IBGE, no ano de 2015 existiam mais desse tipo de acordo de cooperação do que em 2019. Um contraste com a perspectiva de avanço na criação de instrumentos de Política Urbana municipal.

QUADRO 13 – CONSÓRCIOS PÚBLICOS E APARATOS DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL – Municípios RMG 2019

CONSÓRCIOS PÚBLICOS E APARATOS DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL (Possui, sim ou não?)												
MUNICÍPIOS	Educação	Saúde	Assistência /Desen. Social	Turismo	Cultura	Habitação	Meio ambiente	Transporte	Desenv. Urbano	Saneamento	Gestão das Águas	Manejo de Res. Sólidos
Abadia de Goiás	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Aparecida de Goiânia	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Aragoiânia	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Bela Vista de Goiás	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Bonfinópolis	N	N	N	S	S	N	N	N	N	N	N	S
Brazabrantes	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Caldazinha	N	N	N	S	N	N	S	N	N	S	N	S
Caturai	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S
Goianópolis	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Goiânia	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Goianira	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S
Guapó	N	N	N	N	N	N	N	N	S	N	N	N
Hidrolândia	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Inhumas	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Nerópolis	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Nova Veneza	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Santa Barbara de Goiás	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
S. Antônio de Goiás	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Senador Canedo	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Terezópolis de Goiás	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Trindade	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N

Fonte: IBGE-MUNIC, 2019.

QUADRO 14 – CONSÓRCIOS PÚBLICOS E APARATOS DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL – Municípios RMG 2015

CONSÓRCIOS PÚBLICOS E APARATOS DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL (Possui, sim ou não?)												
MUNICÍPIOS	Educação	Saúde	Assistência/ Desen. Social	Turismo	Cultura	Habitação	Meio ambiente	Transporte	Desenv. Urbano	Saneamento	Gestão das Águas	Manejo de Res. Sólidos
Abadia de Goiás	N	N	N	N	N	N	S	S	N	S	S	S
Aparecida de Goiânia	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Aragoiânia	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Bela Vista de Goiás	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Bonfinópolis	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Brazabrantes	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Caldazinha	N	N	N	N	N	N	S	N	N	S	N	S
Caturai	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S
Goianápolis	N	N	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N
Goiânia	N	N	N	N	N	N	N	S	N	N	N	N
Goianira	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S
Guapó	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Hidrolândia	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Inhumas	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S
Nerópolis	N	N	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N
Nova Veneza	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S
S. Antônio de Goiás	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S
Senador Canedo	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Terezópolis de Goiás	N	N	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N
Trindade	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S

Fonte: PDI-RMG, 2017; IBGE-MUNIC, 2015.

Cabe lembrar que há possibilidade de vereadores desempenharem papel de agentes nos instrumentos de gestão da RMG. Contudo, na esteira dos Executivos, não é muito supor que as Câmeras apresentem ausências de ações no que diz respeito ao tema metropolitano. Pesquisas circunscritas aos municípios podem aferir a incidência dos legislativos locais na metrópole, o que foge da alçada do presente trabalho. De antemão pode-se dizer que no Codemetro legisladores possuem poucas vagas e em discussões no PDI-RMG ocorreu alguma disposição em cooperar, ao mesmo tempo, muitas críticas incongruentes a perdas de poder.

Mencionam-se ainda no rol de possíveis agentes públicos municipais as eventuais agências desempenhadas por aparatos jurídicos, como Tribunais, Varas e o Ministério Público. Órgãos do poder Judiciário cujas decisões incidem de modo autônomo em relação aos governos, com implicações decorrentes em normativas, regulamentos e diretrizes de execução das ações de Política Urbana. Entretanto, não se pode desconsiderar que tais decisões são reações a ações políticas, por exemplo, ao embargar aprovação de revisão de um PD ou exigir dos governantes o cumprimento de determinada legislação.

Pode ser afirmar que entre os governos municipais, potenciais agentes públicos protagonistas, as tendências prevalentes de efetividade deficitária dos instrumentos de planejamento urbano e de baixa disposição em estabelecer cooperação intermunicipal se traduzem na abstenção de governar com abordagem metropolitana. A manutenção de lacunas jurídico-administrativos em nível estadual é elemento que reforça tais tendências. A condição exige mudança de agenda governamental tendo em vista a inserção decidida da RMG no rol dos interesses dos municípios.

## CAPÍTULO 4 – ATORES E ARENAS POLÍTICAS DA RMG

### 4.1 ATORES E ARENAS POLÍTICAS DO PODER ESTADUAL E A RMG: VOTO METROPOLITANO E AGENDA DECISÓRIA

Os indicativos de pouca efetividade dos instrumentos de planejamento e cooperação reverberam explicitamente em um frágil sentido de pertencimento à RMG. Os proeminentes atores dispõem pouco tempo em relação às institucionalidades metropolitanas. Em outras palavras, os políticos eleitos para cargos eletivos em Goiás não se demonstram muito dispostos a defender posições acerca da metrópole goianiense na agenda decisória.

A Constituição Federal, o Estatuto das Cidades e o Estatuto da Metrópole sugerem a proeminência dos poderes estaduais na condução política das regiões metropolitanas. As iniciativas ficam a cargo quase exclusivo de governadores e de deputados estaduais, que deverão ser atores políticos metropolitanos de maior relevância. Como não há instituição do Codemetro, potencial arena política, a importância das eleições é reforçada, pois as candidaturas podem esboçar compromissos com a sociedade.

As maiores concentrações de eleitores no Brasil estão nas regiões metropolitanas. As pesquisas em nível nacional de Carvalho (2017) concluem que o peso do voto metropolitano é determinante para o sucesso eleitoral, mas poucas candidaturas tratam da governança metropolitana. Os atores se revelam ausentes de preocupação com desafios, problemas e potencialidades mesmo diante “vinculação do mandato” às metrópoles.

Em Goiânia e região, Borges et al (2015) sinalizam para a disjunção que há entre a expressiva representação eleitoral e a fragilidade de ações voltadas às institucionalidades metropolitanas. Pietrefasa et al (2022) percebe pouca relevância dada à RMG nas propostas de campanha, um contraste com o peso dos votos metropolitanos. De modo que os pleitos eleitorais para o Executivo e o Legislativo estadual em Goiás apresentam tendência das candidaturas darem pouca relevância à RMG.

Nos bancos de dados do TSE o eleitorado da RMG corresponde a aproximadamente um terço dos votantes em Goiás, o que é determinante para eleger os cargos eletivos. Contudo, o peso eleitoral não gera interesse nas institucionalidades de governança metropolitana, como visto entre aspirantes ao cargo de Governador, o ator crucial na formação da agenda decisória e que são pouco ativos em propor ações exclusivas à metrópole apesar do expressivo voto metropolitano.

QUADRO 15 – VOTO METROPOLITANO GOVERNADOR DE  
GOIÁS ELEIÇÕES 2010 (1º Turno)

ELEIÇÕES GOVERNADOR DE GOIÁS 2010				
CANDIDATO/MUNICÍPIOS	MARCONI PERILLO		ÍRIS REZENDE	
	Voto	Posição	Voto	Posição
Abadia de Goiás	1.553	2	2.310	1
Aparecida de Goiânia	59.075	2	83.904	1
Aragoiânia	1.885	2	2.439	1
Bela Vista de Goiás	5.145	1	3.348	3
Bonfinópolis	1.555	2	795	3
Brazabrantes	818	1	949	1
Caldazinha	733	2	167	3
Caturai	1.114	2	1.190	1
Goianópolis	3.578	1	1.146	3
Goiânia	241.115	2	292.959	1
Goianira	5600	1	5600	1
Guapó	3.958	1	3.043	2
Hidrolândia	3.969	1	3.487	2
Inhumas	11.426	1	10.677	2
Nerópolis	6.101	1	4.311	2
Nova Veneza	2.322	1	1.858	2
Sta. Barbara de Goiás	1.832	1	1.202	2
S. Antônio de Goiás	882	2	1.141	1
Senador Canedo	5.911	2	2.821	3
Terezópolis de Goiás	1.765	1	1.591	2
Trindade	23.621	1	21.000	2
RESULT. ELEITORAIS RMG	383.958	2	445.938	1
RESULT. ELEITORAIS GOIÁS	1.400.227	1º46,33%	1.099.552	2º 36,38%
PESO DO VOTO METROPOLITANO	27,42%		40,55%	

Fonte: TSE, 2022.

QUADRO 16 – VOTO METROPOLITANO GOVERNADOR DE  
GOIÁS ELEIÇÕES 2014 (1º Turno)

ELEIÇÕES GOVERNADOR DE GOIÁS 2014				
CANDIDATO/MUNICÍPIOS	MARCONI PERILLO		ÍRIS REZENDE	
	Voto	Posição	Voto	Posição
Abadia de Goiás	2.071	2	2.304	1
Aparecida de Goiânia	65.781	1	75.736	1
Aragoiânia	2.356	1	2.190	2
Bela Vista de Goiás	6.836	1	3.470	2
Bonfinópolis	1.547	2	1.116	3
Brazabrantes	1.330	1	539	2
Caldazinha	770	2	269	3
Caturai	1.721	1	893	2
Goianópolis	3.859	1	1320	3
Goiânia	231.513	2	258.830	1
Goianira	10.426	1	6.148	2
Guapó	5.198	1	2.442	2
Hidrolândia	4.471	1	3.073	2
Inhumas	16.800	1	6.972	2
Nerópolis	7.296	1	4.435	2
Nova Veneza	2.544	1	1.339	2
Sta. Barbara de Goiás	1.440	1	1.231	2
S. Antônio de Goiás	1.854	1	1.203	2
Senador Canedo	9.747	2	3.367	3
Terezópolis de Goiás	2.149	1	830	3
Trindade	29.036	1	18.393	2
RESULT. ELEITORAIS RMG	408.745	1	396.100	2
RESULT. ELEITORAIS GOIÁS	1.451.330	45,86%	898.645	28,40%
PESO DO VOTO METROPOLITANO	28,16%		44,08%	

Fonte: TSE, 2022.

QUADRO 17 – VOTO METROPOLITANO GOVERNADOR DE  
GOIÁS ELEIÇÕES 2018 (1º Turno)

ELEIÇÕES GOVERNADOR DE GOIÁS 2018				
CANDIDATO/ MUNICÍPIOS	RONALDO CAIADO		DANIEL VILELA	
	Voto	Posição	Voto	Posição
Abadia de Goiás	3.472	1	1.227	2
Aparecida de Goiânia	86.762	1	71.814	2
Aragoiânia	3.299	1	921	2
Bela Vista de Goiás	8.410	1	2.501	2
Bonfinópolis	2.472	1	537	3
Brazabrantes	1.293	1	202	3
Caldazinha	1.228	1	257	3
Caturai	1.650	1	454	2
Goianópolis	4.991	1	1.042	2
Goiânia	408.639	1	119.336	2
Goianira	11.509	1	3.529	2
Guapó	4.427	1	997	3
Hidrolândia	6.810	1	1.984	3
Inhumas	17.587	1	3.047	2
Nerópolis	8.406	1	2.083	3
Nova Veneza	3.310	1	484	3
Sta. Barbara de Goiás	1.927	1	728	3
S. Antônio de Goiás	2.310	1	567	2
Senador Canedo	20.964	1	11.451	2
Terezópolis de Goiás	2.530	1	616	2
Trindade	31.675	1	8.603	2
RESULT. ELEITORAIS RMG	633.671	1	232.380	2
RESULT. ELEITORAIS GOIÁS	1.773.185	59,73%	479.180	16,14%
PESO DO VOTO METROPOLITANO	35,74%		48,50%	

Fonte: TSE, 2022.

QUADRO 18 – VOTO METROPOLITANO GOVERNADOR DE  
GOIÁS ELEIÇÕES 2022 (1º Turno)

ELEIÇÕES GOVERNADOR DE GOIÁS 2022				
CANDIDATO/ MUNICÍPIOS	RONALDO CAIADO		GUSTAVO MENDANHA	
	Voto	Posição	Voto	Posição
Abadia de Goiás	4.808	1	2.744	2
Aparecida de Goiânia	63.993	2	146.079	1
Aragoiânia	3.332	1	2.287	2
Bela Vista de Goiás	9.489	1	3.766	2
Bonfinópolis	2.581	1	1.759	2
Brazabrantes	1.390	1	712	2
Caldazinha	1.323	1	687	2
Caturai	2.048	1	934	2
Goianópolis	3.881	1	1.881	2
Goiânia	332.769	1	237.899	2
Goianira	13.970	1	9.727	2
Guapó	4.905	1	3.272	2
Hidrolândia	8.365	1	3.508	2
Inhumas	15.685	1	8.237	2
Nerópolis	10.267	1	4.053	2
Nova Veneza	3.648	1	1.378	2
Sta. Barbara de Goiás	2.226	1	1.108	2
S. Antônio de Goiás	2.439	1	1.407	2
Senador Canedo	26.830	1	21.861	2
Terezópolis de Goiás	2.833	1	998	2
Trindade	34.863	1	18.714	2
RESULT. ELEITORAIS RMG	551.645	1	473.011	2
RESULT. ELEITORAIS GOIÁS	1.806.892	51,81%	879.031	25,20%
PESO DO VOTO METROPOLITANO	38,01%		52,63%	

Fonte: TSE, 2022.

Ao considerar os dois primeiros colocados, nas últimas quatro eleições ao Governo de Goiás, não menos que 25% dos votos foram de eleitores das cidades da RMG. Nos pleitos de 2010 e 2014, para o governador eleito, Marconi Perillo, Goiânia e região representaram menos de 30% de todos os votos alcançados no Estado. O segundo colocado, Íris Rezende, conquistou mais de 40% da votação na RMG. Não é novidade notar a influência do cacique do MDB, pois mesmo derrotado no pleito estadual venceu a disputa na Capital.

Nas eleições de 2018 e 2022, mais de um terço dos votos dos candidatos melhor colocados advieram dos municípios de Goiânia e região. Proporção mais ou menos adequada à representatividade do eleitorado metropolitano em Goiás. Em duas eleições sem segundo turno, Ronaldo Caiado foi eleito com mais de 60% dos votos provenientes do interior goiano. Daniel Vilela e Gustavo Mendanha, os dois segundo colocados, próximo de 50% ou mais dos votos foram obtidos na RMG. Notável importância da metrópole para dar sobrevida à oposição aos governos de ocasião no Estado.

Nas últimas quatro eleições somente em 2010 o governador eleito perdeu em primeiro turno na RMG. Se por um lado há influência política da metrópole, por outro lado, ao examinar os Planos de Governos (PGs) das candidaturas para o Governo goiano as institucionalidades metropolitanas poucos expressam com objetividade promessas de campanha atinentes à região metropolitana.

Em 2010, dos 4 PGs registrados no DivulgaCand (Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais) TSE (Tribunal Superior Eleitoral), 2 citam e outros 2 não citam a RMG. No ano de 2014, o tema é pouco debatido. Em 2018, após o Estatuto da Metrópole, os assuntos relacionados à RMG adquirem ponto-alto dentre o período avaliado. A possível incidência das ações estaduais atreladas ao documento federal também podem ser postuladas, pois já em 2022 a região metropolitana goianiense perde *status* de importância nas promessas de campanha de concorrentes ao cargo de Governador de Goiás.

Se consideradas as 26 candidaturas entre 2010 e 2022, 18 Planos de Governo citam de alguma maneira à RMG. Ressalta-se, novamente nos documentos, ao citar, mais do que elaborações de propostas políticas específicas, a metrópole adentra aos assuntos como contextualização de problemas. O tema com maior frequência e com promessas mais significativas são mobilidade, transporte coletivo e sistema viário. Ademais, também são mencionados assuntos pontuais de desenvolvimento econômico, social e urbano em Goiás.

QUADRO 19 – A RMG NOS PLANOS DE GOVERNO DAS CANDIDATURAS AO GOVERNO DE GOIÁS - ELEIÇÕES 2010

ELEIÇÕES 2010 – GOVERNADOR DE GOIÁS			
CANDIDATO (A)	CITA RMG	TEMA	PROPOSTA DE AÇÃO
PSDB – Marconi Perillo	Não		
PMDB – Íris Rezende	Sim	Transporte, Sistema Viário e Mobilidade; Violência, Criminalidade e Segurança Pública.	Duplicação de Vias de Acesso RMG/Anel Viário metropolitano; Diagnóstico da violência e criminalidade.
PR – Vanderlan Cardoso	Não		
PCB – Marta Jane	Sim	Planejamento e Governança RMG; Desenvolvimento Econômico e Social.	Criação de entes administrativos para a RMG para atuar em mobilidade urbana, provimento de infraestrutura, de serviços sociais, dos serviços urbanos, da reforma urbana, de infraestrutura e de habitação.

Fonte: Propostas de Governo-DivuldaCand-TSE, 2010.

QUADRO 20 – A RMG NOS PLANOS DE GOVERNO DAS CANDIDATURAS AO GOVERNO DE GOIÁS - ELEIÇÕES 2014

ELEIÇÕES 2014 – GOVERNADOR DE GOIÁS			
CANDIDATO (A)	CITA RMG	TEMA	PROPOSTA DE AÇÃO
PSDB – Marconi Perillo	Sim	Juventude; Ciência e Tecnologia; Mobilidade.	Formação e primeiro emprego na juventude RMG; passe livre, gratuidades transporte público RMG; vulnerabilidades RMG; VLT, viadutos e estruturas viárias RMG.
PMDB – Íris Rezende	Sim	Habitação; Saneamento; Energia.	Política de resíduos sólidos na RMG.
PR – Vanderlan Cardoso	Sim	Violência, Criminalidade e Segurança Pública.	Reverter à concentração dos aparatos de segurança e justiça na RMG
PT – Antônio Gomide	Sim	Organização do Governo	Distribuir ações de acordo com as regiões de planejamento do Estado, dentre as quais a RMG.
PCB – Marta Jane	Sim	Desenvolvimento Urbano	Diagnóstico de problemas urbanos e demandas por serviços públicos na RMG
PSOL – Professor Wesley	Não		
PSDC – Alexandre Guimarães	Não		

Fonte: Propostas de Governo-DivuldaCand-TSE, 2014.

QUADRO 21 – A RMG NOS PLANOS DE GOVERNO DAS CANDIDATURAS AO GOVERNO DE GOIÁS - ELEIÇÃO 2018

ELEIÇÕES 2018 – GOVERNADOR DE GOIÁS			
CANDIDATO (A)	CITA RMG	TEMA	PROPOSTA DE AÇÃO
<b>DEM – Ronaldo Caiado</b>	Sim	Saúde Pública; Mobilidade e Transporte Público.	Descentralização de equipamentos de saúde da RMG; Estimular novas centralidades na RMG de forma a reduzir a necessidade de longas viagens de ida e volta; Investir no aumento de quilometragem de corredores exclusivos e preferenciais nas áreas de maior demanda de usuários na RMG; Investir na obtenção de dados sobre a estrutura da RMTC.
<b>MDB – Daniel Vilela</b>	Sim	Segurança Pública; Recursos Hídricos e Saneamento; Mobilidade e Transporte; Desenvolvimento Regional.	Integração metropolitana das guardas municipais; Aprimorar o sistema João Leite; Concluir obras do Anel Viário; Investir na integração do Eixo Goiânia/Brasília.
<b>PSDB – Zé Eliton</b>	Sim	Mobilidade e Sistema Viário; Meio Ambiente; Desenvolvimento Urbano; Segurança Pública.	Ampliar o Batalhão de Terminais, protegendo o usuário da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo; Apoiar o desenvolvimento de sistemas de transporte de massa tipo BRT para a Região do Entorno do DF e para a Região Metropolitana de Goiânia-RMG; Apoiar iniciativas de melhoria da infraestrutura do transporte público nos municípios da Região Metropolitana.
<b>PT – Kátia Maria</b>	Sim	Desenvolvimento Urbano	Articulação de políticas regionais entre os municípios RMG
<b>PSOL – Professor Wesley</b>	Sim	Mobilidade e Transporte Coletivo	Criar empresa pública e metropolitana de trens urbanos como fins de integração ao sistema de transporte coletivo da Grande Goiânia.
<b>PCB – Marcelo Lira</b>	Sim	Transporte público e Mobilidade; Segurança Pública.	Diagnóstico da mobilidade, custos e aparatos institucionais; Prover segurança e garantia de direitos da população LGBTQIA+ na RMG.
<b>PCO – Alda</b>	Não		

Fonte: Propostas de Governo-DivuldaCand-TSE, 2018.

QUADRO 22 – A RMG NOS PLANOS DE GOVERNO DAS CANDIDATURAS AO GOVERNO DE GOIÁS - ELEIÇÃO – 2022

ELEIÇÕES 2022 – GOVERNADOR DE GOIÁS			
CANDIDATO (A)	CITA RMG	TEMA	PROPOSTA DE AÇÃO
<b>DEM – Ronaldo Caiado</b>	Sim	Segurança Pública; Mobilidade e Transporte Público; Saúde Pública.	Regionalização para reduzir a concentração de equipamentos de saúde na RMG; Investir em infraestrutura, pessoal e videomonitoramento das polícias da RMG; Ampliar linhas de transporte público coletivo entre cidades da RMG; Ampliar o Bilhete Único; Revitalizar o Eixo Anhanguera; Ampliar o BRT Norte-Sul; Manter o preço subsidiado da passagem; Criar tarifa integrada e bilhete eletrônico.
<b>MDB – Gustavo Mendanha</b>	Sim	Mobilidade, Transporte e Sistema Viário; Turismo e Eventos	Ampliar o projeto de Mobilidade como Serviço na RMG; Consolidar o protagonismo do Estado de Goiás no segmento de eventos de agronegócios e culturais incentivando uma nova estrutura de espaço na RMG; Criar os eixos de desenvolvimento e integração às margens de rodovias como a Goiânia - Região Metropolitana do Planalto (DF), Goiânia - Jataí e Goiânia - Itumbiara
<b>PT – Wolmir Amado</b>	Não		
<b>PL – Vitor Hugo</b>	Sim	Mobilidade e Transporte Público; Meio Ambiente	Parcerias com intenção de mobilidade na RMG; Diagnóstico da poluição e degradação do Rio Meia Ponte e afluentes na RMG.
<b>PSOL – Cíntia Dias</b>	Não		
<b>NOVO – Edigar Diniz</b>	Não		
<b>PCB – Helga</b>	Sim	Desenvolvimento Econômico; Mobilidade e Transporte Público; Cultura e Comunicação; Segurança Pública	Diagnóstico econômico da RMG; Diagnóstico da privatização da Mobilidade e Transporte; Criação do Conselho Popular de Transporte da Região Metropolitana de Goiânia; Constituição de Centros de Cultura Popular e de Novas Mídias em diversas localidades da Região Metropolitana de Goiânia; Ação na RMG de combate à violência contra a mulher.
<b>UP – Pantaleão</b>	Sim	Segurança Pública	Desmilitarização da Guarda Civil metropolitana
<b>PCO – Vinicius</b>	Não		

Fonte: Propostas de Governo-DivuldaCand-TSE, 2022.

As eleições de 2014 e 2018 apresentaram o maior número de propostas de ação para a RMG. No primeiro caso vivia-se ainda momento de crescimento econômico no bojo de medidas anticíclicas após crise mundial de 2008, com impacto na produção dos espaços urbanos no Brasil. Em 2018 o cenário ainda era de desdobramentos da promulgação do Estatuto da Metrópole e de ações decorrentes do Governo Estadual goiano. No pleito de 2022 a região metropolitana praticamente saiu das pautas das candidaturas.

A maior importância dada entremeados dos anos 2010 não significou prestígio duradouro à institucionalidade metropolitana. Os Planos de Governo apresentados por candidaturas à Governador tampouco permitem dizer que há densidade a ponto de mobilizar os principais atores políticos de Goiás.

Se durante as eleições para chefes do Executivo não há debate mais substancial acerca da governança metropolitana, em relação ao pleito para o Legislativo estadual a análise desestimula percepções mais otimistas. O voto metropolitano decisivo para deputados estaduais não corresponde aos conteúdos de proposições legislativas, que praticamente desconsideram a RMG em nome de interesses localistas imediatos e pautas corporativas.

Para Carvalho (2009) apesar de existir uma “vinculação de mandato” aos espaços da metrópole, os eleitos tendem a se comportar de modo “paroquial”, com a prevalência de atuações corporativas, baseada em interesses localistas, que reproduz nas metrópoles o decantado clientelismo. Borges et al (2015) constata o “paroquialismo metropolitano” dos deputados estaduais em Goiás em contraste com a frágil abordagem metropolitana da RMG. É expressivo o peso eleitoral de Goiânia e região, mas os atores políticos dão pouca importância aos temas atinentes à metrópole.

Em acordo com Carvalho (2009) e Borges et al (2015), a vinculação de mandato à região metropolitana não reverbera um desempenho legislativo com ações contundentes. Contudo, possíveis atores e arenas políticas podem erigir mais relevantes à governança da RMG. Não se pode desconsiderar que os votos dos eleitores metropolitanos pode ser fator de motivação para sensibilizar maior debate sobre o tema entre tais atores políticos.

Os votos do eleitorado dos municípios da RMG são decisivos para eleger um deputado estadual em Goiás. Ao menos 1/3 dos eleitos obtiveram mais de 50% dos votos na RMG. Resultado apresentado por Borges et al (2015) para as eleições de 2006 e 2010. Nas disputas de 2014 os dados estão atualizados no Capítulo 8 (“Análise de Aspectos Institucionais de Gestão, Planejamento e Governança”) do Diagnóstico do PDI-RMG (2018). Com a mesma metodologia, o presente trabalho apresenta informações do TSE do pleito de 2018.

QUADRO 23 – DEPUTADOS ESTADUAIS E A RMG – (2006, 2010, 2014 e 2018)

DEPUTADOS ESTADUAIS REPRESENTANTES DA RMG		
Ano/Nº	Eleitos	Deputados metropolitanos
<b>2006</b>	41	15
<b>2010</b>	41	18
<b>2014</b>	41	13
<b>2018</b>	41	16

Fonte: BORGES et al., 2015; Diagnóstico PDI-RMG, 2018; TSE, 2018.

QUADRO 24 – VOTO METROPOLITANO NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM GOIÁS (2006, 2010, 2014 e 2018)

VOTO METROPOLITANO E O LEGISLATIVO GOIANO			
Eleição	Votação deputados estaduais eleitos	Votação na RMG de deputados da RMG	Votação deputados da RMG em Goiás
<b>2006</b>	1.050.815 votos	254.852 (72,40%)	351.908 votos
<b>2010</b>	1.170.535 votos	351.792 (65,50%)	536.883 votos
<b>2014</b>	1.304.752 votos	284.477 (78,35%)	363.055 votos
<b>2018</b>	1.135.752 votos	293.137 votos (68,1%)	430.335 votos

Fonte: BORGES et al., 2015; Diagnóstico PDI-RMG, 2018; TSE, 2018.

O menor número de representantes metropolitanos ocorreu em 2014, com 13 do total de 41 deputados eleitos. Se considerados os “deputados metropolitanos”, 65% dos eleitores são originados de tais municípios da RMG. Como referência, no ano de 2014 quase 80% da totalidade das escolhas em tais deputados foi de votantes da região.

Os “deputados metropolitanos” podem ser atores políticos interessados nas institucionalidades de governança metropolitana. Ao examinar o desempenho de cada deputado estadual eleito em razão do voto metropolitano, ao contrário das possibilidades, o número de proposições na Alego que citam a RMG como objeto é reduzido.

Em dados publicados por Borges et al (2015), nas eleições para a Legislatura 2011-2014, ao todo 18 deputados eleitos podem ser considerados representantes metropolitanos. O peso do voto metropolitano representa 65,5% do total dos eleitores votantes nesses deputados. Dentre outros constam eleitos ex-prefeitos de cidades da RMG, comunicadores e lideranças comunitárias atuantes em nível local.

## QUADRO 25 – VOTAÇÃO DEPUTADOS-REPRESENTANTES DA RMG (2011 a 2014)

VOTAÇÃO DEPUTADOS ESTADUAIS REPRESENTANTES DA RMG		
Parlamentar	Votação Total	Votação RMG
Ademir Menezes– PR	27.585	22.515 (81,6%)
Bruno Peixoto– PMDB	35.424	22.294 (62,9)
Daniel Messac – PSDB	24.813	12.432 (50,0%)
Daniel Vilela – PMDB	36.382	22.297 (61,2%)
Elias Jr. – PMN	14.799	13.997 (94,5%)
Fábio Souza – PSDB	37.132	24.323 (65,5%)
Francisco Jr. – PMDB	30.030	22.902 (76,2%)
Humberto Aidar – PT	29.499	22.011 (74,6%)
Isaura Lemos - PCdoB	21.564	13.428 (62,2%)
Jânio Darrot – PSDB	46.004	29.459 (64,0%)
Luiz C. do Carmo – PMDB	27.575	15.763 (57,1%)
Luiz Cesar Bueno – PT	23.355	11.765 (50,3%)
Major Araújo – PRB	33.092	18.758 (56,6%)
Misael Oliveira – PDT	19.973	14.885 (74,5%)
Nélio Fortunato – PMDB	28.290	20.331 (71,8%)
Samuel Belchior – PMDB	43.324	26.796 (61,8%)
Túlio Isaac – PSDB	28.534	18.064 (63,3%)
Wagner Siqueira – PMDB	29.508	19.772 (67,0%)

Fontes: BORGES et al., 2015.

A Legislatura 2011-2014 ocorreu antes da promulgação do Estatuto da Metrópole. Contam 4 proposi es, de 3 deputados representantes metropolitanos, que abordaram diretrizes para a RMG. Se consideradas as conjecturas com incidência prioritária somente para a região metropolitana 6 desses deputados apresentaram 8 proposi es. Um indicador forte de desaten o da agenda decisória legislativa goiana.

A vincula o do mandato de deputados estaduais em municípios da metrópole goianiense não se traduziu no período em projetos de Lei com a es voltadas   governança da RMG. Os números de projetos de Lei são bastante modestos se consideradas as mais de seiscentas proposi es geradas a partir da atua o legislativa de tais parlamentares. Curioso desinteresse daqueles que dependem dos votos metropolitanos.

QUADRO 26 – DESEMPENHO PARLAMENTAR DE DEPUTADOS REPRESENTANTES DA RMG – Proposições Legislativas 2011 a 2014

DESEMPENHO LEGISLATIVO DEPUTADOS-REPRESENTANTES DA RMG																	
Parlamentar	Total de Proposições				Projetos RMG				Projetos IP-RMG				CTHCG/DRREP/DEUT/ICM				Outros
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011-2014
Ademir Menezes	12	3	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	5	2	0	3	12
Bruno Peixoto	30	26	29	17	0	0	0	0	1	1	0	0	13	13	12	9	52
Daniel Messac	27	17	3	19	0	0	0	0	0	0	0	0	9	3	3	14	37
Daniel Vilela	16	6	11	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5	4	4	5	20
Elias Jr.	2	8	6	14	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	1	2	24
Fábio Souza	11	3	7	4	0	0	0	0	0	0	1	0	3	1	4	3	13
Francisco Jr.	22	15	22	20	1	0	0	0	1	0	0	0	3	8	10	4	52
Humberto Aidar	13	7	6	1	0	0	0	0	0	0	1	0	5	2	1	0	18
Isaura Lemos	6	5	1	15	1	0	0	0	0	0	0	0	2	2	1	1	20
Jânio Darrot	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Luis C. do Carmo	2	17	6	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	26
Luis Cesar Bueno	16	7	33	19	1	0	1	0	2	0	0	0	1	0	1	0	69
Major Araújo	15	7	7	2	0	0	0	0	0	0	0	0	5	3	2	1	20
Misael Oliveira	7	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	15
Nélio Fortunato	-	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Samuel Belchior	3	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1
Túlio Isaac	9	6	1	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	20
Wagner Siqueira	11	7	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	3	17
<b>TOTAL</b>	<b>203</b>	<b>147</b>	<b>135</b>	<b>136</b>	<b>4</b>				<b>8</b>				<b>188</b>				<b>413</b>

Fonte: BORGES et al., 2015.

Obs.: Arquivos Diretoria Legislativa da Alego (Portal da Transparência-Alego); Relação das proposições protocoladas entre 01-01-2011 e 31-12-2014.

Legenda: PROJETOS RMG: referência direta RMG; PROJETOS IP-RMG: incidência prioritária ou de maior ênfase RMG. PROJETOS CTHCG/DRREP/DEUT/ICM: Concede título honorífico de cidadão goiano/Denomina ou altera nome de rua, rodovia, escola, edifício público/Declara entidade de utilidade pública/Institui comenda de mérito. OUTROS: Proposições legislativas próprias aos interesses localistas, imediatos e corporativos de parlamentares.

Vale destacar em positivo os deputados Luís Cesar Bueno, Bruno Peixoto e Francisco Junior, os que apresentaram mais proposições atinentes à RMG. Porém, o cenário prevalente na Alego é de atuações de representantes voltadas em conceder título de cidadão goiano, em denominar espaços públicos, em declarar entidade de utilidade pública e instituir comenda de mérito. Uma profusão de iniciativas reveladoras dos localismos, corporativismos e imediatos.

A pouca disposição de deputados em inserir a RMG na agenda decisória também se verifica nas legislaturas subsequentes, mesmo, por exemplo, após a promulgação do Estatuto da Metrópole. Os dados apresentados no Capítulo 8 do Diagnóstico do PDI-RMG confirma a tendência a pouca relevância dada às institucionalidades metropolitanas na Alego. Durante Legislatura 2015-2018, 13 deputados receberam ao menos 56,71% dos votos e 2 deles obtiveram mais de 90% da votação em Goiânia e região. No entanto, a atividade parlamentar voltada à governança metropolitana produz baixo volume de proposições.

#### QUADRO 27 – VOTAÇÃO DEPUTADOS-REPRESENTANTES DA RMG (2015 a 2018)

VOTAÇÃO DEPUTADOS ESTADUAIS REPRESENTANTES DA RMG		
Parlamentar	Votação Total	Votação RMG
Manoel de Oliveira – PSDB	62.655	59.037 (94,23%)
Sérgio Bravo – PROS	8.607	7.878 (91,52%)
Adriana Accorsi – PT	43.424	38.888 (89,56%)
Marlúcio Pereira – PTB	30.957	26.405 (85,3%)
Simeyzon Silveira – PSC	20.472	16.662 (81,38%)
Charles Bento – PRTB	19.429	15.567 (80,14%)
Isaura Lemos – PCdoB	17.701	13.298 (75,14%)
Humberto Aidar – PT	28.375	19.842 (69,91%)
Dr. Antônio – DEM	21.155	14.556 (68,8%)
Virmondes Cruvinel – PSD	37.655	23.463 (62,32%)
Lucas Calil – PSL	18.128	11.047 (60,95%)
Francisco Jr. – PSD	18.128	17.213 (57,92%)
Jeferson Rodrigues Lemos – PRB	36.369	20.621 (56,71%)

Fontes: Diagnóstico PDI-RMG, 2017.

**QUADRO 28 – DESEMPENHO PARLAMENTAR DE DEPUTADOS-REPRESENTANTES DA RMG – Proposições Legislativas 2015 a 2018**

DESEMPENHO LEGISLATIVO DEPUTADOS-REPRESENTANTES DA RMG																		
Parlamentar	Total de Proposições				Projetos RMG				Projetos IP-RMG				CTHCG/DRREP/DEUT/ICM				Institui dia ou semana/Autorização de viagem/Licença Médica ou Maternidade	Outros
	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018	2015-2018	2015-2018
Manoel de Oliveira	10	20	2	4	0	1	0	0	0	0	0	0	2	1	0	1	4	27
Sérgio Bravo	0	5	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	3
Adriana Accorsi	37	31	27	26	0	0	1	0	0	0	0	0	3	4	6	2	4	101
Marlúcio Pereira	20	12	23	23	0	0	2	0	1	0	1	0	9	4	3	2	0	56
Simeyzon Silveira	11	4	8	6	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	2	2	8	13
Charles Bento	7	0	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	11
Isaura Lemos	16	6	43	20	0	0	0	1	0	0	0	0	7	0	4	2	12	59
Humberto Aidar	18	8	10	5	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	5	33
Dr. Antônio	16	11	10	3	0	0	0	0	0	0	0	0	6	4	1	1	2	26
Virmondos Cruvin.	40	20	29	20	0	0	0	0	0	0	0	0	9	5	5	3	16	71
Lucas Calil	28	22	2	22	0	0	0	0	0	0	1	0	5	13	0	6	1	48
Francisco Jr	35	20	40	25	0	0	0	0	0	0	1	0	9	3	7	9	5	86
Jeferson R. Lemos	0	0	32	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	8	35
<b>TOTAL</b>	<b>238</b>	<b>159</b>	<b>232</b>	<b>177</b>	<b>5</b>				<b>4</b>				<b>158</b>				<b>70</b>	<b>569</b>

Fonte: Diagnóstico PDI-RMG, 2017.

Obs.: Arquivos Diretoria Legislativa da Alego (Portal da Transparência-Alego); Relação das proposições protocoladas entre 01-01-2015 e 31-12-2018.

Legenda: PROJETOS RMG: referência direta RMG; PROJETOS IP-RMG: incidência prioritária ou de maior ênfase RMG. PROJETOS CTHCG/DRREP/DEUT/ICM: Concede título honorífico de cidadão goiano/Denomina ou altera nome de rua, rodovia, escola, edifício público/Declara entidade de utilidade pública/Institui comenda de mérito. OUTROS: Proposições legislativas próprias aos interesses localistas, imediatos e corporativos de parlamentares.

Considerados o número de proposições apresentados por deputados metropolitanos entre 2015 e 2018, com referência direta à RMG foram registradas somente 5 ações, de 4 representantes. Como objeto prioritário outras 4 proposições protocoladas por 3 deputados. Com atividade mais volumosa, os deputados metropolitanos da Legislatura 2015-2018 concentram ações para inserir na pauta temas “paróquias”. Tanto que de 1.612 proposições protocoladas, ínfimos 0,55% indicaram deliberação de ações dos eleitos em razão da região metropolitana. Só Marlúcio Pereira foi autor de mais de uma proposição referenciada à região.

Em levantamento realizado para a Legislatura 2019-2022, 16 deputados metropolitanos foram eleitos. Os dados divulgados por bancos do TSE sinalizam que 430.335 votos contribuíram para a vitória de candidatos com mais de 50% da votação nos municípios da RMG. Metade desses representantes obteve mais de 70% dos votos nesses municípios, número que assegurou a eleição de figuras públicas conhecidas em Goiânia e região.

#### QUADRO 29 – VOTAÇÃO DEPUTADOS-REPRESENTANTES DA RMG (2019 a 2022)

VOTAÇÃO DEPUTADOS ESTADUAIS REPRESENTANTES DA RMG		
Parlamentar	Votação Total	Votação RMG
Alysson Lima - PRB	30.868	29.345 (95,0%)
Cairo Salim - PROS	18.579	14.936 (80,4%)
Charles Bento - PRTB	18.626	14.060 (75,4%)
Del. Adriana Accorsi - PT	39.283	32.295 (82,2%)
Del. Humberto Teófilo - PSL	26.252	19.336 (73,6%)
Delegado Eduardo Prado - PV	20.845	17.708 (84,9%)
Dr. Antônio - DEM	36.683	20.612 (56,1%)
Humberto Aidar - MDB	31.873	22.405 (70,3%)
Jeferson Rodrigues - PRB	45.605	25.246 (55,3%)
Júlio Pina - PRTB	13.148	8.710 (66,2%)
Lucas Cali - PSD	23.994	12.363 (51,5%)
Major Araújo - PRP	38.278	21.861 (57,1%)
Rafael Gouveia - DC	23.466	15.530 (66,2%)
Thiago Albernaz - SOLIDARIEDADE	14.561	7.312 (50,2%)
Vinícius Cirqueira - PROS	17.698	14.830 (83,7%)
Virmondes Cruvinel - PPS	30.576	16.588 (54,9%)

Fontes: TSE, 2018.

**QUADRO 30 - DESEMPENHO PARLAMENTAR DE DEPUTADOS-REPRESENTANTES DA RMG – Proposições Legislativas 2019 a 2022**

DESEMPENHO LEGISLATIVO DEPUTADOS-REPRESENTANTES DA RMG																		
Parlamentar	TOTAL DE PROPOSIÇÕES				PROJETOS RMG				PROJETOS IP-RMG				CTHCG/DRREP/DEUT/ICM				Institui dia ou semana/Autorização de viagem/Licença Médica ou Maternidade	OUTROS
	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022	2019-2022	2019-2022
Alysson Lima	48	13	18	10	2	1	0	0	2	0	1	0	0	1	3	2	1	76
Cairo Salim	23	15	18	13	0	0	0	0	0	0	0	0	4	2	7	8	3	45
Charles Bento	5	4	46	17	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4	7	2	58
Adriana Accorsi	52	34	38	37	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	5	3	10	141
Humberto Teófilo	39	18	24	11	0	0	0	0	0	0	1	0	3	1	10	3	2	72
Eduardo Prado	58	79	68	43	0	0	0	0	0	0	0	1	5	5	16	26	11	184
Dr. Antônio	12	14	2	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	0	4	1	22
Humberto Aidar	31	18	15	3	0	0	0	0	0	0	0	0	5	2	4	2	6	48
Jeferson Rodrig.	41	31	21	17	0	0	0	0	1	0	0	0	6	4	2	1	9	87
Júlio Pina	14	23	14	14	0	0	0	0	4	0	0	0	1	3	9	12	4	32
Lucas Calil	42	12	23	15	2	0	0	0	0	0	0	0	2	2	7	4	0	75
Major Araújo	9	5	8	3	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	23
Rafael Gouveia	18	3	9	4	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	4	2	1	23
Thiago Albernaz	37	15	16	16	1	0	0	1	0	0	0	0	28	8	7	9	4	26
Vinicius Cirqueira	32	15	15	0	0	1	1	0	0	0	0	0	6	0	2	0	2	50
Virmondés Cruv.	48	79	42	36	0	0	0	0	1	0	0	0	8	2	8	11	8	167
<b>TOTAL</b>	<b>509</b>	<b>378</b>	<b>377</b>	<b>243</b>	<b>10</b>				<b>13</b>				<b>291</b>				<b>64</b>	<b>1.139</b>

Fonte: Arquivos Diretoria Legislativa da Alego (Portal da Transparência-Alego); Relação das proposições protocoladas entre 01-01-2019 e 31-12-2022; Elaboração do Autor.

Legenda: PROJETOS RMG: referência direta RMG; PROJETOS IP-RMG: incidência prioritária ou de maior ênfase RMG. PROJETOS CTHCG/DRREP/DEUT/ICM: Concede título honorífico de cidadão goiano/Denomina ou altera nome de rua, rodovia, escola, edifício público/Declara entidade de utilidade pública/Institui comenda de mérito. OUTROS: Proposições legislativas próprias aos interesses localistas, imediatos e cooperativos de parlamentares.

As informações disponíveis no Portal da Transparência da Alego expõem que do total de proposições apresentadas durante a Legislatura 2019-2022, os 16 representantes metropolitanos protocolaram 23 projetos com conteúdo direto ou prioritário para a RMG. Dentre os quais, 6 deputados sugeriram 2 ou mais projetos – Alysson Lima, Júlio Pina, Lucas Calil, Vinicius Cirqueira, Rafael Gouveia e Thiago Albernaz. Por sua vez, 291 proposições visam conceder título de cidadão goiano, de denominar ou alterar nome de rua, rodovia, escola, edifício público ou para declarar entidade de utilidade pública e comenda de mérito.

Há um aumento em números absolutos de proposições apresentadas por deputados metropolitanos, ao todo foram 1.517 no período. Porém, proporcionalmente, somente 1,53% das ações desenroladas foram projetadas para serem exclusivas ou de prioridade da RMG. Indício da menor relevância do tema na agenda decisória entre o conjunto dos representantes com mandatos vinculados à metrópole. Ainda mais se considerados que do total de registros de atividade parlamentar, 1.139 ou 75,08%.

O pouco peso dado ao tema por deputados estaduais na Alego indica carência de ações mais efetivas para o fortalecimento do arcabouço institucional metropolitano. Apesar do baixo volume de projetos apresentados não deixa de se afirmar que esses representantes são os atores políticos com maior responsabilidade na criação dos códigos, diretrizes e normas escritas para a metrópole. A discreta atuação acaba por perpetuar as lacunas institucionais. Diante da manutenção das lacunas o campo político em torno do assunto não prospera. Um ciclo de desinteresse e fragilidade reproduzido ao se abster de incidir na RMG.

O interesse em potencial e, conseqüente, inserção das institucionalidades de governança metropolitana na agenda decisória pode influenciar mais decididamente a política estadual. O governador é o principal sujeito individual responsável por articular políticas voltadas à RMG. Ao mesmo tempo, ao menos 33% dos ocupantes na Alego são deputados metropolitanos, que podem articular medidas conjuntas com objetivos de governança da região metropolitana. A atuação ativa inclusive pode ser fator de incidência para eleger futuros governantes, tal qual de mobilização da sociedade civil.

## 4.2 ATORES E ARENAS POLÍTICAS DOS PODERES MUNICIPAIS E A RMG: TEMAS METROPOLITANOS NAS ELEIÇÕES

Diante da baixa disposição em cooperar das prefeituras e as fragilidades de efetividade do planejamento urbano, não é difícil imaginar que durante as eleições municipais as institucionalidades metropolitanas possuem pouca atenção de pleiteantes aos cargos eletivos nas cidades da RMG. Raro percebida, a ausência do tema acarreta bloqueios para mudanças na agenda decisória e em avanços democráticos a partir dos municípios.

Os pleiteantes quase não se atentam à vida metropolitana, inclusive para eventuais aspectos vantajosos para as cidades. Carvalho (2009) analisa que ações e propostas políticas tendem a sub-representação das regiões metropolitanas enquanto força temática. Segundo Moura (2004), além de ser residual nos debates eleitorais, a abordagem dos atores políticos municipais carregam conteúdos de um localismo que reforma visão segmentada da metrópole.

Nas eleições os atores políticos nos municípios da RMG dão pouca importância ao tema metropolitano. Cunha (2016) verifica uma frágil cultura de cooperação regional entre os principais atores municipais, cuja displicência impacta nas possibilidades de governança metropolitana. Pietrafesa et al (2022) a governança interfederativa não foi articulada e as lacunas administrativas estão em tensão com a autonomia municipal, a compensação ambiental, o desenvolvimento econômico, o controle social.

Durante o processo eleitoral de 2020, as candidaturas às prefeituras nos municípios da RMG, em grande parte se furtaram em debater problemas, potencialidades e perspectivas no que tange ao pertencimento na metrópole. Catalogados no banco de dados DivulgaCand TSE, disponível *online*, os Planos de Governos (PGs) dos pleiteantes pouco citam conceitos-chave do tema (Região Metropolitana, Metrópole, Área Metropolitana, Grande Goiânia).

Ao todo foram deferidas pelo TSE 84 candidaturas à prefeitura nos 21 municípios da RMG e 78 candidatas e candidatos disponibilizaram PG no DivulgaCand. De todos os disponíveis, 20 pleiteantes citam explicitamente Região Metropolitana, Metrópole, Área Metropolitana, Metropolitano, Grande Goiânia. O que representa 22,6% do total de pleiteantes à Prefeitura Municipal nas cidades metropolitanas em 2020.

Os PGs abusam das ausências quanto ao tema da governança metropolitana e quase não se constata densidade nas propostas de cooperação intermunicipal. Há fraca percepção dos desafios em detrimento da prevalência dos interesses mais localistas, com a reprodução de um tipo de autônima isolacionista. As visões e as versões sobre a realidade apresentadas estão circunscritas às questões menores do dia-a-dia do aparato público da cidade.

### QUADRO 31 – CANDIDATURAS E A RMG NAS ELEIÇÕES 2020

A RMG NAS ELEIÇÕES PARA A PREFEITURA MUNICIPAL 2020			
Município da RMG	Nº de Candidaturas	PG disponíveis	PG com conceito-chave
Abadia de Goiás	4	4	1
Aparecida de Goiânia	2	1	—
Aragoiânia	6	5	2
Bela Vista	3	3	—
Bonfinópolis	3	3	—
Brazabrantes	3	3	—
Caldazinha	3	3	—
Caturai	4	4	—
Goianópolis	6	5	—
<b>Goiânia</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>11</b>
Goianira	3	3	—
Guapó	3	3	1
Hidrolândia	4	2	1
Inhumas	3	3	—
Nerópolis	5	4	—
Nova Veneza	2	2	—
Santa Bárbara de Goiás	2	2	—
Santo Antônio de Goiás	3	3	—
Senador Canedo	4	4	2
Terezópolis de Goiás	3	3	—
Trindade	4	4	2
<b>TOTAL</b>	<b>84</b>	<b>78</b>	<b>20</b>

Fonte: Propostas de Governo-DivuldaCand-TSE, 2020.

Ao considerar as 20 candidaturas à prefeitura que citam alguns dos conceitos-chave nos PG, 11 são de Goiânia, sede metropolitana, capital de Goiás e que representa 60% da população da RMG. As outras 9 se distribuem entre Abadia de Goiás (1), Aragoiânia (2), Guapó (1), Hidrolândia (1), Senador Canedo (2) e Trindade (2). Fora da lista estão representantes de importantes cidades, como Goianira, Inhumas, Bela Vista de Goiás, Nerópolis e, principalmente, Aparecida de Goiânia.

QUADRO 32 – A RMG NOS PLANOS DE GOVERNOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020

ELEIÇÕES 2020 – CANDIDATURAS À PREFEITURA MUNICIPAL COM PLANOS DE GOVERNO QUE CITAM A RMG				
Candidato (a)	Eleito (a)	Cidade	Tema	Proposta de Ação
<b>Zé da Patrola - PDT</b>	<b>Não</b>	Abadia de Goiás	Governança; Integração e Desenvolvimento metropolitano; Mobilidade Urbana.	Cooperação intermunicipal; Gestão de problemas e funções públicas de interesse comum; integração mobilidade urbano-metropolitana.
<b>Danilo Rios - REPUBLICANOS</b>	<b>Não</b>	Aragoiânia	Integração e Desenvolvimento metropolitano; Segurança Pública.	Desafios e oportunidades de pertencer à RMG; Parcerias metropolitanas para a Segurança Pública.
<b>Doutor Leo - MDB</b>	<b>Não</b>	Aragoiânia	Inclusão Social e Cidadania; Segurança Pública.	Políticas integradas à RMG com vistas à geração de emprego e renda; Ações de Integração na Segurança Pública.

Fonte: Propostas de Governo-DivuldaCand-TSE, 2020.

QUADRO 32 (Continuação) – A RMG NOS PLANOS DE GOVERNOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020

ELEIÇÕES 2020 – CANDIDATURAS À PREFEITURA MUNICIPAL COM PLANOS DE GOVERNO QUE CITAM A RMG				
Candidato (a)	Eleito (a)	Cidade	Tema	Proposta de Ação
<b>Adriana Accorsi - PT</b>	<b>Não</b>	Goiânia	Governança Metropolitana; Mobilidade Urbana, Transporte Público e Sistema Viário; Enfrentamento à Covid-19; Segurança Pública; Resíduos Sólidos.	Fortalecer o Codemetro; Integração do transporte e das vias com a RMG; Comitê Científico de Enfrentamento ao Coronavírus por Consórcio na Região Metropolitana de Goiânia; Atuação integrada GCM com as guardas municipais e forças policiais; Parcerias com entidades científicas para execução da gestão metropolitana dos resíduos sólidos.
<b>Allyson Lima - SOLIDARIEDADE</b>	<b>Não</b>	Goiânia	Mobilidade Urbana e Transporte Coletivo	Criação de eixos de transporte público com integração metropolitana.
<b>Maguito Vilela - MDB</b>	<b>Sim</b>	Goiânia	Mobilidade Urbana e Integração Metropolitana; Habitação.	Desvio BR-153; Anel Viário; Expansão da RMTC e integração de Modais; Integração do sistema viário; BRT e vias expressas; Requalificação urbana e de oferta de moradias nas proximidades das centralidades metropolitanas.
<b>Major Araújo - PSL</b>	<b>Não</b>	Goiânia	Cultura, Esporte e Lazer.	Criar Parque de Lazer, Esporte e Zoológico metropolitano.
<b>Manu Jacob - PSOL</b>	<b>Não</b>	Goiânia	Mobilidade Urbana e Transporte Coletivo; Segurança Pública.	Auditar contratos RTMC; Municipalizar o Sistema de Transporte; Conferência de Segurança metropolitana.

Fonte: Propostas de Governo-DivuldaCand-TSE, 2020.

QUADRO 32 (Continuação) – A RMG NOS PLANOS DE GOVERNOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020

ELEIÇÕES 2020 – CANDIDATURAS À PREFEITURA MUNICIPAL COM PLANOS DE GOVERNO QUE CITAM A RMG				
Candidato (a)	Eleito (a)	Cidade	Tema	Proposta de Ação
<b>Professor Antônio - PCB</b>	<b>Não</b>	Goiânia	Mobilidade Urbana e Transporte Coletivo	Criação de Conselho Popular do Transporte Público na RMG
<b>Samuel Almeida - PROS</b>	<b>Não</b>	Goiânia	Planejamento e Gestão urbana; Integração e Desenvolvimento Metropolitano.	Planos e estudos nas Áreas e Funções de Interesse Comum
<b>Talles Barreto - PSDB</b>	<b>Não</b>	Goiânia	Saúde Pública, Mobilidade Trânsito e Transporte Público; Turismo; Meio Ambiente.	Consórcio Metropolitano na Saúde; Integração de linhas e Fundo de transporte público metropolitano; Cooperação Metropolitana no Turismo; Atuação RMG em Abastecimento de Água e Resíduos Sólidos.
<b>Fábio Júnior - UP</b>	<b>Não</b>	Goiânia	Habitação, Mobilidade e Transporte Público; Segurança Pública.	Políticas com recorte metropolitano nas áreas de Habitação, Mobilidade e Transporte Público e Segurança Pública.
<b>Vanderlan Cardoso - PSD</b>	<b>Não</b>	Goiânia	Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Econômico e Sustentável - integração de programas ambientais RMG; Mobilidade, Transporte e Sistema Viário; Segurança Pública	Programa ambiental integrado para a Região Metropolitana de Goiânia; Relacionamento entre as prefeituras RMG na gestão de funções públicas de interesse comum; Criação do Bioparque Metropolitano de Goiânia; Implantar corredores de ônibus exclusivos de acordo com estudos técnicos; BRT Norte-Sul; Anel Viário; Parcerias com Prefeituras para Sistema Viário; Integração GCM.
<b>Virmondés Cruvinel - CIDADANIA</b>	<b>Não</b>	Goiânia	Turismo; Trânsito e Mobilidade; Meio Ambiente e Saneamento; Segurança Pública e Defesa Social	Ações de integração da GCM; Cooperação e integração transporte público RMG; Integração abastecimento de água.

Fonte: Propostas de Governo-DivuldaCand-TSE, 2020.

QUADRO 32 (Continuação) – A RMG NOS PLANOS DE GOVERNOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020

<b>ELEIÇÕES 2020 – CANDIDATURAS À PREFEITURA MUNICIPAL COM PLANOS DE GOVERNO QUE CITAM A RMG</b>				
<b>Candidato (a)</b>	<b>Eleito (a)</b>	<b>Cidade</b>	<b>Tema</b>	<b>Proposta de Ação</b>
<b>Professora Nilza - SOLIDARIEDADE</b>	<b>Não</b>	Guapó	Mobilidade urbano-metropolitana	Planejamento integrado do transporte municipal com a rede metropolitana.
<b>Kelly Cristina - PT</b>	<b>Não</b>	Hidrolândia	Planejamento e Gestão urbana; Mobilidade e Transporte Público.	Atuar na Governança metropolitana; Integração do transporte público municipal e metropolitano.
<b>Tiago do Piso - PSL</b>	<b>Não</b>	Senador Canedo	Desenvolvimento urbano e econômico	Desafios e oportunidades de desenvolvimento à RMG; Investir na integração de Transporte e Logística.
<b>Fernando Pellozo - PSD</b>	<b>Sim</b>	Senador Canedo	Meio Ambiente; Mobilidade urbana e Transporte Coletivo.	Programa ambiental integrado para a Região Metropolitana de Goiânia; Relacionamento entre as prefeituras RMG na gestão de funções públicas de interesse comum; Parceria com a rede Metropolitana de Transportes Coletivos (RMTC).
<b>Marden Júnior - PATRIOTA</b>	<b>Sim</b>	Trindade	Turismo; Desenvolvimento Urbano e Econômico; Cultura e Eventos.	Programa “Caminhadas da Fé Metropolitana”; Reordenar as novas centralidades com infraestrutura dos eixos estruturantes e metropolitanos de integração regional; Realizar atividades culturais regionais em parceria com municípios limítrofes, valorizando a integração colaborativa metropolitana.
<b>Doutor Antônio - DEM</b>	<b>Não</b>	Trindade	Desenvolvimento Econômico; Turismo.	Desenvolvimento Econômico em eixo metropolitanos prioritários no município; Atração de Turismo e Eventos não religiosos.

Fonte: Propostas de Governo-DivuldaCand-TSE, 2020.

Em Goiânia as candidaturas explicitam posicionamentos mais contundentes quanto à região metropolitana, em especial em assuntos de mobilidade, segurança pública e meio ambiente, mas, não se verifica abordagem sobre governança metropolitana. Nos demais municípios o debate é residual ou sem maiores detalhamentos, em que predomina a carência de propostas em escala da RMG.

Em relação aos eleitos, das 21 candidaturas, apenas o mandatário de Aparecida de Goiânia não disponibilizou PG no DivulgaCand. Entre os 20 documentos disponíveis, apenas os vencedores em Goiânia, Trindade e Senador Canedo fazem menção explícita a institucionalidades metropolitanas. Os demais nem brevemente mencionam as palavras-chave. O que reforça a noção do pouco peso do tema nas eleições municipais na RMG.

#### QUADRO 33 – CANDIDATURAS ELEITAS E A RMG NOS PLANOS DE GOVERNO

A RMG NO PLANO DE GOVERNO DAS CANDIDATURAS ELEITAS NA RMG 2020			
Município	Eleitos	Partido	PG com Conceito-Chave
Abadia de Goiás	Wander Saraiva	PP	Não
Aparecida de Goiânia	Gustavo Mendanha	MDB	Indisponível
Aragoiânia	José Garcia	PSDB	Não
Bela Vista	Nárcia Kelly	PP	Não
Bonfinópolis	Kelton	Cidadania	Não
Brazabrantes	Zé da Gueroba	PSDB	Não
Caldazinha	Solange Gouveia	PSC	Não
Caturai	Divina Zago	Solidariedade	Não
Goianápolis	Jeovazinho	Cidadania	Não
Goiânia	Maguito Vilela	MDB	Sim
Goianira	Carlão da Fox	PSDB	Não
Guapó	Colemar Cardoso	PSDB	Não
Hidrolândia	Zé Délio Júnior	DEM	Não
Inhumas	João Antônio Ferreira	PSD	Não
Nerópolis	Gil Tavares	PRB	Não
Nova Veneza	Waldemar Batista Costa	Democratas	Não
Santa Bárbara de Goiás	Job Martins de Deus	PDT	Não
Santo Antônio de Goiás	Kleber Cosme de Freitas	PP	Não
Senador Canedo	Fernando Pellozzo	PSD	Sim
Terezópolis de Goiás	Uiltinho	PSC	Não
Trindade	Marden Junior	Patriota	Sim

Fonte: Propostas de Governo-DivulgaCand-TSE, 2020.

A ausência da RMG na maioria dos PGs independe de colorações partidárias. O partido do prefeito ou da prefeita influenciou menos do que a emergência de problemas relacionados à vida metropolitana. Os prefeitos com maior propensão em se atentar são aqueles que mais se defrontam com as demandas próprias da condição de metrópole. Por exemplo, a necessidade de cooperar em assuntos de mobilidade urbana, meio ambiente, resíduos sólidos, abastecimento de água, turismo e habitação.

Os PGs dos eleitos prefeitos em Goiânia, Trindade e Senador Canedo, municípios com maior integração de dinâmicas à RMG, citam ações de alcance metropolitano. Ainda, mais de 50% do total de candidatos nessas cidades mencionaram algum dos conceito-chave.

O PG do vitorioso em Goiânia dedica capítulo para relacionar região metropolitana e mobilidade urbana. O que condiz com uma das institucionalidades operantes, a RMTC (Rede Metropolitana de Transporte Coletivo), cuja Prefeitura é agente principal. Em relação ao PG do prefeito de Trindade, no máximo são apresentadas intenções pontuais na área de “Turismo Religioso” e “Cultura” ou a promessa de adensamento em eixos estruturais do sistema viário. O PG do pleiteado em Senador Canedo cita e não explica a intenção de cooperação no intuito de resolver problemas de transporte, resíduos sólidos e saneamento.

Após análise mais detida pode-se dizer que a maioria dos representantes do Poder Municipal ignora a RMG ou as ações propostas são com objetivos tímidos de integração. Essa ausência reafirma a carência de preocupação com as institucionalidades metropolitanas em um plano municipal. Permanece visão corriqueira de que as prefeituras devem se ater às atuações restritas de modo isolado sem muito cooperar com instâncias regionais.

Ao considerar sugestões de ações, institucionalidades ou formulações são raras as promessas de cooperação de um município com no mínimo mais uma municipalidade da RMG. Entre candidaturas vencedoras fora Goiânia, Aparecida, Senador Canedo e Trindade, prefeitos e prefeitas poucos vinculam propostas relacionadas a consórcios, obras, serviços, entre outras medidas de cooperação intermunicipal.

Dos 17 eleitos mencionados, 9 não sugerem proposta de ação, institucionalidade ou cooperação entre municipalidades. Outros 8 se comprometeram em executar com outros municípios da RMG ao menos obra, melhoria de serviços ou de atuação na preservação ambiental e no turismo. As mais frequentes promessas são de estimular o transporte universitário e médico, de buscar melhorar as condições de migração pendular e de rodovias. Apenas 3 pleiteados propõem ações para o fortalecimento da governança metropolitana.

QUADRO 34 – A RMG NOS PLANOS DE GOVERNOS DE ELEITOS - Cidades pequenas

TEMAS METROPOLITANOS IMPLÍCITOS (COOPERAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS DA RMG)			
Município	Eleitos	Partido	Cooperação Intermunicipal RMG
Abadia de Goiás	Wander Saraiva	PP	Não
Aragoiânia	José Garcia	PSDB	Transporte Universitário GYN/APG
Bela Vista	Nárcia Kelly	PP	Rodovia de acesso a Hidrolândia
Bonfinópolis	Kelton	Cidadania	Não
Brazabrantes	Zé da Gueroba	PSDB	Consortio Intermunicipal Brasil Central - Aterro Sanitário
Caldazinha	Solange Gouveia	PSC	Não
Caturai	Divina Zago	Solidariedade	Alimentação trabalhadores pendulares com Goiânia
Goianópolis	Jeovazinho	Cidadania	Não
Goianira	Carlão da Fox	PSDB	Não
Guapó	Colemar Cardoso	PSDB	Parcerias com municípios vizinhos nas áreas de turismo
Hidrolândia	Zé Délio Júnior	DEM	Pavimentação de rodovias Aragoiânia e Bela Vista
Inhumas	João Antônio Ferreira	PSD	Não
Nerópolis	Gil Tavares	PRB	Não
Nova Veneza	Waldemar Batista Costa	Democratas	Transporte Universitário e de Saúde GYN
Santa Bárbara de Goiás	Job Martins de Deus	PDT	Não
Santo Antônio de Goiás	Kleber Cosme de Freitas	PP	Não
Terezópolis de Goiás	Uiltinho	PSC	Municípios da APA do João Leite

Fonte: Propostas de Governo-DivuldaCand-TSE, 2020.

O prefeito de Brazabrantes compromete-se em fortalecer consórcio de resíduos que envolvam outros municípios metropolitanos e de Goiás. O prefeito de Guapó almeja parcerias com cidades da RMG na área de turismo. O eleito em Terezópolis de Goiás promete atuar em associação com as municipalidades da APA do João Leite, bacia hidrográfica onde está localizado o reservatório de água que abastece a maior parte da metrópole goianiense.

Com metodologia similar ao levantamento realizado no presente trabalho, o Capítulo 8 do Diagnóstico do PDI-RMG (2018) também aponta resultados parecidos para os eleitos em 2016. O documento constata a presença do tema metropolitano em menos da metade dos PGs dos prefeitos. Apenas 1 anunciou compromisso com integração, governança e planejamento de FPICs. O transporte foi o assunto que mais se repetiu entre os que venceram a eleição. Destacam-se ainda “Esporte, Cultura, Educação” como áreas de interesse mais ressoante.

QUADRO 35 – ENFOQUE METROPOLITANO NOS PLANOS DE GOVERNO DOS ELEITOS EM 2016 – Diagnóstico PDI-RMG

ENFOQUE RMG PREFEITOS ELEITOS 2016 – DIAGNÓSTICO PDI-RMG		
Município	Partido	Enfoque Metropolitano
Abadia de Goiás	PSDB	Não explicita enfoque metropolitano
Aparecida de Goiânia	PMDB	Não explicita enfoque metropolitano
Aragoiânia	PSDB	Não explicita enfoque metropolitano
Bela Vista de Goiás	PTB	Não explicita enfoque metropolitano
Bonfinópolis	PSB	Não explicita enfoque metropolitano
Brazabranes	PSDB	Transporte Público / Resíduos Sólidos / Saúde Pública
Caldazinha	PDT	Não explicita enfoque metropolitano
Caturai	PDT	Saúde Pública
Goianópolis	PTN	Transp. Público/Saúde/ Des. Econômico
Goiânia	PMDB	Transporte Público/ Saneamento
Goianira	PSDB	Não explicita enfoque metropolitano
Guapó	PSDB	Transporte Público
Hidrolândia	DEM	Não explicita enfoque metropolitano
Inhumas	PP	Esporte, Cultura, Educação
Nerópolis	PRB	Não explicita enfoque metropolitano
Nova Veneza	PSDB	Não explicita enfoque metropolitano
Santo Antônio de Goiás	PSDB	Esporte, Cultura, Educação
Senador Canedo	PSD	Transporte público
Terezópolis	PSDB	Gestão Água e Esgoto / Esporte, Cultura, Educação
Trindade	PSDB	Transporte Público / Resíduos Sólidos / Cooperação Metropolitana / Esporte, Cultura, Educação

Fonte: Diagnóstico PDI-RMG, 2018.

Mesmo se considerada as possibilidades indiretas de cooperação metropolitana, os PGs dos eleitos tanto em 2020 quanto em 2016 revela a prevalência dos interesses localista e uma postura de isolacionismo diante à metrópole. Assuntos cotidianos de gestão da cidade tomam por completo espaço que também caberiam formulações regionais e, ao mesmo tempo, confunde-se a autonomia do município com uma postura enclausurada num ideário imediatista de problemas. Sinais das ausências de percepção, tanto no que tange aos problemas, quanto nas vantagens, de uma cidade pertencer a uma Região Metropolitana.

Apesar da prevalência de interesses localistas alerta-se que as demandas expostas por representantes municipais só podem ser solucionadas em cooperação metropolitana. A fragilidade de atuação mais abrangente de prefeitos na proposição de alternativas para a RMG não é permite postura otimista.

Cabe menção que legisladores municipais possuem iniciativas rarefeitas e se engajam de maneira pouco representativa nas instâncias metropolitanas, como pode ser observado nas atividades de elaboração do PDI-RMG. Mais do que projetar ampliação da vereança nas decisões acerca de assunto da RMG, entre tais representantes ressoa a sensação de diminuição do poder ao invés de maior possibilidade de atuação. Reafirma-se o interesse reduzido à “paróquia”, o que mina o potencial de atores políticos metropolitanos.

Os principais atores políticos municipais, prefeitos e vereadores, enfim, pouco se concentram em agir em âmbito da RMG. Ao se absterem de serem mais incisivos na metrópole coadunam com a sub-representação política do tema nas instâncias decisórias. O localismo dos representantes realça fragilidades das percepções da vida metropolitana. Sinal dos entraves com implicações urgentes para as regiões metropolitanas.

## CAPÍTULO 5 – AUTORES-REFLEXIVOS DO PDI-RMG

### 5.1. TEMAS METROPOLITANOS NAS OFICINAS COMUNITÁRIAS DO PDI

Os principais agentes e atores não resumem as possibilidades de compreensão dos sujeitos. O cotidiano se move por ações de sentidos e de necessidades criadas, produzidas e reproduzidas nos espaços de representação. Uma multiplicidade de indivíduos e grupos tende a agir de modo reflexivo, como autores de entendimentos da vida social.

Como ação possível por valor cultural, autonomia, experiência, o autor-reflexivo emerge no campo das percepções. Ao perceber a região metropolitana tende à mobilização por campos temáticos, causas e centralidades. Os nos espaços urbanos constroem narrativas sobre mobilidade, meio ambiente, condições socioeconômicas. Investem nas aprendizagens para apontar problemas, alternativas e desafios diante da metropolização. Expressam-se fora dos formatos instituídos e sistematizados das representações do espaço.

Os dados quantitativos e as observações participantes nas atividades durante a elaboração do PDI-RMG revelaram caso prático da emergência de possíveis sujeitos capazes de contribuir com aspectos autorais-reflexivos para planejamento e governança metropolitana. A mobilização do plano incluiu contato com gestores, a produção de conteúdos atinentes ao tema e a realização de eventos com metodologia participativa nos municípios.

Prefeitos, técnicos e representantes dos legislativos de municípios foram contatados por equipes técnicas da Secima, secretaria do Governo Estadual designada responsável em coordenar o PDI-RMG. O objetivo principal era informar agentes públicos e atores políticos municipais acerca do tema metropolitano, além de apresentar o projeto de elaboração do PDI de acordo com as normativas trazidas no Estatuto da MetrÓpole. De tal articulação foi acordado a realização de eventos de preparação nas cidades pertencentes à Região Metropolitana de Goiânia.

O estudo técnico ficou a cargo da Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio de convênio firmado entre a FUNAPE (Fundo de Amparo a Pesquisa) e a Secima. Em relação aos conteúdos de planejamento, os temas metropolitanos foram divididos e apresentados como de realidade social, recursos ambientais, desenvolvimento econômico, mobilidade urbana e governança interfederativa. O resultado final foi publicado no Diagnóstico do PDI-RMG, com a coordenação de pesquisadores do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) e participação de equipes multidisciplinares da universidade.

A observação das atividades do PDI-RMG evidenciou que quanto maior a participação, mais profícua a lista de sugestões pertinentes para resolução de problemas, identificação de potencialidades e construção de alternativas. Examinar os momentos de participação social durante a elaboração do plano é produtivo em sentido de apreender aspectos da emergência de sujeitos com narrativas próprias diante da metropolização.

As principais informações sobre o processo participativo durante a elaboração do PDI-RMG está esboçados no Capítulo 3 – A Percepção dos Sujeitos e Atores Metropolitanos do Diagnóstico (2018). Os termos jurídicos mínimos relacionados à participação foram cumpridos com a realização de Oficinas, reuniões com especialistas, Audiências Públicas, seminários e na coleta de sugestões em *site* e de interação nas redes sociais de internet.

No curso da elaboração do PDI-RMG 3.757 participações foram registradas em todos os modos de interação utilizados por Secima e por pesquisadores da UFG. Destaque para os números das “Oficinas Comunitárias”, que representam 55% do total. As oficinas foram capazes de atrair a presença de pessoas e grupos por aproximar o evento dos locais próprios da vida cotidiana e de suavizar determinados ritos formais mais rígidos típicos de representações políticas assentadas em linguagens técnicas, institucionais ou organizacionais.

QUADRO 36 – PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PDI-RMG (2016-2017)

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DO PDI-RMG			
Evento	Ano	Quantidade	Nº participantes
Audiência Pública	2017	2	279
Reunião Comitê Executivo	2017	3	65
Debate Legislação RMG	2017	3	240
Oficinas Comunitárias	2017	19	2.065
Reunião Técnica	2016/2017	13	498
Seminário	2016/2017	4	540
Workshop	2016	1	70
<b>Total</b>	<b>2016/2017</b>	<b>45</b>	<b>3.757</b>

Fonte: SECIMA-Diagnóstico PDI-RMG (2018).

As “Oficinas Comunitárias” concentraram a mais numerosa entre as atividades realizadas com intuito de fomentar a participação social na elaboração do PDI. Mesmo na pesquisa on-line, de acordo com o Capítulo 3 do Diagnóstico (2018), apenas 33 respostas foram alcançadas com um questionário online de perguntas sobre demandas, sugestões e hábitos dos moradores.

As oficinas do PDI-RMG ocorreram entre os meses de março e agosto de 2017, em 19 dos 20 municípios pertencentes da região metropolitana à época – exceto Inhumas e, agora, depois de ser incorporada como no vigésimo primeiro município, Santa Bárbara. A comunicação e a divulgação couberam à Secima e a metodologia da atividade aos pesquisadores da UFG. Já as prefeituras municipais foram convidadas a apoiar as iniciativas de mobilização local e de oferecer infraestrutura necessária para o acontecimento do encontro.

QUADRO 37 – OFICINAS PDI-RMG

DATAS DAS OFICINAS DO PDI-RMG POR MUNICÍPIO		
Municípios	Data da oficina	Tema
Trindade	09/03/2017	Mobilidade
Bonfinópolis	07/04/2017	Desenvolvimento socioeconômico
Terezópolis	11/04/2017	Recursos Ambientais e Expansão Urbana
Goianira	11/04/2017	Recursos Ambientais e Expansão Urbana
Nova Veneza	20/04/2017	Recursos Ambientais e Expansão Urbana
Bela Vista	02/05/2017	Desenv. Socioeconômico e Recursos Ambientais
Abadia de Goiás	05/05/2017	Recursos Ambientais e Mobilidade
Santo Antônio	10/05/2017	Recursos Ambientais e Mobilidade
Senador Canedo	16/05/2017	Mobilidade e Expansão Urbana
Guapó	22/05/2017	Desenv. Socioeconômico e Recursos Ambientais
Caturai	29/05/2017	Desenv. Socioeconômico e Recursos Ambientais
Caldazinha	01/06/2017	Mobilidade e Expansão Urbana
Hidrolândia	05/06/2017	Recursos Ambientais e Expansão Urbana
Nerópolis	08/06/2017	Mobilidade e Desenv. Socioeconômico
Aragoiânia	23/06/2017	Recursos Ambientais e Desenv. Socioeconômico
Aparecida de Goiânia	28/06/2017	Desenv. Socioeconômico e Mobilidade
Brazabrantes	30/06/2017	Desenv. Socioeconômico e Recursos Ambientais
Goianápolis	28/08/2017	Desenv. Socioeconômico e Recursos Ambientais
Goiânia	30 e 31/08/2017	Recursos ambientais e Mobilidade

Fonte: Diagnóstico PDI-RMG, 2018.

Obs.: Inhumas e Santa Barbara de Goiás, no momento da realização das Oficinas do PDI-RMG não faziam parte da RMG, portanto, não constaram no programa de atividades.

O objetivo principal em realizar as Oficinas nos municípios era ampliar a participação da população na elaboração do PDI-RMG. As atividades seriam ferramenta para captar informações e de estabelecer diálogos necessários para a produção do Diagnóstico, como por exemplo, elencar demandas de FPIC. Existe ainda intenção educativa, cujos moradores, representantes eletivos e sociedade civil percebem desafios da vida metropolitana.

Os números de participantes nas Oficinas foram apresentados por equipe técnica da Secima no processo de elaboração do PDI-RMG e, posteriormente, de modo incompleto no Capítulo 3 do Diagnóstico. A disposição para os debates variaram nos municípios, mas não menos do que cinquenta pessoas estiveram presentes segundo tal relatório de pesquisa.

QUADRO 38 – NÚMERO DE PARTICIPAÇÃO NAS OFICINAS DO PDI-RMG

NUMERO DE PARTICIPAÇÕES NAS OFICINAS PDI-RMG	
Município	Número de participantes
Abadia de Goiás	96
Aparecida de Goiânia	85
Aragoiânia	75
Bela Vista de Goiás	60
Bonfinópolis	131
Brazabrantes	55
Caldazinha	87
Caturai	59
Goianópolis	-
Goiânia	-
Goianira	90
Guapó	126
Hidrolândia	60
Nerópolis	129
Nova Veneza	68
Santo Antônio de Goiás	66
Senador Canedo	85
Terezópolis de Goiás	136
Trindade	181
<b>TOTAL DE PARTICIPAÇÕES (- Goiânia e Goianópolis)</b>	<b>1.589</b>
<b>TOTAL DE PARTICIPAÇÕES (+ Goiânia e Goianópolis)</b>	<b>2.065</b>

Fonte: Diagnóstico PDI-RMG, 2018; Lista de Presença.

Obs.: no Diagnóstico do PDI-RMG não constam dados das Oficinas em Goiânia e Goianópolis.

Cada Oficina municipal foi organizada em eixos de pesquisa (Mobilidade, Recursos Ambientais, Desenvolvimento Econômico, Expansão Urbana e Governança). Tais campos de pesquisa foram expostos como temas norteadores principais das discussões. O formato das seguiu a princípio ritos típicos de Audiência Pública até metade da atividade e depois adotava uma estrutura mais informal de debate.

Inicialmente formava-se a mesa de autoridades, com uma fala do representante da Secima. Na sequência ocorria à apresentação de dois temas por pesquisadores da UFG ou a exposição da política urbana municipal por técnicos da Prefeitura local. Após um intervalo, as atividades eram retomadas com debates propostos por participantes do plenário, expositores e integrantes da mesa. Nesse momento era distribuída para autotpreenchimento uma “Ficha de Coleta de Informações”.

A “Ficha de Coleta de Informações” é a fonte mais numerosa de interações com registros dos participantes durante a elaboração do PDI-RMG. Nelas estão escritas temas relevantes para os presentes no momento das Oficinas. Na ficha contém um quadro a ser preenchido com perfil pessoal e outro quadro com três colunas numeradas e nomeadas Potencialidades, Fragilidades e Perspectivas da RMG. Na pose da “Ficha de Coleta de Informações” os participantes eram livres para listar de 1 a 5, em 3 colunas, Potencialidades, Fragilidades e Perspectivas para a RMG.

A profusão de assuntos, problemas e alternativas podiam ou não envolver os temas discutidos nas exposições do momento anterior. As informações fornecidas eram tabuladas *in loco* por equipe de pesquisadores da UFG e apresentadas ao final da Oficina. No momento de apresentação as informações os assuntos eram aglutinados em eixos de pesquisa e exibidos em formato de gráficos.

Com a exibição das informações tabuladas os debates ganhavam fôlego e as discussões se aprofundaram em momentos peculiares, sensíveis e ricos em fornecer experiências cotidianas. Um potencial expresso de pessoas, que durante os debates nas oficinas entendiam um pouco do que é ser ator político da RMG.

O fato é que os sujeitos presentes nas atividades participativas contribuíram com reflexividade sobre os temas metropolitanos, como autores das interpretações particulares acerca da RMG. Autorias possíveis de pessoas comuns, movimentos sociais, estudantes, profissionais autônomos, entre outros indivíduos e grupos da sociedade civil.

FIGURA 24 – FICHA DE COLETA DE INFORMAÇÕES DAS OFICINAS DO PDI-RMG



**Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia**  
**Município: Aragoiânia**  
**Data: 23 de junho de 2017**

**FICHA DE COLETA DE INFORMAÇÕES**

Considerando o tema **Recursos Ambientais e Desenvolvimento Socioeconômico: os desafios da Região Metropolitana de Goiânia**, solicitamos a gentileza de indicar no quadro abaixo a sua percepção do seu município no contexto da dinâmica da Região Metropolitana de Goiânia.

*(Orientações: utilize termos únicos ou frases curtas; indique no máximo cinco características para cada campo.)*

Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
1.	1.	1.
2.	2.	2.
3.	3.	3.
4.	4.	4.
5.	5.	5.

Se for de seu interesse, solicitamos que se identifique:

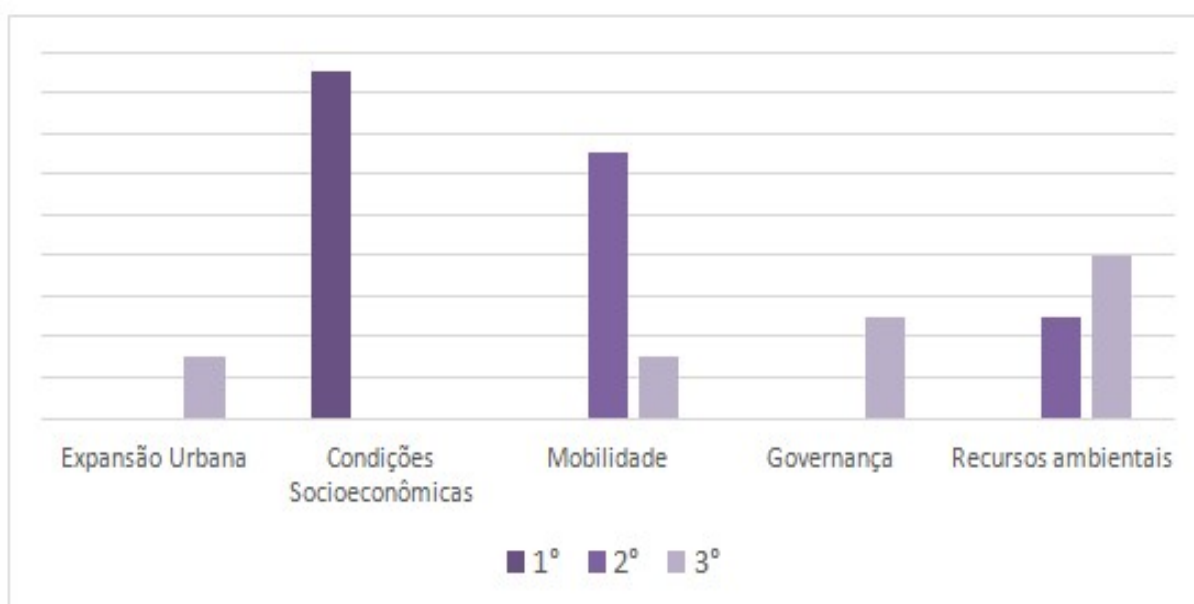
Nome: \_\_\_\_\_  
 Área de atuação: \_\_\_\_\_  
 Município/bairro: \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_

**Agradecemos a sua participação!**  
**Equipe Técnica de Elaboração do PDIRMG/UFMG**

Fonte: “Ficha de Coleta de Informações” da Oficina do PDI-RMG, 2017

Os gráficos apresentados nas Oficinas também foram publicados nos resultados finais contidos no Capítulo 3 do Diagnóstico do PDI-RMG (2018). No documento constam que as Condições Socioeconômicas se afirmam como as maiores Potencialidades da RMG. Com base na leitura das Fichas, as demandas expostas vão da Segurança Pública à Habitação, de Emprego à Saúde Coletiva. A Mobilidade é o segundo assunto de maior preocupação dos participantes, seguido por Recursos Ambientais.

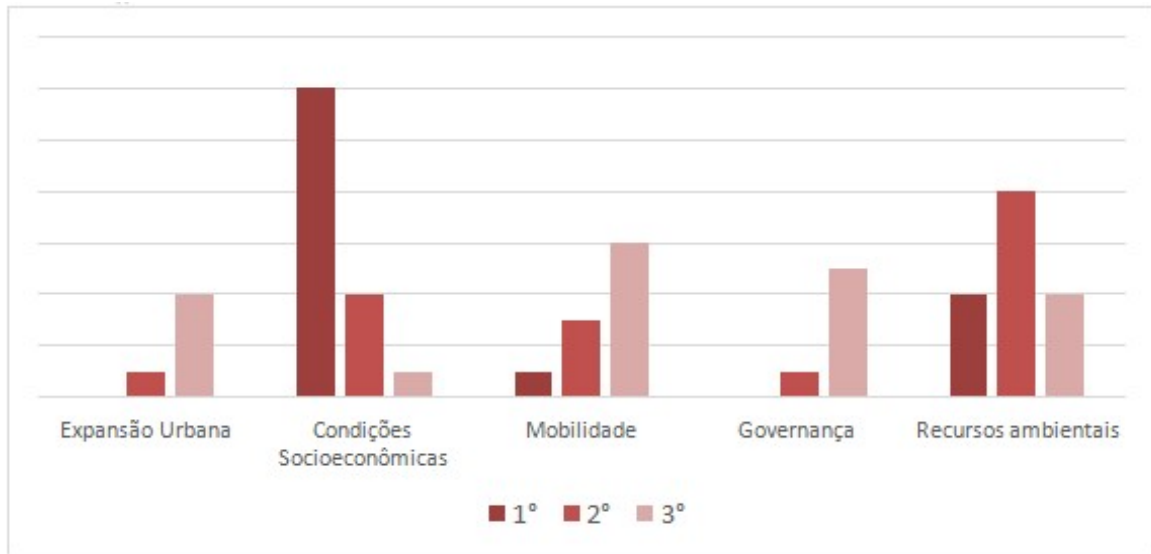
FIGURA 25 – RESULTADO GERAL DAS INFORMAÇÕES COLETADAS  
 NAS OFICINAS: Potencialidades (Exceto Goiânia)



Fonte: Diagnóstico PDI-RMG, 2018.

Não diferente das Potencialidades, os presentes nas Oficinas apontaram as Condições Socioeconômicas também como as maiores Fragilidades na RMG. Os assuntos associados ao Meio Ambiente apareceram em segundo lugar. Em terceiro temas relacionados à Mobilidade Urbana, o que abrange Transporte Coletivo, Sistema Viário e Condições de Acessibilidade Urbano-Metropolitana.

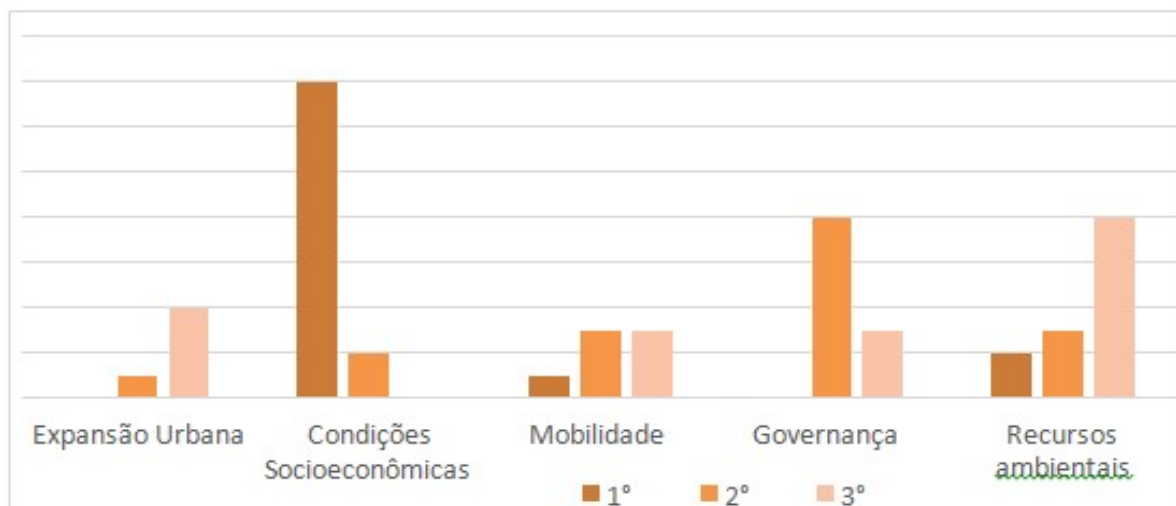
FIGURA 26 – RESULTADO GERAL DAS INFORMAÇÕES COLETADAS NAS OFICINAS: Fragilidades (Exceto Goiânia)



Fonte: Diagnóstico PDI-RMG, 2018.

No que tange as Perspectivas para a RMG, o Diagnóstico do PDI registra que as Condições Socioeconômicas também são apontadas como as maiores Perspectivas da metrópole. Os presentes compreenderam que ações relacionadas à governança metropolitana exigem ações efetivas e de urgência para a construção de um melhor futuro. Na mesma linha de entendimento se destaca como terceira perspectiva os Recursos Ambientais da RMG.

FIGURA 27 – RESULTADO GERAL DAS INFORMAÇÕES COLETADAS NAS OFICINAS: Perspectivas (Exceto Goiânia)



Fonte: Diagnóstico PDI-RMG, 2018.

QUADRO 39 – TEMAS CITADOS NAS OFICINAS DO PDI-RMG (1º, 2º, 3º mais citados em cada município, exceto Goiânia)

TEMAS MAIS CITADOS NA ELABORAÇÃO DO PDI-RMG (1º, 2º, 3º mais citados em cada município)			
Município	Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
<b>Abadia de Goiás</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Mobilidade 3º Recursos ambientais	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais 3º Mobilidade	1º Condições socioeconômicas 2º Mobilidade 3º Governança
<b>Aparecida de Goiânia</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Mobilidade 3º Governança e Recursos ambientais	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais 3º Mobilidade	1º Condições socioeconômicas 2º Mobilidade 3º Recursos ambientais
<b>Aragoiânia</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Mobilidade 3º Recursos ambientais	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais 3º Mobilidade	1º Condições socioeconômicas 2º Governança 3º Recursos ambientais
<b>Bela Vista</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais 3º Mobilidade	1º Recursos ambientais 2º Condições socioeconômicas 3º Expansão urbana	1º Condições socioeconômicas 2º Governança 3º Recursos ambientais/governança
<b>Bonfinópolis</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Mobilidade 3º Expansão urbana	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais 3º Governança	1º Condições socioeconômicas 2º Expansão urbana 3º Governança
<b>Brazabrantes</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais 3º Mobilidade	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais 3º Mobilidade	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais
<b>Caldazinha</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais 3º Governança	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais 3º Mobilidade	1º Condições socioeconômicas 2º Governança 3º Expansão e uso do solo
<b>Caturai</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais 3º Governança	1º Condições socioeconômicas 2º Governança 3º Recursos ambientais	1º Condições socioeconômicas 2º Governança 3º Recursos ambientais
<b>Goianópolis</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Mobilidade 3º Recursos ambientais	1º Recursos ambientais; 2º Condições socioeconômicas 3º Mobilidade	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais 3º Governança e Mobilidade

Fonte: Diagnóstico PDI-RMG, 2018.

QUADRO 39 – TEMAS CITADOS NAS OFICINAS DO PDI-RMG (1º, 2º, 3º mais citados em cada município, exceto Goiânia)

TEMAS MAIS CITADOS NA ELABORAÇÃO DO PDI-RMG (1º, 2º, 3º mais citados em cada município)			
Município	Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
<b>Goianira</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Mobilidade 3º Recursos ambientais	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais 3º Expansão e uso do solo	1º Condições socioeconômicas 2º Governança 3º Recursos ambientais/Expansão urbana
<b>Guapó</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Mobilidade 3º Recursos ambientais e Governança	1º Condições socioeconômicas 2º Mobilidade 3º Recursos ambientais e Governança	1º Condições socioeconômicas 2º Mobilidade 3º Governança
<b>Hidrolândia</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Mobilidade 3º Recursos ambientais e Governança	1º Recursos ambientais 2º Condições socioeconômicas 3º Mobilidade	1º Recursos ambientais 2º Condições socioeconômicas 3º Mobilidade
<b>Nerópolis</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Mobilidade	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais 3º Mobilidade	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais 3º Expansão urbana/Mobilidade
<b>Nova Veneza</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais 3º Mobilidade	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais 3º Mobilidade	1º Condições socioeconômicas 2º Recursos ambientais 3º Mobilidade
<b>Santo Antônio</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Mobilidade 3º Expansão urbana	1º Condições socioambientais 2º Expansão urbana 3º Recursos ambientais/Mobilidade	1º Condições socioeconômicas 2º Governança 3º Recursos ambientais
<b>Senador Canedo</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Mobilidade 3º Expansão urbana/Recursos Ambientais	1º Recursos ambientais 2º Mobilidade 3º Expansão urbana/Condições socioeconômicas	1º Recursos ambientais 2º Condições socioeconômicas 3º Expansão urbana
<b>Terezópolis</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Mobilidade 3º Recursos ambientais	1º Recursos ambientais 2º Condições socioeconômicas 3º Expansão urbana e Governança	1º Condições socioeconômicas 2º Governança 3º Recursos ambientais
<b>Trindade</b>	1º Condições socioeconômicas 2º Mobilidade 3º Governança	1º Mobilidade 2º Condições socioeconômicas 3º Recursos ambientais e Governança	1º Mobilidade 2º Governança 3º Recursos ambientais

Fonte: Diagnóstico PDI-RMG, 2018.

Ao recortar em nível municipal as demandas expressas nas “Fichas de Coleta de Informações” exibidas no Diagnóstico do PDI-RMG fornecem informações concentradas no tema das Condições Socioeconômicas. Tal recorte temático é muito amplo e a aglutinação de demandas, problemas e alternativas difusas. Crítica que não inviabiliza perceber que serviços e estruturas públicas, emprego, renda e desenvolvimento dominam as menções dos presentes nas Oficinas em cada cidade.

Uma sinalização que com a realização das oficinas serviu para dar consciência dos desafios projetados com a acelerada metropolização goianiense. As expectativas futuras com a melhora da Mobilidade e de projeções favoráveis à manutenção ou maior regulação dos Recursos Ambientais conferem perspectivas em distintas municipalidades. Destacam-se ainda como temas sensíveis de dificuldades a Preservação, o Transporte Público, ou as perspectivas pertinentes à Governança da RMG.

Ao afunilar nas inscrições contidas nas “Fichas de Coletas de Informações” e ao desdobrar a categorização mais geral fornecida por dados expostos no Capítulo 3 do Diagnóstico do PDI-RMG, os assuntos fornecidos por presentes nas Oficinas são mais bem explícitos e específicos quando consideradas as ordens das linhas de prioridades. Há menções de Potencialidades, Fragilidades e Perspectivas dos locais das experiências da metropolização nos distintos municípios da RMG. Ou seja, um leque de vantagens, demandas e alternativas com particularidades metropolitanas destrinchadas em assuntos diversos situados no espaço.

A tabulação dos assuntos, enquadrados por temáticas, a partir dos dados categorizados das “Fichas de Coleta de Informações” apresenta o Desenvolvimento Econômico e Industrial e a Localização como as principais vantagens da RMG. Completam a lista Agropecuária e Turismo. Não é muito afirmar que os participantes das oficinas reconhecem variáveis importantes das interpretações da metropolização da extensa rede urbana de Goiânia.

Os assuntos de maior preocupação diante das fragilidades é a carência de Saneamento Básico, no tema de Recursos Ambientais, e de Empregos, nas Condições Socioeconômicas. As carências nas temáticas de Segurança Pública, Transporte Coletivo e Infraestrutura também são objeto de reclamações. Assuntos que remetem diretamente as possibilidades já reconhecidas das FPIC, mecanismo institucional que pode abordar problemas comuns com cooperação metropolitana.

### QUADRO 40 – TEMAS E ASSUNTOS CITADOS NAS OFICINAS DO PDI-RMG

TEMAS E ASSUNTOS MAIS CITADOS NAS OFICINAS DO PDI-RMG				
Município	Eixo Temático PDI-RMG	Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
Abadia de Goiás	Condições Socioeconômicas	Agricultura/Agricultura familiar	Segurança Pública	Geração de emprego
Aparecida de Goiânia	Condições Socioeconômicas	Desenvolvimento econômico e industrial	Segurança Pública	Desenvolvimento econômico e industrial
Aragoiânia	Condições Socioeconômicas	Agropecuária	Desemprego	Desenvolvimento econômico e industrial
Bela Vista	Condições Socioeconômicas	Turismo	Infraestrutura	Desenvolvimento econômico e industrial
Bonfinópolis	Mobilidade/Condições Socioeconômicas	Localização	Energia elétrica	Desenvolvimento econômico e industrial
Brazabrantes	Condições Socioeconômicas	Industrialização	Emprego	Qualidade de vida
Caldazinha	Recursos Ambientais/Condições Socioeconômicas	Recursos hídricos	Emprego	Desenvolvimento econômico e industrial
Caturai	Condições Socioeconômicas	Agricultura	Segurança	Desenvolvimento econômico e industrial
Goianápolis	Condições Socioeconômicas/Recursos Ambientais	Horticultura/Localização entre o eixo Goiânia-Anápolis	Saneamento básico	Saneamento básico
Goiânia	Recursos Ambientais	Capital natural	Impacto ambiental	Proteção do Patrimônio Ambiental
	Mobilidade	Ciclovias	Transporte coletivo	Transporte coletivo

Fonte: Diagnóstico PDI-RMG, 2018; Elaboração do autor.

QUADRO 40 (Continuação) – TEMAS E ASSUNTOS CITADOS NAS OFICINAS DO PDI-RMG

TEMAS E ASSUNTOS CITADOS NAS OFICINAS DO PDI-RMG				
Município	Eixo Temático PDI-RMG	Potencialidades	Fragilidades	Perspectivas
Goianira	Mobilidade/Recursos Ambientais/ Condições Socioeconômicas	Localização	Saneamento básico	Saneamento básico
Guapó	Mobilidade/Condições Socioeconômicas	Localização	Emprego	Emprego
Hidrolândia	Condições Socioeconômicas/Recursos Ambientais	Turismo	Saneamento básico	Saneamento básico
Nerópolis	Condições Socioeconômicas/Recursos Ambientais	Desenvolvimento econômico e industrial	Saneamento básico	Desenvolvimento econômico, social e industrial
Nova Veneza	Condições Socioeconômicas/Mobilidade	Turismo	Emprego	Transporte coletivo
Santo Antônio	Condições Socioeconômicas	Desenvolvimento econômico e industrial	Emprego	Desenvolvimento econômico, social e industrial
Senador Canedo	Mobilidade/Condições Socioeconômicas	Localização	Mobilidade urbana	Emprego
Terezópolis	Condições Socioeconômicas/Recursos Ambientais	Desenvolvimento econômico e industrial	Restrições provocadas pela APA e APP	Educação
Trindade	Condições Socioeconômicas/Mobilidade	Desenvolvimento econômico e industrial	Mobilidade e acessibilidade	Investimento no transporte público

Fonte: Diagnóstico PDI-RMG, 2018; Elaboração do autor.

Se consideradas as cidades em específicos, entre as pessoas presentes nas oficinas o Desenvolvimento Econômico e Industrial e dos Empregos foram os assuntos mais citados como prioritários. Há esperança de melhoria do provimento da infraestrutura de Saneamento Básico, como requisito da preservação dos Recursos Naturais. Não deixa de ser indicativo de que os discursos de metrópole ecológica são absorvidos e projetados como expectativas de afirmação de um direito à cidade.

Vale destacar que nas Oficinas em Goiânia, a temática dos Recursos Ambientais e da Mobilidade chamou mais atenção dos presentes. Entre os assuntos mais citados menciona-se o capital natural da metrópole goianiense e o impacto ambiental que ameaça a proteção do patrimônio ambiental. Em relação ao tema da Mobilidade as ciclovias e as melhorias nos serviços de transporte coletivo também precipitam numerosas menções e projeções. Vale mencionar que em Goianápolis e Hidrolândia as discussões de assuntos atinentes ao meio ambiente e ao saneamento básico impulsionaram os mais frequentes comentários.

Nos demais municípios, inclusive nos principais como Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canado prevalecem os assuntos classificados no rol dos temas associados às Condições Socioeconômicas e Mobilidade. As Potencialidades, Fragilidades e Perspectivas sinalizadas por participantes nas “Oficinas Comunitárias” sugerem que em tais cidades os tópicos de interesse se imbricam em emprego, desenvolvimento econômico e transporte público. Menciona-se ainda a relevância da localização para a maioria das municipalidades.

Temas e assuntos nas Oficinas sinalizam problemas, soluções e alternativas comuns de interesse social. A economia, a mobilidade e o meio ambiente afirmam prerrogativas de interesse coletivo em aspectos difusos, contudo, com potencial de ser ampliado na medida em que a participação social possa ser mais densa. Aí está um entrave mesmo às bem intencionadas Oficinas de elaboração do PDI-RMG, pois há defasagem de participação, o que prejudica a riqueza de conteúdos necessários à produção de um diagnóstico empírico.

Observa-se que na maior parte do tempo o plenário da Oficina contava com a presença majoritária de agentes técnicos das prefeituras municipais. Em especial aqueles matriculados discentes de um curso de especialização em Planejamento e Gestão Urbana da UFG, também produto do convênio firmado para a elaboração técnico-científica do PDI-RMG. Constata-se a pouca presença, por exemplo, de atores políticos eletivos.

## 5.2. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA METROPOLITANA NAS OFICINAS COMUNITÁRIAS DO PDI-RMG

O PDI-RMG evidencia uma tendência de baixa densidade de participação social. Os esforços por parte de organizadores em construir metodologia participativa nos eventos de elaboração do plano e nos avanços do reconhecimento da urgência do tema na agenda não foram capazes de mobilizar com maior amplitude pessoas e grupos da sociedade versados nos aspectos da política urbana. Déficit que impacta nas possibilidades técnicas e políticas de governança metropolitana.

A baixa densidade da participação social pode ser analisada com base novamente nas “Fichas de Coleta de Informações”. No quadro de perfil consta a “Área de Atuação” da pessoa respondente, uma variável que permite inferir acerca dos vínculos sociais, institucionais e espaciais dos presentes nas Oficinas Comunitárias. Os dados gerais dessa dinâmica estão disponíveis no Capítulo 3 do Diagnóstico do PDI-RMG (2018). Contudo, análise das fichas permite inferir com mais precisão quem são os participantes nas atividades.

Ao total constam 2.065 participações nas Oficinas do PDI-RMG. Número que se não é admirável diante da população metropolitana ao menos transpassa a sensação de que houve alguma participação social. Em média 109 pessoas estiveram nas 19 atividades. Média que não leva em conta a repetição de pessoas. Observou-se durante as atividades que prevaleciam muitos dos mesmos participantes de Oficinas anteriores. Imagina-se, com impacto na efetiva motivação da pessoa participar de dinâmicas.

É indicativo importante que do total de participantes, apenas 363 “Fichas de Coleta de Informações” foram preenchidas, número bem mais modesto do que o total de presentes. Vale destacar que o universo de “Fichas” também representa à opinião da parcela do público que ao uma vez engajou-se nas dinâmicas das Oficinas. Um determinado participante pode ter preenchido mais de uma ficha, caso tenha participado de mais de uma atividade. Considera-se que algumas pessoas podem ter participado da Oficina, mas não assinado o formulário.

Para efeitos de pesquisa, das 363 “Fichas de Coleta de Informações” aproximadamente 43% foram consideradas inválidas por não estarem com o perfil completo preenchido. Essa restrição de escopo resulta em 207 fichas válidas, que representam 57% do total de preenchimentos ou 10,02% do total das participações contadas por membros da equipe do PDI-RMG nas Oficinas. Um recorte ainda relevante para o universo total de 2.065 participações.

QUADRO 41 – PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NAS OFICINAS DO PDI-RMG

PARTICIPAÇÃO NAS OFICINAS DO PDI-RMG		
Participações	n°	% total de participações
Número Total de Participações nas Oficinas do PDI-RMG	2.065	100%
Total de Fichas de Coleta de Informações	363	17,58%
Total de Fichas de Coleta de Informações válidas (perfil completo)	207	10,02% dos presentes ou 57,02% das fichas

Fonte: Diagnóstico PDI-RMG (2018); “Fichas de Coleta de Informações” das Oficinas do PDI-RMG. Elaboração do Autor.

Feita essas considerações, as “Fichas de Coleta de Informações” válidas foram classificadas em três categorias de sujeitos, os autores-reflexivos da sociedade, os agentes públicos e os atores políticos, além dos agentes de mercado e dos atores representantes de capitais. Na esteira da construção da proposta aqui apresentada, não custa notar que tais ligações são permeáveis nas ações. O procedimento destarte procurou-se identificar a atuação autodeclarada do participante durante a Oficina Comunitária do PDI-RMG.

Consideradas as fichas válidas constam que 36,71% foram preenchidas por agentes públicos e atores políticos, outros 57% por pessoas atuantes como autores-reflexivos e apenas 6,28% estão vinculados às atividades de mercado. A maior parte dos que preencheram perfil podem ser considerados sujeitos da sociedade civil e pessoas interessadas, mas o engajamento nas atividades de elaboração do plano foi predominante de agentes públicos. Essa caracterização sinaliza também tendências já conhecidas de que os agentes de mercado e os representantes de capitais não participam efetivamente dos espaços de decisão participativa.

QUADRO 42 – SUJEITOS NAS OFICINAS DE ELABORAÇÃO DO PDI-RMG

TIPOLOGIA DOS SUJEITOS NAS OFICINAS DO PDI-RMG				
Fichas por Tipologia	nº	% de participações nas Oficinas	% de "Fichas de Participação"	% Fichas Válidas
Fichas de Coleta de Informações válidas preenchidas por sujeitos autores-reflexivos da sociedade	118	7,43%	32,50%	57%
Fichas de Coleta de Informações válidas preenchidas por agentes públicos e atores políticos	76	4,78%	20,93%	36,71%
Fichas de Coleta de Informações válidas preenchidas por agentes de mercado e atores representantes de capitais	13	0,82%	3,58%	6,28%

Fonte: “Fichas de Coleta de Informações” das Oficinas do PDI-RMG. Elaboração do Autor.

Para aprofundar a análise, as “Fichas de Coleta de Informações” válidas foram também subdivididas em categorias atinentes as diferenciações internas de atuação dos participantes das Oficinas. Entre os autores-reflexivos há um grupo de técnicos, profissionais, acadêmicos e estudantes sem vínculos institucionais e outro de ativistas, representantes de movimentos sociais ou associações comunitárias e outros atores da sociedade civil.

A classificação considera também a separação de agentes públicos, que estão limitados a técnicos e profissionais, dos atores com mandatos eletivos. Os representantes de mercado são agentes do mercado imobiliário e de atividades afins ou pertencem a outros segmentos empresariais. Ao acurar esses agentes e atores fica nítido perceber a participação mais efetiva de funcionários públicos com funções técnicas atinentes à RMG.

### QUADRO 43 – SUJEITOS NAS OFICINAS DO PDI-RMG

TIPOLOGIA E SUBCATEGORIAS DOS SUJEITOS NAS OFICINAS DO PDI-RMG			
Sujeitos	Participante	Nº	% Fichas Válidas
Autores-reflexivos da sociedade	Técnicos, profissionais acadêmicos e estudantes sem vínculos institucionais	107	51,70%
	Ativista, representantes de movimentos sociais ou associações comunitárias e outros atores da sociedade civil	11	5,30%
Agentes Públicos e Atores Políticos	Agentes públicos - Técnicos e profissionais em funções institucionais de Estado	50	24,10%
	Atores Políticos - prefeitos, vereadores, deputados, governador, 1º escalão de governos	26	12,60%
Agentes e Atores de Mercado	Agentes do mercado imobiliário e de atividades afins; Atores representantes do mercado imobiliário	6	2,90%
	Agentes representantes de outros segmentos de mercado	7	3,40%

Fonte: “Fichas de Coleta de Informações” das Oficinas do PDI-RMG. Elaboração do Autor.

Mais da metade das “Fichas de Coleta de Informações” válidas são de técnicos, profissionais e estudantes sem vínculos representativos com qualquer instituição de Estado, mercado ou mesmo da sociedade civil. Se considerado que 24,1% das fichas foram preenchidas por equipes técnicas e profissionais em funções institucionais. Assim não menos do que 76% das participações nas atividades se referem a pessoas com motivações a partir de uma esfera técnico-científicas da sociedade ou de Estado.

As Oficinas registraram comparecimento de prefeitos da RMG, de vereadores e de funcionário do primeiro escalão dos governos. No entanto, a maioria não preencheu a “Ficha de Coleta de Informações”, um sinal de que o engajamento desses nas Oficinas não logrou maior efetividade por parte dos principais atores políticos *stricto sensu*.

A pequena presença de ativistas de movimentos sociais e de representantes da sociedade civil é outro sinal da baixa densidade participativa. Ainda mais ao considerar uma gama significativa de associativismos potencializados por Goiânia ser capital de Goiás. Mesmo os sujeitos de mercado, que tendem a pouca participação em espaços institucionais desse tipo, com um percentual de 6,3% foram mais participativos que as 5,3% de fichas válidas preenchidas por ativistas ou representantes de movimentos sociais, associações e outros atores da sociedade.

Se levar em conta que a RMG possui mais de 2,5 milhões de habitantes não se pode negar que em geral há um baixo quantitativo de pessoas presentes nas atividades do PDI-RMG metropolitano. Mesmo com a baixa participação e a fraca cultura cívica percebeu-se que com a elaboração do plano, a sociedade civil suporta campos temáticos, causas e centralidades, que são mobilizados por sujeitos com capacidade para incidir de modo consistente na governança metropolitana e na agenda política como um todo.

Ao se comunicarem como autores-reflexivos os sujeitos nas oficinas demonstraram potencial de que se mobilizados podem se comportar como atores decisivos nas arenas políticas, em especial por portarem alternativas concretas para a RMG. Prova é que mesmo com baixa amplitude e densidade de participação, quando nas Oficinas ocorreu maior interação, um arsenal de demandas e de informações sobre os desafios metropolitanos foram elencada por vários ângulos. Os temas relevantes catalogados e partilhados entre equipes gestoras e técnicas.

O argumento de potencial criativo é visto em assuntos como a mobilidade, as condições socioeconômicas, o meio ambiente, a governança e a expansão urbana. As atividades mais amplas, diversas e interativas também aumentaram as possibilidades de entendimento sobre os contextos particulares e os desafios para a construção política. Alguns agentes do mercado imobiliário, ativistas da sociedade civil e lideranças comunitárias são os potenciais sujeitos dispostos à cooperação de modo a fortalecer o planejamento e a governança democrática.

**QUADRO 44 – SUJEITOS E TEMAS MAIS CITADOS PDI-RMG**

<b>SUJEITOS E TEMAS MAIS CITADOS NA ELABORAÇÃO DO PDI-RMG (1º, 2º, 3º mais citados em cada município)</b>				
<b>Sujeitos</b>	<b>Eixo Temático</b>	<b>Potencialidades</b>	<b>Fragilidades</b>	<b>Perspectivas</b>
Autores-reflexivos da sociedade civil	Expansão Urbana	3	13	7
	Condições Socioeconômica	61	36	50
	Mobilidade	28	21	24
	Governança	3	7	12
	Meio Ambiente	22	31	17
	Inválidos	1	3	3
Agentes Públicos	Expansão Urbana	2	2	3
	Condições Socioeconômica	35	25	30
	Mobilidade	18	19	14
	Governança	4	2	9
	Meio Ambiente	5	15	8
	Inválidos	–	1	–
Atores Políticos	Expansão Urbana	1	–	1
	Condições Socioeconômica	16	12	13
	Mobilidade	1	3	1
	Governança	–	–	–
	Meio Ambiente	–	3	3
	Inválidos	–	–	–
Agentes e Atores de Mercado	Expansão Urbana	1	1	–
	Condições Socioeconômica	3	–	1
	Mobilidade	3	2	4
	Governança	1	3	1
	Meio Ambiente	1	3	3
	Inválidos	–	–	–

Fonte: “Fichas de Coleta de Informação” das Oficinas do PDI-RMG. Elaboração do Autor.

A frequência dos assuntos listados por participantes das Oficinas demonstra que os autores-reflexivos potencializam temas de interesse comum, como o tema do Meio Ambiente. Os agentes públicos se alinham aos usos coletivos quando compreendem as fragilidades de não se preservar os recursos naturais e ao salientar a importância da mobilidade como problema a ser enfrentado. Ademais as Condições Socioeconômicas centralizam narrativas atreladas ao desenvolvimento, emprego e renda e aos serviços públicos de qualidade.

As perspectivas futuras de assuntos relacionados ao tema da Governança também provem de demandas de sujeitos da sociedade e agentes públicos. Essas pessoas convergem em sentidos de possíveis ampliações e do reconhecimento legal de FPICs. Dentre esses assuntos associados à temática é de interesse a percepção da participação como elemento importante ao designar potencialidade, fragilidade ou perspectiva da RMG.

QUADRO 45 – O TEMA DA PARTICIPAÇÃO E OS SUJEITOS DA RMG

IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO NAS “FICHAS DE COLETA DE INFORMAÇÃO” DAS OFICINAS DO PDI-RMG			
Sujeitos	Participante	nº	% Fichas Válidas
Autores-reflexivos da sociedade civil	Técnicos, profissionais acadêmicos e estudantes sem vínculos institucionais	3	1,50%
	Ativista, representantes de movimentos sociais ou associações comunitárias e outros atores da sociedade civil	1	0,50%
Agentes e Atores Públicos	Agentes públicos - Técnicos e profissionais em funções de Estado	5	2,40%
	Atores Políticos - prefeitos, vereadores, deputados, governador, 1º escalão de governo	0	0,00%

Fonte: “Fichas de Coleta de Informações” das Oficinas do PDI-RMG. Elaboração do Autor.

QUADRO 45 (Continuação) – O TEMA DA PARTICIPAÇÃO E OS SUJEITOS DA RMG

IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO NAS “FICHAS DE COLETA DE INFORMAÇÃO” DAS OFICINAS DO PDI-RMG			
Sujeitos	Participante	n°	% Fichas Válidas
Agentes e Atores de Mercado	Agentes do mercado imobiliário e de atividades afins; Atores representantes do mercado imobiliário.	0	0,00%
	Agentes representantes de outros segmentos de mercado	1	0,50%
<b>TOTAL</b>		<b>10</b>	<b>4,90%</b>

Fonte: “Fichas de Coleta de Informações” das Oficinas do PDI-RMG. Elaboração do Autor.

Apenas 4,9% das “Fichas de Coleta de Informações” válidas elencaram algum termo associado à participação social na RMG. Dessas, aproximadamente 80% foram preenchidas por agentes técnicos no âmbito do Estado ou da sociedade. Destaca-se que atores e políticos e agentes do mercado imobiliário não expressaram essa preocupação em nenhuma oportunidade durante as atividades participativas das oficinas.

Como retrata a análise das “Fichas de Coleta de Informações”, a invisibilidade do tema da governança democrática é reproduzida nos espaços institucionais afeitos ao tema metropolitano e à gestão das cidades. Os participantes das Oficinas pouco formularam percepções acerca da necessária ampliação da participação da população quanto aos temas metropolitanos. O que tende a reafirmar dificuldades de efetivação do planejamento e de políticas públicas destinadas à RMG.

Até meados de 2020 o PDI-RMG não foi aprovado na Assembleia Legislativa de Goiás e que com mudanças de governos as iniciativas anteriores tendem a prosperar menos. A fragilidade da participação social mais efetiva é um entrave às reivindicações para a institucionalização do planejamento metropolitano. Os dramas sociais, as sugestões, as demandas e os entendimentos expressos nas Oficinas do PDI-RMG, ainda que com pequena amplitude de participação.

Grande parte da população no Brasil vive em regiões metropolitanas, mas há ainda uma carência de preocupação política com o tema. Mesmo que seja inegável que o Estatuto da Metrópole (2015) estabeleça um nível legítimo de expressão político-institucional para animar ações e provocar deliberações, os cenários políticos dão um tom nada promissor para a governança metropolitana democrática no país. Sobretudo no que tange a participação social, que dá pistas de que a mobilização de sujeitos é frutífera e parte essencial muitas vezes esquecida nas concepções sobre temas relacionadas às regiões metropolitanas no Brasil.

Com já quase se passa uma década de criação do Estatuto da Metrópole, a maioria das regiões metropolitanas não possui PDI. No curso desses anos mudanças nos conteúdos legais descaracterizaram parte da proposta inicial, inclusive ao encenar a retirada da obrigatoriedade de governos estaduais elaborarem tais planos. A carência de participação social com capilaridade capaz de politizar as regiões metropolitanas agrava a impossibilidade de reivindicação da efetiva institucionalização da governança sobre o tema.

As carências de respostas políticas à altura dos problemas vividos devem considerar aspectos relacionados à atuação de governos, de agentes técnicos, de representantes eletivos, da cultura política e do associativismo. Mas a invisibilidade do tema ainda conforma um cenário social mais amplo também de desconhecimentos acerca do tema. Em especial no tocante a frágil participação da sociedade civil nas instâncias de política metropolitana há o desafio de compreender como esse cenário relaciona-se a pouca efetividade institucional e como pode ser mitigada com intenções, motivações e práticas.

Afirma-se que os sujeitos autores-reflexivos com potencial de atuação metropolitana são necessários para apontar os problemas e as alternativas de modo mais acurado. Os sujeitos já atuantes encontram maiores possibilidades de estimular percepções sobre os sentidos da vida metropolitana, quanto mais o tema é difundido para além das esferas técnicas e institucionais. Ao visar abarcar ampla gama de agentes da sociedade civil e de moradores metropolitanos incrementam-se as possibilidades de se romper a invisibilidade e as fragilidades que marcam os assuntos próprios das regiões metropolitanas brasileiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresenta indicativo forte a hipótese de que a ampliação da participação social pode revelar sujeitos dispostos a dar relevância ao planejamento e à governança metropolitana. Nas Oficinas Comunitárias durante a elaboração do PDI-RMG uma profusão de assuntos foi formulada por indivíduos e grupos que de algum modo são autores das iniciativas acerca da região ao serem reflexivos em relação à vida metropolitana. Mesmo em baixa densidade, a maior presença se revelou vantajosa em viabilizar possibilidades de enfrentar dificuldades e de projetar alternativas frente aos desafios.

Como expressão autoral e reflexiva observa-se a ação de ativistas, representantes de movimentos sociais, associações comunitárias e da sociedade civil. As contribuições de técnicos profissionais, pesquisadores acadêmicos e estudantes e de funcionários públicos em ambiente de cooperação foram relevantes quando alinharam denúncias de problemas com a formulação das proposições alternativas. Destaque para os temas associados ao meio ambiente, à mobilidade urbana, à governança metropolitana e aos serviços básicos.

O potencial criativo contrasta com o pouco peso dado pelos principais atores políticos da RMG. A fragilidade da exposição nas eleições contribui para um processo de deseducação acerca do tema. As articulações políticas metropolitanas quase inexistem em projetos de lei. Fora casos pontuais, governadores e deputados estaduais, prefeitos e vereadores, o alto escalão dos governos, no mínimo se abstêm de agir em nome da região metropolitana.

A menor relevância com que são tratadas as institucionalidades metropolitanas na agenda decisória sugere que os atores proeminentes contribuem com as fragilidades de efetividade dos mecanismos de planejamento e governança. Inclusive, a inexistência do PDI e do Codemetro fortalece agentes de mercado não dispostos a cooperar em meios democráticos de política metropolitana. Limitadores para funcionários, técnicos e profissionais em funções de Estado sem os aparatos em secretarias, políticas públicas e ordenamento jurídico.

Salienta-se que o objetivo geral da pesquisa de fornecer um modo de compreender a produção da região metropolitana de modo indissociável das ações dos sujeitos múltiplos e emergentes que lhe produzem exigiu a utilização de procedimentos metodológicos regressivos e progressivos. As temporalidades das ações permitem visualizar a história dos sujeitos na vida metropolitana. Situado o objeto histórico objetivou-se reconstruir o presente nas possibilidades políticas.

Como anunciavam as expectativas, as dificuldades em compreender a formação dos sujeitos de uma região metropolitana se defrontam frente às escassas efetividades das institucionalidades políticas. Contudo, aí também há uma oportunidade de evocar segmentos mobilizados da sociedade civil, tal qual articular ações com atores políticos e agentes públicos a fim de promover o fortalecimento das discussões sobre os temas específicos.

Por fim, com o produto resultante do desenho de estudo aqui proposto pretende-se oferecer uma contribuição para ampliar os conhecimentos sobre as relações entre as ações dos sujeitos e a produção do espaço da RMG. O que está em sintonia com o campo temático de pesquisa das regiões metropolitanas brasileiras e as análises que relacionam sociedade, espaço e política nas distintas disciplinas, abordagens e especialidades. Implicitamente projeta-se dar informes para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida com vistas a fortalecer as perspectivas de reforma urbana, do direito a cidade e da democracia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: revista de cultura e política*, p. 49-86, 2009.
- ALVES, Paulo Cesar. A teoria sociológica contemporânea: da superdeterminação pela teoria à historicidade. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 15-31, 2010.
- AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; AMARAL, Camilo Vladimir de Lima. Estruturas invisíveis de segregação na Região Metropolitana de Goiânia. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 36, 2019.
- AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; NASCIMENTO, Roberto; BUENO, Moema Fígoli Gonçalves. Síntese da migração em Goiás e no Distrito Federal nas últimas décadas. *Sociedade e Cultura*, v. 5, n. 2, p. 127-136, 2002.
- AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p.43-64.
- BARREIRA et. al. O novo Plano Diretor de Goiânia. In: *Goiânia: Reforma Urbana e Direito à Cidade*. Letra Capital: Rio de Janeiro, 2022.
- BARREIRA, Celene et al (org.). *Goiânia: Reforma Urbana e Direito à Cidade*. Letra Capital: Rio de Janeiro, 2022b.
- BARREIRA, Celene et al (org.). Introdução. Avaliação das Políticas Habitacionais na Região Metropolitana de Goiânia (prelo): Goiânia. 2023.
- BARREIRA, Celene. Estruturação do território e de formação espacial da Região Metropolitana de Goiânia. 2017. Disponível em: [http://pdi-rmg.desenvolvimento.go.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/2-A-Estrutura%C3%A7%C3%A3o-do-territorio-e-forma%C3%A7%C3%A3o-regional\\_0910.pdf](http://pdi-rmg.desenvolvimento.go.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/2-A-Estrutura%C3%A7%C3%A3o-do-territorio-e-forma%C3%A7%C3%A3o-regional_0910.pdf)
- BERNARDES, Genilda. D. *Goiânia, cidade planejada / cidade vivida: discurso e cultura da modernidade*. Tese (Doutorado em Sociologia). Brasília: Departamento de Sociologia da UnB, 1999.
- BORGES, Barsanufu Gomides. *O despertar dos dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais, 1909-1922*. Cegraf, UFG, 1990.

- BORGES, Elci et al. *Adequação do Arranjo de Governança Metropolitana do Estatuto da Metrópole e Subsídios à Elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Goiânia*. IPEA, 2018.
- BORGES, Pedro Célio Alves. et al. Subrepresentação política e paroquialismo político na Região Metropolitana de Goiânia. *Governança e modos de vida urbanos*, do XII Congresso Luso-Brasileiro – Lisboa, 2015.
- BORGES, Pedro Célio Alves; BERNARDES, Genilda D.'Arc; GARBELIM, Marcello Soldan. Dilemas da gestão democrática vistos a partir da análise de uma instituição participativa (Planos Diretores Municipais, PDs). *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, v. 4, n. 1, p. 4-23, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. *O poder simbólico*, v. 2, 1989 (1980).
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989 (1973).
- BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online), v. 17, n. 1, p. 198-220, 2013.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves Fortificados: erguendo muros e criando uma nova ordem privada; A implosão da vida moderna. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 257-340.
- CAMPOS, Francisco Itami. “Mudança da capital: uma estratégia de poder”. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org). *Goiânia cidade pensada*. Goiânia: Ed. UFG, 2002.
- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt et al. *Formação da agenda governamental: perspectivas teóricas*. XXIX Encontro Anual da Anpocs, 2005.
- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. Prioridades em políticas públicas: Mensagens ao Congresso Nacional na agenda governamental 1991/2020. *Revista de Sociologia e Política*, v. 30, 2022.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A produção da metrópole: o novo sentido do solo urbano na acumulação do capital. *Desafios ao Planejamento: produção da metrópole e questões ambientais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 43-56, 2012.
- CARVALHO, Nelson Rojas de. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. *Cadernos Metrópole*, v. 11, n. 22, p. 367-384, 2009.
- CARVALHO, Nelson Rojas de. Urban politics in Brazil and the US: state, economic actors and local development scenarios. *Cadernos Metrópole*, v. 19, p. 583-608, 2017.

- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana* (1972). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1988.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. *Atores, Sujeitos e Agentes da Cultura Popular*. 2012.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício; DOS ANJOS, Antonio Fernandes. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. *Boletim goiano de Geografia*, v. 27, n. 2, p. 181-197, 2007.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento. Construção técnico-política de governança metropolitana. *Cadernos Metrôpoles*, São Paulo, v.17, n.33, maio 2015.
- CORREA, E. A. L. Lugares centrais e lugares periféricos de Goiânia: diversidade e complexidade. *Geografia (Londrina) Uel*, Londrina, v.19, n.2, 2010.
- CUNHA, Débora Cunha. *Instituição da Região Metropolitana de Goiânia–Goiás (1980-2010): configuração e interações espaciais entre os municípios*. Doutorado em Geografia. PPGeo-UFG. 2017.
- CUNHA, Débora Ferreira da. Institucionalização metropolitana e ausência de ação política para governança na região metropolitana de Goiânia. *GeoTextos*, 2016.
- DAVIS, Mike. *Planeta favela*. Boitempo Editorial, 2015.
- DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 11-28, 2005.
- DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil. In: DINIZ, E.; AZEVEDO, S. (Org.). *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- DUBAR, Claude. Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo. In: *Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia*. 2004. p. 56-69.
- DUVERGER, Maurice. *Ciência Política: Teoria e Método*. Ed.Zahar, 1984. p. 9-39
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Boitempo Editorial, 2010.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Globo Livros, 2006.
- FERREIRA, Manuel E. *Mapa de Mancha e Uso do Solo na Região Metropolitana de Goiânia*. 2020.

- FERREIRA, Paula Henriques. *O Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco e a Área de Proteção Ambiental João Leite: uma proposta para medidas compensatórias*. 2009.
- FIRKOWSKI, O. L. C. F. Metrôpoles e regiões metropolitanas no Brasil: conciliação ou divórcio. In: *Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano*, v. 1, p. 21-51, 2013.
- GARCÍA-PÉREZ, Guillermo et al. The hidden hyperbolic geometry of international trade: World Trade Atlas 1870–2013. *Scientific reports*, v. 6, n. 1, p. 33441, 2016.
- GEDDES, Patrick. *Cidades em evolução*. Papirus Editora, 2022.
- GARBELIM, Marcello Soldan. *A produção social do espaço na Região Norte de Goiânia: desconcentração, segregação e política urbana*. Mestrado em Sociologia. PPGS-UFG, 2015.
- GARBELIM, M. S.; MARQUES, R. S.; JÚNIOR, C. R. B. S. Organização e práticas socioespaciais na centralidade da “Rua 44” em Goiânia-GO. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia, v. 21, n. 73, p. 458-476, 2020.
- GOMES, Horieste. Abordagens geográficas do cerrado: paisagens e diversidade. *Anais do X EREGEO*. Catalão: UFG, 2007.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 49-76, 1995.
- GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *A construção do espaço urbano de Goiânia (1933-1968)*. Goiânia: UFG, 2002.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo. Edusp, 1997.
- GOTTMANN, J. *Megalopolis*. Funzioni e relazioni in una pluri-città, 1970 (1961).
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978
- HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos estudos CEBRAP*, v. 18, p. 103-14, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tempo Brasileiro, 1984.
- HARVEY, David. *Os limites do capital*. Boitempo Editorial, 2005.
- IANNI, Octavio. A crise dos paradigmas na Sociologia, problemas de explicação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, 1990.
- KINGDON, John W. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 2nd Edition. Harper Collins College Publishers. in SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas – Coletânea Volume I*. Como chega a hora de uma idéia (pp. 219-224); Juntando as coisas (pp. 225-246), 2007 (1995).

- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Editora 34, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Primeira versão: início - fev.2006
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Centauro, 2009.
- LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, p. 17-34, 2013.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Ed. 70/Martins Fontes, Lisboa/São Paulo, 1981.
- LIMA FILHO, Manuel F.. Trilhas Patrimoniais de Goiânia. In: *Formas e Tempos da Cidade*. Goiânia: Cãnone Editorial - Editora da UCG, 2006, v., p. 245-258.
- LUI, Lizandro e COSTA, Marco Aurélio. *Arranjos Institucionais e Relações Interfederativas nas Regiões Metropolitanas Brasileiras: a Construção de uma Matriz de Cooperação e seus Limites*. IPEA, 2021.
- KLINK, Jeroen Johannes. A construção de novas governanças para as áreas metropolitanas: o cenário brasileiro. In: *Regiões Metropolitanas no Brasil*, p. 99, 2010.
- MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea*. Goiânia: Edição do autor, 2004.
- MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MARICATO, Ermínia; MORAES, Lúcia Maria. “O mentirão, ou melhor, o mutirão de Goiás”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 3, n. 2, p. 74-84, 1986.
- MARQUES, Alexandre Barbosa. *A dominação do espaço urbano em Goiânia*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade de São Paulo. 2012.
- MARTINS, José de Souza. As Temporalidades da História na Dialética de Henri Lefebvre. In: Martins, J. de S. (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.13-23
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007 (1846).
- MEDEIROS, Wilton de Araújo. *Goiânia Metrópole: sonho, vigília e despertar (1933/1973)*. Tese de Doutorado PPGH-UFG. Goiânia: UFG, 2010
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 49-66, 1989.
- MOURA, R. Metropolização e Governança Urbana: Relações Transescalares em Oposição a Práticas Municipalistas. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, N.16, PP. 17-30, São Paulo, 2004.

- MOTA, Juliana Costa. *Planos diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano*. 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- MOYSÉS, Aristides. *Cidade, segregação urbana e planejamento*. Editora da UCG, 2005.
- MOYSÉS, Aristides. *Goiânia, metrópole não planejada*. Goiânia: Editora da UCG. 2004.
- MUSSO, Pierre. A Filosofia das Redes. In: PARENTE, André(org). *Tramas da Rede*. Porto Alegre: Sulina, 2005. p. 17-38.
- NACIFF, Yordana Dias das Neves et al. A estrutura espacial e sua relação com o espraiamento, mobilidade e segregação urbana: um estudo aplicado à região metropolitana de Goiânia. 2020.
- OLIVEIRA, Adão Francisco de et al. heterotopia, democracia e gestão urbana: Desigualdades socioterritoriais e participação sociopolítica em Goiânia (1997-2008). Doutorado em Geografia. 2011.
- OLIVEIRA, Adão Francisco de. *Do Pântano ao Jardim: uma Nova Esperança*. 2002. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–FCHF, UFG.
- OLSON, Mancur, *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. Edusp, 1999.
- PAIVA, Gabriel Ramos. *Expansão Urbana, Planejamento e Mobilidade: os Setores Jardins do Cerrado, as Obras de Intervenção no Trânsito, Transporte Coletivo e a Mobilidade do Trabalhador, em Goiânia e Região Metropolitana (2010 - 2015)*. Dissertação de Mestrado PPGeo-UFG. 2016.
- PARK, Robert. A cidade. Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio ambiente urbano. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 29-72, 1967.
- PASTORE, Everaldo. *Renda fundiária e parcelamento do solo: Goiânia (1933–1983)*. UNB, Dissertação de Mestrado. Brasília, 1984.
- PAULA, F. M. de A. *Descentralização e Segregação Sócio-Espacial em Goiânia: uma análise da Centralidade dos Setores Bueno, Oeste e Marista*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.
- PIETRAFESA, Pedro Araújo et al. Governança e planejamento da Região Metropolitana de Goiânia: atores políticos e relevância temática. In: *Reforma Urbana e o Direito à Cidade*. Letra Capital, 2021.

- PINTO, J. V. C. *Fragmentação da metrópole: constituição da Região Metropolitana de Goiânia e suas implicações no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFG, Goiânia, 2009.
- PIRES, Ana Carolina; Kneib, Érika; Ribeiro, Rômulo. Impactos da metropolização no sistema de transporte coletivo: estudo de caso na Região Metropolitana de Goiânia. *Cadernos Metrôpoles*: São Paulo, 2020.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RASSI, Solange. *O Estado e a gestão urbana: o caso de Goiânia*. Brasília: UNB, 1985.
- REIS, Fábio Wanderley. Governabilidade e instituições políticas. In: VELLOSO, J. P. dos R. (Org.). *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. São Paulo: José Olímpio, 1994.
- RESENDE, Ubiratan Pereira de et al. *Contradições e desafios da mobilidade urbana de Goiânia e sua região metropolitana*. 2017.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Mutações no tecido urbano: ângulos da ação social. *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 13, n. 01, p. 89–101, 1998. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44232>.
- RIBEIRO, Luiz César Queiroz. *As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira*. IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.
- RIBEIRO, Luiz César Queiroz. Metrôpoles na Periferia: Como Governar a Urbs sem Civitas? In: *Nueva Sociedad* N. 212 NOVIEMBRE-DICIEMBRE 2007. IGOP-UAB, 2007. p. 2-23. Disponível em: NUEVA SOCIEDAD Número 42 Mayo - Junio p70-86 (nuso.org)
- RIBEIRO, M. E. J. *Infraestrutura verde: uma estratégia de conexão de pessoa e lugares – Por um planejamento urbano ecológico para Goiânia*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: FAU/USP, 2010.
- RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. *Goiânia os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. Goiânia – GO. Ed. UCG. 2004.
- ROCHA, Hélio. *Goiânia: 75 anos*. UCG: Goiânia. 2008)
- RODOVALHO, M. O. *Análise do Planejamento Urbano e Efetividade dos Planos Diretores de Goiânia*. Dissertação PUC-GO, 2008.
- ROMUALDO, Elana da Silva et al. *Edifícios habitacionais em altura no Setor Central de Goiânia (1953-1975): análise tipo-morfológica*. 2018.
- SANTOS JR. Orlando A.; MONTANDON, Daniel T (Orgs.). *Os Planos Diretores Municipais Pós- Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro, Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: IPPUR-UFRJ, 2011.

- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. Edusp, 2013.
- SASSEN, S. (2007). El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas en una economía global: ampliando las opciones de políticas y gobernanza. *EURE. Santiago*, v. 33, n. 100, pp. 9-34.
- SCOTT, A.; AGNEW, J.; SOJA, E. e STORPER, M. (2001). Cidades-regiões globais. *Espaço & Debates*. São Paulo, n. 41.
- SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento. Governança colaborativa e regimes urbanos: convergências inesperadas em tempos difíceis. *Cadernos Metrópole*, v. 20, p. 841-864, 2018.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In.: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. 1967 (1902).
- SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos CEBRAP*, p. 83-102, 2009.
- SOUSA, Gabriela Vilela de et al. *Condomínios horizontais fechados e fragilidade das normas urbanísticas na região metropolitana de Goiânia*. 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9925>
- SOUZA, Celina. Regiões metropolitanas: condicionantes do regime político. *Lua Nova: revista de cultura e política*, n. 59, p. 137-158, 2003.
- SOUZA, Marcelo Lopez de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 2013.
- TILLY, Carlos. *Regimes e repertórios*. Editora da Universidade de Chicago, 2010.
- TOURAINÉ, Alain. *¿Podremos vivir juntos?: iguales y diferentes*. Madrid: PPC, 1997.
- VIEIRA, Suzane de Alencar. Césio-137, um drama recontado. *Estudos avançados*, v. 27, p. 217-236, 2013.
- VILLAÇA, Flávio. *As ilusões do Plano Diretor*. 2005. Disponível em: [www.planosdiretores.com.br/downloads/ilusaopd.pdf](http://www.planosdiretores.com.br/downloads/ilusaopd.pdf).
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Editora Cultrix: São Paulo, 1968 [1919]).
- WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, 1967.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora UNB, 1991 (1922). Volume I, capítulo I e I, p. 3-35; 139-162. Volume I, p. 517-580.

### LEITURAS COMPLEMENTARES

- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Editora 34, 2011.
- BERNARDES, Genilda D.'Arc; JÚNIOR, Ademar Azevedo Soares. "Condomínios horizontais fechados: reflexão sobre a configuração do espaço intrametropolitano de Goiânia". *Sociedade e Cultura*, v. 10, n. 2, 2008.
- BORGES, Pedro Célio Alves; Rodrigues, J. M.; Borges, L. B.; Garbelim, M. S.; Landeiro, M. L. As vozes das ruas – Certezas e indefinições nos protestos populares de 2013. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 15, p. 2, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CLAVAL, Paul. Geografia e dimensão espacial: a importância dos processos na superfície da terra. In: *Geografia e cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida*. Goiânia: Editora Vieira, p. 17-43, 2008.
- CUNHA, Débora Ferreira da; Borges, E.; Melo, L. A Integração da Rede de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Goiânia. In: COSTA, M.; MARGUTI, B. *Funções públicas de interesse comum nas metrópoles brasileiras: transportes, saneamento básico e uso do solo*. Brasília: IPEA, 2014.
- DOSS, F. A convidada de última hora: a geografia desperta para a epistemologia. In: *História do estruturalismo*. Campinas, SP: Unicamp, 1993. 2 v. p. 347-160. 2.
- DUPUY, Gabriel. *O automóvel e a cidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- FLICK, Uwe. *Qualidade na pesquisa qualitativa: coleção pesquisa qualitativa*. Bookman Editora, 2009.
- FRANÇA, Barbara Lúcia Pinheiro. Da teoria urbana ao regime urbano. *Revista Científica Foz*, v. 2, n. 2, p. 32-32, 2019.
- FREHSE, Fraya. Potencialidades do método regressivo-progressivo: pensar a cidade, pensar a história. *Tempo social*, v. 13, n. 2, p. 169-184, 2001.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 2012.
- GIDDENS, Anthony (org.). *Teoria social hoje*. Unesp, 1996.
- GOMES, P. C. da C. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, F. et al. *Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: 2009. p. 13-30.

- GREGORY, Derek. Teoria social e geografia humana. In: *Geografia humana – sociedade, espaço e ciência social*. GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (Orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 90-122.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tupy Kurumin, 2006.
- HARTSHORNE, R. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia serve antes de tudo para fazer a guerra*. São Paulo: Edusp, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- LIMONAD, Ester e LIMA, I. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre. Niterói: *UFF/GECEL*, p. 15-33, 2003.
- LÖW, Martina. O spatial turn: para uma sociologia do espaço. *Tempo social*, v. 25, p. 17-34, 2013.
- MARINHO, C. B. Região Sul de Goiânia: um lugar valorizado na metrópole. *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online), [S. l.], v. 10, n. 2, p. 113-129, 2006. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2006.73993.
- MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro. 1982.
- MOYSÉS, Aristides et al. Da formação urbana ao empreendedorismo imobiliário: a nova face da metrópole goianiense. *Mercator-Revista de Geografia da UFC*, v. 6, n. 12, p. 37-50, 2007.
- MUÑOZ, Francesc. El tiempo del territorio, los territorios del tiempo. In: *Las otras geografías*. Tirant lo Blanch, 2006. p. 235-254.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. Rio de Janeiro. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- RODRIGUES, Juliano Martins. *Política e espaço urbano: controvérsias e definições da política urbana em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UFG, Goiânia, 2008.
- ROLNIK, Raquel; SOMEKH, Nadia. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. *São Paulo em perspectiva*, v. 14, n. 4, p. 83-90, 2000.
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de Método*. São Paulo: Nova Cultural, 1978.
- SASSEN, Saskia. *A cidade global. Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. Hucitec, São Paulo, Brasil, p. 187-202, 1993.

SCHMID, Christian. “A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional”. *GEOUSP – espaço e tempo*, São Paulo, N°32, 2012.

SOUZA, M. L. de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

VILLALOBOS, L. A. B. Una aproximación interdisciplinaria a los conceptos de espacio y territorio. In: María Eugenia Reyes Ramos y Álvaro F. López Lara (coords.). *Explorando territorios. Una visión desde las ciencias sociales*, México, UAM-Xochimilco, 2012.

### *FOTOS, REPORTAGENS, RELATÓRIOS, BASES DE DADOS, LEIS, PLANOS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL MUNICÍPIOS RMG.*

#### *Fotos*

G1, Portal de Notícias. 2022. *Goiânia 89 anos: 12 lugares turísticos da Capital*. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/10/24/goiania-89-anos-conheca-12-lugares-turisticos-da-capital.ghtml>

GOIÁS NOTÍCIAS. *Goiânia não é uma cidade acessível, aponta pesquisa sobre mobilidade*. (goiasnoticia.com.br). 2022.

GOIÁS, Governo. *Recursos ambientais e expansão urbana em debate na Região Metropolitana*. (goias.gov.br). 2017.

GOOGLE EARTH. *Foto Residencial Paula Pacheco*. 2021.

O POPULAR. *Goiânia entre as cidades mais desiguais do planeta, segundo a ONU*. 2019

O POPULAR. *Capital mais arborizada, Goiânia completa 89 anos como a 2ª cidade com maior valorização imobiliária*. 2022: Disponível em:

<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/10/22/capital-mais-arborizada-do-pais-goiania-completa-89-anos-como-a-2a-cidade-do-brasil-com-maior-valorizacao-imobiliaria.ghtml>

#### *Reportagens*

ALEGO, 2017. *Jean Carlo discute com vereadores de Goiânia sobre Codemetro*. Goiânia: Portal da Alego.

ALEGO, 2018. *Plano da Região Metropolitana*. Goiânia: Portal da Alego.

ALEGO, 2020. *Alysson Lima solicita do Governo mais efetividade do Codemetro*. Goiânia: Portal da Alego.

DIÁRIO DE GOIÁS, 2017. *Municípios cobram melhor distribuição de espaços no Codemetro* (diariodegoias.com.br).

GOIÁS, 2016, Portal Governo de. *Plano de Desenvolvimento Integrado da capital é apresentado em audiência pública*. (goias.gov.br).

GOIÁS, Portal Governo de. *Goiânia é a segunda cidade mais arborizada do mundo*. (goias.gov.br).

O POPULAR, 2022. *Goiânia está distante de alcançar desenvolvimento sustentável aponta relatório*. <https://opopular.com.br/noticias/cidades/munic%C3%ADpios-de-goi%C3%A1s-est%C3%A3o-distantes-de-alcan%C3%A7ar-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-aponta-relat%C3%B3rio-1.2517763>. Goiânia

O POPULAR, 2019. *Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia está parado há um ano*. <https://opopular.com.br/cidades/plano-de-desenvolvimento-integrado-da-regi-o-metropolitana-de-goiania-esta-parado-ha-um-ano-1.1847780>. Goiânia

OPÇÃO, 2017. *Após impasse, relator apresenta nova proposta para Codemetro*. (jornalopcao.com.br). Goiânia.

OPÇÃO, 2017. *"Codemetro é fundamental, não tem como pensar Goiânia isoladamente", diz relator*. (jornalopcao.com.br). Goiânia.

OPÇÃO, 2018. *Codemetro é instalado para atuar em favor da Região Metropolitana de Goiânia*. Jornal Opção (jornalopcao.com.br). Goiânia.

PREFEITURA Municipal de Goiânia, 2023. *Parques e Bosques* (goiania.go.gov.br).

PREFEITURA Municipal de Goiânia, 2017. *Reunião sobre Codemetro trata da participação desigual entre representantes municipais e estaduais*. (goiania.go.leg.br).

PREFEITURA Municipal de Goiânia, 2023. *Goiânia: Capital Verde do Brasil*. (goiania.go.gov.br).

### Relatórios

IBGE (Intstituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Divisão Urbano Regional-IBGE*, 2021.

IBGE. (Regic-IBGE) *Regiões de Influência das Cidades*. 2018.

IBGE. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. Regic. 1993.

IBGE. Regic. 1987.

IBGE, *Censo 2010*.

IBGE. *Censo 1960*. Disponível em:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd\\_1960\\_v1\\_t18\\_go.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t18_go.pdf)

IBGE, *Censo 1970*. Disponível em:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd\\_1970\\_v1\\_t18\\_go.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1970_v1_t18_go.pdf)

IBGE. *Rede Urbana Brasileira*. 1972.

IMB (Instituto Mauro Borges). *Ranking dos Municípios Goianos*. 2020.

IPEA. *Identificação e caracterização das relações interfederativas na região metropolitana de Goiânia: relatório de pesquisa*. 2021.

OM (Observatório das Metrópoles). *Como andam as metrópoles*. 2008.

ONU (Organização das Nações Unidas). *Global state of Metropolis – Population Data Booklet*. ONU-Habitat. 2020. [gsm-population-data-booklet-2020\\_3.pdf](#) (unhabitat.org)

ONU (Organização das Nações Unidas). ONU-HABITAT. *World cities report 2016: urbanization and development, emerging cities*. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme. ONU-Habitat., 2016.

ONU (Organização das Nações Unidas). *State of the world's cities 2010/2011: bridging the urban divide*. Nairobi. United Nations Human Settlements Programme. ONU-Habitat. 2010.

ONU (Organização das Nações Unidas). ONU-HABITAT. *State of the world's cities 2008/2009: harmonious cities*. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat), 2008.

PDI-RMG, *Relatório Diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia*. UFG: Goiânia, 2018. Disponível em: [http://pdi-rmg.desenvolvimento.go.gov.br/?page\\_id=33](http://pdi-rmg.desenvolvimento.go.gov.br/?page_id=33)

PDI-RMG, Diagnóstico. Cap. 8 – Análise de aspectos institucionais de gestão, planejamento e governança na Região Metropolitana de Goiânia. In: *Diagnóstico do PDI-RMG*, 2017. Disponível em: <http://pdi-rmg.desenvolvimento.go.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/8-Analise-da-Gest%C3%A3o-e-Governan%C3%A7a.pdf>

PDI-RMG, Diagnóstico. Cap. 3 – A Percepção dos Sujeitos e Atores Metropolitanos do Diagnóstico do PDI-RMG. In: *Diagnóstico do PDI-RMG*, 2017. Disponível em: <http://pdi-rmg.desenvolvimento.go.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/3-Percep%C3%A3o-dos-Sujeitos.pdf>

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2021-2022*. ONU, 2021.

SEPLAM, *Anuário Estatístico de Goiânia*. Edição 2012. Disponível em mídia digital e no sítio – [www.goiania.go.gov.br](http://www.goiania.go.gov.br).

UFMG. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI-RMBH. *Relatório Final: Produto 6 - Definição de propostas de políticas setoriais, projetos e investimentos prioritários*. Belo Horizonte, UFMG, 2012.

#### *Base de Dados*

DivulgaCand TSE – Planos de Governo Governadores de Goiás. 2010 a 2022.

DivulgaCand TSE – Planos de Governo Prefeituras RMG. 2020.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Aglomerados Subnormais. Disponível em: Aglomerados Subnormais-IBGE.

IBGE. Censo Demográfico. Panorama do Censo 2022 ([ibge.gov.br](http://ibge.gov.br)).

IBGE. Munic – Perfil dos Municípios Brasileiros.

IBGE. *Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE. Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento, 2019. Disponível em: Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento. IBGE

IMB. Banco de Dados de Séries Históricas de Estatísticas Municipais.

Portal da Transparência da Alego. Disponível online.

TSE. Estatísticas e Resultados Eleitorais. Resultados 1º Turno Eleições Governadores de Goiás. 2010 a 2022.

TSE. Estatísticas e Resultados Eleitorais. Resultados 1º Turno Eleições Deputados Estaduais de Goiás. 2018.

#### *Leis*

BRASIL. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*, art. 182 e 183. 1988

BRASIL. *Lei n. 10.257/2001*. Institui o Estatuto da Cidade que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados. 2001.

BRASIL. *Lei n. 13.089/2015*. Institui o Estatuto da MetrÓpole, altera Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília. DOU. 2015.

GOIÁS, *Constituição do Estado de Goiás*. 1989.

GOIÁS, *Lei Estadual Complementar n° 27*, de 31 de dezembro de 1999. Goiânia. 1999.

GOIÁS, *Lei Complementar n° 182*, de 22-5-2023.

GOIÁS, Lei Complementar nº 169-2021.

GOIÁS. Lei Complementar nº 154, de 30-01.2020, art. 1º, II, a. 2020.

GOIÁS. Lei Complementar nº 149, de 15-05-2019. 2019.

GOIÁS. Lei Orçamentária Anual (LOA). Atualização, Instrução, Normativa, Decretos, Complementos. 2010 à 2022.

GOIÁS. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Atualização, Instrução, Normativa, Decretos, Complementos. 2010 à 2022.

GOIÁS. “Orçamento Anual Geral do Estado de Goiás”. 2015-2022.

#### *Planos Diretores*

ABADIA DE GOIÁS. *Plano Diretor Municipal de Abadia de Goiás*. 2008.

APARECIDA DE GOIÂNIA. *Plano Diretor Municipal de Aparecida de Goiânia*. 2002.

ARAGOIÂNIA. *Plano Diretor Municipal de Aragoiânia*. 2020.

BELA VISTA DE GOIÁS. *Plano Diretor Municipal de Bela Vista de Goiás*. 2014.

BONFINÓPOLIS. *Plano Diretor Municipal de Bonfinópolis*. 2008

CALDAZINHA. *Plano Diretor Municipal de Caldazinha*. 2016

GOIANÁPOLIS. *Plano Diretor Municipal de Goianápolis*. 2008.

GOIÂNIA. PDIG-92. *Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia*. 1992.

GOIÂNIA. *Plano Diretor Municipal de Goiânia*. 2007.

GOIANIRA. *Plano Diretor Municipal de Goianira*. 2008

GUAPÓ. *Plano Diretor Municipal de Guapó*. 2007.

HIDROLÂNDIA. *Plano Diretor Municipal de Hidrolândia*. 2021.

INHUMAS. *Plano Diretor Municipal de Inhumas*. 2007.

NERÓPOLIS. *Plano Diretor Municipal de Nerópolis*. 2008.

SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS. *Plano Diretor Municipal de St. Antônio de Goiás*. 2006.

SENADOR CANEDO. *Plano Diretor Municipal de Senador Canedo*. 2020.

TEREZÓPOLIS DE GOIÁS. *Plano Diretor Municipal de Terezópolis de Goiás*. 2018.

TRINDADE. *Plano Diretor Municipal de Trindade*. 2002.

#### *Planos Plurianuais (PPA)*

APARECIDA DE GOIÂNIA. Planos Plurianuais (PPAs) de Aparecida de Goiânia. 2018-2021 e 2022-2025

GOIÂNIA. Planos Plurianuais (PPAs) de Goiânia. 2018-2021 e 2022-2025.

GOIÁS. Planos Plurianuais (PPAs) do Governo de Goiás 2016-2019.

GOIÁS. Planos Plurianuais (PPAs) do Governo de Goiás 2020-2023.

GOIANIRA. Planos Plurianuais (PPAs) de Goianira. 2018-2021 e 2022-2025.

SENADOR CANEDO. Planos Plurianuais (PPAs) de Senador Canedo. 2018-202 e 2022-2025.

TRINDADE. Planos Plurianuais (PPAs) de Trindade. 2018-2021 e 2022-2025.

### *Estrutura Organizacional Municípios RMG*

ABADIA DE GOIÁS. Estrutura Organizacional Municipal de Abadia de Goiás. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

APARECIDA DE GOIÂNIA. Estrutura Organizacional Municipal de Aparecida de Goiânia. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

ARAGOIÂNIA. Estrutura Organizacional Municipal de Aragoiânia. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

BELA VISTA DE GOIÁS. Estrutura Organizacional Municipal de Bela Vista de Goiás. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

BONFINÓPOLIS. Estrutura Organizacional Municipal de Bonfinópolis. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

BRAZABRANTES. Estrutura Organizacional Municipal de Brazabrantés. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

CALDAZINHA. Estrutura Organizacional Municipal de Caldazinha. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

CATURAÍ. Estrutura Organizacional Municipal de Caturai. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

GOIANÁPOLIS. . Estrutura Organizacional Municipal de Goianópolis. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

GOIÂNIA. Estrutura Organizacional Municipal de Goiânia. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

GOIANIRA. Estrutura Organizacional Municipal de Goianira. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

GUAPÓ. Estrutura Organizacional Municipal de Guapó. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

HIDROLÂNDIA. Estrutura Organizacional Municipal de Hidrolândia. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

INHUMAS. Estrutura Organizacional Municipal de Inhumas. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

NERÓPOLIS. Estrutura Organizacional Municipal de Nerópolis. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

NOVA VENEZA Estrutura Organizacional Municipal de Nova Veneza. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

SANTA BARBARA DE GOIÁS. Estrutura Organizacional Municipal de Santa Barbara de Goiás. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

ST. ANTÔNIO DE GOIÁS. Estrutura Organizacional Municipal de St. Antônio de Goiás. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

SENADOR CANEDO. Estrutura Organizacional Municipal de Senador Canedo. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

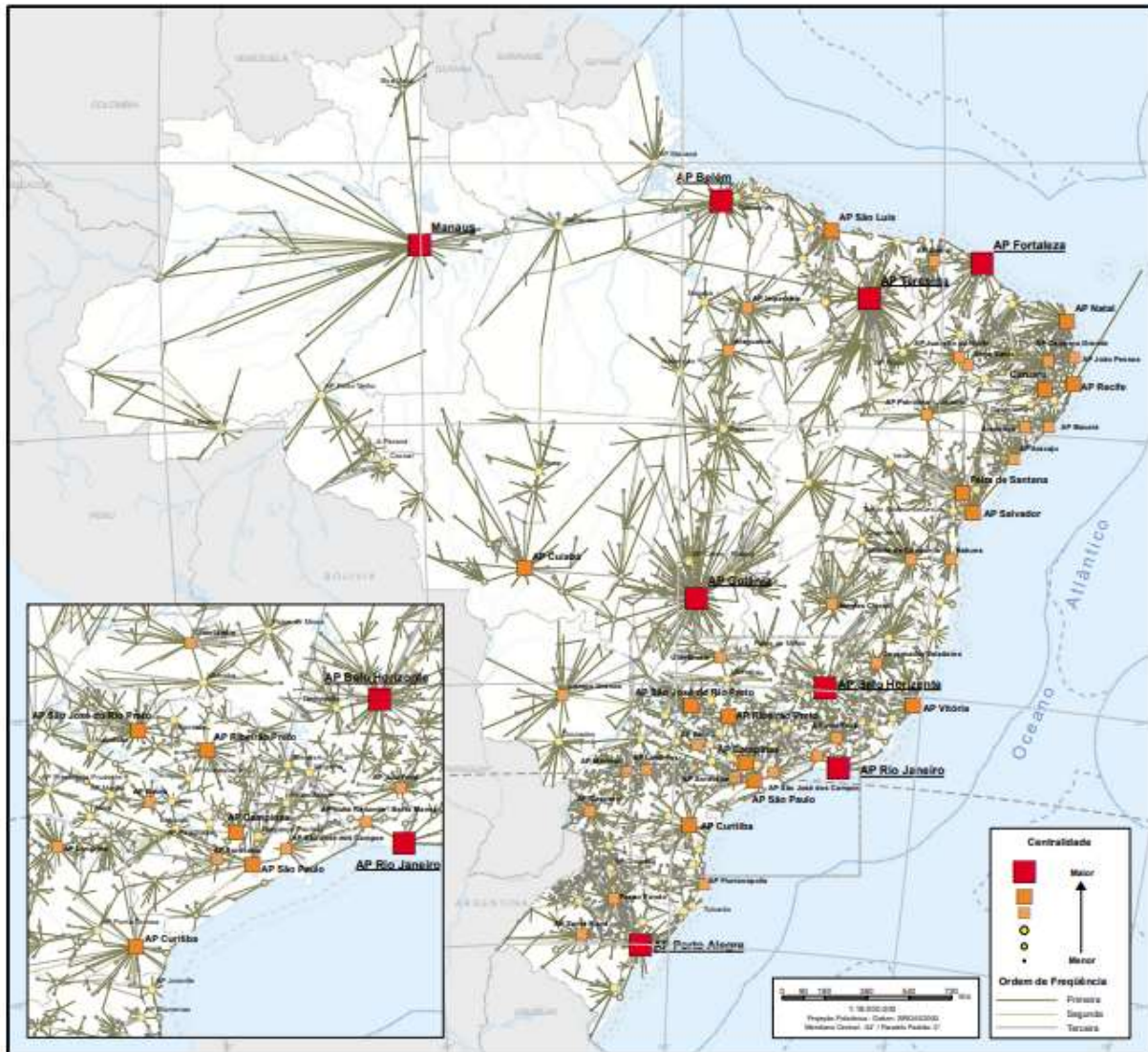
TEREZÓPOLIS DE GOIÁS. Estrutura Organizacional Municipal de Terezópolis de Goiás. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

TRINDADE . Estrutura Organizacional Municipal de Trindade. Disponível: Site oficial da Prefeitura. Acesso maio-2023

## ANEXOS

ANEXO 1 – DESLOCAMENTO PARA SERVIÇOS DE SAÚDE DE BAIXA E MÉDIA COMPLEXIDADE – Regic-IBGE, 2018

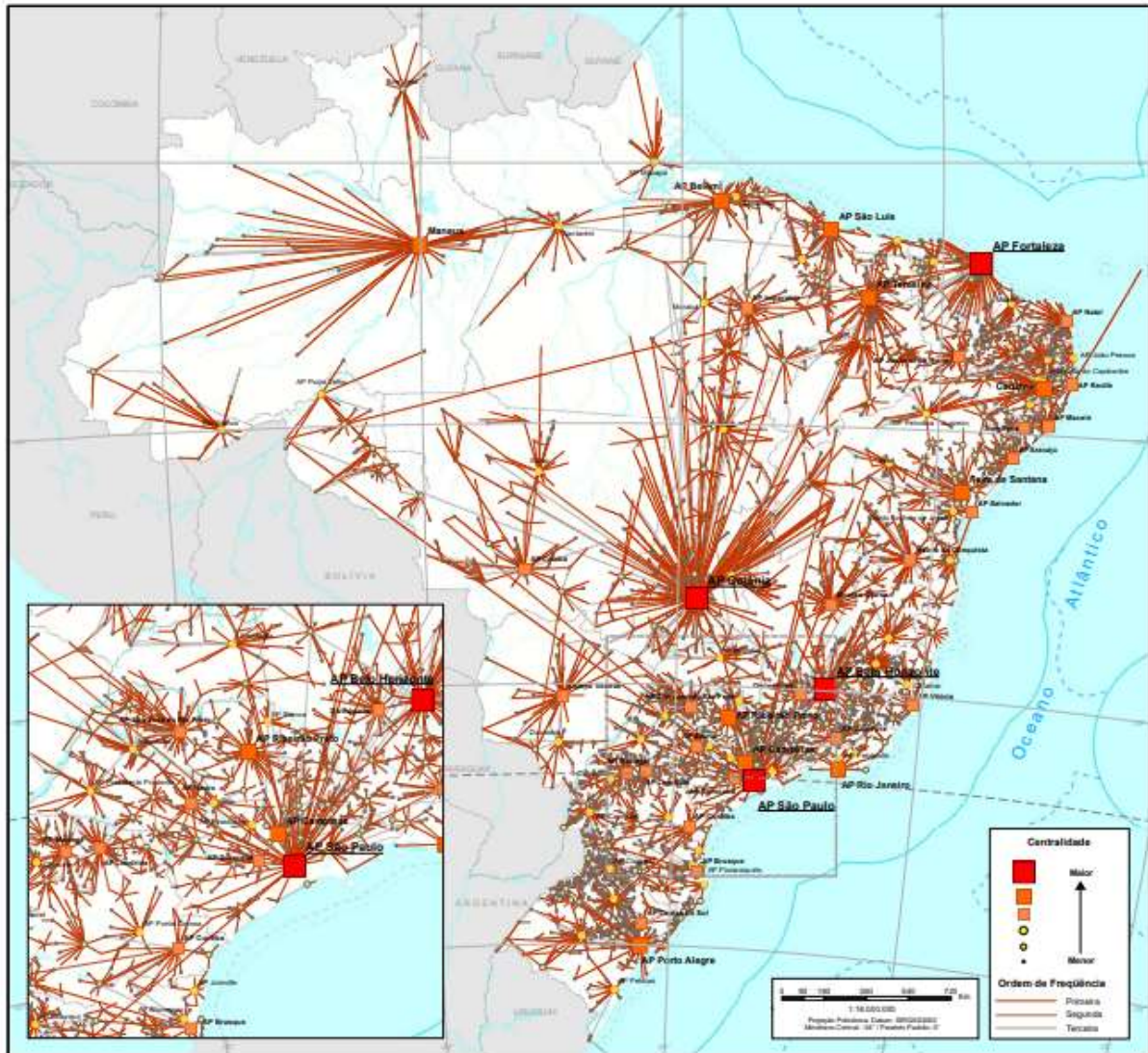
Mapa 66 – Deslocamentos para serviços de saúde de baixa e média complexidade – Brasil – 2018



Fonte: Regic-IBGE, 2018.

ANEXO 2 – DESLOCAMENTO PARA COMPRAS DE VESTUÁRIO E CALÇADOS – Regic-IBGE, 2018

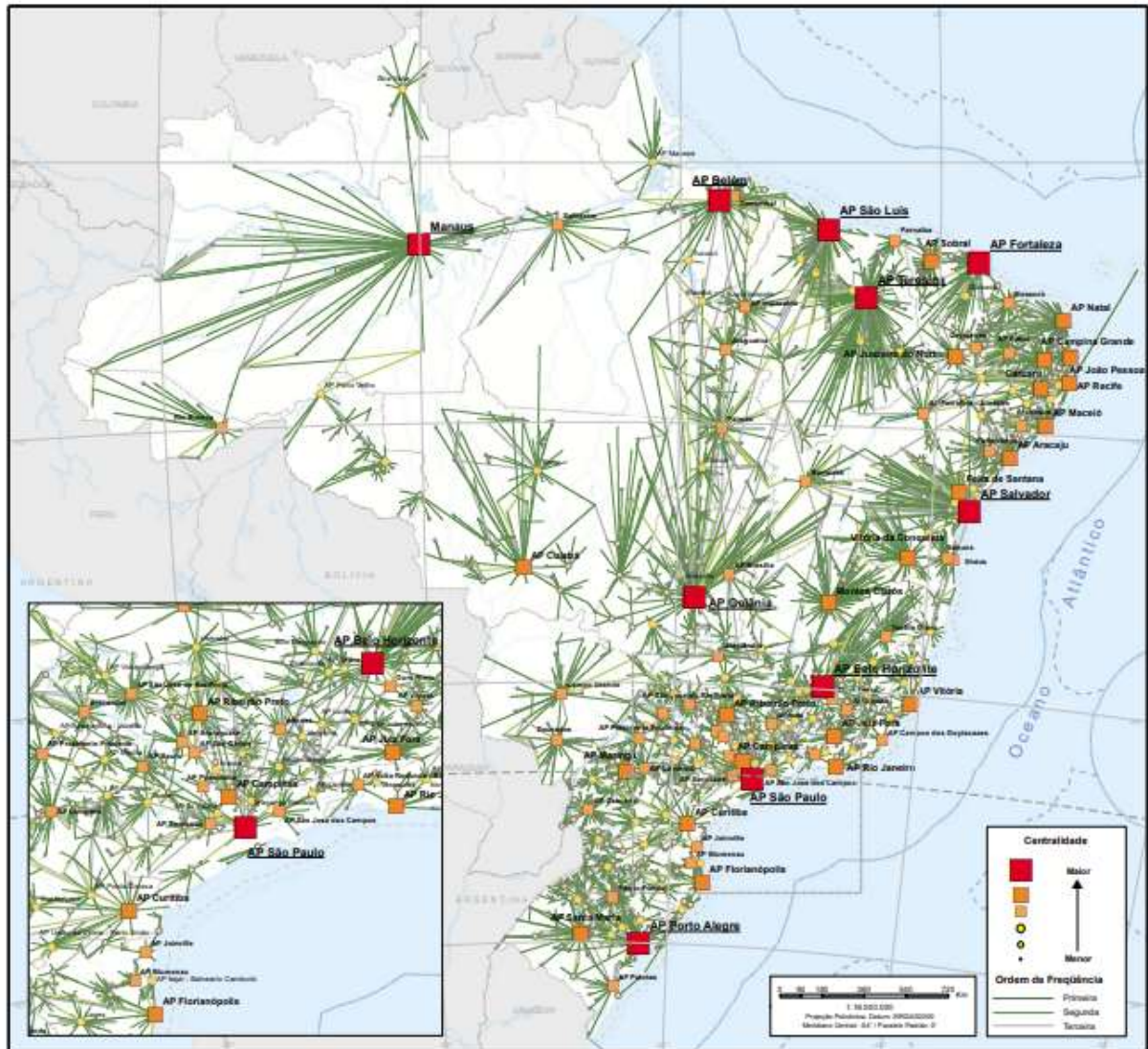
Mapa 55 - Deslocamentos para compras de vestuário e calçados - Brasil - 2018



Fonte: Regic-IBGE, 2018.

### ANEXO 3 – DESLOCAMENTO PARA CURSAR ENSINO SUPERIOR – Regic-IBGE, 2018

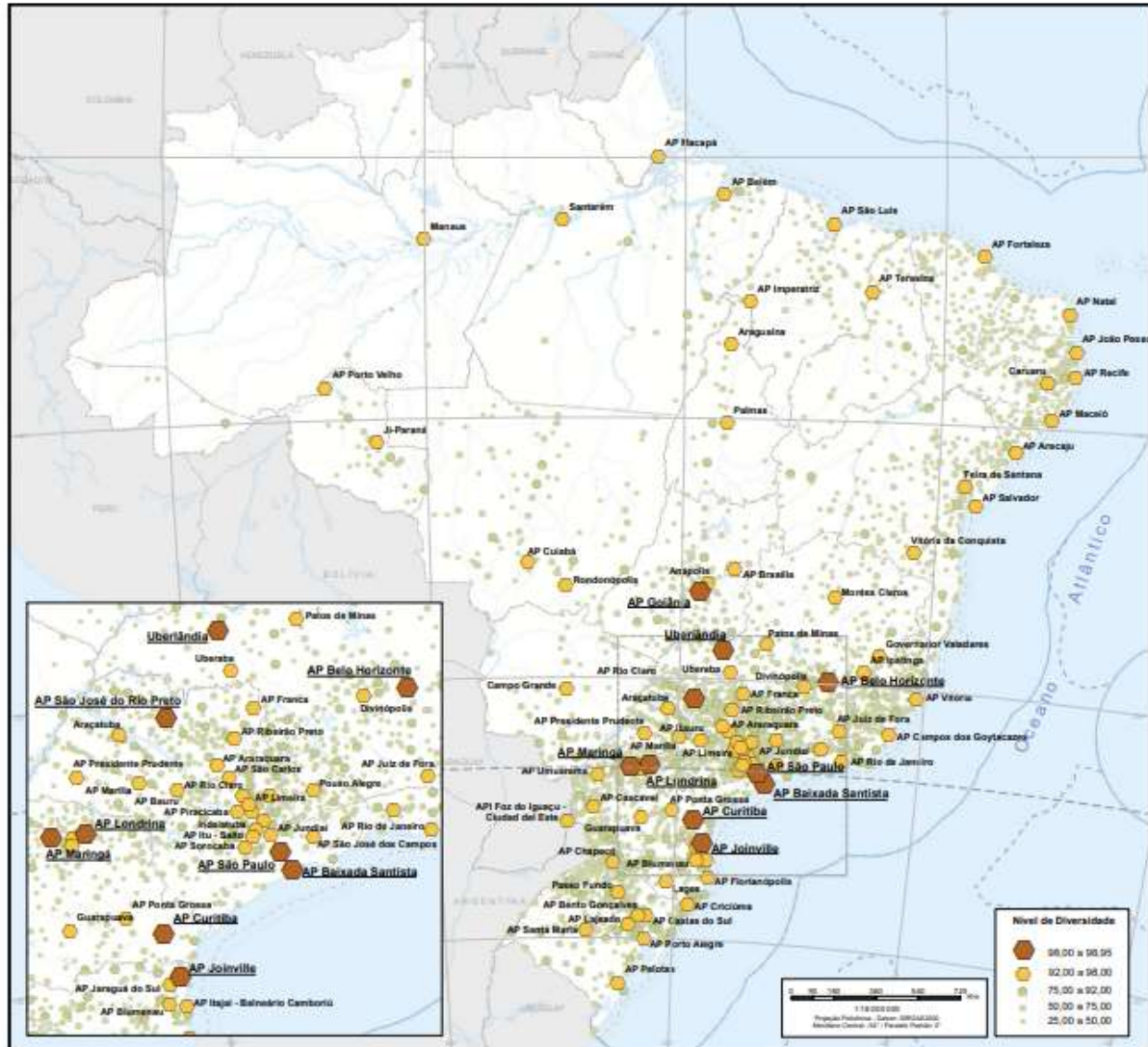
Mapa 62 – Deslocamentos para cursos superiores – Brasil – 2018



Fonte: Regic-IBGE, 2018.

## ANEXO 4 – INFLUÊNCIA E CONCENTRAÇÃO DO COMÉRCIO – Regic-IBGE, 2018.

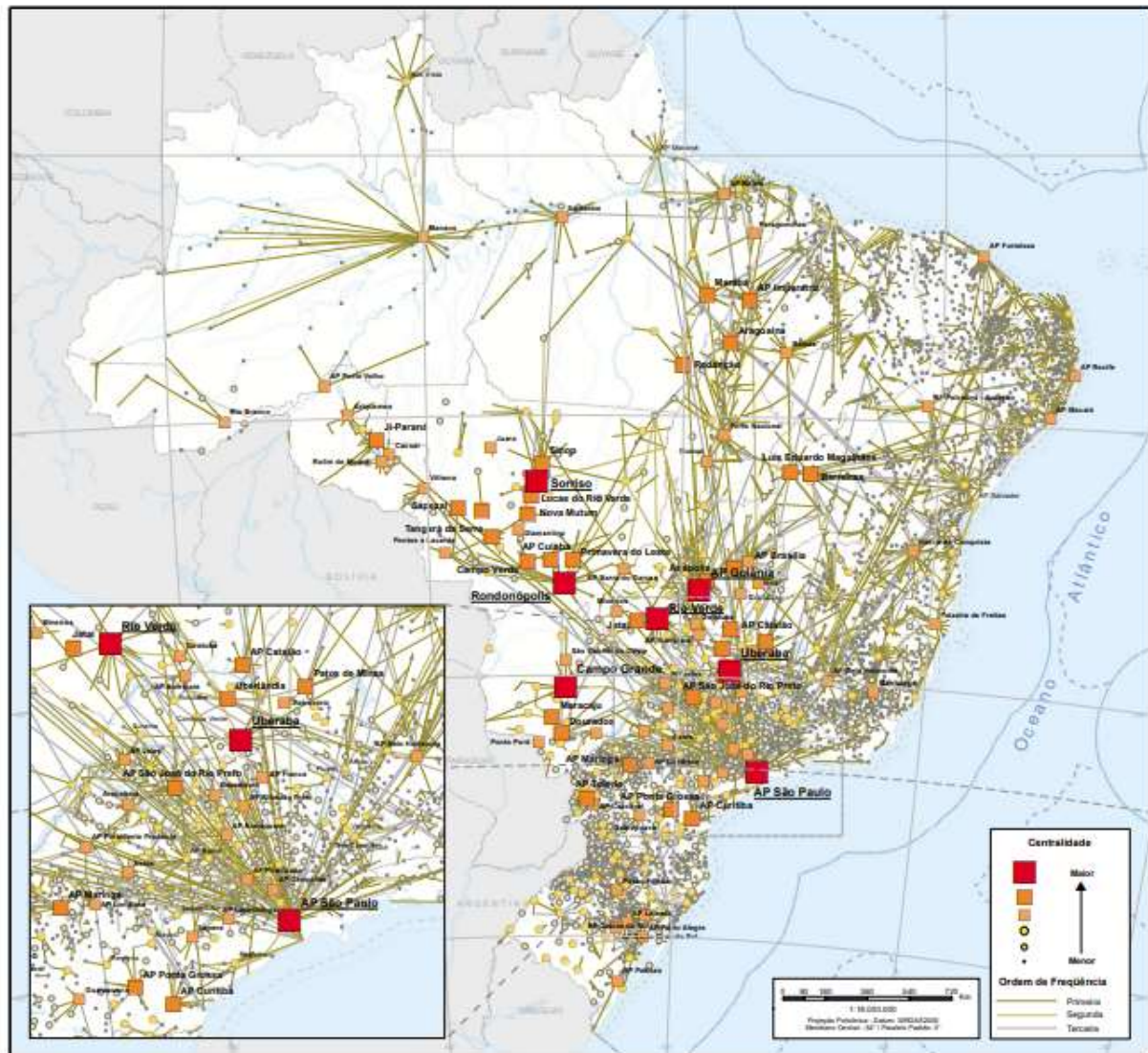
**Mapa 57 – Atividades de comércio – Brasil - 2016**



Fonte: Regic-IBGE, 2018.

ANEXO 5 – ORIGEM DOS INSUMOS PARA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, Regic-IBGE, 2018

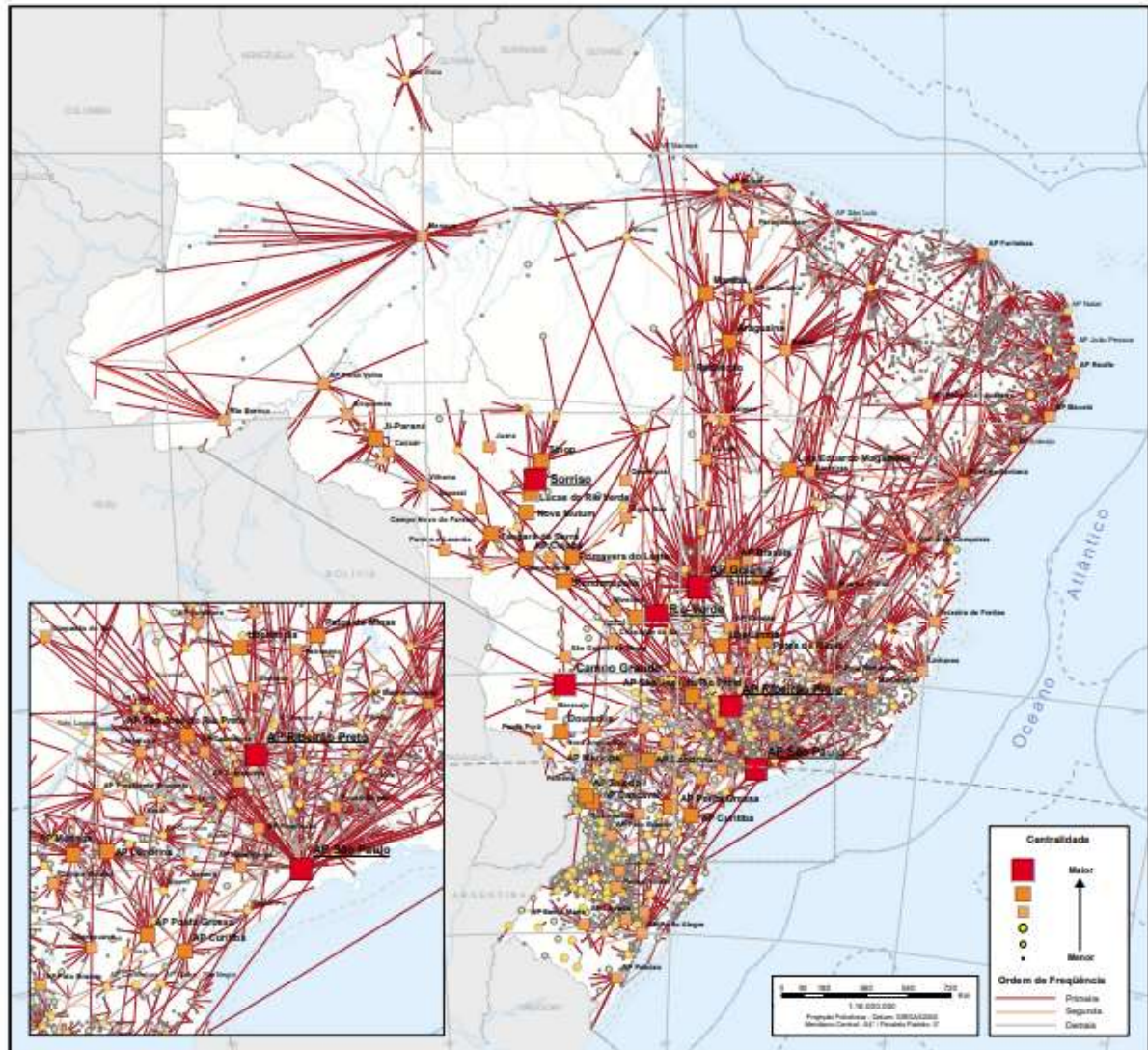
Mapa 79 - Origem dos insumos para produção agropecuária - Brasil - 2018



Fonte: Regic-IBGE, 2018.

## ANEXO 6 – ORIGEM DO MAQUINÁRIO E IMPLEMENTOS PARA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, Regic-IBGE, 2018

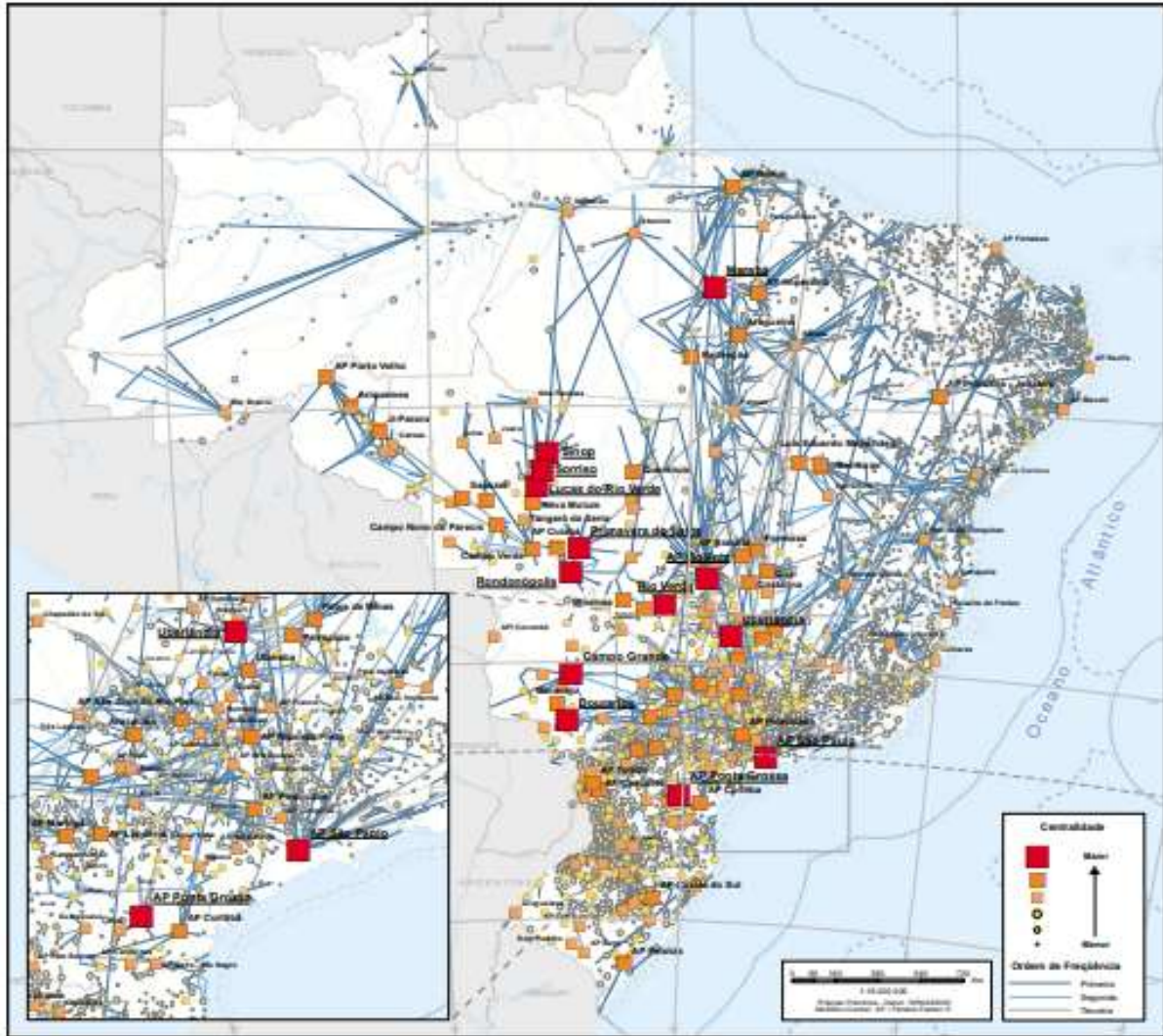
Mapa 80 - Origem do maquinário e implementos para produção agropecuária - Brasil - 2018



Fonte: Regic-IBGE, 2018.

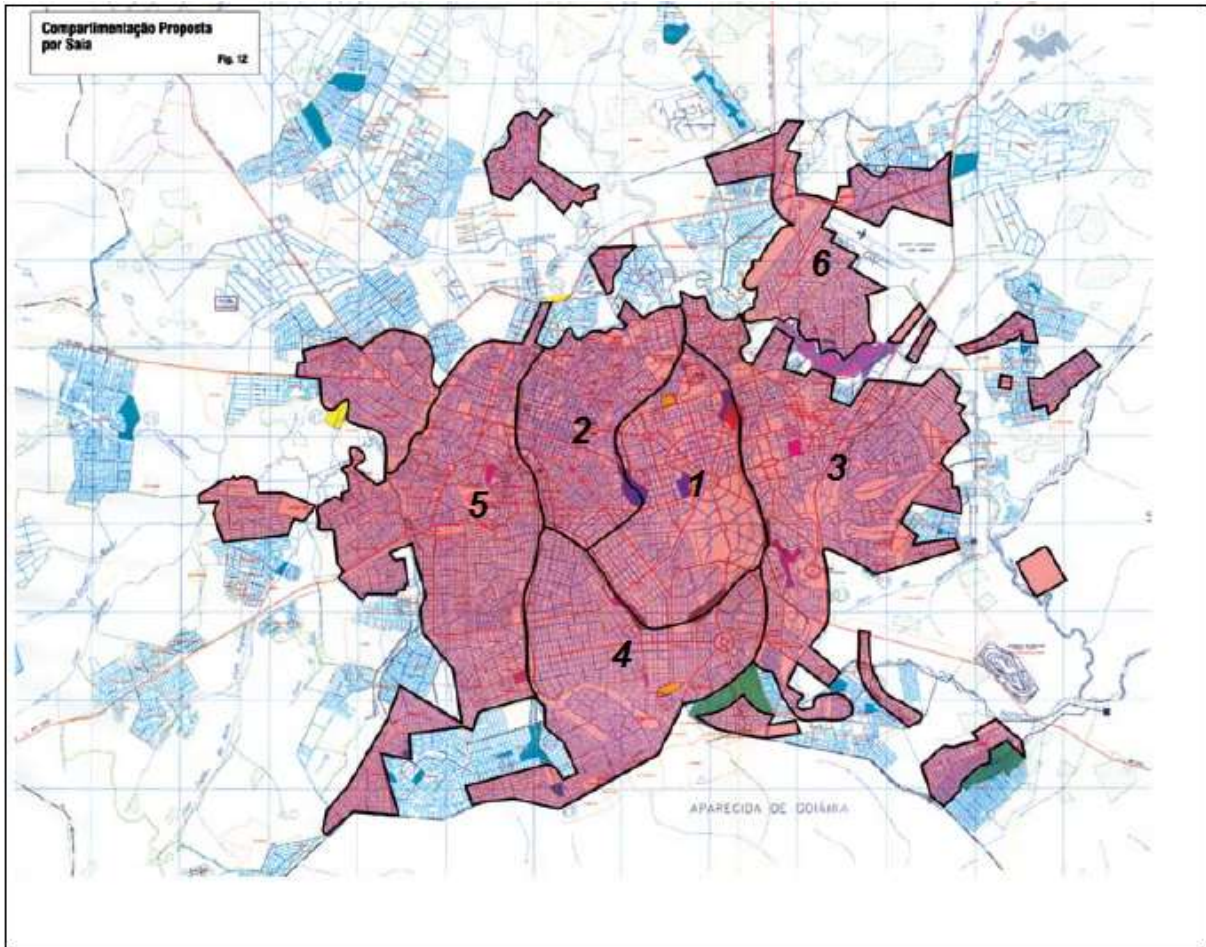
ANEXO 7 – ORIGEM DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, Regic-IBGE, 2018

Mapa 81 - Origem da assistência técnica para produção agropecuária - Brasil - 2018



Fonte: Regic-IBGE, 2018.

ANEXO 8 – PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO DE GOIÂNIA POR LUÍS SAÍÁ

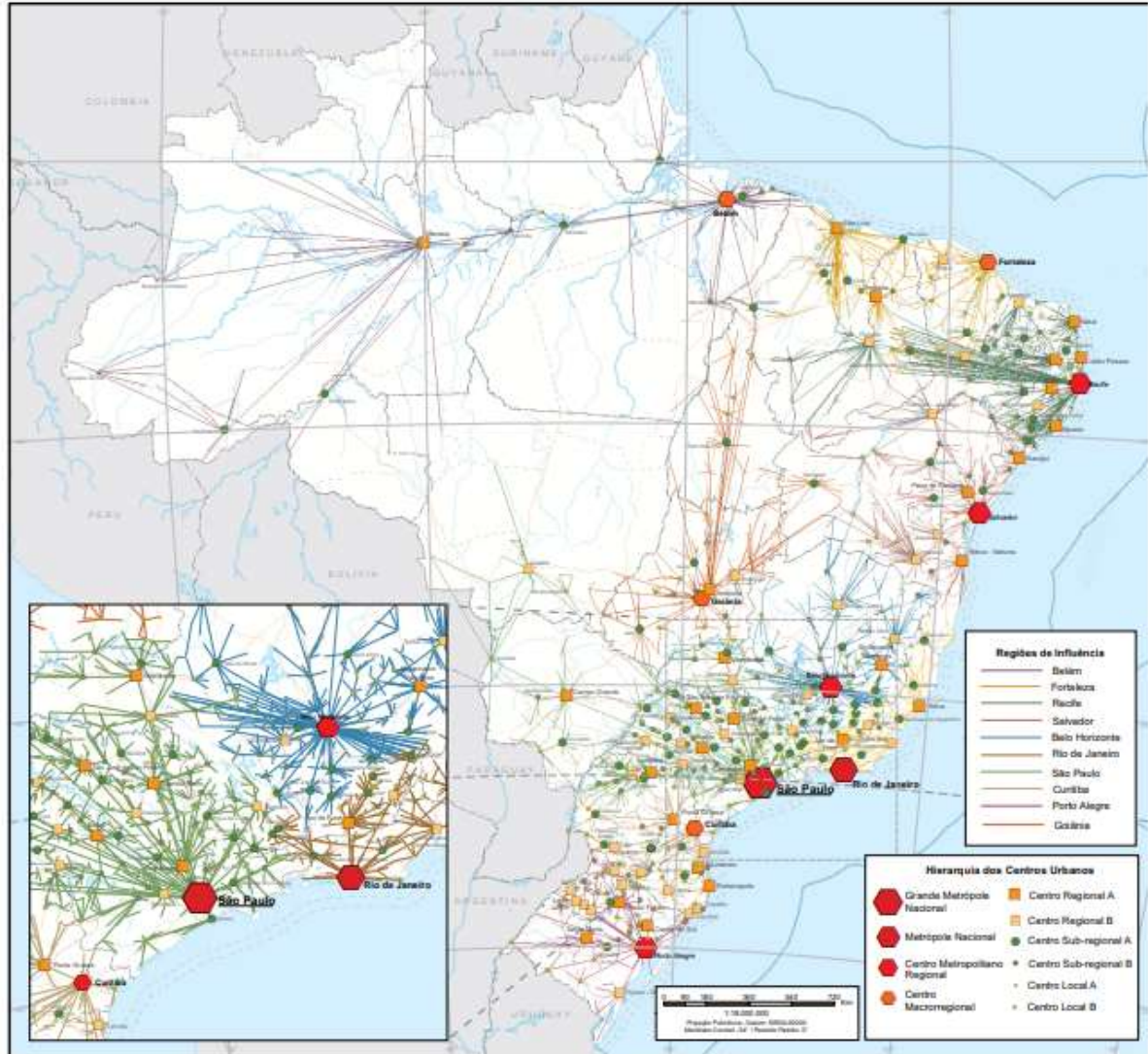


- LEGENDA**
- 1) Central
  - 2) Campinas
  - 3) Universitário
  - 4) Macambira
  - 5) Dergo
  - 6) Meia Ponte

Fonte: RIBEIRO, 2004.

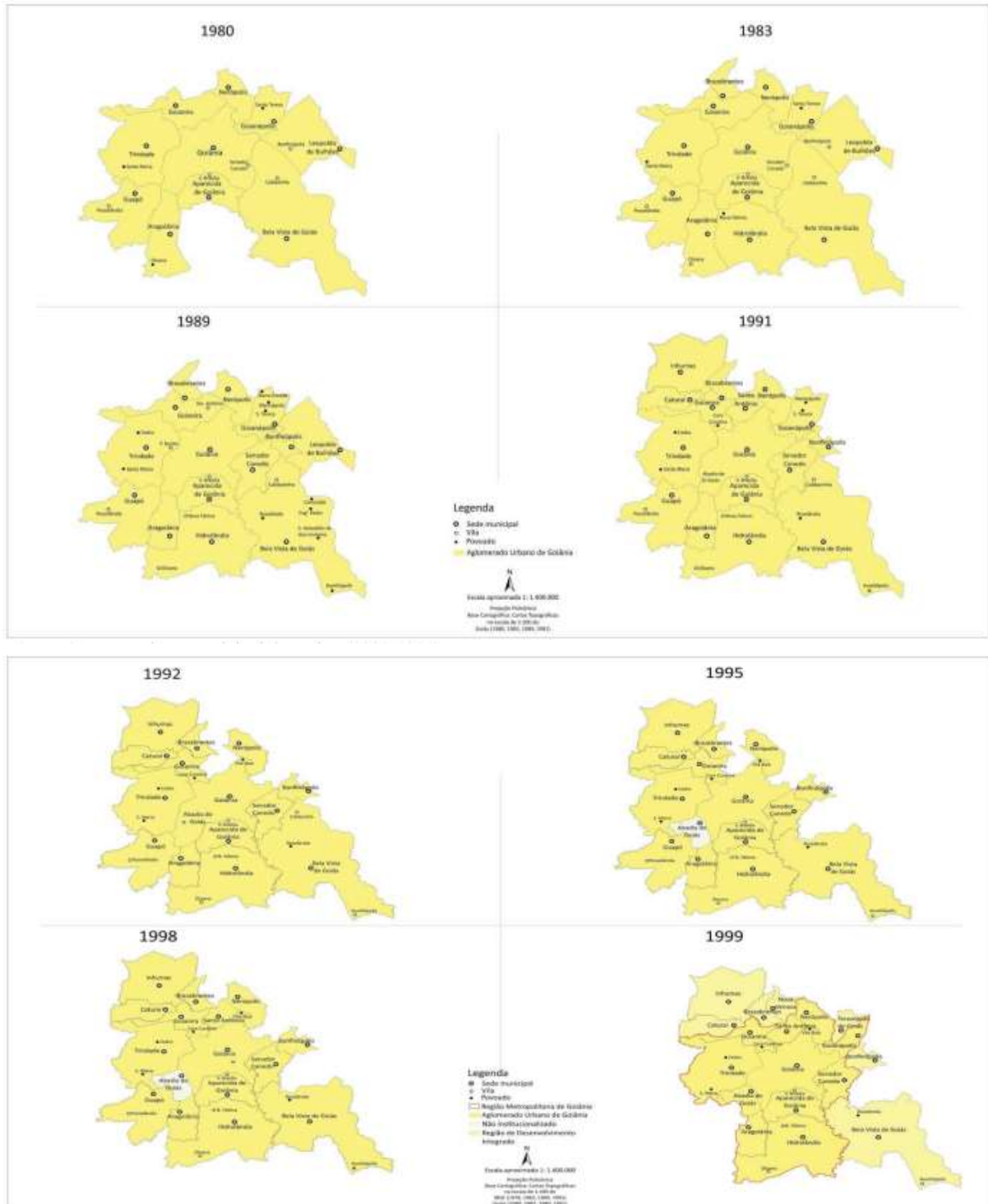
ANEXO 9 – REDE URBANA BRASILEIRA, REGIC, 1972

Mapa 47 - Rede urbana - Brasil - 1966



Fonte: Regic-IBGE, 2018.

## ANEXO 10 – ALTERAÇÕES DE COMPOSIÇÃO DA AGLU-G (1980-1999)



Fonte: Gabinete Civil do Estado de Goiás, apud: Paiva, 2016.



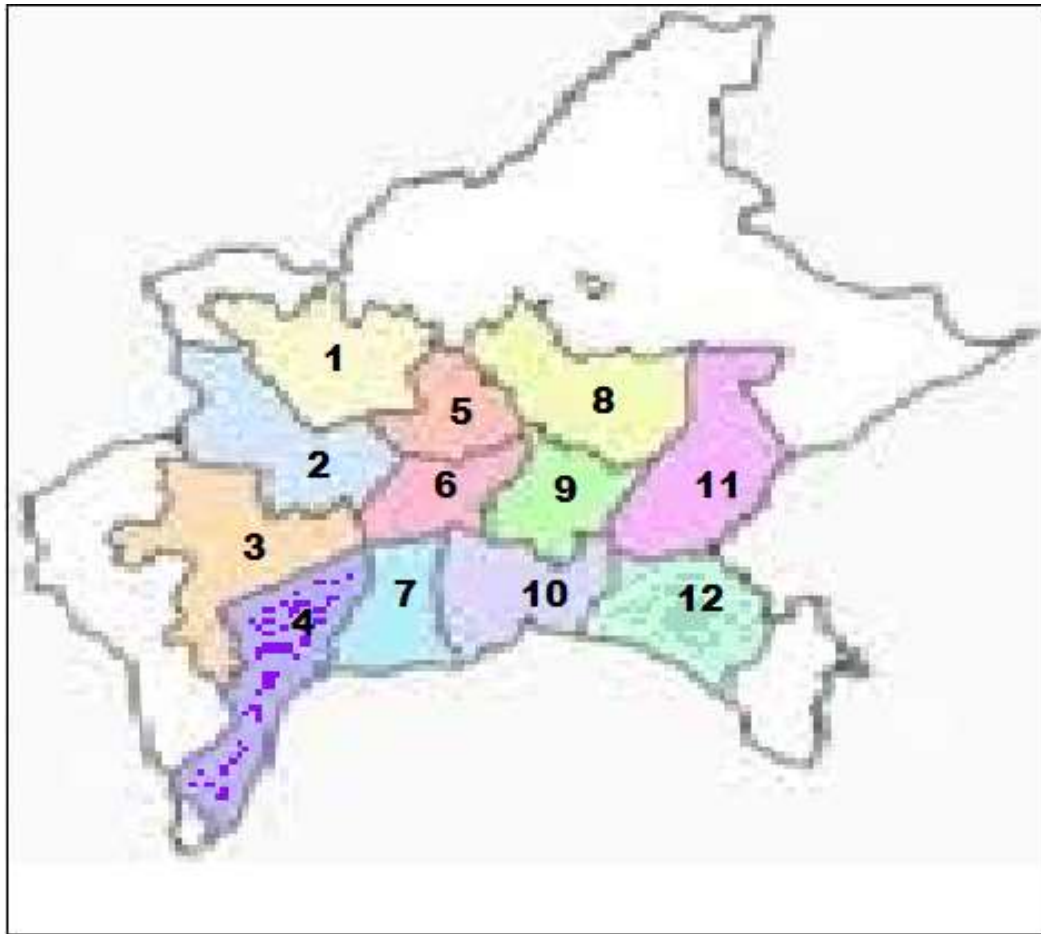
ANEXO 12 – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO DE GOIÂNIA –  
 Regic-IBGE, 1993

**Rede de Lugares Centrais e  
 Área de Atuação de Goiânia (GO)**



Fonte: Regic-IBGE, 1993.

ANEXO 13 – REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE GOIÂNIA DE 1991 A 2003



Legenda

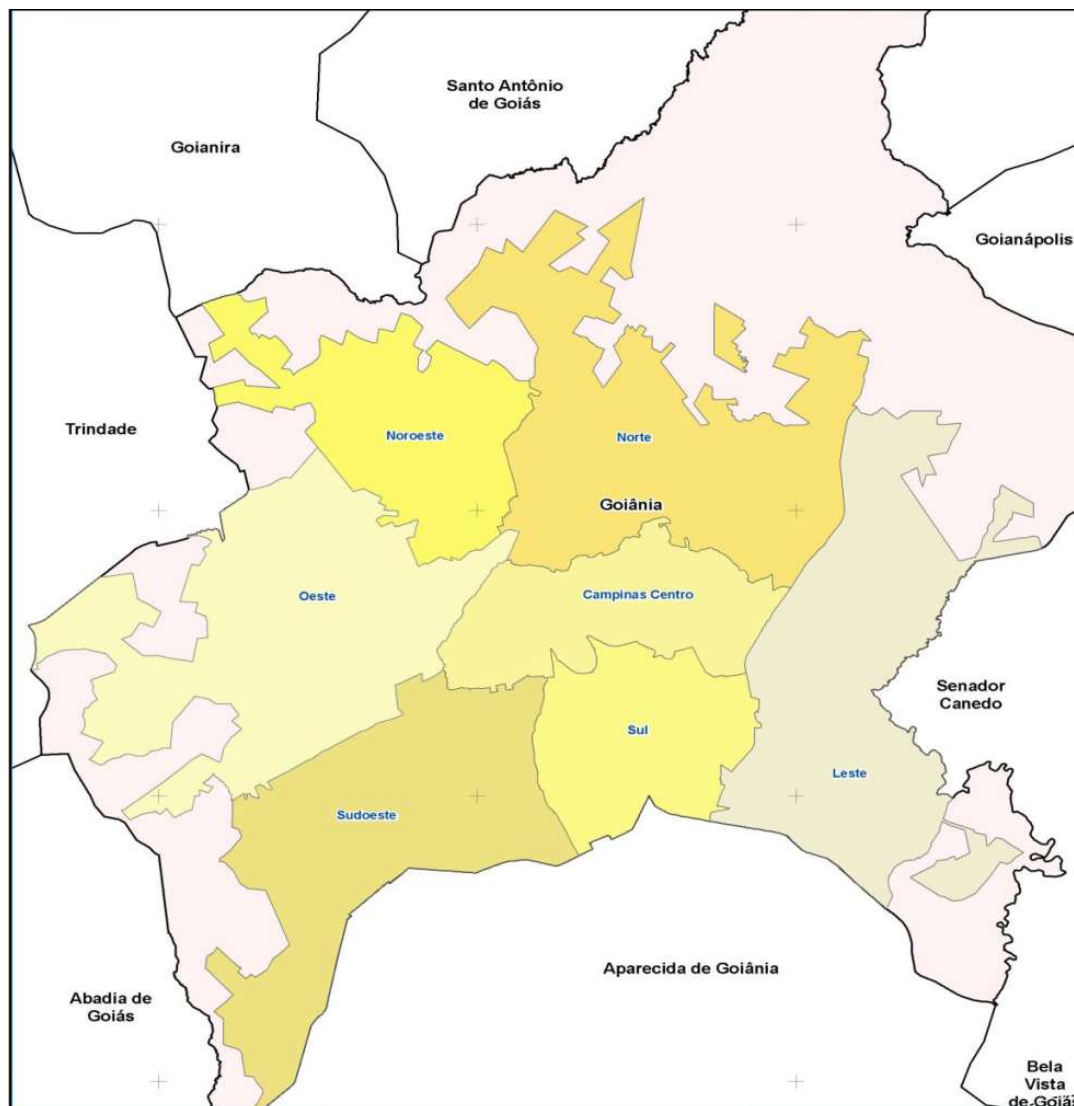
1	Noroeste
2	Mendanha
3	Oeste
4	Sudoeste
5	Vale do Meia Ponte
6	Campinas
7	Macambira-Cascavel
8	Norte
9	Central
10	Sul
11	Leste
12	Sudeste

Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia, 2023.  
<http://www.goiania.go.gov.br/shtml/amma/parquesebosques.shtml>.

## ANEXO 14 – REGIÕES DE GOIÂNIA

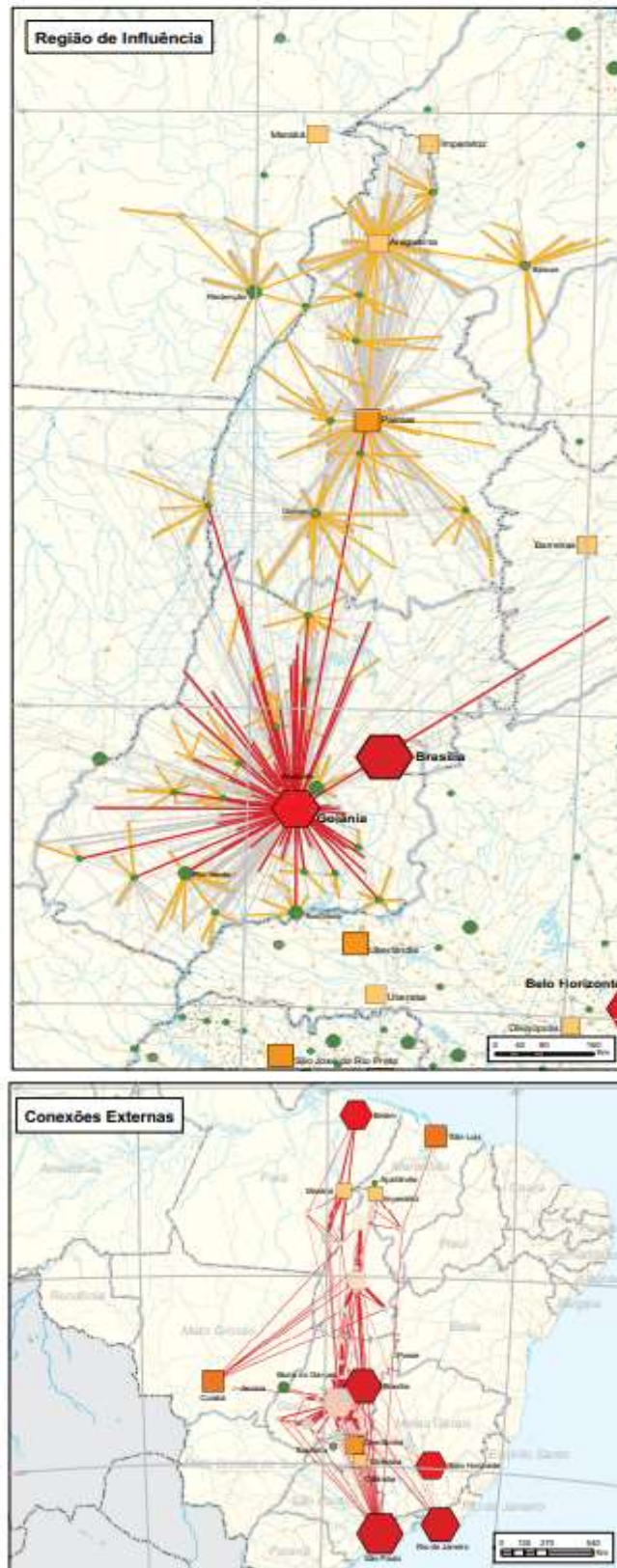
REGIÃO	POPULAÇÃO
CAMPINAS-CENTRO	221.464
LESTE	172.436
SUL	221.925
SUDOESTE	223.027
OESTE	152.189
NOROESTE	164.283
NORTE	146.677
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.302.001</b>

Fonte: IBGE - Censo 2010. Elaboração: SEPLAM / DPESE / DVPEE.



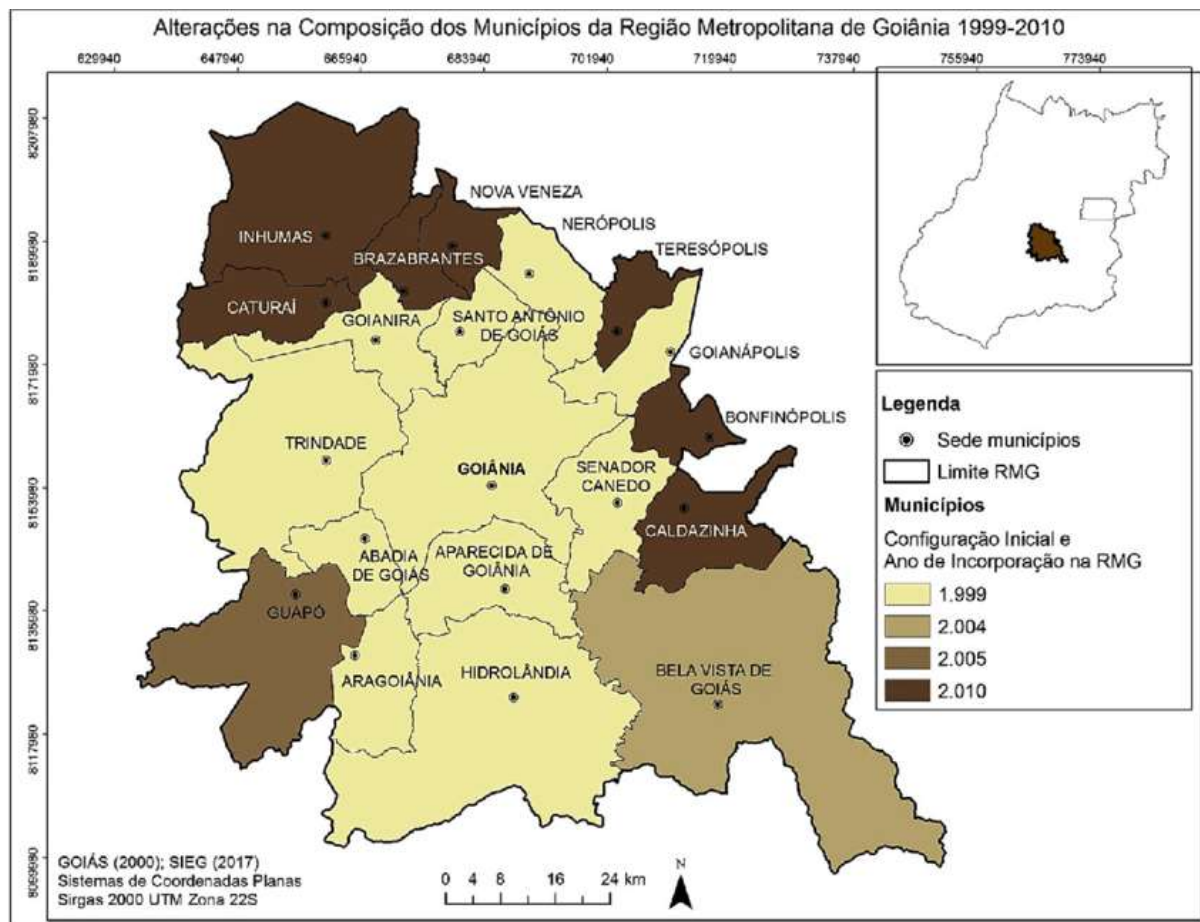
Fonte: IBGE-Censo, 2010.

ANEXO 15 – REGIÃO DE INFLUÊNCIA DA REDE URBANA E CONEXÕES ENTRE METRÓPOLES DE GOIÂNIA – Regic-IBGE, 2008



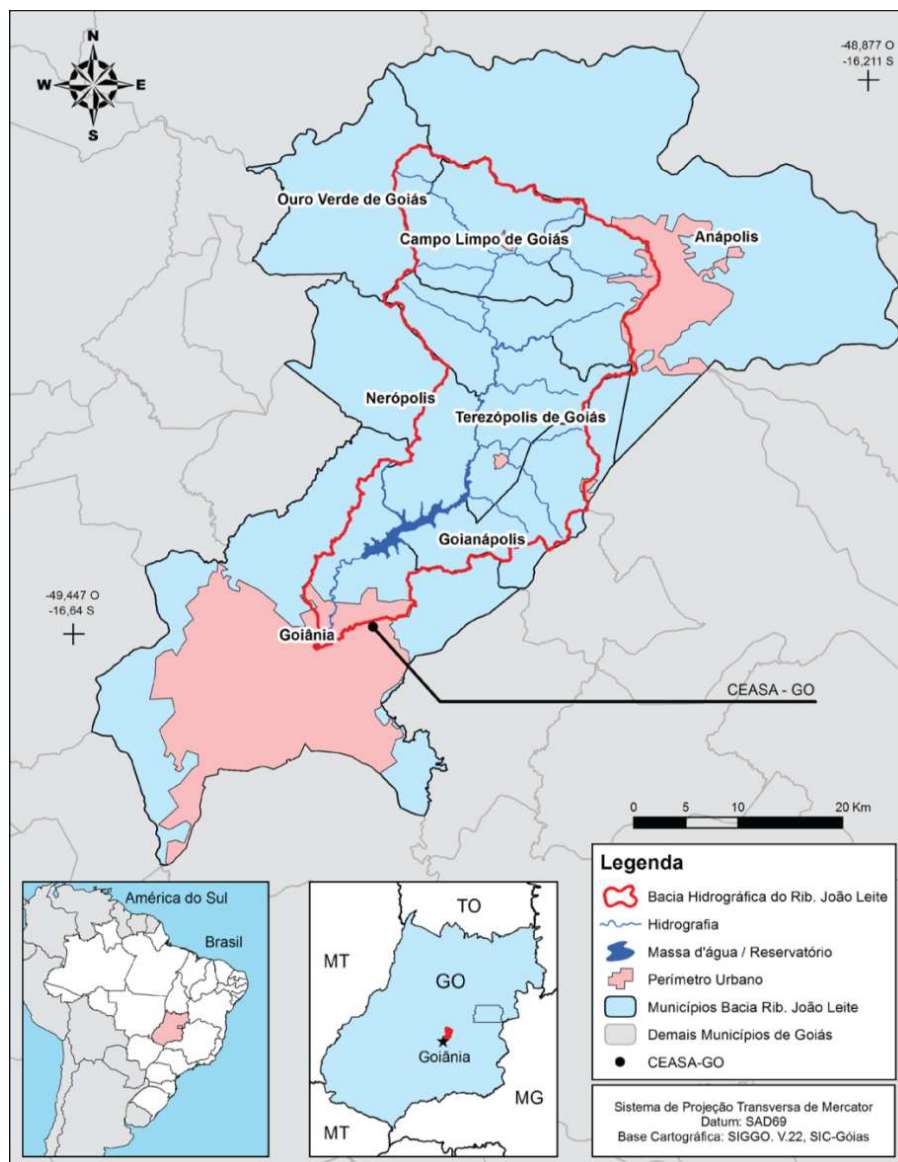
Fonte: IBGE, 2008.

ANEXO 16 – ALTERAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA RMG (1999-2010)



Fonte: PIRES et al., 2020.

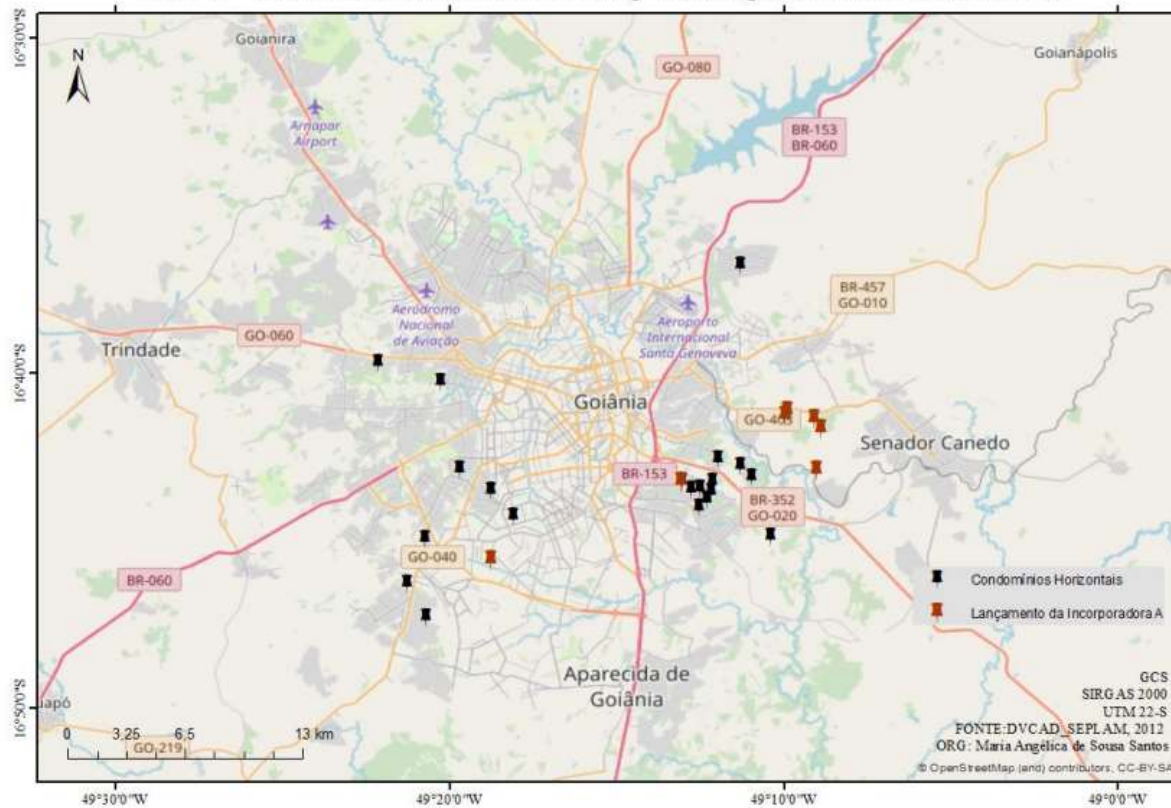
## ANEXO 17 – PARCELAMENTO E OCUPAÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA NO RIBEIRÃO JOÃO LEITE



Fonte: FERREIRA, 2009.

ANEXO 18 – CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS NA RMG (2019)

Figura 1 - Condomínios Horizontais Fechados na Região Metropolitana de Goiânia (2019).



Fonte: SOUSA, 2019.

